UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

# A presença da ausência - as crianças e os seus modos de viver e representar a família, entre Angola e Portugal

Cláudia Luena de Sousa Marinho

Orientadora: Professora Doutora Marzia Grassi
Co-orientadora: Professora Doutora Ana Nunes de Almeida

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Especialidade Sociologia da Família, Juventude e das Relações de Género

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

# A presença da ausência – as crianças e os seus modos de viver e representar a família entre Angola e Portugal

Cláudia Luena de Sousa Marinho

Orientadora: Professora Doutora Marzia Grassi
Co-orientadora: Professora Doutora Ana Nunes de Almeida

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Especialidade Sociologia da Família, Juventude e das Relações de Género.

Júri:
Presidente: Doutor José António Machado da Silva Pais, Investigador Coordenador, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Vogais: Doutor Manuel José Jacinto Sarmento Pereira, Professor Associado com Agregação, Instituto da Educação, Universidade do Minho.
Doutor José Manuel Fraga Mapril Gonçalves, Professor Auxiliar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
Doutora Sónia Alexandra Gaspar Pereira, Investigadora Auxiliar, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa
Doutora Marzia Grassi Bonacchi, Investigadora Auxiliar, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Esta tese foi realizada com o apoio institucional da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da concessão de uma Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/80499/2011), financiada por fundos nacionais do MEC e com a duração de quarenta e oito meses.

2017

*"Separados no espaço e próximos no tempo"*

Arjun Appadurai

# AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que colaboraram e influenciaram o rumo desta pesquisa e que a tornaram possível. Gostaria de expressar minha gratidão para com todas as pessoas que saíram de seu caminho para me ajudar no caminho de construção desta tese.

Começo por agradecer em primeiro lugar à minha orientadora Marzia Grassi, por acreditar em mim e por me ter dado a oportunidade de trabalhar no projeto *"TCRAf-Eu – Transnational child reasing arremennts between Africa and Europe"* que inspirou e se tornou o ponto de partida para esta tese; por toda a sua generosidade e por todos os conselhos valiosos que me foi dando ao longo dos anos de trabalho em comum. Ainda pela orientação presente e rigorosa que contribuiu para a realização deste trabalho.

Agradeço em segundo lugar a Ana Nunes de Almeida que co-orientou este trabalho, pelo estimulo, pelos seus conselhos e sugestões, pela leitura atenta e rigorosa dos textos, pelo descobrir da área temática da Sociologia da Infância.

Quero agradecer ao tio Filipe e à tia Lycas, que sem me conhecerem, me receberam tão carinhosa e calorosamente em Luanda e me fizeram sentir em casa durante todo o período de trabalho de campo. Agradeço ainda o facto de me disponibilizarem alguns dos seus contactos pessoais para facilitar o meu trabalho de campo, e por sempre incentivarem o meu percurso académico, bem como por me explicarem na prática o funcionamento das famílias angolanas.

Gostaria também de agradecer ao Padre Santiago da escola Dom Bosco por toda a sua disponibilidade e por me ter dado a oportunidade de trabalhar na sua instituição com as suas crianças. Agradeço também à Murielle Mignot por me ter facilitado vários contactos de instituições, pelos conselhos válidos para a vida prática em Luanda e pela amizade. E ainda a todas as crianças que partilharam a suas experiências de vivência transnacional comigo.

Aos meus colegas de trabalho no ICS, Marianna Bacci, Tatiana Ferreira e Pedro Rodrigues agradeço pelo incentivo mútuo, boa disposição e partilha de ideias. Aos meus colegas de Doutoramento, Isabel, Vasco, Tânia, Marianela, Sebastião, Rita, pelo companheirismo, pela partilha de angústias, alegrias e conhecimentos.

À Jeanne Vivet pelos incentivos e pelo exemplo da forma de fazer investigação, e pelos comentários e sugestões.

À Catarina e à Andreia, por ouvirem as minhas preocupações, por lerem os meus textos e me darem sugestões e acima de tudo pela amizade e cumplicidade de anos.

À minha avó pela educação, por todo amor, carinho e dedicação, por sempre acreditar em mim, às vezes mais do que eu própria, e por me incentivar a novas conquistas. Ao Nuno, pelo apoio, por saber esperar, pela força e pelo amor.

Agradeço ainda à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que me concedeu uma Bolsa de Doutoramento, imprescindível para a realização deste trabalho. Quero ainda deixar uma última palavra de apreço ao ICS, instituição que acolheu por todo o apoio prestado, em especial aos professores do Doutoramento em Sociologia pela partilha de experiências e conhecimentos e por estimularem a minha curiosidade intelectual.

A todos o meu muito obrigada!

# RESUMO

Esta tese procura perceber o impacto das migrações nas relações familiares, tomando como ponto de partida as experiências de vida de crianças angolanas que vivem separadas dos seus pais migrantes em Portugal. Em especial, busca compreender se a migração de um progenitor afeta a representação de família que a criança possui. Articulando a perspetiva teórica das migrações, do transnacionalismo (característico das práticas migratórias contemporâneas), da sociologia da família e da infância, na qual a criança é tida como um ator participativo, com capacidade de agência e de influenciar o que a rodeia, o estudo debruça-se sobre os efeitos da mobilidade nas famílias, focando-se nas famílias transnacionais e dando o protagonismo às crianças.

A investigação segue uma metodologia qualitativa e recorre a uma combinação de métodos e técnicas, onde se destaca o papel dos métodos criativos. Está assente em entrevistas, *focus groups*, assim como na elaboração de desenhos e colagens, aplicados a uma amostra de 38 crianças, com idades entre os 11 e os 14 anos.

Os resultados apontam como consequência principal da ausência do progenitor a falta de proximidade afetiva entre a criança e o progenitor; a vivência em família alargada tem, contudo, um papel fundamental na minimização dos efeitos provocados pela distância. Os relatos das crianças reportam-se sobretudo a impactos afetivos da ausência. Não obstante não parecem existir grandes reconfigurações familiares decorrentes da migração, e o ideal de família permanece o de uma "família completa" e preferencialmente alargada. Estes resultados desafiam o discurso ocidental e etnocêntrico sobre a família e sobre as consequências da ausência dos progenitores na vida da criança, e questionam o conceito de família.

Assim, procura-se dar um contributo à área de estudos da sociologia da família e da infância, nomeadamente na sua interacção com a vivência transnacional, desenvolver pistas de análise que facilitem a compreensão do impacto das migrações nas crianças e ajudar a compreender as repercussões que a mobilidade traz na organização da família cujos membros vivem separados geograficamente.

**Palavras-chave:** Famílias transnacionais; criança; migração; Angola; acolhimento informal; métodos criativos.

# ABSTRACT

This thesis seeks to contribute to the understanding of the impact of migrations on family relationships, taking as a starting point the life experiences of Angolan children living separately from their migrant parents in Portugal. In particular, it seeks to understand if the migration of a parent affects the family representation that the child holds. Articulating the theoretical perspective of migrations, transnationalism (characteristic of contemporary migratory practices), sociology of family and sociology of childhood, in which the child is considered as a participatory actor, with the capacity of an agency and influencing what surrounds him, the study studies the effects of mobility on families, focusing on transnational ones, and giving children a leading role.

The research follows a qualitative methodology and uses a combination of methods and techniques that highlight the role of creative methods. It is based on interviews, focus groups, as well as drawing and collage, applied to a sample of 38 children, aged between 11 and 14 years.

The results point to the lack of affective proximity between the child and the parent as the main consequence of the absence of the parent, however, the extended family experience has a fundamental role in minimizing the effects caused by distance. The children report mainly affective impacts of their parents' absence. Nevertheless, there does not appear to be major family reconfigurations due to migration, and the family ideal remains "complete" and preferably extended. These results challenge Western and ethnocentric discourse about the family and the consequences of parental absence in the child's life, and question the concept of family.

Thus, contributions are made to the study area of family and childhood sociology, namely in their interaction with the transnational experience, analysis is developed to facilitate understanding of the impact of migrations on children, and help is given in discerning the repercussions that mobility brings in the organization of the family whose members live geographically separated.

**Keywords:** Transnational families; child; migration; Angola; fostering; creative methods.

# ACRÓNIMOS

| | |
|---|---|
| CDC | Convenção sobre os Direitos da Criança |
| CEE | Comunidade Económica Europeia |
| FNLA | Frente Nacional de Libertação de Angola |
| IBEP | Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População |
| MPLA | Movimento Popular de Libertação de Angola |
| ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milénio |
| OIM | Organização Internacional para as Migrações |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| REAPN | Rede Europeia Anti Pobreza |
| RGPH | Recenseamento Geral da População e Habitação |
| SEF | Serviço de Estrangeiros e Fronteiras |
| TCRAf-Eu | Transnational Child Raising Arrangements between Africa and Europe |
| TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| EU | União Europeia |
| Unicef | United Nations Children's Fund |
| UNITA | União Nacional para a Independência Total de Angola |

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO ..... 1
PRIMEIRA PARTE ..... 13
Contextualização geral da problemática: os três eixos da questão ..... 13
Capítulo 1 ..... 15
Migrações e Transnacionalismo ..... 15
Modelos teóricos de análise da migração ..... 18
As migrações contemporâneas ..... 26
Migração e moldura jurídica ..... 28
Impactos no migrante ..... 30
Globalização e transnacionalismo ..... 33
Nova forma de olhar as migrações contemporâneas ..... 36
Síntese ..... 39
Capítulo 2 ..... 41
Famílias transnacionais ..... 41
Família e tipos de família ..... 42
Família em África ..... 47
Família em Angola ..... 51
Famílias transnacionais no contexto global ..... 57
Famílias transnacionais e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa ..... 60
Transnacionalidade e parentalidade ..... 62
Famílias transnacionais e Representações sociais ..... 69
Síntese ..... 73
Capítulo 3 ..... 77
Crianças e infâncias ..... 77
Definindo a infância ..... 78
A criança e a infância ao longo da história, na Europa ..... 81
A construção social da infância ..... 84
Crianças atores sociais ..... 89
Criança plural ..... 91
Representações sociais da infância ..... 91
As crianças nos estudos das migrações ..... 93

A criança migrante ..... 94
A criança left behind ..... 96

Os direitos das crianças ..... 101
Outros instrumentos jurídicos de proteção das crianças ..... 104
A visão da infância na Convenção sobre os Direitos da Criança ..... 106
As crianças em Portugal e Angola ..... 107

Os estudos sobre a infância em Portugal e em Angola ..... 113
A infância em Angola ..... 114
Impactos da guerra na situação das crianças ..... 118

Síntese ..... 119

Capítulo 4 ..... 121

Procedimentos éticos, epistemológicos e metodológicos da investigação ..... 121

Ética e investigação social ..... 122
O papel do investigador: o diário de campo ..... 127

Pluralismo metodológico ..... 130
Pergunta de pesquisa e objetivos ..... 135
Etapas da pesquisa ..... 136
O design da pesquisa ..... 137

Técnicas, sistemas de registo e instrumentos de recolha de dados ..... 138

Análise e tratamento dos dados obtidos. ..... 145

O contexto em que a investigação decorreu ..... 148

Síntese ..... 150

SEGUNDA PARTE ..... 153

Angola e Portugal– uma história de encontros e desencontros ..... 153

Capítulo 5 ..... 155

O contexto histórico-social ..... 155

Contextualização histórica e social das relações entre Angola e Portugal ..... 160
Os primeiros contactos – das boas relações ao comércio de escravos ..... 163
Comércio de escravos e Colonialismo ..... 164
Angola: de colónia penal a jóia da coroa ..... 166
O Luso-tropicalismo e a legitimação do Império ..... 169
Libertação de Angola e guerra civil ..... 172
Relações pós-independência ..... 175

Fluxos migratórios entre Angola e Portugal ..... 176
Os fluxos migratórios contemporâneos ..... 178
Mobilidade de portugueses para Angola ..... 180
Fluxos migratórios a seguir à crise de 2008 ..... 181

Diáspora angolana em Portugal e diáspora portuguesa em Angola ..... 185

Síntese ..... 188

Capítulo 6 ..... 191

Estudo de caso - Viver a distância ..... 191

A construção da amostra ..... 191
Os progenitores migrantes e os cuidadores ..... 195

O quotidiano da criança em Angola ..... 196

Representações sociais e rearranjo dos laços familiares ..... 203
A centralidade dos afetos ..... 206

Importância do parentesco e sua composição ..... 208

Família, lugar das emoções ..... 216

A família ideal ..... 235
Os "outros significativos" ..... 240

A vivência do afastamento ..... 243
Separados sem dramas ..... 246

O papel da comunicação ..... 248

Conjugalidade parental e relação criança-progenitor ausente ..... 251

Síntese ..... 254

CONCLUSÃO ..... 257

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 269

ANEXOS ..... 317

Anexo I – Autorizações
a) Pedido de participação escolas
b) Consentimento informado crianças

Anexos II –Instrumentos de recolha de dados
a) Ficha desenhos
b) Questionário
c) Guião focus group
d) Guião focus group
e) Grelha de observação do focus group
f) Ecomapas

Anexo III – "produções criativas"
a) Desenhos elaborados pelas crianças – "A minha família"
b) Cartazes elaborados – "A família ideal"
c) Produtos da atividade materiais reciclados – percepção da ausência do progenitor

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Quadro teórico do estudo – elaboração da autora .....4

Figura 2. População com 5 ou mais anos de idade, segundo os meios de comunicação utilizados nos últimos 12 meses.....99

Figura 3. Estrutura etária da população residente por sexo, 2001 e 2011. .....107

Figura 4. Estrutura etária da população por sexo, 2014.....108

Figura 5. Proporção da população com 5-18 anos fora do sistema de ensino, segundo grupos de idade e sexo, 2014.....111

Figura 6. População residente com registo de nascimento, segundo grupos etários, 2014 .....116

Figura 7. Desenho de família – menina, 14 anos, escola comparticipada .....142

Figura 8. Mapa Etnolinguístico de Angola. .....159

Figura 9. População angolana que reside legalmente em Portugal por sexo (1986-2014).....179

Figura 10. Principais destinos da emigração portuguesa – 2014, ou último ano disponível .....184

Figura 11. Emigrantes Portugueses por tipo de migração e sexo .....187

Figura 12. Sexo e idade dos elementos da amostra .....192

Figura 13. Cuidador da criança Figura 14. Estado conjugal dos progenitores.....193

Figura 15. Tipo de família da criança .....193

Figura 16. Profissão da mãe.....193

Figura 17. Profissão do pai.....194

Figura 18. Ecomapa – menina, 13 anos, escola comparticipada .....201

Figura 19. Ecomapa – menino, 13 anos, escola comparticipada .....202

Figura 20. Ecomapa – menina, 13 anos, escola comparticipada .....202

Figura 21. Ecomapa – menino, 14 anos, escola comparticipada .....203

Figura 22. Nuvem de palavra – família .....207

Figura 23. Desenho da família - palito, menina 13 anos, escola comparticipada.....210

Figura 24. Desenho da família - palito, menina 13 anos, escola comparticipada.....210

Figura 25. Desenho da família- pouca cor,.....211

Figura 26. Desenho da família- pouca cor, menina, 13 anos, escola comparticipada .....211

Figura 27. Desenho da família – sem cor, menino, 12 anos, escola privada .....211

Figura 28. Desenho da família – sem cor, menina, 13 anos, escola comparticipada.....211

Figura 29. Desenho de família bem centrado, menina 11 anos, escola privada .....212

Figura 30. Desenho de família que só usa uma parte da folha, menino 13 anos, escola comparticipada.....212

Figura 31. Elementos da família desenhados.....213

Figura 32. Desenho da família - menina, 11anos, escola privada.....214

Figura 33. Desenho da família - menina, 13 anos, escola comparticipada.....214

Figura 34. Desenho da família – menino, 11 anos, escola comparticipada .....214

Figura 35. Desenho de família com outros elementos, menina, 13 anos, escola comparticipada .....215

Figura 36. Desenho da família, menina 11 anos, escola privada.....216

Figura 37. Desenho da família, menino 14 anos, escola comparticipada .....217

Figura 38. Pormenor do desenho, menino 12 anos, escola privada.....217

Figura 39. Pormenor desenho, menina, 11 anos, escola privada.....218

Figura 40. Pormenor desenho, menino, 11 anos, escola privada.....218

Figura 41. Desenho menina, 11anos, escola privada .....219

Figura 42. Desenho menino, 12anos, escola privada..... 220

Figura 43. Desenho menino, 13 anos, escola comparticipada, .....220

Figura 44. Desenho, menino 13 anos, escola comparticipada .....221

Figura 45. Desenho, menino 12 anos, escola privada.....222

Figura 46. Desenho impactos, menina, 11 anos, escola privada.....224

Figura 47. Desenho impactos, menina, 11 anos, escola privada.....224

Figura 48. Desenho impactos, menino, 12 anos, escola privada .....224

Figura 49. Cartões apresentados às crianças para a realização da atividade – cartões famílias 226

Figura 50. Alguns dos materiais facultados às crianças para realizar a atividade colagens .....233

Figura 51. Crianças a realizar a atividade.....233

Figura 52. Algumas das colagens realizadas.. .....233

Figura 53. Cartaz/colagem, menina, 13 anos, escola comparticipada .....234

Figura 54. Cartaz/colagem, menina, 13 anos, escola comparticipada .....236

Figura 55. Cartaz família perfeita, menina, 11 anos, escola privada .....237

Figura 56. Cartaz, menina, 11 anos, escola privada.....237

Figura 57. Cartaz/colagem, menina, 11 anos, escola privada .....238

Figura 58. Cartaz/colagem família ideal, menino, 12 anos, escola privada.....238

Figura 59. Cartaz/colagem, menina 12 anos, escola comparticipada .....240

Figura 60. Cartaz/colagem, menino 14 anos, escola comparticipada .....240

Figura 61. Cartaz, menina, 14 anos, escola comparticipad.....241

Figura 62. Cartaz/colagem, menino, 13 anos, escola comparticipada .....241

Figura 63. Cartaz/colagem, menina, 11 anos, escola privada .....242

Figura 64. Cartaz/colagem, menino, 11 anos, escola privada.....242

Figura 65. Cartaz/colagem, menino, 14 anos, escola comparticipada .....243

Figura 66. Materiais/objetos facultados às crianças para realizar a atividade materiais reciclados .....243

Figura 67. Produto – materiais reciclados, menina, 11 anos, escola privada..... 244

Figura 68. Produto – materiais reciclados, menino, 13 anos, escola comparticipada.....244

Figura 69. Produto – materiais reciclados, menina, 11 anos, escola privada .....244

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Atividades realizadas por sessão..... 143

Quadro 2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados..... 144

Quadro 3. Critérios estabelecidos para análise dos desenhos..... 147

Quadro 4. Critérios estabelecidos para análise das colagens..... 148

Quadro 5. Angolanos em Portugal..... 182

Quadro 6. Registos consulares, Stock em 2008-2014..... 183

Quadro 7. Remessas Portugal-Angola, em milhares de euros (2007-2013)..... 185

Quadro 8. Instituições do quotidiano da criança..... 200
Quadro 9. Posicionamento dos desenhos..... 212
Quadro 10. Comentários cartões-famílias..... 227
Quadro 10a. Comentários cartões-famílias..... 228
Quadro 10b. Comentários cartões-famílias..... 229
Quadro 11. Legenda atribuída aos cartazes..... 239

# INTRODUÇÃO

Este estudo incide sobre os impactos da migração nas relações familiares, debruçando-se sobre famílias transnacionais de origem angolana e priorizando o ponto de vista das crianças. É uma reflexão sobre o modo como as crianças experienciam a ausência do seu progenitor e das consequências que a mesma acarreta. A condição *a priori* desta investigação é a separação geográfica entre a criança e um dos seus progenitores, na sequência da sua migração. Assim, nesta tese, procuramos analisar as práticas e as representações da vivência transnacional de crianças angolanas. Este fenómeno está pouco estudado no contexto angolano. A sociedade global carateriza-se pela mobilidade, pela tecnologia e pela cadência rápida de acontecimentos. A mobilidade implica mudanças que afetam a dinâmica familiar e consequentemente os membros da família. Estudar as crianças angolanas que vivem em famílias transnacionais, nas quais o progenitor se encontra migrado em Portugal, levanta questões sobre qual a importância de ter os pais perto, os modelos de família, os efeitos da ausência paterna devido à migração ou divórcio, entre outras. Analisar este fenómeno torna-se importante para compreender os impactos da mobilidade nas famílias, em especial no modo como afeta as crianças e como se reflete nas suas representações sociais de família.

A escolha do tema surgiu da minha participação como bolseira de investigação no projeto *Transnational Child-Raising Arrangements between Africa and Europe* (TCRAf-Eu)[1], um projeto europeu sobre famílias transnacionais entre África e a Europa que assentava numa abordagem comparativa. O contexto geográfico onde iria desenvolver o trabalho de campo - Angola - pareceu-me atrativo uma vez que é o meu país natal, que deixei aos 5 anos e do qual possuía apenas algumas lembranças, mas que exercia sobre mim algum fascínio e curiosidade. As temáticas abordadas pelo referido projeto, nomeadamente o

[1] Trata-se de um projeto europeu financiado pelo Programa de investigação NORFACE '*Migration in Europe – Social, Economic, Cultural and Policy Dynamics'*, coordenado pela Universidade de Maastricht (Holanda) que conta com o ICS-UL (Portugal) e Fafo (Noruega) e a Universidade College Cork (Irlanda). Este programa de pesquisa possui um carácter comparativo e encontra-se estruturado em quatro estudos de caso (Nigéria/Irlanda; Angola/Holanda; Angola/Portugal; Holanda/Gana) através dos quais se procurou estudar os efeitos dos acordos transnacionais de cuidados às crianças de famílias transnacionais, nos diferentes atores envolvidos. O estudo de caso Angola/Portugal decorreu no ICS sob a coordenação da Doutora Marzia Grassi.

acolhimento informal de crianças e os efeitos da migração na relação parental, são temas que me são próximos e que fazem parte das minhas próprias experiências e identidade pessoais.

O modo como a temática era abordada pelo referido projeto pareceu-me uma visão etnocêntrica da família e da forma como se devem proceder as suas dinâmicas, partindo também de um pressuposto que as crianças seriam muito afetadas pela ausência dos progenitores. As atividades programadas pelo projeto enfatizavam e ancoravam-no numa preocupação quantitativa que permitisse caraterizar os intervenientes, sendo esta justificada, em parte, pela recolha de dados ter sido efetuada antes da realização do Censo da população angolana – que teve lugar em 2014, e os dados estatísticos disponíveis serem ainda escassos. Tendo como ponto de partida a minha experiência pessoal, bem como a observação no decorrer da realização do trabalho de campo, no âmbito do projeto, pude perceber que nem todas as crianças experienciam negativamente a ausência de um dos progenitores, sendo que muitas manifestavam uma certa normalização/aceitação face à sua situação. Considerei também interessante o facto de várias crianças afirmarem não sentirem impactos provocados pela ausência de um dos seus progenitores, contrariamente ao descrito por alguma literatura sobre o fenómeno. Assim, o interesse pelo tema que desenvolvi nesta tese nasceu quase em forma de catarse, procurando dar relevância ao ponto de vista das crianças e buscando perceber as suas perceções e representações, pelo facto de vivenciarem a família distante de um (ou ambos) os progenitores e apontou para a necessidade de lhes dar voz através de métodos qualitativos, onde se destacaram, em particular, os métodos criativos.

A construção do objeto de estudo desta investigação decorre portanto em grande parte de um dos quatro estudos de caso do projeto TCRAf-Eu (Angola-Portugal). Daí que este trabalho esteja de alguma forma vinculado aos objetivos e a algumas interrogações do projeto comparativo, visando, contudo, o aprofundamento de aspetos pouco ou não abordados. Este estudo procurou aprofundar algumas questões levantadas pelo projeto mãe, nomeadamente as relacionadas com as crianças, que, por opção metodológica e viabilidade temporal, foram, no programa de investigação referido, abordadas de forma sumária. A integração no supracitado projeto teve como principais vantagens a utilização de abordagem interdisciplinar, a troca de sinergias, experiências e conhecimentos, a utilização da metodologia multi-situada que facilitou a compreensão das dinâmicas

transnacionais, permitindo efetuar a recolha de dados, tanto em Angola como em Portugal, originando uma maior aproximação aos diferentes atores; permitiu, também, adquirir um maior conhecimento das normas sociais, institucionais e culturais dos dois contextos (Mazzucato e Schans, 2008); bem como também possibilitou o acesso aos dados quantitativos obtidos através da aplicação de inquéritos, quer em Angola quer em Portugal, que constituíram uma informação estatística fundamental sobre o contexto (Grassi, Vivet e Marinho, 2016). Importa ressalvar, ainda, que a participação permitiu uma aproximação aos sujeitos do estudo – crianças angolanas com pais migrados em Portugal - bem como facilitou os contactos com as escolas e possibilitou a realização de entrevistas com crianças, pais, cuidadores e com informantes-chave sobre a situação das crianças em Angola, sendo o mote para a contextualização da problemática e também para alguma recolha de dados.

Atendendo a este tipo de vivência, procura-se discutir os efeitos do fenómeno migratório no indivíduo migrante e na sua família, particularmente na criança. Assim, parte-se de um quadro teórico que envolve três eixos, nomeadamente as migrações, em especial a perspetiva transnacional da sua análise, articulando-se com a perspetiva teórica da sociologia da família, enfatizando as famílias transnacionais, as suas caraterísticas e impactos, principalmente sobre a criança que é o ator primordial do estudo, encarada na perspetiva da sociologia da infância, como agente social com capacidade de agência e que influencia o que a rodeia. Interessa também averiguar qual o impacto do acolhimento informal na relação de parentalidade, bem como perceber como o contexto cultural interfere ou influencia as práticas de cuidados às crianças.

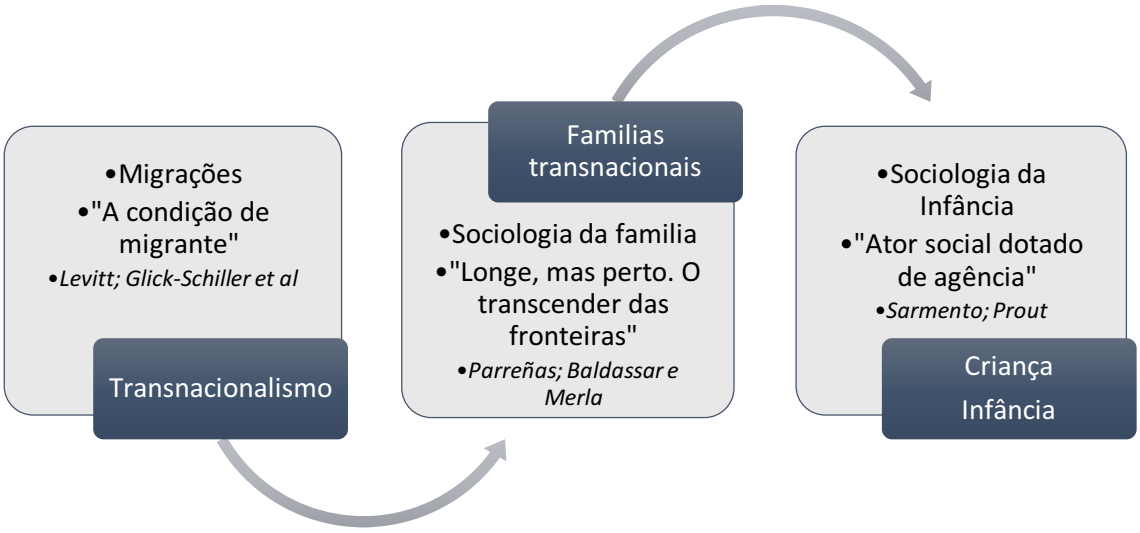



Figura 1. Quadro teórico do estudo – elaboração da autora

Partindo do quadro teórico explicitado, procurou-se identificar o modelo familiar (narrado ou desenhado); os modelos parentais, os aspetos da dinâmica familiar valorizados; a descrição ou representação de emoções (felicidade/infelicidade, tristeza, simpatia, medo, angústia, saudade); representação de afetos e conflitos, considerados como dimensões de análise fundamentais para descortinar os objetivos que nos propomos atingir com este estudo, e alcançar as representações de família destas crianças.

O fenómeno migratório tem sido alvo de atenção por parte de diferentes disciplinas, que enfatizam aspetos distintos como os impactos das remessas dos migrantes no país de origem, a adaptação dos migrantes nas comunidades de acolhimento, as restrições à movimentação dos migrantes, etc. Contudo, o interesse pelas famílias transnacionais e pelos indivíduos que permanecem no país de origem é mais recente, sendo que a consideração do papel e agência da criança (quer como migrante ou como *left behind*) nesta dinâmica é ainda mais recente.

As migrações entre Angola e Portugal revestem-se de um carácter específico, que resulta das ligações coloniais entre os dois países. Esta relação traduz-se numa tradição migratória que é alicerçada em fatores históricos e políticos (Castelo, 2007) e tem implicações nas lógicas migratórias e no modo como se constituem as redes migratórias. Esta tese pretende enfatizar os desafios que se colocam à criação/educação das crianças que ficam em Angola ao cuidado de outros, enquanto um ou ambos os pais se encontram

imigrados em Portugal, com particular atenção às estratégias promovidas para o exercício da parentalidade à distância, bem como nos impactos que a separação geográfica tem sobre as crianças. A recolha de dados foi efetuada com crianças, no seu país de origem, Angola.

O estudo das famílias transnacionais deu origem a abordagens temáticas diversas entre as quais se destaca como pertinente para este estudo aquela referida como *children left behind*, ou seja, as crianças que permanecem no país de origem quando os pais migram. Os autores desta área temática salientam consequências emocionais decorrentes da separação da família (Suarez-Orozco et al, 2002; Silver, 2006), mudança nos papéis familiares, bem como dificuldades na tomada de decisão e partilha de poder entre pais e avós (Levitt, 2001). A designação *children left behind* é, de alguma forma, sintomática de uma visão exclusivamente negativa do fenómeno, de carácter moralizador, sublinhando a ideia de abandono. Ao estudar as crianças em contexto (no seu espaço de vida em Angola), pretende-se romper com uma visão normativa, essencialista, de cariz etnocêntrico e adultocêntrico subjacente ao conceito *children left behind*, e dar a conhecer uma realidade infantil que é pouco conhecida.

Nos estudos sobre migrações e transnacionalismo, o surgimento das crianças como atores é também recente. Os trabalhos sobre crianças migrantes tendem a incidir sobre a sua adaptação ao país de acolhimento, nomeadamente aos sistemas de educação, enfatizando a sua integração e resultados obtidos. O transnacionalismo vem chamar a atenção para o aumento da mobilidade das crianças, tendo esta implicação no processo de socialização. Orelleana *et al* (2001) refere que as crianças estão envolvidas em processos familiares de migração, salientando que "a presença das crianças é fundamental para as famílias nos processos de decisão, e que estas moldam a natureza e o curso das experiências de migração das famílias"[2] (Orellana *et al*, 2001: 587). Referindo-se aos impactos da migração nas crianças, Zontini (2004) salienta aspetos positivos e negativos. Para entender o modo como os acordos de cuidados são percecionados e como atuam nas representações de família dos indivíduos, foram considerados também os contributos teóricos das representações sociais (Moscovici, 1984; Jodelet, 1989; Vala, 1986, 2002). As crianças serão vistas como atores sociais dotados de capacidades reflexivas e críticas

[2] No original "the presence of the children is central to the families' decision-making processes, and children fundamentally shape the nature and course of families' migration experiences". (Orellana et al, 2001:587).

(Almeida, 2009; Qvortrup, 2003), o que lhes permite construir culturas infantis assentes em processos de significação (Sarmento, 2003a). É adotada uma perspetiva interpretativa, que privilegia a agência (Prout, James e Jenks,1999) e a sua participação nas famílias transnacionais. Não existe uma infância única, idêntica para todas as crianças, nem para as que vivem no mesmo período histórico, no mesmo país ou cidade. Pensar a criança e as infâncias implica analisar uma multiplicidade de diferenças, sendo necessário considerar as condições de vida, a origem social e a sua cultura. No caso desta investigação, importa considerar a questão da vivência transnacional e um contexto de pós-guerra.

O trabalho de campo foi iniciado em 2011, com a realização de entrevistas a crianças que integravam as tríades do projeto TCRAf-Eu, tendo sido posteriormente também entrevistadas crianças que responderam ao inquérito efetuado nas escolas no âmbito do referido projeto. O trabalho de campo da tese realizou-se em fases distintas, prolongando-se até 2014 e incluiu a realização de 15 entrevistas, 2 *focus groups,* 23 desenhos, 18 cartazes e 18 postais, ou desenhos, construídos com diversos materiais fornecidos.

Procurou-se interpretar os discursos e desenhos das crianças, de modo a perceber como é que a distância de um ou ambos progenitores influencia a vida daquelas. As formas de organização da parentalidade à distância nas famílias transnacionais têm muitas vezes carácter informal e consequências quer na manutenção dos laços de parentesco, quer nas representações sociais que se formulam em relação à família e têm repercussões sobre os diversos atores envolvidos.

Assim, pretende-se dar um contributo à área de estudos da Sociologia da Família e da Infância, nomeadamente na sua interação com a vivência transnacional, desenvolvendo pistas de análise que facilitem a compreensão do impacto das migrações nas crianças, ajudando a compreender as repercussões que a mobilidade traz na organização da família, cujos membros vivem separados geograficamente. Este trabalho tenciona, também, contribuir para o estudo de uma problemática das famílias transnacionais num contexto pouco explorado - Angola-Portugal - e pretende responder às seguintes questões: de que modo a separação geográfica entre pais e filhos influencia a vida das crianças? de que modo os filhos reconfiguram os seus papéis na teia das relações sociais transnacionais e redefinem o conceito de família e parentalidade? Tendo em conta a vivência das crianças

estabelecida pela condição de vida transnacional dos seus pais, analisam-se as suas representações de família e a "parentalidade social".

O objetivo principal deste estudo é descrever e compreender os efeitos das migrações no domínio das relações familiares, privilegiando o ponto de vista das crianças. Partindo do pressuposto de que as migrações na sociedade contemporânea geram modos de vida transnacionais, pretende-se estudar o impacto da organização dos acordos informais de cuidados às crianças, no exercício da parentalidade, nas relações pais/filhos, nas estratégias de cuidado e educação e na forma como as crianças vivenciam a separação geográfica dos pais biológicos; em suma, compreender as representações sociais de família das crianças e dos pais. Considerando as repercussões dos cuidados à distância, procurou-se ainda:

- Analisar as interações que se estabelecem na relação entre pais, filhos e cuidadores, em particular as estratégias de socialização, os objetivos educativos, a forma como se efetua a gestão da comunicação e a emergência de outros tipos de relação como solidariedade, conflitualidade, etc.
- Estudar as formas como os laços de parentesco são reformulados, bem como o modo em que esta situação é percecionada pelas crianças;
- Analisar as práticas informais de cuidados às crianças, identificar a sua tipologia e aferir a influência na reconfiguração dos papéis parentais.

A abordagem metodológica deste estudo apresenta um carácter marcadamente qualitativo, todavia pauta-se pela utilização de métodos mistos, quer inquiritivos quer criativos, sendo também de ressaltar que, neste trabalho, foram ainda utilizados dados obtidos quantitativamente pelo projeto TCRAf-Eu para efetuar a contextualização do grupo alvo.

A utilização de métodos criativos é um dos aspetos diferenciadores deste trabalho. A sua adoção surge da tentativa de adequação dos métodos ao público-alvo, tentando apelar à participação da criança com um carácter mais lúdico, procurando dessa forma ir ao encontro das suas motivações, capacidades e disponibilidade. Considerou-se que esta abordagem era mais estimulante e menos intrusiva, permitindo igualmente aceder à informação pretendida de uma forma individualizada.

No que diz respeito à estrutura, a presente tese encontra-se dividida em duas partes. Na primeira parte: contextualização geral da problemática: os três eixos da questão, que contempla os capítulos de 1 a 4, faz-se o enquadramento teórico e metodológico da investigação.

O **Capítulo 1**, aborda de forma sumária a temática das '**migrações e transnacionalismo'**, fazendo referência aos modelos teóricos de análise das migrações, às migrações contemporâneas e os seus impactos nos migrantes, às condicionantes da moldura jurídica, à globalização e transnacionalismo. A migração é um fenómeno secular, que decorre na generalidade das sociedades e que tem motivações variadas que passam pela procura de melhores condições económicas e de vida, à reunificação familiar, ao desenvolvimento pessoal, etc. É um fenómeno que contempla tanto homens como mulheres ou crianças, podendo estes ser trabalhadores qualificados, não qualificados ou estudantes. As áreas geográficas para onde as movimentações migratórias ocorrem, sejam internas ou internacionais, tendem a variar de acordo com fatores que fazem alterar a atratividade do destino. Existem diversas teorias que procuram explicar o fenómeno migratório, que vão ressaltando elementos distintos nas suas explanações, tendendo a ter um carácter mais economicista ou mais sociológico. Com o surgimento da globalização, os movimentos populacionais tornaram-se ainda mais complexos e variados, desenvolvendo-se ainda novos fluxos. Não obstante os angolanos não se considerarem um povo migrante, a sua história é atravessada por violência (desde o período do tráfico de escravos ou mesmo a guerra civil), que incitou a sua diáspora. Foi dado particular destaque à perspetiva transnacional de análise das migrações, pois consideramos que é a que mais se adequa à população sobre a qual recai o estudo – crianças angolanas com pelo menos um dos progenitores migrado em Portugal. Tanto os pais como as crianças não se encontram confinados às barreiras geográficas, existe um espaço social transnacional no qual interagem e se relacionam, apesar dos limites que lhes são impostos pela distância. Esta mais recente lente de análise do fenómeno migratório decorre da globalização e das inovações tecnológicas que esta implementou, sobretudo no que se refere às comunicações e transportes, que aproximam os indivíduos facilitando a manutenção das relações e das trocas efetuadas entre migrantes no país de acolhimento e a sua família, amigos e outras redes de contacto no país de origem, enquanto se encontram ao mesmo tempo integrados nas suas sociedades de acolhimento. A migração tem efeitos no indivíduo migrante que se refletem em termos familiares, sociais e psicológicos.

As migrações, a par de outras causas, têm também contribuído para as mudanças ocorridas nas famílias, uma vez que acabam por modificar a dinâmica familiar, compelindo a uma redefinição das suas práticas. A família tem vindo a transformar-se ao longo dos tempos, de acordo com as transformações sociais e com novos valores que vão emergindo, diversificando-se e passando a existir uma panóplia de tipologias familiares, nas quais está incluída a família transnacional. O contexto sociocultural e geográfico em que a família está inserida, influencia fortemente as suas práticas e os valores que ostenta.

O **Capítulo 2**, intitulado **'famílias transnacionais entre Angola e Portugal'**, alude aos tipos de família, dando destaque para a família em África, particularizando o caso angolano. Apresenta as famílias transnacionais no contexto global e no contexto angolano, e aborda ainda as questões relacionadas com a transnacionalidade e parentalidade, bem como a importância das representações sociais. Em África, e é o caso de Angola, as famílias tendem a ser constituídas por um maior número de elementos e a vivência familiar é, muitas vezes, estendida a membros não nucleares. O *fostering,* ou acolhimento informal de crianças, é um fenómeno ancestral que continua a ser uma prática comum. É considerado uma forma de criar as crianças, que gera e aprofunda alianças, bem como redistribui recursos na família. Para as famílias mais desfavorecidas é a única maneira de facultar às crianças a educação ou a aprendizagem de um ofício que lhe será útil futuramente. Grande parte dos pais migrantes e dos cuidadores das crianças passou, na sua infância, por períodos em que esteve ao cuidado de outro membro da sua família alargada que não os seus progenitores. O exercício da parentalidade é afetado pela migração, que empurra para uma redefinição de estratégias; contudo, o estilo de vida transnacional ajuda a minimizar os efeitos da distância na relação.

E porque o principal foco da tese são as crianças e a sua perspetiva sobre a família, elas são aqui encaradas como atores sociais dotados de agência e capacidade interpretativa. O **Capítulo 3**, a que chamei **'crianças e infância'**, procura definir o conceito de infância através de uma revisão dos principais autores e de uma descrição da visão do que é ser criança e do que é a infância ao longo da história, na Europa. Faz também uma referência às representações sociais da infância, e consagra as crianças como atores sociais, destacando os seus direitos nessa idade. Analisa a posição das crianças nos estudos das migrações, referindo-se por último aos estudos sobre a infância em Portugal e em Angola.

Contextualizada na Sociologia da Infância, a criança distancia-se da imagem do ser vulnerável e passivo, típica da visão adultocêntrica e passa a ser percebida como um agente participativo (Sarmento, 1999, 2000), com capacidade de influenciar o que a rodeia. A criança possui um papel ativo e produtivo no seu quotidiano, influenciando o contexto onde está inserida através da sua interação com os outros e com o espaço (James e Prout, 1997; James, Jenks e Prout, 1998; Sirota, 2001; Corsaro, 2005).

Nesta parte, é também clarificada a abordagem metodológica, o **Capítulo 4** refere-se ao **'enquadramento epistemológico, ético e metodológico'** da investigação e tem em consideração os procedimentos éticos, tendo sido implementados, ao longo do estudo, diversos procedimentos éticos, com o intuito de efetuar um trabalho com o mesmo rigor, aos quais é atribuída bastante importância, atendendo a que se trata de uma investigação com crianças; debruça-se também sobre o enquadramento epistemológico da investigação, bem como se faz referência às metodologias e métodos escolhidos. Esclarece o problema de partida e os objetivos do estudo, assim como aborda, ainda, as técnicas e os instrumentos de recolha de dados utilizados e sistemas de registo, expondo, também, os procedimentos efetuados na análise e tratamento dos dados obtidos. Importa salientar que a investigação parte de uma abordagem qualitativa e pauta-se por uma constante tentativa de adequação aos sujeitos. Procurando ser o mais claro possível e atendendo aos objetivos expectáveis de cada atividade, foram sendo introduzidos novos métodos e instrumentos a utilizar na recolha de dados. Assim, optou-se por efetuar uma triangulação de métodos, técnicas e instrumentos, que assentou na reflexividade decorrente de práticas anteriores e de práticas exploratórias. Nesta tentativa de aproximação ao objeto de estudo destacamos o carácter inovador da utilização dos métodos criativos, que procuram motivar a participação da criança e, não sendo demasiado intrusivos, permitem aceder às informações pretendidas.

É também apresentada uma caracterização do contexto em que a investigação decorreu, sendo feitas referências ao modo como foi levado a cabo o trabalho de campo, evidenciando-se as dificuldades encontradas.

A segunda parte deste trabalho - Angola e Portugal – uma História de encontros e desencontros, engloba os Capítulos 5 e 6, que remetem para o contexto da investigação e para a análise dos dados empíricos, respetivamente. No **Capítulo 5** é efetuada uma breve **contextualização histórica e social** das relações entre Angola e Portugal, abordando as

várias fases que descrevem a relação histórica dos dois países, desde a descoberta de Angola, aos primeiros contactos, às relações comerciais, o tráfico negreiro e o colonialismo. Aborda ainda os vários papéis desempenhados por Angola no império português, desde colónia penal a principal fonte de produtos geradores de riqueza. Por último, dando especial destaque aos últimos oito anos, esta caracterização tem em conta os fluxos migratórios contemporâneos entre Angola e Portugal, contemplando tanto a mobilidade de angolanos para Portugal, como a mobilidade de portugueses para Angola que, entre outros motivos, está assente numa proximidade cultural, potenciada pelo idioma comum, que facilita a mobilidade entre os países e as relações pessoais e comerciais.

No que se refere ao **Capítulo 6**, este recai sobre o **estudo empírico**, propriamente dito, refere-se à **análise e discussão de resultados**. O Capítulo contém uma caraterização da amostra e dos progenitores migrantes e cuidadores das crianças. É feita uma descrição do quotidiano das crianças, a análise das suas representações sociais relativamente à família, do modo como é efetuada a reconfiguração dos seus laços sociais, partindo de desenhos, nas colagens e noutras atividades.

A tese termina com um resumo dos principais resultados, sendo ainda efetuada uma reflexão sobre as limitações do estudo e levantadas pistas para futuras investigações sobre famílias transnacionais.

# PRIMEIRA PARTE

## Contextualização geral da problemática: os três eixos da questão

# Capítulo 1

## Migrações e Transnacionalismo

A migração é um fenómeno muito antigo que existe desde o início da humanidade. Desde sempre as populações têm-se deslocado de uma área para outra, à procura de locais onde pudessem encontrar melhores condições de vida, tal como mostram diversos estudos arqueológicos que se debruçam sobre a ocupação do território e expansão demográfica. O termo migração provêm de o verbo migrar, ou seja, ato de se deslocar de um lugar, região ou país para outro. A OIM – Organização Internacional das Migrações, define migração como o «processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos».

Na opinião de Natália Ramos (2004:255) a migração «constitui um processo complexo, contraditório, bipolar, uma experiência de perda, rutura, mudança, vivenciada pelo indivíduo de uma forma mais ou menos traumatizante ou harmoniosa, segundo os seus recursos psicológicos e sociais, as características da sociedade e as condições de acolhimento do país recetor». Castel e Miller (2003:21) também consideram que a migração «é um processo que afeta todas as dimensões da existência social, e que desenvolve as suas próprias dinâmicas complexas».

Quando pensamos nas causas da migração, a tendência é pensar nas motivações económicas, contudo, as suas causas são bastante mais diversas. A sua origem pode estar relacionada com a procura de melhores condições e oportunidades de vida, ou com perseguições religiosas, pode estar relacionada com motivos étnicos ou políticos (regimes ditatoriais, perseguições políticas, etc.), bem como pode ter na sua origem a ocorrência de desastres naturais como sismos, inundações, erupções vulcânicas, ou mesmo secas prolongadas, ou simplesmente a busca de valorização pessoal e de novas experiências. Claro está, os motivos económicos são muitas vezes determinantes para que alguém

enverede por um percurso migratório, quer sejam indivíduos oriundos de países menos desenvolvidos e com níveis de pobreza mais acentuados, quer sejam indivíduos de países desenvolvidos com um alto nível de especialização - "*brain drain*". Não obstante, estes últimos (indivíduos especializados) por norma não são tidos como migrantes dado o seu estatuto socioeconómico elevado (Rocha-Trindade, 1995; Brycesson e Vuorella, 2002).

Caracterizando a migração relativamente ao espaço em que ocorre, esta pode ser interna, quando se trata de deslocações da população de uma região para outra dentro do mesmo território, ou pode ser externa. A migração interna contempla os fenómenos êxodo rural, ou seja, o movimento da população do campo para a cidade, e o êxodo urbano, movimento da população da cidade para o campo. Podendo ainda ser referidos os movimentos pendulares, isto é, as deslocações quotidianas de ida e volta entre local de residência e local de trabalho. A migração externa, quando existe deslocação de um país para outro, pode ser subdividida em três categorias, nomeadamente migração intracontinental, quando a deslocação ocorre dentro do mesmo continente; migração intercontinental, referente a movimentação de pessoas entre dois países que se localizam em continentes diferentes e migração transoceânica, quando a movimentação de pessoas entre dois países implica a travessia de um oceano.

No que diz respeito à duração da migração, esta pode ser definitiva, quando assume um carácter permanente e o migrante acaba por não retornar mais à sua região ou país de origem; temporária, quando o migrante se desloca para outra região por um período de tempo mais ou menos longo; ou sazonal, neste caso existe alguma periodicidade na deslocação, habitualmente uma época do ano. Rocha-Trindade (1995:34) refere que este tipo de migração por norma «tem duração inferior a um ano e se repetem ciclicamente em periodicidade anual».

Quanto à natureza da migração, pode ser voluntária, quando ocorre por livre vontade do migrante - os indivíduos deslocam-se livremente - ou forçada, quando os indivíduos são obrigados a abandonar os seus lugares de residência por motivos que ultrapassam a sua vontade individual (catástrofes naturais, perseguições étnicas, políticas ou religiosas, guerras, etc.).

No que concerne o controlo, as migrações podem ser: migrações legais ou documentadas, quando são realizadas com o conhecimento e autorização das entidades administrativas do país de destino, o imigrante tem autorização de entrada, de permanência e de trabalho

no país de destino; migrações ilegais ou indocumentadas, quando o imigrante não tem autorização de entrada, de permanência e de trabalho no país de destino.

A migração acarreta consequências demográficas tanto para o país de origem como para os países para onde os migrantes se deslocam, entre as quais se podem salientar, no caso dos países de origem, a diminuição das taxas de natalidade e fecundidade; a diminuição da população absoluta, bem como a diminuição da densidade populacional, verifica-se também a diminuição da taxa de crescimento natural e o envelhecimento da população; inversamente, nos países de acolhimento, o fluxo migratório proporciona um aumento das taxas de natalidade e de fecundidade; um aumento da taxa de crescimento natural, bem como um aumento da população absoluta e da densidade populacional, e um rejuvenescimento da população.

O fenómeno migratório também acarreta impactos em termos socioeconómicos. Entre eles podem-se referir em especial no que concerne o país de origem do migrante, a diminuição da população ativa, a entrada de divisas (no caso das migrações externas que se verifica um envio de remessas para o país de origem), tal como a introdução de novas ideias e culturas. No lado do país de acolhimento, os principais impactos sentidos derivados do fenómeno migratório são um aumento da disponibilidade de mão-de-obra, crescimento do PIB e incremento das receitas do estado provenientes das contribuições efetuadas pelos migrantes, paralelamente também se verifica um aumento da multiculturalidade e diversidade cultural.

Não obstante dos efeitos dos fluxos migratórios nos países de origem e de chegada, importa também referir os efeitos sobre os próprios migrantes. A migração implica ruturas e mudanças para os indivíduos que na maioria das vezes tem de abandonar a realidade que conhecem para abraçar uma outra realidade, passando por um processo de adaptação (social, cultural, etc.). Para os migrantes a experiência da migração pode traduzir-se num duro teste com consequências no seu bem-estar psicológico e por vezes físico, sendo muitas vezes causadora de stress. Ramos (2010:3) refere que:

> O processo migratório, envolvendo ruturas espaciais e temporais, transformações diversas, nomeadamente mudanças psicológicas, ambientais, biológicas, sociais, culturais, familiares, politicas, implicando a adaptação psicológica, cultural e social dos indivíduos e das famílias e diferentes modalidades de aculturação, constitui um processo complexo, com consequências ao nível do desenvolvimento individual, familiar e sócio – profissional, assim como da saúde física e psíquica.

Migrar é muito mais do que uma mudança geográfica, e do que deixar para trás o que é familiar, sejam pessoas, lugares, cultura; implica abraçar o desconhecido, e muitas vezes um investimento a nível individual, económico, familiar, social, etc. Joaquín Arango (2000) sugere que o fenómeno migratório acarreta uma imensa multiplicidade de formas, processos, tipos, atores, motivações, e de contextos socioeconómicos e culturais.

**Modelos teóricos de análise da migração**

Os modelos teóricos de análise das migrações tendem a basear-se em duas perspetivas, uma de índole mais economicista, a outra caracterizando-se pelo carácter mais sociológico no estudo do fenómeno das migrações. Segundo Rocha-Trindade (1995:59) «até ao final do século XIX, é sublinhada a influência da análise económica (clássica e neoclássica) na abordagem da mobilidade populacional, apoiada na ideia de que a "esfera económica" constitui o motor de todo o desenvolvimento social», a autora refere ainda que «no contexto das migrações voluntárias, os motivos de ordem económica dominam a matriz de fatores intervenientes nas tomadas de decisão dos indivíduos e grupos» (1995:75).

As teorias migratórias podem ser classificadas de acordo com o seu nível de análise como macro e microssociológicas (Rocha-Trindade, 1995; Peixoto, 2004). A análise microssociológica compreende teorias que consideram que a decisão de migrar tem por base uma escolha racional e individual, é um fenómeno centrado no indivíduo, ainda que condicionadas pela ação de fatores do tipo coletivo ou estruturante. Já a análise macrossociológica privilegia fatores do tipo coletivo ou estruturante, na explicação da decisão de migrar.

No âmbito das teorias microssociológicas, João Peixoto (2004) destaca três modelos: o *Push-Pull*, o do Capital Humano e o do Ciclo de Vida e Trajetória Social. O modelo *Push– Pull* surge do trabalho de Ernest Ravenstein que desenvolveu em 1889 a abordagem neoclássica das migrações que é considerada a contribuição teórica mais significativa assente nos fatores repulsão-atração, e é considerado o primeiro teórico da migração. O autor utilizou os dados dos censos do Reino Unido para desenvolver as leis da migração, que incluíam as seguintes premissas: a maioria dos migrantes viaja apenas uma curta distância; os migrantes que migram para longas distancias geralmente

estabelecem-se em áreas urbanas; a maior parte da migração ocorre em estágios; a maior parte da migração é no sentido rural- urbana; cada fluxo migratório produz um movimento na direção oposta (*counter flow*); a maioria dos migrantes são adultos; a maioria dos migrantes internacionais são homens jovens, enquanto as migrantes internas são mulheres. Ravenstein concluiu que a migração era conduzida por processo de *"push-pull"*, ou seja, por condições desfavoráveis num lugar (leis opressivas, impostos elevados, etc.) que impulsionavam as pessoas a deslocarem-se para outros lugares. *Push Factors,* ou os fatores que impelem o indivíduo a migrar para outro país, são, entre outros, a existência de cuidados médicos deficitários; trabalho insuficiente na região e poucas oportunidades de emprego; medo de perseguição política; ausência de liberdade religiosa; perda de riqueza; desastres naturais; e tributação excessiva. No que concerne aos *pull factors*, ou seja, as condições que atraem as pessoas para migrarem para determinado país, salienta especialmente as oportunidades de emprego; a existência de melhores padrões de vida; melhor educação; melhores cuidados médicos e de saúde; segurança; existência de relações familiares, ou redes familiares; e clima mais favorável. Posteriormente, e tomando os mesmos pressupostos, Everett Lee (1966) reformulou a teoria de Ravenstein atribuindo maior ênfase aos fatores internos de atração de imigrantes, destacando também o impacto que obstáculos como a distância, barreiras físicas ou políticas e a existência de dependentes provocam no processo migratório. O autor considera que o processo migratório é seletivo devido a diferenças com relação à idade, género e classe social que afetam o modo como as pessoas respondem aos fatores de atração e repulsão (*push-pull factors*), e estas condições também dão forma às suas capacidades de superar obstáculos com relação à migração. Além disso, também entende que fatores pessoais, como a educação, os conhecimentos sobre a população recetora, as relações familiares etc., possuem a capacidade de facilitar ou retardar a migração. O autor propõe definir migração como uma «mudança permanente ou semipermanente de residência» (Lee, 1969: 285), contudo esta definição não contempla a dimensão social ou temporal do fenómeno. O principal interesse deste autor era compreender os efeitos das migrações e os processos de assimilação/integração dos migrantes na sociedade de acolhimento. O modelo considera que existe uma série de fatores que impulsionam o indivíduo a deixar o seu local de origem, quando comparando com outro que, na sua opinião, apresenta condições mais favoráveis. Este modelo ressalta as motivações pessoais dos migrantes, que avaliando os custos e os proveitos intrínsecos à migração, optarão pela alternativa mais

vantajosa.

No que diz respeito à teoria do Capital Humano, Peixoto (2004) considera que estas teorias aprofundam as questões relacionadas com os custos e benefícios implícitos no processo migratório, partem do príncipio que os indivíduos avaliam racionalmente os custos e os benefícios das suas ações e hábitos (Becker, 1993). A teoria do capital humano interessa-se pelas causas da migração, considerando que fatores como a educação tem particular importância no que leva os indivíduos a partir ou a permanecer no seu país de origem. A migração seria resultado de uma análise custo/benefício. A migração é também vista como um investimento em capital humano, a par do investimento efetuado na educação, na formação profissional ou na aquisição de outros conhecimentos, que proporcionarão ao indivíduo benefícios futuros. Larry Sjaastadt[3] (1962) considera que a migração pode ser encarada «como um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos», sendo que os investimentos em educação e migração são vistos como incremento de capital humano e visam sobretudo a ascensão social e a melhoria das condições de vida do indivíduo. A migração ocorre apenas quando os retornos esperados são positivos. Barry Chiwick (1990 e 2000) um dos autores desta corrente teórica, salienta que muitas vezes os rendimentos dos migrantes à chegada no país de acolhimento são mais baixos do que os rendimentos dos nacionais que ocupam a mesma posição, contudo, ao longo do tempo, estes tendem a fazer um investimento em capital humano (procuram adquirir mais educação e formação profissional, e ganhar mobilidade profissional, bem como melhoram as suas competências linguísticas e aumentam os seus conhecimentos sobre a cultura do país) que futuramente se irá traduzir num crescendo de rendimentos.

No que se refere à perspetiva que liga o fenómeno migratório ao ciclo e trajetória de vida, vários estudos (Rossi,1955; Harbison, 1981) indicam existir uma relação entre a fase da vida – ciclo/curso de vida em que o indivíduo se encontra e a tendência para migrar. Apontam também para o facto dos indivíduos com mais idade possuírem menos tendência para migrar. Há que salientar ainda as teorias que enfatizam a família e o agregado familiar como partes decisivas no processo migratório, sobretudo no que se refere à decisão de migrar, tal como o papel das redes sociais. É dado destaque ao papel determinante que os familiares, amigos e conterrâneos possuem no desdobrar dos fluxos

[3] *cit* em Peixoto, João. 2004.

migratórios. Mincer (1978) considera que os laços familiares são relevantes para a migração, pois defende que a migração se reflete em ganhos para toda a família e não apenas para o indivíduo que migra, tornando-se assim uma motivação para os movimentos migratórios. Gordon De Jong *et al* (1998) também ressaltam o papel da família no processo migratório, afirmando que «as interações entre os membros familiares na forma de troca de informações sobre o ambiente doméstico, a comunidade e o mercado de trabalho, são a chave para se compreender o processo de tomada da decisão de migrar» (1998:155). Também Sarah Harbison (1981) realça a importância da família no processo de tomada de decisão relativamente à migração. A autora destaca a função da família como rede social de suporte, afirmando que a família «é frequentemente dispersa geograficamente e a rede social criada pelos parentes em diferentes regiões é um importante componente no processo de tomada da decisão de migrar» (1981:251).

Tendo em conta que as migrações implicam um processo de mudança, a obtenção de informações corretas sobre o país de destino e a existência de facilitadores nesse mesmo país, vai auxiliar o processo migratório e amenizar os constrangimentos gerados pela mudança. Assim, as redes de parentesco assumem um papel fundamental em termos de credibilidade da informação prestada. James Fawcett (1989) também destaca o papel das redes de parentesco na perpetuação dos fluxos migratórios, salientando que «as relações familiares têm um persistente impacto na migração, pois políticas, regras e mesmo normas podem mudar, porém, obrigações entre membros familiares são de natureza persistente» (Fawcett, 1989:678).

As teorias macrossociológicas explicam a decisão migratória privilegiando fatores externos ao ator social. Nas perspetivas macroeconómicas neoclássicas, a existência de disparidades económicas entre países, em particular no que concerne o mercado de trabalho, é responsável por produzir fluxos migratórios. Paralelamente também se verifica o fluxo migratório de trabalhadores muito qualificados de países ricos em direção aos países mais pobres em capital humano (Massey *et al*., 1993). No que respeita as explicações de carácter mais macrossociológico, salientam-se os seguintes modelos: Nova Economia da Migração do Trabalho; Mercado de Trabalho Segmentado e a Economia Informal; Estruturas Espaciais, Sistemas-Mundo e Sistemas Migratórios; e Instituições, Redes Migratórias, Laços Étnicos e Sociais.

A teoria da Nova Economia da Migração do Trabalho, cujo pressuposto é a noção de que

a decisão de migrar não é tomada isoladamente pelo indivíduo, é determinada por um conjunto maior de pessoas que estão ligadas entre si, e dá um maior destaque ao agregado familiar como impulsionador da migração. Oded Stark e David Bloom (1985), referem que a decisão de migrar é tomada muitas vezes juntamente com um grupo de não migrantes. J. Edward Taylor (1986) também ressalta que ao agir coletivamente, os indivíduos visam maximizar os seus ganhos e também minimizar os riscos. A migração é explicada devido à existência de um mercado de trabalho defeituoso, os autores desta corrente teórica consideram que mesmo numa situação de inexistência de disparidades salariais, as migrações continuariam a ocorrer pois os agregados poderiam continuar a tentar reduzir os riscos de queda do seu nível de vida. Os autores que defendem esta teoria introduzem ainda o conceito de *privação relativa*, que questiona se um aumento de rendimentos possui o mesmo efeito, independentemente do contexto socioeconómico do agregado.

Relativamente às teorias do mercado de trabalho segmentado (Piore 1979; Portes, 1981), estas consideram que a procura de trabalho migrante resulta do dualismo económico (tipos distintos de mercados de trabalho), mas também da escassez, absoluta ou relativa, de trabalhadores nacionais e da sua ausência de motivação para ocuparem certos postos de trabalho. Segundo esta corrente teórica, verifica-se a existência de dois tipos de mercados de trabalho: o mercado primário, que apresenta como características o facto de incluir trabalhos bem remunerados, estáveis e com possibilidade de progressão na carreira, e que incluem benefícios sociais; e o mercado secundário, que pelo contrário é constituído por ofertas mal pagas, instáveis, existindo poucas possibilidades de desenvolvimento na carreira e poucos ou nenhuns benefícios sociais. Este segundo tipo de mercado de trabalho é pouco atrativo para os autóctones devido às suas reduzidas possibilidades de mobilidade ascendente, daí as ofertas provenientes deste mercado de trabalho serem sobretudo ocupados por migrantes que, sem darem importância ao status profissional, as encaram como uma forma de arrecadar rendimentos. A migração internacional de indivíduos oriundos de países em desenvolvimento para países desenvolvidos destina-se a ocupar posições no mercado de trabalho secundário. A migração é instigada pela procura, sendo construída na estrutura económica das sociedades avançadas (Rocha-Trindade, 1995; Peixoto, 2004).

Segundo Peixoto (2004), a Teoria das Estruturas Espaciais, Sistemas- Mundo e Sistemas

Migratórios fundamenta-se no atributo espaço, sendo a migração explicada pela relação existente entre a economia e a geografia. No que concerne às Estruturas Espaciais, tentam estabelecer uma ligação entre as estruturas espaciais e as relações sociais, tendo em conta que determinadas regiões do globo, são mais atrativas para os migrantes que outras, devido a fatores económicos, como a localização de certas atividades económicas. As teorias do sistema mundo, têm por base a existência de um "mercado global de trabalho" com diferentes zonas salariais, o que segundo Petras (1981) é a principal razão por detrás dos fluxos migratórios, estes seriam o resultado da procura de salários mais elevados que motivaria os trabalhadores a deslocarem-se para outras zonas. A migração tem ainda a capacidade de ligar diversas zonas geográficas, em especial centros, periferias e semiperiferias. De acordo com a perspetiva dos Sistemas-Mundo, os fenómenos migratórios encontram a sua explicação na estrutura do sistema capitalista que produz uma divisão entre zonas salariais, criando condições para a mobilidade das populações das zonas periferias para as zonas centrais.

Já as teorias sobre os sistemas migratórios creem que os fluxos migratórios emergem de contextos históricos específicos cuja dinâmica interna lhes concede as características de um sistema (Peixoto, 2004). Segundo João Peixoto (2004: 27) «a dinâmica de cada "sistema migratório" é particular e resulta de um contexto histórico (económico, social, politico e tecnológico) determinado e da interligação entre fluxos migratórios e outro tipo de intercâmbios». A existência de laços entre os países, seja por motivos de colonização, de comércio ou relações culturais, vai influenciar o movimento migratório.

Na Teoria das Instituições, Redes Migratórias, Laços Étnicos e Sociais, a decisão de migrar fica a dever-se às instituições, às redes e às comunidades étnicas e solidárias. No que se refere às explicações de carácter institucional dos movimentos migratórios, estas consideram que as instituições (Estado, empresas e ONGs), influenciam os fluxos migratórios. A atuação dos Estados é mais evidente, uma vez que estabelecem as políticas migratórias que regulamentam e procuram controlar os fluxos migratórios, e que têm a capacidade de incentivar ou desencorajar a migração. As empresas também possuem uma ação sobre os fluxos migratórios, visível no deslocar dos seus trabalhadores, quer sejam trabalhadores altamente qualificados (quadros especialistas), ou trabalhadores menos qualificados (como se verifica no sector de construção civil) para outros contextos geográficos. É ainda de salientar o papel das empresas de recrutamento de emprego, em

especial as que atuam especificamente na angariação de trabalhadores de algumas áreas como enfermagem ou trabalhadores domésticos, que também fomentam a mobilidade. Relativamente a estas empresas/agências, importa salientar que nem todas possuem um carácter honesto, estando muitas associadas a situações de abuso, exploração e tráfico de seres humanos, facto que levou a OIT – Organização Internacional do Trabalho e o UNODC - Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime a lançar uma campanha de promoção de práticas de recrutamento justas, visando sobretudo prevenir o tráfico de pessoas e proteger os trabalhadores, em particular os trabalhadores migrantes, bem como minorar os custos da migração laboral (OIT, 2014). No que se refere às ONGs, a sua ação sobre os fluxos migratórios está sobretudo associada ao apoio humanitário, que tem como objetivo ajudar na integração do migrante prestando informações e apoio a diversos níveis, nomeadamente, jurídico (em especial sobre a regularização, reagrupamento familiar ou asilo, bem como sobre o acesso à educação, saúde, habitação e segurança social), aulas de língua/cultura portuguesa (e de outros países), apoio na procura de emprego e promoção de eventos culturais de carácter recreativo, etc.

As Redes Migratórias podem ser definidas como o conjunto de relações interpessoais que ligam migrantes, ex-migrantes e não migrantes nas sociedades de origem e de destino (Massey, 1998). As redes sociais detidas pelos indivíduos podem ter influência na sua decisão de migrar. A informação prestada sobre o contexto sociopolítico e cultural, bem como a possibilidade de ter algum suporte (afetivo, e mesmo financeiro em caso de necessidade, informativo, etc.) e a hipótese de ter um acompanhamento inicial na sua adaptação ao país podem levar os indivíduos a escolher o seu destino migratório em função das redes sociais que o próprio possua nesse país. A posição que o indivíduo ocupa na rede acaba também por influenciar o seu grau de autonomia ou dependência em relação aos restantes membros da rede. De acordo com Rocha-Trindade (1995: 91) «as redes sociais fundadas em laços familiares, de amizade e com base na identidade de uma determinada comunidade, são categorias analíticas fundamentais para análise dos sistemas migratórios. Ao efetuarem ligações entre os países de origem e de destino, as redes sociais baseadas em laços interpessoais constituem fatores de intermediação entre os atores individuais e as forças estruturais». Vários autores (Massey, 1990; Zimmerman, 1995) enfatizam o papel das redes no aumento dos fluxos migratórios, salientando que estes contactos reduzem o custo da migração para familiares e amigos; assim como o seu papel na eternização dos movimentos migratórios (Harbison, 1981; Massey, 1990;

Massey *et al*., 1987; Massey e España, 1987; Massey *et al.*, 1993). Massey *et al.* (1993) consideram que a presença de redes migratórias de trabalho intensifica a probabilidade do movimento internacional ou interno, uma vez que estas redes «reduzem os custos e riscos do movimento e aumentam a expectativa de retorno com a migração. As redes migratórias constituiriam uma forma de capital social que propiciaria às pessoas terem acesso ao mercado de trabalho no exterior» (1993:448).

A existência de Laços Étnicos e Sociais pode também contribuir decisivamente para o movimento migratório. Estes, que se verificam entre alguns grupos de migrantes e manifestam-se de acordo com Peixoto (2004) em "enclaves étnicos", "negócios étnicos" ou "comunidades étnicas solidárias", que por vezes são grupos fechados, coesos e bastante solidários. O autor salienta ainda a importância económica de uma "comunidade étnica solidária" pois esta possibilita a criação de «um mercado para bens e serviços de raiz cultural; uma reserva de trabalho assalariado fiável; e uma fonte de capital para realização de investimentos» (2004: 30).

A abordagem sociológica das migrações parte do pressuposto que a migração é um processo social, um fenómeno intrínseco à mudança social. A migração, enquanto fenómeno social, não foi alvo de interesse aprofundado por parte dos autores clássicos da sociologia. Se para Marx a migração estava associada ao desenvolvimento do capitalismo, Durkheim relaciona o fenómeno ao crescimento das cidades; na obra *A Divisão do Trabalho Social,* o autor afirma que «crescimento das cidades é resultado da imigração» (1977: 61, vol. 2). Já Simmel trata o fenómeno migratório de modo mais evidente, estudando o estrangeiro (1908) e os judeus na Europa, referindo-se ainda ao espaço e às mudanças de lugar. A abordagem da sociologia das migrações por seu lado, tem em conta a migração, as suas causas, os fluxos e os tipos de migrantes, bem como a fixação dos migrantes, considerando os aspetos relacionados com a integração, a aculturação e permanência dos migrantes na sociedade de acolhimento (Pinho, 2012). Esta abordagem iniciou-se com os trabalhos da Escola de Chicago, que davam particular destaque à integração social e a assimilação cultural dos imigrantes. Salienta-se o estudo de Thomas e Znaniecki (1927 [1918]), *The Polish Peasant in Europe and America*, que se debruça sobre os migrantes polacos que migraram para os Estados Unidos da América entre 1880 e 1910, evidenciando a quebra os laços de solidariedade, e analisando os processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da

sociedade americana. Este estudo viria também a ter uma forte influência no emergir da sociologia urbana e da sociologia do desvio, temas abordados pela Escola de Chicago. Posteriormente, os trabalhos de Robert Park (1928) com enfoque na "desorganização social" da cidade, interessam-se sobretudo pela integração urbana dos migrantes, e juntamente com Ernest Burgess, estudam a sua trajetória no espaço urbano desde a segregação (espacial) à assimilação dos migrantes (*melting point*).

Ainda no que respeita o estudo das migrações, ao longo do tempo foram criadas diversas tipologias de classificação dos movimentos migratórios. Rui Pena Pires (2003) procurando comparar as migrações mais frequentes, define uma classificação que tem por base as particularidades dos fluxos migratórios em termos temporais, de espaço e de configuração social; a origem da migração – a decisão de migrar e a operacionalização do processo; bem como as características socioeconómicas dos migrantes e modos de integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento. O autor salienta que a migração acarreta a condição de estrangeiro, que está muitas vezes associada à dificuldade e por vezes falta de possibilidade de gozar dos mesmos direitos que o cidadão nacional.

**As migrações contemporâneas**

Os movimentos migratórios entre países e continentes têm vindo a intensificar-se nos últimos anos, sobretudo devido ao desenvolvimento desigual das regiões do mundo (o Norte mais desenvolvido que o Sul) e da proliferação de conflitos. Ainda assim, segundo a ONU, as migrações do tipo Sul-Sul (migrações regionais e de longa distância) são mais numerosas que as migrações do tipo Sul-Norte, salientando que 2 milhões de migrantes asiáticos trabalham em países vizinhos, verificando-se o mesmo relativamente maioria à dos migrantes africanos a sul do Sahara.

O crescimento do número de migrantes tem sido notório. Os 77 milhões de migrantes registrados em 1965 subiram para 111 milhões em 1990; contabilizaram-se 140 milhões de migrantes, em 1997; e 175 milhões, no ano de 2000. Segundo o relatório da ONU, em 2013 existiam 232 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo, correspondendo este número a 3,2% da população, e estando a maioria a viver em regiões desenvolvidas. Em 2015, e de acordo com a OIM, o número de migrantes internacionais aumentou para os 244 milhões de pessoas. A ONU refere que destes imigrantes

internacionais, 76 milhões vivem na Europa, sendo 12 milhões na Alemanha e outros 9 milhões no Reino Unido. Os Estados Unidos possuem a maior população de migrantes com 47 milhões de pessoas, a Rússia regista 12 milhões e a Arábia Saudita 10 milhões de residentes estrangeiros. Já no que se refere aos países que apresentam o maior índice de emigração destacam-se o México, a Índia, a Rússia, a China, a Ucrânia, o Bangladesh, o Paquistão, o Reino Unido, as Filipinas e a Turquia.

Tendencialmente, o elemento migrante da família era o homem – pai. Este deixava a sua família partindo com destino a outra região ou país na esperança de encontrar melhores condições de vida que lhe permitisse prover a sua família. Paralelamente a este papel de *breadwinner* assumido pela figura masculina, a mulher permanecia no local de origem com os filhos do casal. É recente a visibilidade dada às mulheres nos estudos das migrações, destacando o seu papel como migrante ou as relações que estabelece no processo migratório (criação de redes de apoio), contudo a procura de mão-de-obra em determinados sectores, como a prestação de cuidados, sobretudo a crianças e idosos, bem como os serviços domésticos, ou na área da saúde (em especial na área da enfermagem), fez com que, mais recentemente, o aumento da migração feminina fosse identificado como um fenómeno crescente, em particular em determinados contextos geográficos como Ásia, em especial nas Filipinas, Sri Lanka, Tailândia; América Latina, em particular o México; nas Caraíbas e Europa de Leste, onde tem surgido já diversos estudos (Pedraza, 1991; Parreñas, 2001b, 2005; Parella, 2007, 2011; Zontini, 2004, 2007).

A migração feminina não é recente, porém era efetuada sobretudo com o intuito de reunificação familiar. Após um período de tempo as mulheres juntavam-se aos seus maridos ou aos seus pais no país de acolhimento. Mas, nos últimos anos, cada vez mais as mulheres têm vindo a levar a cabo processos migratórios autónomos. Os motivos que as conduzem são sobretudo de ordem económica e laboral, e não apenas por motivos de mudança de residência para se reunirem com os seus maridos (Parella, 2011). Entre as motivações para a migração feminina encontram-se as oportunidades de emprego insuficientes no país de origem, e dada a feminização dos *circuitos globais de sobrevivência* (Saskia Sassen, 2002 e 2003) decorrentes das modificações dos mercados de trabalho dos países recetores, cujos modelos de recrutamento diferem conforme o género, sobressai a necessidade de mão-de-obra feminina para desempenhar as tarefas de cuidado. Estas tarefas segundo Cristina Vega (2009), abrangem os serviços de limpeza,

o cuidado de crianças e idosos, prestados em contexto doméstico ou como serviços domiciliários prestados por empresas.

Ainda relativamente à migração feminina, importa referir que muitas mulheres migrantes são mães que se vêem obrigadas a deixar os seus filhos no país de origem ao cuidado de outros familiares. Na maioria das vezes estas mulheres acabam por cuidar de outras crianças no país de acolhimento (outros filhos que não os seus), fazendo parte de *"cadeias globais de assistência"* (Hochschild, 2000). Esta situação pode levar ao surgimento de conflitos interiores e estados de ansiedade ou mesmo sentimentos de culpa na mãe, podendo também gerar consequências psicológicas, sociais, e familiares tanto nas mães como nas crianças.

De acordo com o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UN, 2016), a migração feminina em 2000 constituía perto de metade (49%) do stock global de migrantes. Em 2015 assistiu-se a uma ligeira descida, sendo que as mulheres passaram a representar 48% dos migrantes internacionais. O relatório refere ainda que o número de mulheres migrantes na Europa e na América do Norte é mais elevado que o número de homens, enquanto que em Africa e na Ásia o número de migrantes homens é superior. Nas regiões da América Latina, das Caraíbas e na América do Norte, o número de mulheres migrantes é equiparável ao de homens migrantes.

## Migração e moldura jurídica

Em Portugal a constituição da República de 1976 passou a conceder o direito a migrar (artigo 44º, nº2), algo que anteriormente era desincentivado, assim como, passou a atribuir direitos aos portugueses emigrados no estrangeiro (artigo 14º).

A moldura jurídica de determinado país vai influenciar a sua atratividade para os cidadãos que desejam migrar internacionalmente, uma vez que facilita ou dificulta a plena integração dos indivíduos no novo país. Juntamente com outras características, como a proximidade cultural, o idioma, a existência de redes de contactos/sociais, o momento económico que o país atravessa (oportunidades de emprego) a moldura jurídica vai ter um papel determinante na escolha do país de acolhimento.

Os países que outrora foram colonizadores (Portugal, Espanha, França, Inglaterra, etc.) tendem a ter medidas especiais de regulação de estrangeiros provenientes das suas ex-colónias. No caso português, é de referir a existência de medidas de descriminação positiva para os indivíduos oriundos de países de língua portuguesa (Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro), tendo existido períodos especiais de regulamentação para indivíduos oriundos dos PALOP e do Brasil[4]. Marzia Grassi (2011) afirma que no caso dos cidadãos angolanos migrantes em Portugal, houve no total três regularizações extraordinárias que lhe permitiram tornar-se residentes permanentes. A legislação portuguesa sobre a regularização da migração favorecia as pessoas originárias dos PALOP, um exemplo disso era o facto de um cidadão dos PALOP necessitar de ter seis anos de residência em Portugal para poder pedir a naturalização, ao passo que as pessoas provenientes doutras nacionalidades tinham de aguardar dez anos para poderem solicitar a sua naturalização. De salientar, contudo, que estas medidas findaram com a implementação da Lei da Nacionalidade de 2006 (Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de Abril), através da qual passou a ser exigido a todos os cidadãos estrangeiros, a residência legal durante seis anos para a obtenção da nacionalidade portuguesa.

As leis sobre imigração e asilo político variam bastante de país para país. Na opinião de Rocha-Trindade (1995:297) «as migrações e os migrantes acham-se, assim, simultaneamente, causadores e destinatários de normas jurídicas de diversa natureza, que tanto emanam dos estados de origem, como dos de acolhimento, como das Organizações Internacionais, como da Comunidade Europeia». Estas normas habitualmente procuram controlar os fluxos migratórios, reger a entrada, a duração da estada, a residência de estrangeiro no país de acolhimento e o seu regresso ao país de origem, bem como definem o estatuto jurídico laboral dos trabalhadores migrantes.

É frequente o termo migrante estar associado a trabalhador. A autora referida anteriormente, também menciona que as «convenções internacionais utilizam o termo migrante ou como qualificativo de trabalhadores (...) ou para se referirem ao núcleo

[4] As regulamentações extraordinárias foram precedidas por alterações legislativas, nomeadamente o Decreto-lei 212/92 de 12 de Outubro (que incluía medidas de discriminação positiva em relação aos nacionais de países de língua oficial portuguesa); a Lei 17/96 de 24 de Maio (cujo propósito era a legalização os imigrantes que não tinham sido abrangidos pela anterior Regularização de 1992/93); o Decreto-Lei 34/2003 de 25 de Fevereiro, que ao abrigo do acordo luso-brasileiro facilita a regularização os imigrantes brasileiros ilegais e promove a imigração de Brasileiros para Portugal.

familiar restrito que pode acompanhar o trabalhador migrante» (1995:300).

Uma migração documentada proporciona maior segurança ao migrante, dando acesso a todos os serviços e a melhores oportunidades de trabalho e consequentemente de vida. Por sua vez, a permanência de indivíduos migrantes não documentados, por norma é punida com o repatriamento para o país de origem do indivíduo. Muitas vezes a condição de indocumentado coloca os migrantes em situações em que se veem privados dos seus direitos enquanto seres humanos e enquanto cidadãos.

A moldura jurídica referente à migração vai condicionar a facilidade de entrada no país de cidadãos estrangeiros-migrantes, de permanência e de dar resposta aos requisitos impostos para permanecer no país. Também influi no modo de requerer e obter vistos, e no processo de reunificação familiar. Paralelamente, aos documentos nacionais, também a legislação internacional, ou emanada pela União Europeia, condicionam a admissão e integração dos migrantes, o mesmo se verificando no que respeita aos instrumentos produzidos pelas organizações internacionais. Portugal ratificou muitos desses documentos, de salientar as Convenções da OIT n.ºs 97 e 143, referentes a trabalhadores migrantes; a Carta Social Europeia; a Convenção Europeia relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante, e diversos acordos bilaterais cujo âmbito de cooperação varia desde a colocação de trabalhadores portugueses, até a coadjuvação na área jurídica ou judiciária, entre outras.

A par da legislação que, como já vimos, pode incentivar ou dificultar o processo migratório, as políticas sociais do país de acolhimento têm também a capacidade de influenciar a adaptação e integração do migrante na nova sociedade.

## Impactos no migrante

Com a globalização e com o aumento e facilidade de comunicação, em especial com o aparecimento da Internet, o incremento dos transportes e a facilidade de deslocação entre as diversas partes do mundo, bem como o posterior surgimento de diversas companhias de aviação ditas *low cost,* vieram favorecer uma maior mobilidade às pessoas. Não obstante destes progressos visíveis, os processos migratórios atuais são complexos (Ramos, 2004). A condição de migrante tem um efeito profundo sobre o indivíduo, em

especial na fase inicial, uma vez que este se vê privado, na maioria das vezes, da presença da sua família e amigos e a braços com uma nova realidade e com uma cultura, usos e costumes diferentes. Eduardo Marandola Jr. e Priscila Gallo (2010: 407) defendem que a migração «do ponto de vista existencial, é uma experiência desconcertante, em que as referências espaciais e socioculturais são reconstituídas», deixando latentes algumas das dificuldades enfrentadas pelos migrantes. Entre os diversos impactos da migração nos indivíduos migrantes destaca-se o impacto ao nível da saúde e do bem-estar; ao nível social, decorrente da perda das suas redes de apoio – amigos, vizinhos e família, com consequências no que respeita os sentimentos de pertença e de segurança, existindo maiores dificuldades de identificação com grupos no novo contexto; e ao a nível afetivo, resultantes da separação dos seus familiares, etc.

Todavia, a decisão de migrar tende a ser bastante ponderada pelo indivíduo que parte em busca de melhores oportunidades de vida. A possibilidade de gerar remessas, e de as enviar para a família no país de origem, é uma das principais vantagens da migração e por vezes tem um impacto positivo na economia local e na do país. Também as remessas sociais (Levitt, 1998) são uma mais valia, pois contribuem para a mudança de mentalidade tanto do indivíduo como da sua família, cooperando também para a modernização da sua comunidade no país de origem. Contudo, se as remessas geradas não cumprirem a expetativa inicialmente criada pelo indivíduo, e forem insuficientes para fazer face as suas necessidades, podem ser um motor de preocupação tendo impacto nos seus níveis de stress e de felicidade.

Outro dos impactos que a migração pode ter na vida do indivíduo migrante é o facto de esta poder ser facilitadora da mobilidade social que, de outra forma, seria difícil de alcançar. Porém, não podemos esquecer as condições adversas a que os migrantes podem estar sujeitos no país de acolhimento, nomeadamente o facto de serem muitas vezes maltratados e considerados cidadãos de segunda classe por parte de xenófobos, sofrem discriminação racial e social, são vistos como uma ameaça podendo sofrer reações hostis que podem mesmo gerar estigmatização (Goffman, 1982; Bauman, 1998).

Também as dificuldades encontradas na adaptação ao novo contexto social e cultural, à língua e à sua capacidade para comunicar com os outros, bem como o ter de lidar com a ausência dos seus entes queridos e com o sentimento de não participar tão ativamente na vida dos mesmos (embora o acesso aos meios de comunicação seja mais facilitado e

barato, muitas vezes é insuficiente para suprir a ausência), a adaptação a um clima ou a uma alimentação diferente podem ter impactos negativos no migrante, em particular ao nível do seu bem-estar psicológico. A incerteza gerada pela mudança e pelo desconhecido também afeta o migrante, impulsionando o seu nível de stress, podendo ter efeitos sobre a sua saúde. De facto, existem alguns estudos (Carballo *et al*., 1998; Jansà e García de Olalla, 2004) que apontam para a tendência de os emigrantes apresentarem maior vulnerabilidade a doenças ou a outros problemas de saúde. Sónia Dias e Aldina Gonçalves declaram que «a migração internacional é considerada um dos maiores desafios da Saúde Pública a nível mundial» (2007:15). As autoras salientam ainda que «o impacto da migração na saúde e os determinantes presentes em cada fase do processo migratório variam com o tipo de migração (legal/irregular, voluntária/forçada), o ambiente global do país de origem, trânsito e acolhimento, as políticas de imigração adotadas no país de chegada, as condições de acolhimento ou o contacto mantido com o país de origem» (2007:18). Assim, verifica-se que a migração em si não é um risco para a saúde, contudo as condições em que se processa, bem como o estado biopsicológico do migrante e o local de onde e para onde este migra, podem influenciar a saúde do individuo. No que concerne a saúde mental dos migrantes, Elsa Lechner (2007) considera que experiência migratória assenta na descontinuidade e rutura, transformando a trajetória pessoal dos indivíduos, que se vêem obrigados a romper laços. A autora afirma ainda que a migração «provoca um deslocamento do sentimento de si que pode concorrer para o mal-estar existencial ou mesmo para a doença. Os migrantes deslocam-se entre contextos espaciais que correspondem a territórios nacionais e, porventura, continentais diferentes. Neste sentido as identidades são interterritoriais e o sentimento de pertença quase extraterritorial, desafiando formas convencionais de representação das identidades» (2007: 81). Referindo-se ao "Síndrome de Ulisses"[5], salienta que «reduzir a imigração, ou mesmo a experiência migratória, a uma doença do foro psicológico é cair no erro de

[5] A designação "Síndrome de Ulisses", foi proposta pelo psiquiatra e professor catalão Joseba Achotegui , refere-se à "síndrome do imigrante, com stress crónico ou múltiplo, desencadeada por uma série de lutos suscitados por perdas de grande significado para o individuo: a família, os amigos, a cultura de origem, a sua terra, posição social e segurança física" (Lechner, 2007:85). Achotegui considera que os imigrantes desenvolvem uma reação aos múltiplos stress a que estão sujeitos. Afirma que, embora não seja uma doença, a síndrome pode conduzir a problemas físicos e mentais, como insónia, dores de cabeça, fadiga, falta de memória, tristeza, irritabilidade, ansiedade e confusão mental *(Achotegui Joseba. 2004. Migración y salud mental. El síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple (síndrome de Ulises). NORTE de Salud Mental, nº 21).*

atribuir um estatuto ontológico à migração, e homogeneizar experiências que são, no concreto, muito diversas (como diversas são as formas de ser imigrante)» (2007:85).

Acresce ainda o facto de migração ser considerada um fator de risco, em especial para as mulheres e para as crianças, que se sujeitas a um processo de migração indocumentado estão expostas a situações de grande vulnerabilidade (Hugo, 1999).

## Globalização e transnacionalismo

A globalização é um processo económico, social, político e cultural que aproxima mercados e pessoas de diferentes países. O seu surgimento resulta do aperfeiçoamento dos meios de transportes, das telecomunicações e do progresso tecnológico, tendo como principal objetivo servir os propósitos do capitalismo através de busca de novos mercados. Boaventura Santos (2005: 525) considera globalização os «sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados». Arjun Appadurai (1996) defende que as movimentações mundiais são bastante antigas (séculos XV e XVI) contudo estas movimentações estavam essencialmente relacionadas com guerras ou quesitos religiosos. O autor salienta que face às movimentações atuais as de outrora possuíam uma índole mais branda, dando origem a mudanças mais lentas e mais espaçadas no tempo.

O processo de globalização acentuou-se no século XX conduzindo a uma «reorganização do tempo e do espaço» (Inda e Rosaldo, 2002: 5) pois as novas tecnologias e o desenvolvimento dos transportes permitem uma velocidade de circulação de bens, pessoas e informação muito mais rápida, permitindo a presença física ou virtual se faça sentir de forma mais célere que anteriormente, facilitando as relações e a participação tanto ao nível familiar, quer ao nível comercial. Esta nova relação entre tempo e espaço gerada pela globalização é alvo de interesse por vários autores, nomeadamente David Harvey (1989) que considera existir uma "compressão do tempo-espaço" que leva a uma alteração das qualidades objetivas do tempo e do espaço, e a uma alteração da nossa representação do mundo uma vez que se vencem as distâncias, existindo um sentimento

de sociedade global sem fronteiras. Similarmente o sentido de tempo também se alterou (sobretudo devido às TIC) acelerando os acontecimentos e gerando novas formas de vivenciar as relações sociais, familiares, etc. Anthony Giddens (1997) também evidencia a relação entre o local e o global, enfatizando a conexão e a mútua influência. Nesse sentido o autor ressalta que «poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes» (1997: 74). Para Stuar Hall (2005) a "compressão espaço-tempo" representa um sentimento de diminuição do tamanho do mundo encurtando distâncias e dissipando a barreira do espaço. O autor analisa o impacto da globalização sobre as identidades culturais, sugerindo que «todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico» e detêm características próprias, um sentido de lugar, de casa, bem como «suas localizações no tempo — nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o individuo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes» (Hall, 2005: 72).

Segundo Manuel Castells (2005) foram vários os acontecimentos históricos que contribuíram para o processo e para a transformação dele decorrente. Destaca a evolução tecnológica, em especial no que se refere as tecnologias de informação, comunicação e transporte sobretudo a partir da década de setenta; a interdependência das economias à escala global; assim como, a desagregação do bloco soviético, que acarretou as mudanças de políticas e económicas nos países envolvidos e implicou ajustamentos no sistema capitalista.

Estas mudanças vieram alterar o carácter da migração internacional, que incrementada pelo despontar da economia mundial passou a ser mais fluída e intensa, passando também existir uma cultura mais cosmopolita e multicultural, que leva a que a migração contemporânea passe a ser analisada sobre outra ótica – o transnacionalismo, que tem em conta a preponderância dos laços que os migrantes conservam com a suas comunidades de origem (Glick Schiller *et al.*, 2004: 1002). Assim, o surgimento da transnacionalismo está associado ao capitalismo global que potenciou o liberalismo económico e a mobilidade de mão-de-obra. Os seus domínios estendem-se desde o económico, social, político ao cultural. Ao estar articulado com a globalização o transnacionalismo tem implícitos a desterritorialização e reterritorialização.

Destacando-se sobretudo a partir dos anos 90, este paradigma vem cortar um pouco a tradição marcadamente economicista da análise das migrações vigente até à data, que era centrada nos fluxos e nas remessas enviadas, passando a enfatizar as relações entre os migrantes e o seu país de origem (Glik Schiller *et al.*, 1992; Smith e Guarnizo, 1998; Vertoverc, 1999, Levitt, 2001). Nina Glick Schiller, Linda Basch, e Cristina Blanc-Szanton cunharam em 1992 o conceito de transnacionalismo migrante e definem o transnacionlismo «como o processo pelo qual os imigrantes constroem campos sociais que ligam seu país de origem ao de acolhimento» (1992: 1). Consideram como transmigrantes, os migrantes que constroem esses ditos campos sociais e que desenvolvem e mantêm relações de carácter diverso (familiar, económico, político, cultural, religioso) que ultrapassam as fronteiras, contribuindo de alguma forma para unir fronteiras (Glick Schiller, Basch e Szanton-Blanc, 1992: 1).

Na opinião das autoras (1995) este tipo de migração implica um envolvimento vigoroso com as duas nações, ou seja, com o país de origem e com o país de acolhimento. Assim, verifica-se uma dupla participação e lealdade que leva os imigrantes a desenvolveram identidades mistas verificando-se uma desterritorialização da identidade social.

Segundo este paradigma, de acordo com Góis e Marques (2008), não se verifica um processo de assimilação/incorporação total nos países de destino, uma vez que os imigrantes não largam os laços que os ligam ao país de origem. Pelo contrário, efetuam-se diversas partilhas entre as duas sociedades dando origem a uma pluralidade de vínculos que transcendem as fronteiras nacionais e que tornam mais complexas as suas relações sociais com as sociedades de origem e de destino.

De acordo com Nancy Foner (2005) o transnacionalismo é um fenómeno antigo, sendo evidente desde o início do século passado com as migrações para os EUA, onde já existiam contactos e remessas. A autora salienta as diferenças entre o transnacionalismo antigo e o moderno, destacando a maior frequência de contactos (provida pelas novas tecnologias), a existência de uma moldura jurídica que facilita negócios e transações, assim como a invenção da dupla cidadania. O transnacionalismo mais recente proporciona ao migrante uma experiência de maior proximidade com as suas origens, pois as novas tecnologias possibilitam uma comunicação imediata, certa e permitem aos migrantes participar no mundo que deixaram para trás "como se lá estivessem".

Segundo Leah Schmalzbauer (2004) o transnacionalismo é um "projeto familiar", onde as motivações e o investimento na migração é norteado pelas necessidades (monetárias ou de outra índole) dos membros da família que permanecem nos países de origem.

A comunicação e o envio de remessas, quer sejam monetárias (Vetovec, 2002) quer sejam sociais: ideias, comportamentos e capital social (Levitt, 2001) estão assentes em redes de relações interpessoais que ligam famílias e comunidades além-fronteiras (Levitt e Jaworsky, 2007). Na opinião de Sarah Horton (2009:38) as remessas são «a moeda do amor transnacional [...] o único meio através do qual a presença dos pais pode cruzar fronteiras internacionais», juntamente com os presentes constituem demonstrações de amor e carinho; são essenciais para a manutenção de laços entre pais e filhos através das fronteiras e do tempo (Artico, 2003).

**Nova forma de olhar as migrações contemporâneas**

Como referido, a diversidade de formas e de destinos das migrações contemporâneas, bem como as interações mais acentuadas e frequentes que se efetuam entre os migrantes e o seu país de origem levam a que a abordagem sobre as migrações seja repensada, abrindo espaço para o surgimento do paradigma transnacional. Portes, Guarnizo e Landolt (1999) enfatizam a intensidade e a simultaneidade das relações e das atividades transfronteiriças que caracterizam o transnacionalismo. Segundo Glick Schiller (2004) este paradigma envolve uma rutura com o "nacionalismo metodológico", uma vez que a sua dinâmica ultrapassa os limites do Estado-nação, desenvolvendo-se além-fronteiras.

De acordo com Ulrich Beck (2006) o principal problema do nacionalismo metodológico é a limitação da política e da sociedade ao espaço nacional. O autor considera que a ligação à nacionalidade e territorialidade dificultam o entendimento da sociedade global, compreendida através do cosmopolismo.

Bohórquez-Montoya (2009: 280) considera que o transnacionalismo define um «campo social que consiste nas relações estabelecidas entre as sociedades de origem e de acolhimento, que reconfigura o quotidiano dos migrantes, o seu trabalho, a sua identidade de género e de classe, as suas relações com o espaço público e privado, tendo também impacto sobre os seus códigos e símbolos sociais».

Atendendo a que o fenómeno gera diferentes formas de perceber e interagir com o mundo, Rouse (1992) refere a existência de uma "bifocalidade" resultante das relações entre as características da sua sociedade de origem e as exigências características da nova sociedade. O autor que estudou migrantes mexicanos nos Estados Unidos, verificou que estes, paralelamente a estarem a viver em Redwood – Califórnia, encontravam-se profundamente envolvidos com a sua cidade de origem no México – Aguililla, sendo por isso obrigados a balancear dois modos de vida diferentes.

Alejandro Portes (2003) no artigo "*Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism"*, procura sintetizar algumas disposições empíricas consensuais relativas ao estudo do transnacionalismo. O autor começa por referir que o transnacionalismo não é um fenómeno novo, mas antes uma abordagem nova ao fenómeno migratório, que foi amplamente impulsionada pelas novas tecnologias em especial na área das comunicações e transportes, incrementando o intuito de preservar vínculos culturais, económicos ou políticos com o país de origem. Considera que é um fenómeno popular de base, reportando-se sobretudo aos movimentos e ações de atores privados (migrantes individuais) além-fronteiras. O autor salienta ainda que nem todos os imigrantes contemporâneos são transmigrantes ou imigrantes transnacionais, pois a prática transnacional não é universal, as atividades transnacionais são características de uma minoria, tendem a ser ocasionais, sendo que nem mesmo esse envolvimento ocasional é universal. Considera que os autores pioneiros a encarar o transnacionalismo como uma nova perspetiva de análise das migrações (Basch *et al.*, 1994) amplificaram a sua extensão. Ressalta ainda que o transnacionalismo imigrante tem consequências macro-sociais pois as suas ações em termos económicos (envio de remessas, investimentos) podem ter um impacto considerável nas suas comunidades e países de origem. Por último, refere que a abrangência e as configurações das atividades transnacionais variam de acordo com os contextos de origem e de acolhimento.

O transnacionalismo tem múltiplas dimensões, que vão desde os fluxos de pessoas, ideias e informações, às relações sociais e familiares que atravessam fronteiras, à propagação e difusão cultural, à diáspora, à reconfiguração e expansão dos mercados de capital (Portes, 1997; Mahler, 1998; Faist, 2000; Tarrow, 2005; Vertovec, 2004.). Segundo Vetovec (2003), as atividades transnacionais estão alavancadas nos recursos sociais dos migrantes, nas suas redes sociais e no seu capital social, procurando contrabalançar a escassez de

outros meios. Autores como Robin Cohen (1997) e Van Hear (1998) também apontam o papel fundamental das comunidades de migrantes na diáspora na efetivação das ligações transnacionais.

O transnacionalismo foca-se nas redes que unem os indivíduos migrantes, que são designadas "transnational social fields" (Glick Schiller e Levitt, 2004), ou de "transnational social spaces" (Faist, 2000). O espaço transnacional tem-se definido como «configurações de práticas sociais, artefactos e sistemas de símbolos que se estendem por diferentes espaços geográficos em pelo menos dois Estados-nação sem a constituição de um novo Estado-nação "desterritorializadas"» (Pries, 2001: 18). Thomas Faist introduz o conceito de *transnational social spaces* definindo-o como «um conjunto de laços sustentados de pessoas, redes e organizações para além das fronteiras, em vários Estados-nação, que assumem formas que variam entre o pouco ao altamente institucionalizados» (Faist, 2000:189)[6]. Os espaços sociais transnacionais emergem das interações dos migrantes com vários contextos onde atuam e segundo o autor fornecem inputs para a compreensão do processo migratório. Peggy Levitt (2001) salienta a importância das *comunidades transnacionais*, que na sua opinião se caracterizam por movimentações e troca de informações frequentes, que originam uma cultura migratória dinâmica onde existe conhecimento sobre o modo de operar nos diferentes contextos espaciais da diáspora. A autora considera também que nestas comunidades transnacionais existe a perceção de pertença a uma diáspora que possui uma memória étnico-cultural especifica, mantendo assim laços, reais ou simbólicos, com o território de origem. Relativamente as estas comunidades Faist também refere que estas estão alicerçadas na cooperação, sendo alimentadas pela solidariedade e pela reciprocidade que as leva a constituir um senso de coesão. O autor considera que «o que é necessário, no entanto, é que comunidades sem proximidade, se linguem através de trocas, reciprocidade e solidariedade para alcançar um elevado grau de coesão social e um repertório comum de representações simbólicas e coletivos» (2000a: 208)[7].

Importa salientar, ainda no que se refere ao transnacionalismo, o papel dos migrantes no panorama demográfico de muitos países desenvolvidos, pois para além de responderem

[6] No original: "a sustained ties of persons, networks and organizations across the borders, across multiple nation-states, ranging from little to highly institucionalized forms".
[7] No original: "What is required, however, is that communities without propinquity link through exchange, reciprocity, and solidarity to achieve a high degree of social cohesion, and a common repertoire of symbolic and collective representations."

a uma procura de mão-de-obra, contribuem para o crescimento da população.

Este novo olhar sobre as migrações internacionais assenta numa análise multidirecional, uma vez que se interessa pelo modo como se inserem tanto na sociedade de acolhimento como na de origem, tendo em consideração o carácter mais complexo e diverso das migrações que envolve remigrações, movimentações circulares, práticas transnacionais, entre outros.

**Síntese**

A migração é um fenómeno muito antigo e presente em todas as sociedades. As suas motivações apresentam uma natureza diversa, que vão desde a melhoria das condições económicas, a estudar, à reunificação familiar, ao desenvolvimento pessoal entre outras. Sempre existiram migrações e provavelmente sempre irão existir. Contudo, os locais para onde estas se dirigem, seja interna ou externamente, vão mudando de acordo com diversos fatores que fazem variar a atratividade do destino. A migração alberga tanto homens como mulheres e crianças, quer trabalhadores qualificados, quer não qualificados ou estudantes.

Com o advento da globalização, os movimentos populacionais tornaram-se ainda mais complexos, fazendo variar a sua tipologia, desenvolvendo novos fluxos, etc. Porém, a facilidade de comunicação resultante da proliferação de novas tecnologias de comunicação, aproximaram quem estava longe. A facilidade e redução nos preços das comunicações permitiram aos migrantes manter mais contactos com a sua família e com o seu país de origem.

Existem diversas teorias que procuram explicar o complexo fenómeno das migrações, que se destacam ora pelo seu teor explicativo mais economicista, ora por uma exposição de índole mais sociológico. Neste capítulo é colocada em evidencia a perspetiva transnacional de análise das migrações, pois é considerado que é o que mais se adequa à população sobre a qual recai o estudo. A manutenção das interações e as trocas efetuadas entre migrantes no país de acolhimento e a sua família, amigos e outras redes de contacto no país de origem enquanto se encontram ao mesmo tempo integrados nas suas sociedades de acolhimento, geram uma dupla pertença, que acarreta consequências em termos de identidade, valores e práticas culturais, parentais, etc. O transnacionalismo é

uma outra ótica para tentar perceber as migrações que tem em consideração migrantes e não migrantes, espaços multi-situados e multi-simultâneos.

A migração é condicionada pela moldura jurídica dos Estados, que ora desenvolvem incentivos à fixação de pessoas, tendo em conta necessidades especifícas (como ocorreu no período posterior à segunda Guerra Mundial, dada a urgência de reconstrução de determinados países foi incentivada a imigração) ora colocam entraves à fixação de migrantes (caso da atual política da maior parte dos Estados da EU).

Não pode deixar de ser referido, que embora seja uma escolha consciente, a migração tem impactos no indivíduo migrante, que se refletem em termos familiares, sociais e psicológicos.

# Capítulo 2

# Famílias transnacionais

*"família*

*é o nosso conjunto de laços mais querido. não precisa ter o mesmo sangue, basta sentir o mesmo amor. é quem cuida da gente quando a gente está doente. É quem sabe que somos mais do que defeitos e qualidades. É quem aceita nossas manias. é quem tá do nosso lados nos momentos difíceis. é o ohana.*

*"e ohana quer dizer família. e família quer dizer nunca abandonar ou esquecer"*

*João Doederlein*

Na literatura das ciências sociais o tema "família transnacionais" ganha destaque depois do ano 2000, surgindo diversos estudos sobre esta questão (Levitt, 2001; Herrera Lima, 2001; Sørensen, 2002; Bryceson e Vuorela, 2002; Parreñas, 2005; Zontini, 2004, 2007a; Sørensen e Guarnizo, 2007; Mazzucato e Schans, 2008; Baby-Colin e Razy, 2011; Baldassar e Merla, 2013). A globalização contemporânea incrementou mudanças económicas, a velocidade de circulação da informação e trouxe a noção de um mundo sem fronteiras. Esta "liberdade" de circulação instigou um maior dinamismo nas migrações, em particular internacionais. A complexidade da vida moderna alterou a concepção tradicional de família, segundo Alvin Toffler:

> Hoje dizem-nos repetidamente que a "família" está a desmoronar-se ou que a "família" é o nosso problema número um. (...). Embora existam muitos outros tipos de família, foi esta forma familiar particular – a família nuclear, que a civilização de segunda vaga idealizou, tornou dominante e espalhou pelo mundo. Este tipo de família tornou-se o modelo padrão socialmente aprovado, porque a sua estrutura se ajustava perfeitamente às necessidades de uma sociedade de produção em massa com valores e estilos de vida largamente aceites, poder burocrático hierárquico e clara separação entre a vida doméstica e a vida no mercado de trabalho (Toffler, 1984: 207-208).

A modernidade trouxe novos desafios à organização social e às famílias, tornando-as mais dinâmicas. Para além das preocupações expressas por Toffler relativamente à instituição

família, esta vê-se atualmente a braços com uma grande diversidade de configurações e valores, que resultam de novas formas de conjugalidade e novos modos de vida. A família nuclear (Parsons, 1956), um conceito marcadamente ocidental que designa a família formada por dois adultos de sexo diferente e os respetivos filhos biológicos ou adotados, já́ não é para muitos (sendo que em várias partes do mundo nunca o foi) o modelo de referência, contudo, continua a ser o modelo de família mais presente na Europa e no mundo ocidental.

Nestas novas formas de organização familiar está incluída a família transnacional. Uma das suas principais características é a procura da manutenção da unidade familiar, apesar da distância geográfica entre os seus membros. Os migrantes mantêm contatos regulares além-fronteiras aspirando a manutenção e fortificação dos laços sociais e dos vínculos familiares com os que permanecem no país de origem. Estes contatos são facilitados pelo acesso a uma variedade maior de meios de comunicação e tecnologia, mais alcançáveis, bem como viagens mais baratas. As famílias transnacionais variam em relação à sua classe, raça e etnia, status, proveniência (urbana ou rural), etc.

Iniciaremos o presente capítulo falando sumariamente do conceito de família, e a sua tipologia, para posteriormente abordarmos as famílias transnacionais, bem como as questões relacionadas com a parentalidade transnacional. Adotando inicialmente uma visão mais abrangente e ocidental das famílias, centrar-nos-emos nas famílias africanas em especial nas angolanas, que são a base deste estudo. Atendendo a que um dos objetivos deste estudo é compreender representações sociais, iremos abordar em termos teóricos o conceito.

## Família e tipos de família

A família é uma instituição social e está inserida numa vasta teia de relações sociais e institucionais, sendo objeto de reflexão sociológica. É com a família que são estabelecidos os primeiros laços do indivíduo, tendo esta como principais funções o acolhimento, a proteção e a socialização. A instituição família tem vindo a sofrer diversas transformações, que resultam de modificações ocorridas nos sistemas económicos, sociais, demográficos, políticos e da sua própria evolução.

O estudo da família tem sido ao longo dos tempos alvo de interesse por parte de diversos autores e disciplinas. Na sociologia, Andrée Michel (1978:13) refere que a família se tornou «projeto de diligências científicas quando certos autores da segunda metade do século XIX, como Morgan, Engles, Bachonfen, passaram a considerar a família como uma instituição social histórica, com estrutura e função determinadas pelo grau de desenvolvimento da sociedade global».

O estudo da família adotou várias perspetivas de análise, refletindo quer sobre a família das sociedades arcaicas quer sobre a família contemporânea. Michel (1978) refere várias visões da família: a família instituição, que segundo a autora deu sobretudo origem aos estudos históricos efetuados sobre a família, que se debruçam sobre a evolução da família e do casamento ao longo do tempo e em diferentes regiões, salientando-se os trabalhos de Malinowski, Engels e Durkheim, Mauss, entre outros; a família enquanto estrutura-função, compreendendo-a como um sistema aberto às influências exteriores e aos outros agentes sociais (escola, trabalho, etc.), sendo detentora de determinadas funções sociais. Esta abordagem é seguida por autores como Parsons, Merton, Goode, Lévy-Strauss, Gardiner; a família interaccional, que se debruça sobretudo pelo seu funcionamento e pela interação estabelecida entre os seus membros, atribuindo ênfase ao problema dos estatutos, aos processos de comunicação, aos conflitos e sua resolução. Entre os autores que sustentam esta conceção da família encontram-se Hill e Koning (1970) e Kellerhals *et al.* (1989).

Em termos históricos podemos caracterizar a família de acordo com diferentes períodos:
- A família do período pré-industrial, constituía-se como uma unidade de produção, onde o agregado trabalhava conjuntamente visando alcançar um bem comum (Laslett, 1972; Goody, 1972 e 1995; Ariès, 1981; Flandrin, 1992). A socióloga italiana Chiara Saraceno (1997: 163) refere que «dado que a família era a unidade produtiva principal, a divisão do trabalho era antes de mais a divisão do trabalho na família». Tinha como funções essenciais a procriação e a produção de recursos necessários à subsistência. Os filhos eram encarados como um recurso económico.

- A família burguesa marca a passagem para a economia industrial e urbana, opera modificações na estrutura da família, obriga as famílias à mobilidade, diminuindo a sua dimensão, passando esta a centrar-se no casal e nos seus filhos. A família passa a ser uma

família conjugal (Durkheim, 1975). O impacto do sistema de produção industrial na família foi analisado pelo sociólogo Willian Goode (1963) que defende que este se reflete na perda de importância dos laços de parentesco; na perda de controlo dos pais em diversas áreas da vida dos filhos (escolha do cônjuge, profissão), no desenvolvimento da noção de família enquanto unidade afetiva. Segundo Luísa Silva (2001:23), este modelo de família veio também a ser adotado pelas classes operárias em meados do século XIX, vigorando até meados do século XX. De igual modo Burgess, Locke e Thomas (1960) sugerem a passagem da "instituição para o companheirismo", para descrever as modificações ocorridas na família, que passam por uma democratização, valorizando mais a liberdade de escolha e a realização pessoal do casal.

- A família dos finais dos anos 60 e 70 do século XX, influenciada pela reintegração das mulheres no mercado de trabalho decorrente da necessidade de mão-de-obra no período do pós-guerra (2ª Guerra Mundial), faz emergir novos valores como os de autonomia e igualdade, impulsiona o surgimento de movimentos sociais em prol de uma sociedade mais igualitária que se refletem nas relações familiares propiciando alterações na organização familiar.

A visão mais contemporânea da família compreende que esta é dinâmica e se vai adaptando às mudanças sociais, relacionando-se tanto com as tradições como com as inovações. Jean Kellerhals *et al* (1989) consideram que a família nuclear conjugal é a forma mais preponderante na contemporaneidade, ressaltando que esta se estabelece na co-habitação e na cooperação socialmente reconhecida de um casal com os seus filhos e destaca ainda o papel das redes familiares e das instituições públicas e do Estado no funcionamento das famílias. As mudanças na família têm passado mais pelas formas assumidas, pelas dinâmicas familiares, pela conjugalidade e pela recomposição dos laços familiares. Martine Segalen (1999) evidencia três características das famílias contemporâneas, nomeadamente o facto de continuar a existir espaço para o parentesco, embora este seja experienciado de modo diferente; ao longo da formação da família esta vai adaptando condutas ativas de transmissão inter-geracional, tanto de ordem material como de ordem simbólica; e ainda o facto da família se situar entre a esfera privada e a pública. Por seu lado, Saraceno (1997) salienta que a família é paralelamente um espaço físico, relacional e simbólico, uma construção social e um espaço de convivência. A família contemporânea apresenta uma diversidade de estruturas, de formas de

organização e de representações (Leandro, 2001). Nesse sentido Anthony Giddens (2000: 59) refere que «em sociedades e culturas diferentes, os tipos de família e de relacionamento revestem-se de formas diferentes».

Também no que concerne a definição de família tem existido uma evolução. O antropólogo George Murdock (1949: 1) defende que a família «é um grupo caracterizado pela residência comum e pela cooperação de adultos dos dois sexos e dos filhos que eles geraram ou adoptaram». Esta definição é um pouco redutora face aos dias de hoje e face a outros componentes ou dimensões das famílias, uma vez que concebe apenas a família heterossexual e exclui as famílias transnacionais. Já Claude Lévi-Strauss considerava que a família é «um grupo social originado no casamento, é uma união legal com direitos e obrigações económicas, religiosas, sexuais e de outro tipo. Mas também está associada a sentimentos como o amor, o respeito e o medo» (Lévi-Strauss, 1974: 34). Esta definição parece não abranger a variedade de formas familiares que existem, uma vez que apenas as famílias heterossexuais são tidas em consideração e as famílias transnacionais ficam também excluídas, bem com a co-habitação (uniões de facto). Para Anthony Giddens, família é «um grupo de pessoas diretamente unidas por laços de parentesco, que tomam a responsabilidade de cuidar dos filhos» (Giddens, 2000: 176). O autor entende que a maioria das alterações sofridas pela instituição família estão relacionadas com a importância dada ao casal e ao acasalamento, e ao que denomina por *democracia emocional*. Considera que «o casal começou a tornar-se o centro da vida familiar quando a função económica da família perdeu importância e o amor, ou o amor mais a atração sexual, se tornou a parte fundamental dos laços do matrimónio» (2000: 63). François de Singly (2000), por seu turno, enfatiza o o papel do amor na regulação da família contemporânea, considerando ainda que esta é "relacional" e "individualista", defendendo que é na tensão entre esses extremos que se constroem e se diluem os laços familiares e onde o ideal é a alternância entre um eu sozinho e um eu com (individual e cooperativo).

No entender de Adelina Gimeno (2003: 40) «a diversidade de modelos familiares, ao longo dos tempos e nas diferentes culturas, torna difícil atingirmos um consenso de definição única da família, mesmo que, intuitivamente, todos tenhamos em mente uma concepção e até uma atitude básica em relação a ela». A autora não considera a família uma realidade universal e transversal às diferentes sociedades e culturas, refere ainda que

«não existe um conceito unívoco da família para todas as épocas e culturas pelo que podemos apreciar substanciais diferenças transculturais entre os membros da família que se sentem parte dela, assim como nos papéis e funções esperados de cada um e da família no seu todo» (2003: 36).

As modificações ocorridas na família (quer sejam de carácter organizativo - reconfigurações, novos arranjos; quer sejam de carácter demográfico - redução da sua dimensão) são alvo de atenção de diversos autores. Jean-Hugues Déchaux (2007) salienta as mudanças que se referem à sua morfologia, constituição, estrutura e dimensão. As novas formas de famílias acabam por se refletir em novas formas de parentalidade: monoparentalidade, homoparentalidade, co-parentalidade (Amazonas e Braga, 2006; Déchaux, 2007). As alterações na estrutura e na dinâmica familiar resultam da influência de fatores de índole diversa e são visíveis em aspetos como a diminuição da fecundidade e do número de filhos; o crescimento do número de pessoas sós; a diminuição das famílias numerosas; o aumento das famílias recompostas (consequência do aumento do número de divórcios); o aumento das uniões de facto e uniões livres ou o surgimento de famílias homoparentais, e têm implicações demográficas e sociais (envelhecimento da população).

Independentemente da sua tipologia, todas as famílias passam por um determinado percurso – etapas que constituem o ciclo de vida da família. Ana Relvas (1996: 16-17) define ciclo vital da família como a «sequência de transformações na organização familiar em função do cumprimento de tarefas bem definidas […] representa uma classificação em estádios que demarcam a tal sequência previsível de transformações, diferenciando fases ou etapas no que alguns autores designam por "carreira familiar". Materializando - se no percurso que a família realiza desde a sua constituição (nascimento) até que termina (morte)».

Atendendo ao contexto geográfico onde decorreu o trabalho de campo e sobre o qual incide a investigação, e face às especificidades, culturais e sociais do mesmo, considerou-se pertinente abordar de forma breve a questão da família em África, para posteriormente nos centrarmos na família em Angola.

## Família em África

As famílias africanas têm sido sobretudo estudadas pela Antropologia, abraçando em especial as questões do parentesco e das linhagens. Vários são os estudos que demonstram a sua especificidade alicerçada em estruturas, tradições e práticas (Radicliffe-Brown,1924; Claude Lévi-Strauss, 1949; Googy, 1959; Goody,1973, 1982; Meillassoux, 1982; Segurado, 1989). Mas também são alvo de interesse de outras ciências como a História (Coquey-Vidrovitch, 1994) e a Sociologia (Rémi Clignet, 1997; Pilon e Vignikin, 2006) entre outras.

A família assume um papel central em África (Cristina Rodrigues, 2004), confirmado também pelas análises demográficas. Jean-Pierre Dozon (1986) considera que para compreender as sociedades africanas é fundamental olhar para o seu núcleo, ou seja, para as instituições familiares. André Burguière *et al*. (1986), ressaltam que os sistemas familiares em África se caracterizam pela diversidade dos seus modos de filiação – patrilinear, matrilinear ou bilinear; estes unem o indivíduo a todos os outros por ligações genealógicas (pertença ou ao grupo do pai ou ao grupo da mãe), revelam a importância do coletivo e produzem as linhagens, ou seja, conjuntos de homens e de mulheres descendentes, seja em linha asnática seja em linha uterina de um(a) antepassado (a).

Relativamente ao parentesco, Radcliffe-Bronw (1982[1950]) considera que o parentesco é uma relação social que dá origem a um sistema poderoso. É um sistema cultural de reconhecimento de papéis e relacionamentos familiares, que define obrigações, direitos e limites de interação entre os membros de um grupo. O autor defende que «o sistema de parentesco é por isso uma teia de relações sociais que constitui parte da rede total das relações que é a estrutura social» (1982[1950]: 25). Para Luís Batalha (1995: 751) o parentesco é a «conjugação de dois princípios: a afinidade e a consanguinidade». Assim, compreende-se que o parentesco e os laços familiares podem ser definidos por meio de relações genéticas, adoção ou outro comportamento ritualizado como o casamento. O parentesco inclui um número maior de pessoas do que a família e a sua constituição depende da organização social no contexto do qual o termo é aplicado, podendo variar em tamanho, em atitudes e valores culturais. O parentesco não requer ser apenas biológico, pode ser construído (Carsten, 2004; Strathen, 1992). Janet Carsten (2000) introduz o conceito de *relatedness* que diz respeito às relações que não têm por base o laço consanguíneo, mas antes a afetividade e a afinidade. A autora considera que para

além de serem criados pela procriação, os laços de proximidade são também gerados pelos atos de cuidar, partilhar, e viver junto. Desta forma entende que o laço de sangue por si só não constitui parentesco, pois há um espaço que carece de ser satisfeito por afetividade e proximidade.

O sociólogo Göran Therborn (2004) no livro *Between Sex and Power Family in the world, 1900–2000,* faz uma análise da instituição família, comparando as mudanças ocorridas entre 1900 e 2000 nos principais sistemas familiares mundiais destacando três grandes temas: o patriarcado e os direitos relativos de pais e filhos, homens e mulheres; o papel do casamento e do não-casamento na regulação do comportamento sexual; a fecundidade e seu controle. Segundo o autor, as principais características do sistema africano de família são a existência de regras para gerir os relacionamentos familiares; o respeito e deferência pelos mais velhos – anciãos; a valorização da fecundidade, sendo considerada como um objetivo da vida; a forte noção de parentesco, dos direitos, deveres e obrigações; o pagamento de "dote" pela noiva – ressarcimento à família da noiva, uma vez que a mulher representa uma força de trabalho muito importante; a existência de poligamia, e a supremacia do masculino.

Muitos estudos demonstram que a família africana se reveste de características distintas da família europeia (Balandier, 1955; Cadwell, 1976; Dozon, 1986; Sagelen, 1992; Adepoju, 1999; Pilon e Vignikin, 2006). Parece prevalecer a estrutura alargada, sendo esta uma base de apoio e solidariedade dos seus membros. Os autores referem que geralmente possuem uma dimensão maior do que as famílias europeias, possuindo um carácter mais tradicional, no qual a mulher ocupa uma posição fulcral, promovendo o sustento da família e sendo responsável pela educação dos filhos que dão continuidade e poder ao clã.

A família alargada é preservada por diferentes razões como deveres de repartição financeira, de alojamento, acolhimento de viúvos ou órfãos. Aderanti Adepoju (1999) refere também que os casamentos resultam, na maioria dos casos, em alianças entre famílias, conservando-se os casamentos tradicionais como os mais comuns. O autor também menciona que a poligamia é uma prática presente que proporciona às mulheres amparo doméstico e económico, conferindo aos homens prestígio.

É ainda de referir o papel de destaque atribuído quer aos mais velhos quer às crianças no

seio das famílias africanas. Os mais velhos são muito respeitados e considerados uma fonte de saber, e tendem a ser sempre consultados na família; as crianças também são muito valorizadas.

A família alargada é a principal rede de segurança social em África, em parte também devido à ineficácia de medidas de carácter político e social (a segurança social não funciona em pleno). Uma família grande representa apoio, solidariedade e segurança. Therborn (2006: 26) refere que as «crianças e parentes mantiveram-se a fonte mais confiável de segurança num mundo brutalizado, onde os lotes ganhos tenham sido poucos».

As normas tribais referentes à família ainda possuem muita influência e são admitidas pela quase totalidade das constituições africanas, surgindo como direito consuetudinário no que respeita a família e à sucessão. Contudo é de salientar que muitas vezes estas normas acabam por contrariar os direitos humanos, ao admitirem casamentos arranjados/forçados, e a obrigatoriedade de "pagar" pela noiva; transgridem quer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, quer a convenção da ONU para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. De referir ainda que estas normas alicerçadas na tradição local tendem a protelar a divisão sexual de papéis, não valorizam a igualdade de género nem práticas colaborativas.

Segundo o demógrafo John Caldwell (1968), que se interessou pelas transições demográficas, a partir dos 1960 começaram-se a observar algumas transformações nas famílias da África subsaariana, nomeadamente uma diminuição do tamanho dos agregados, a adopção de uma educação de tipo moderno, o decréscimo do número de nascimentos antes do casamento. O autor considera que os elevados níveis de fecundidade são característicos de sociedades primitivas, tradicionais e pobres, resultam de elevados níveis de mortalidade, da falta de oportunidades para os indivíduos e do valor económico das crianças (Caldwell, 1976: 324). Entre outras alterações, o sociólogo Göran Therborn (2006) menciona a introdução em alguns países (como Quénia, Gana, Nigéria, Senegal, Costa do Marfim) de políticas de controlo da natalidade que se refletiram numa ligeira redução da natalidade e fertilidade.

De referir que apesar de a fertilidade ser tida como um dos valores mais importantes da família, paralelamente também se verifica o acolhimento informal de crianças, ou seja,

os filhos são criados durante um período de tempo por outros indivíduos, na maioria dos casos pertencentes à família alargada. Esta prática tende a fomentar a solidariedade e a coesão da família. Dentre as principais razões apontadas para a prática do acolhimento informal (resultantes dos trabalhos de diversos autores, entre eles, Goody 1982; Hoelgaard, 1984; Isiugo-Abanihe, 1985; Page, 1989; Bledsoe e Isiugo-Abanihe, 1989; Bledsoe 1990; Renne, 1993; Castle, 1995; Carsten, 2000; Pilon, 2003; Alber, 2003, 2003a, 2004) salienta-se que o acolhimento é uma forma de redistribuir recursos dentro da família ou linhagem, fortalecendo dessa forma os laços de parentesco. Alguns autores (Oni, 1995; Castle, 1995; Cohen, 1985) referem o acolhimento informal como a forma preferida de criação das crianças, no caso de pais em busca de mobilidade social. A prática é encarada como uma possibilidade de enriquecer as capacidades da criança, através da aprendizagem, treino ou patrocínio escolar, e também como uma forma de criar alianças políticas, sociais ou económicas. É uma oportunidade para parentes que não podem ter filhos e que assim preenchem o desejo de se tornar pais. As crianças que se encontram em acolhimento informal frequentemente prestam assistência a idosos ou a familiares com crianças pequenas. Elas tendem a ajudar na execução das tarefas domésticas em troca de alimentação, alojamento e cuidados, aprendendo as competências das empregadas domésticas. São ainda apontados como motivos para o acolhimento informal das crianças as tensões e conflitos familiares decorrentes de novas relações afetivas do progenitor.

O estilo de vida urbano estimulou a ocorrência de algumas transformações no que diz respeito à família, em especial no que concerne a solidariedade familiar, as uniões e os casamentos, as estruturas e as unidades domésticas (Rodrigues, 2004 e 2003). Therborn (2004) que fez uma análise institucional da família, no decorrer de 100 anos, salienta que as principais alterações nos sistemas familiares, entre os quais inclui o da África subsaariana, destacando a perda de poder do patriarcado, que ocorreu sobretudo posteriormente ao término da segunda guerra mundial e foi favorecida pela proletarização, pelo acesso mais facilitado a diversos tipos de emprego, também a aquisição de educação e facilidade de acesso a informação ultrapassaram o "saber feito de experiência" dos mais velhos. A mudança também impulsionada pelo maior acesso à educação por parte das mulheres e também devido a fatores políticos como o surgimento de movimentos feministas, bem como outros movimentos progressistas. Therborn refere que o patriarcado desapareceu na Europa e nas Américas, contudo continua a predominar em África (em especial na África subsaariana), na Ásia Oeste e algumas regiões da China.

Na África subsaariana, pese embora em muitos casos a legislação contradiga o sistema patriarcal (em particular no que diz respeito aos direitos e deveres dos cônjuges e em relação aos filhos), as práticas sociais mantêm-se fiéis à tradição, continuando a reger-se por aquele sistema. O sistema patriarcal agudiza as desigualdades de género, que se fazem sentir entre outros na distribuição desequilibrada de poder na família; também na distribuição do trabalho doméstico, onde tendencialmente a mulher é mais sobrecarregada, assim como no que respeita ao cuidar das crianças – estas são tidas como tarefas inerentes às mulheres; mercado de trabalho desigual (dificuldade de encontrar emprego, remuneração inferior à masculina) e fraca representação política também refletida na existência de um poder executivo muito baixo por parte das mulheres. As outras alterações mencionadas pelo autor foram a redução da fecundidade; a valorização da importância dos laços sócio-emocionais e afetivos nos vínculos conjugais; a secularização da sexualidade; e o aumento do número de divórcios. A perda de poder do sistema patriarcal representa um caminhar para sociedades mais igualitárias onde não existe superioridade de um género sobre o outro.

*Família em Angola*

Segundo Francisco Queiroz (2010) a sociedade angolana pauta-se pela existência de dois tipos de organização familiar: a família tradicional e a "família do tipo europeu". De acordo com o autor a família tradicional é por norma extensa, podendo ser poligâmica, sendo predominante nas zonas rurais, mas encontrando-se também na população urbana. Refere ainda que «nas famílias estruturadas de acordo com o sistema tradicional, em regra os processos de casamento, paternidade e de hereditariedade obedecem ao princípio uterino de linhagem. Segundo os critérios que presidem a este tipo de linhagem, os membros das famílias a que pertence cada um dos cônjuges são os que resultam dos laços uterinos anteriores ao casamento. As relações e factos familiares posteriores ao casamento seguem a linha uterina de cada cônjuge (…) os filhos pertencem à mãe e estão vinculados à família desta (…) Seguindo a linha materna, o poder paternal sobre os filhos do casal é exercido pela mãe e pelos seus irmãos uterinos, os tios».

Em Angola parece existir uma prevalência da família alargada, contudo em Luanda dada a falta de espaço (a cidade possui uma alta densidade populacional, a guerra originou uma

migração da população para a capital do país) as famílias tendem a ter uma dimensão mais reduzida. Cristina Rodrigues (2004) considera que a migração para o meio urbano encaminhou as famílias para uma readaptação do modelo familiar (de extenso para alargado), salientando que a família alargada é o modelo de organização familiar mais comum em Luanda. A autora refere ainda estas famílias «abarcam membros ligados por laços de consanguinidade e de afinidade, sendo a solidariedade um dos princípios implícitos. Elas incluem chefes de família, cônjuges e filhos e um número variável de outros membros, na maior parte dos casos sobrinhos, irmãos, cunhados, netos, pais, primos, irmãos, netos e bisnetos» (2004: 244). Juntamente com Ana Costa, destaca que as famílias alargadas «emergem como alternativa à família extensa tradicional [...] a família alargada pode ser explicada pela necessidade de manter e criar solidariedades que permitam a ajuda mútua» (Costa e Rodrigues 2007, 145).

No seguimento desta adaptação forçada pela guerra, e da desestruturação, verificou-se uma tendência de nuclearização da família e o enfraquecimento dos laços de parentesco, por influência da urbanização, da migração, da economia de mercado, da cultura ocidental e da globalização de valores.

No que concerne o sistema de parentesco em Angola, este pode ser patrilinear ou matrilinear, dependendo da origem étnica (Fonseca, 1984; Lima, 1989) mantendo nos dois casos o carácter patriarcal. Raul Altuna (2006[1985]: 104), define parentesco como «o conjunto de relações entre pessoas que se consideram aparentadas por consanguinidade real, fictícia ou putativa». Em Angola o parentesco tende a ser extenso estendendo-se além da consanguinidade, incluindo também os parentes adquiridos pelo casamento. No sistema patrilinear os filhos pertencem a família do pai.

O antropólogo angolano Henrique Abranches (1996) considera que em Angola a filiação se desenvolve a partir de grupos de dupla filiação, ou seja, da coexistência das linhas de filiação patrilinear e matrilinear. O autor salienta que «nesses grupos, porém, uma das linhas, mais frequentemente a matrilinear, é dominante, isto é, tem mais peso na identificação social das pessoas, face aos outros grupos, face à propriedade da terra e dos meios de produção, face ao poder, ou seja, a gestão da propriedade e da distribuição de bens, assim como o controlo das pessoas que ela abrange».

No entender de Avelino Walile (2012), é o parentesco que atribui ao indivíduo personalidade social pois é um fator de diferenciação social, e constitui uma ampla rede de interdependência e de entreajuda através da qual se estabelecem numerosas obrigações entre os seus membros (2012: 18).

No que se refere ao casamento, duas tendências são vigentes em Angola: o casamento tradicional e o casamento civil.

Soares Fernandes (1966: 45) refere que «nas sociedades ditas 'primitivas', o casamento é um ato político e diplomático por excelência, uma manifestação de prestígio e riqueza patente até na solenidade que, por vezes, envolve o cerimonial da sua celebração, criando novos laços, selando alianças entre os grupos e, acima de tudo, perpetuando a linhagem pela continuidade e reforço da cadeia que liga os vivos aos mortos».

O casamento tradicional é antecedido de um "pedido", é feito o "alambamento" que consiste num conjunto de bens, presentes, e em última instância uma quantia em dinheiro, que o noivo dá à família da noiva como forma de a "indemnizar". É atribuída grande importância cultural ao alambamento, que representa uma manutenção dos hábitos e costumes, bem como a valorização da mulher e da família que a criou, representando uma aliança pública entre as famílias. As ofertas dadas à família da noiva por norma consistem em panos, fatos, lenços, grades de cerveja, animais, etc. Segundo Soares Fernandes (1966: 54) o alambamento «está diretamente ligado ao processo de realização do casamento, à legitimidade dos filhos, às relações entre as famílias de um e outro cônjuge e ao próprio destino do agrupamento a que deu origem». O autor refere também que este é a «condição sine qua non para que a mulher possa, legitimamente, deixar o seu grupo e unir-se ao do marido, onde passará a exercer a sua capacidade procriadora e a sua atividade doméstica e agricultora. Sem o pagamento do alambamento não pode, a bem dizer, falar-se de casamento na sociedade africana tradicional» (1966: 55).

O regime de residência após o casamento nas sociedades tradicionais é patrilocal, ou seja, as mulheres quando casam vão habitar com o marido em casa do pai deste (Abranches, 1996).

Paralelamente à tipologia de casamento tradicional existe o casamento civil. O casamento civil é o único reconhecido pelo Estado angolano, que no artigo 20º do código da família o define como sendo *um ato ou negócio jurídico, solene mediante o qual um homem e*

*uma mulher aceitam voluntária e reciprocamente estabelecerem convivência de carácter duradouro*. A existência jurídica do casamento implica três pressupostos para a sua validação, a saber: a diversidade de sexo, duas declarações de vontade e a intervenção do conservador do registo civil (Costa, 2012).

A psicóloga angolana Maria da Encarnação Pimenta afirma, na obra *Amantes, Concubinas ou Esposas* que «o conceito de família europeia não se adequa aos africanos em África, daí que as regras de casamento nunca possam adequar-se a dois lugares diferentes, dois povos e diferentes culturas» (Pimenta, 2012: 234).

Ao abordar o casamento, não nos podemos abstrair da poligamia. Este é um fenómeno muito antigo, característico das sociedades mais tradicionais e aceite socialmente em toda a África. A legislação angolana é relativamente omissa em relação à poligamia. O Código Penal prevê o crime de bigamia (art.º 337.º e seguintes - Código Penal), assim com o crime de adultério (art.º 401.º e seguintes - Código Penal), contudo estes apenas são imputáveis a relações matrimoniais ou uniões de fato que são reconhecidas. Em Angola, a poligamia verifica-se sobretudo no meio rural. Existem algumas etnias como os Lunda-Quiocos (Sousa, 1971) ou os Kikongos (Fonseca, 1984) onde este fenómeno ancestral continua a ser uma prática. A poligamia refere-se à existência de casamentos múltiplos por parte de um dos cônjuges; engloba a poliginia – designação atribuída aos casos em que um homem é casado com várias mulheres, e a poliandria – no caso de uma mulher ser casada com vários homens.

De acordo com o sociólogo angolano Paulo de Carvalho (2008), a poliginia não ocorre somente em comunidades patriarcais, também se verifica nas sociedades matriarcais. O autor afirma ainda que em Angola «a poligamia existe em comunidades do meio rural, onde está legalizada no quadro do direito costumeiro. Ali onde existe poligamia, há razão de ser para a sua existência. O costume e a ideia de que sempre foi assim assentam em razões objetivas várias (...) E continua a haver vantagens que daí resultam para a família e para a comunidade». A origem deste costume está alicerçada na organização política e económica da sociedade, onde a família alargada era a base para o desenvolvimento.

As motivações para a existência da poligamia assentam numa diversidade de razões, nomeadamente de ordem demográfica – desejo de ter uma descendência numerosa e de dar continuação à linhagem. Raul Altuna (2006[1985]: 347) considera que «a prole

numerosa eleva o status social do homem, solidifica o seu prestígio e autoridade, a sua família espalha-se pelo espaço e dilata-se no tempo», ou pelo facto existir um número superior de mulheres ou homens (no período de guerra verificou-se a existência de um número superior de mulheres, o que levou a que muitas optassem por estabelecer relações poligâmicas); de ordem económica, pois verifica-se um incremento da força de trabalho do grupo familiar. As mulheres para além do trabalho doméstico têm a seu cargo o trabalho na lavra. Tradicionalmente são elas que trabalham a terra, semeando e mantendo as lavras; mais mulheres significa mais força de trabalho, mais força produtiva e como nos diz Altuna (2006[1985]: 348) «o valor económico primário e a principal fonte de riqueza é a mulher que produz como lavradora e mãe»; razões de ordem política estão também na motivação para a poligamia, uma vez que o casamento representa uma aliança entre famílias, a poligamia permite tomar esposas de linhagens rivais, que assim se sentem honradas e privilegiadas, os chefes conseguem com estas alianças a neutralidade ou apoio» (Altuna, 2006[1985]: 305); bem com as razões de ordem religiosa; de ordem psicossociológica e de ordem psicossocial pois «ter mais de uma mulher em África é uma questão de honra. O homem polígamo é temido e respeitado por todos» (Pimenta, 2012:236). A esterilidade da mulher é também apontada como motivo para o homem tomar nova mulher como esposa (Fonseca, 1984), assim como a interdição de relações sexuais por motivos de menstruação, gravidez ou aleitamento (Soares, 1966).

Relativamente ao número de filhos das famílias, Angola apresenta uma taxa de fecundidade elevada. De acordo com os dados do IBEP (2011: 22) «A taxa de fecundidade total (TFT) para Angola é atualmente de 6,4 nascimentos por mulher». As famílias têm em média 5 filhos e o «tamanho médio dos agregados familiares é de cinco (5) pessoas, tendo aumentado desde há oito anos, quando se situava em 4,8. Os agregados mais numerosos são chefiados maioritariamente por homens, constituindo mais de três quartos dos agregados – apenas um em cada cinco é liderado por uma mulher» (IBEP, 2011: iv). Os dados mais recentes provêm do censo de 2014 (INE, 2016) e indicam que a taxa de fecundidade se situa atualmente nos 5.7. Em Angola a fecundidade é ligeiramente mais elevada nas zonas rurais (6,5) do que nas áreas urbanas (5,2). No que se refere ao número de pessoas por agregado, a média situa-se nos 4,6. Os agregados familiares em Angola são encabeçados maioritariamente por homens. Mas a incidência de mulheres chefe de família é bastante grande «mais de um em cada cinco agregados familiares em Angola são liderados por mulheres, sendo que em Luanda se concentram

23% destes agregados [...] Os dados indicam que, por razões provavelmente económicas, os agregados liderados por mulheres estão menos inclinados a incluir outras pessoas que não sejam filhos. Quase 16% destes agregados são singulares e 41% são mães que vivem com filhos sem outros parentes» (IBEP, 2011: 9-10). Em 2016 os homens continuam a predominar enquanto chefes de família «os chefes dos agregados familiares são maioritariamente homens (62%) e com idade compreendida entre 25-44 anos (52%)» (INE Angola, RGPH, 2016: 67).

Nas famílias angolanas, como em outras de origem africana (Goody, 1975,1982; Bledsoe e Isingo-Abanike, 1989; Alber, 2003; Whitehouse, 2009), os cuidados às crianças muitas vezes não são exercidos pelos pais biológicos. Contudo, este processo de educar os filhos não condiciona necessariamente a relação pais-filhos, muitas vezes está enraizado em práticas antigas, condicionalismos socioeconómicos, sendo também uma forma de manter a identidade. Os cuidados às crianças muitas vezes incluem o seu envio para as famílias de parentes dos seus pais (Bledsoe, 1980; Goody, 1973, 1975). O acolhimento de crianças é uma maneira de colocar em prática valores culturais tradicionais de solidariedade familiar e normas de reciprocidade, reforçando os sistemas de parentesco. Enquanto em particular no ocidente, a família como lugar de solidariedade entre gerações foi perdendo robustez, uma vez que foram sendo desenvolvidos sistemas de proteção social, bem como foram sendo criadas estruturas de acolhimento de carácter coletivo tanto para a infância, como para a terceira e quarta idades, em África, a solidariedade familiar ainda é muito marcante. Em Angola, dada a diminuta existência de políticas de proteção social, bem como de infraestruturas de apoio, as famílias contam muito com a solidariedade e com a reciprocidade dos seus membros para preencher as lacunas de uma proteção social estatal deficiente. As normas de reciprocidade apontam para uma solidariedade mútua, onde para muitos indivíduos cuidar/acolher uma criança representa uma garantia de cuidados futuros. As entrevistas realizadas no âmbito do projeto TCRAf-Eu, com os pais migrantes e com os cuidadores das crianças, indicam que existe por parte destes atores uma esperança de serem cuidados futuramente pelas crianças de que cuidam. Esta expetativa parece estar alicerçada em práticas familiares antigas associados também à etnia, à religião, à tradição e a reprodução social na sociedade angolana, em que o papel do idoso – *mais velho* - é altamente considerado. Nzatuzola (2005: 108) menciona que «em Angola, os valores tradicionais baseiam-se em relações de parentesco, e desempenham um papel importante em vários estilos de vida da população (...) são transmitidos de

geração em geração, desde os idosos aos jovens». A garantia de reciprocidade confere uma substituição social e culturalmente pela próxima geração (Fortes, 1984), a renovação de gerações, mantendo os valores centrais. Similarmente, a maioria das crianças entrevistada também manifesta o desejo de futuramente cuidar de uma pessoa idosa, estando aqui evidenciada a reciprocidade relativamente ao cuidador.

Atendendo a que família alargada assume um importante papel na prestação de cuidados à criança e na sua educação, no caso de migração de um ou mais progenitores, a existência de várias relações significativas, com carácter presencial e normativo, possibilita aos substitutos dos pais (cuidadores) efetivamente atender às necessidades emocionais e de desenvolvimento da criança, sem que ela se sinta afetada por isso.

O projeto TCRAf-Eu apurou que as crianças dos países em estudo - Angola, Gana e Nigéria - não padecem de estigma pelo facto de não viverem com os seus progenitores (Mazzucato *et al.*, 2015), contrariamente ao que é referido na literatura relativamente às crianças na mesma situação oriundas da Ásia e da América Latina. Tal como em outros países (Caraíbas) onde o acolhimento informal de crianças é uma prática comum amplamente disseminada, estudos apontam para que não exista estigma na criança associado ao acolhimento informal (Soto, 1989; Waters, 1999). Em Angola, no Gana e na Nigéria, a ausência de estigma parece estar associada à aceitação, à prática ancestral e generalizada do acolhimento informal, e outras práticas de parentalidade social, independentemente da migração ou não dos progenitores.

## Famílias transnacionais no contexto global

As famílias transnacionais não são um fenómeno recente. Bryceson e Vuorela (2002) referem que o comércio, a colonização e a emigração criaram condições para a propagação destas famílias ao longo dos séculos na Europa. De acordo com Zontini (2007b) estas famílias são características da mão-de-obra migrante desde início do século XX, quando os trabalhadores masculinos de alguns países europeus migravam para os Estados Unidos e para a América Latina, deixando as suas mulheres e filhos para trás. Distinguem-se das restantes famílias imigrantes pelo facto de existirem em mais de um contexto geográfico e em mais de uma cultura (Bohr e Tse, 2009)**.**

A globalização e as inovações tecnológicas facilitaram a mobilidade humana e abriram a porta ao transnacionalismo (Apadurai, 1996; Giddens, 1992; Grillo, 2001; Portes, 2005), permitindo que os indivíduos apesar de distantes se sintam próximos. Este processo dotou também o fenómeno migratório de um carácter diversificado (Wieviorka, 2008) e amplo, dando origem a novas formas de vida familiar transnacional e a novas definições de parentalidade e da relação entre pais e filhos (Zentgraf e Chinchilla, 2012).

As famílias transnacionais são cada vez mais constantes na sociedade europeia contemporânea, constituem-se como uma outra forma de organização familiar e desencadeiam novas dinâmicas e configurações de organização familiar. Impulsionadas por fatores económicos, e potenciadas pelo capitalismo global, as famílias transnacionais emergem a partir da migração de um ou mais elementos, e são definidas por Bryceson e Vuorela (2002:3) como «famílias cujos membros vivem algum ou a maioria do tempo separados entre si, mas que mantêm a coesão e criam algo que pode ser visto como uma noção de bem-estar coletivo e de unidade, nomeadamente "estrutura familiar", mesmo para além das fronteiras nacionais», conservando relações de proximidade com o seu país de origem (Ho 2002; Schmalzbauer 2004). Patricia Landolt e Wei Da (2005) também referem que as famílias transnacionais são famílias com membros que vivem em diferentes Estados-nação, consideram que estas têm sido tratadas como um fenómeno temporário, onde o reagrupamento familiar na sociedade de acolhimento surge como o resultado preferencial para todos os membros da família.

O conceito de família transnacional questiona as conceções de família que associam a coresidência e a presença como elementos fundamentais para sua compreensão, uma vez que as relações que se constroem entre os seus membros transcendem a espacialidade e as fronteiras físicas, originando novas modalidades de cuidado e diferentes formas de entender a maternidade e a paternidade (Hondagneu -Sotelo e Avila 1997; Pribilsky, 2004), dentro de um espaço transnacional.

A componente social e relacional deste tipo de famílias é também destacada por Herrara-Lima (2001), que considera que as famílias transnacionais são alavancadas por vastas redes sociais, que permitem a fluidez da experiência transnacional. De acordo com este autor, os membros da família que se encontram separados unem-se num espaço social através de laços emocionais e financeiros, permanecendo em contacto através de meios

de comunicação e de movimentos físicos ocasionais entre país de origem e país de acolhimento.

Bryceson e Vuorela (2002) salientam ainda que as famílias transnacionais não são unidades biológicas *per si*, mas construções sociais; e retomando a definição de Benedict Anderson (1983) ressaltam que nação e famílias podem ser comunidades reais e "comunidades imaginadas", pois segundo as autoras pertencer a uma nação e pertencer a uma família são construções com fundamentos políticos e emocionais, que não se implicam necessariamente uma na outra (2002: 63).

A família transnacional apresenta algumas características que a distinguem das famílias "tradicionais". Entre elas, Julia Cerda (2014: 82) destaca a «desterritorialização das relações familiares, o casamento mantido à distância, a paternidade semipresencial, a manutenção económica e social da família com base no envio de remessas de valores, inclusão de membros que não são parentes no seio familiar e uma maior vulnerabilidade social».

O modo de vida transnacional, onde existe o contacto com outras culturas e hábitos distintos do país de origem, pode conduzir o migrante a promover uma mudança no seu modo de estar, a adquirir novos valores, influenciando os restantes membros da sua família ou a sua comunidade no país de origem. Pode ainda conduzir a uma mudança de normas, como considerar o estilo de vida transnacional "normal" (OIM, 2010). Importa referir que uma relação familiar à distância implica uma adaptação das dinâmicas familiares e, segundo Levitt e Glick Schiler (2004:1016), «envolve a renegociação da comunicação entre os membros do casal, a distribuição de tarefas e definição de quem migra e quem fica». Paralelamente poderão existir tensões decorrentes das novas dinâmicas, podendo estar relacionadas com a vivência da relação conjugal à distância, as práticas associadas a maternidade e paternidade, a importância do envio de remessas. Estas são interpretadas como uma forma de cuidar e assistir, e ajudam a manter as relações familiares entre os membros da família. Jeffrey Cohen (2005: 91) considera que «as remessas representam uma relação continuada entre o migrante e a sua família no país de origem». Similarmente, Sònia Parella e Leonardo Cavalcanti (2006) também realçam a importância das remessas nestas famílias ao afirmarem «sem dúvida, um dos tipos de prática transnacional mais relevante, com maior impacto na vida dos migrantes e suas

famílias, é a realização de ligações transnacionais através de remessas monetárias e social» (Parella e Cavalcanti, 2006: 251). Outros autores como Orozco (2002) também ressaltam que as remessas são uma importante ligação entre as famílias transnacionais. Para Mariano Sana e Douglas Massey (2005) as razões para que estas ocorram são de ordem altruística, podendo ser encaradas enquanto presentes para a família no país de origem, sendo igualmente uma forma de expressar gratidão (Ãkesson, 2011).

Ainda relativamente ao modo de vida transnacional, é de salientar o peso emocional que a distância acarreta que se manifesta numa preocupação constante com o bem-estar dos membros da família, podendo por outro lado, muitas vezes, revelar-se através do afastamento emocional resultante da falta de possibilidade de acompanhar o quotidiano.

O estudo das famílias transnacionais deu origem a abordagens temáticas diversas. Uma abordagem mais economicista, que se debruça principalmente sobre os impactos das remessas no bem-estar das famílias (Carling, 2002, 2008a; Guarnizo, 2003, Schmalzbauer, 2004, Åkesson, 2011; Martone *et al.*, 2011, Singh *et al.*, 2012), nas comunidades (Kabki, Mazzucato e Dietz, 2007; Osili, 2004) e no desenvolvimento do país de origem dos migrantes (Ratha, 2003; Adams and Page, 2005), e uma abordagem que privilegia a análise dos efeitos da migração sobre os seus atores. Neste estudo é particularmente útil a temática dos *children left behind* - as crianças que permanecem no país de origem quando os pais migram (Batistela e Conaco, 1998; Pribilsky, 2001; Suarez-Orozco, 2001; Bryant, 2005; Parreñas, 2005; Silver, 2006; Yeoh e Lam, 2007; Dreby, 2007; Bohr e Tse, 2009; Grahan *et al*., 2012; Grahan e Jordan, 2011; Poeze e Mazzucato, 2013).

### *Famílias transnacionais e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*

No contexto dos países que constituem os PALOP, os estudos sobre famílias transnacionais recaem sobretudo sobre o território de Cabo Verde. Dada a longa tradição migratória dos Cabo-Verdianos que se expande um pouco por todo o mundo (Grassi, 2006; Góis, 2006; Ãkesson, 2004; Carling, 2002), e as características próprias do parentesco, tem-se constatado uma forte incidência da maternidade transnacional, ficando por norma as crianças ao cuidado de outras mulheres (Carling, 2007; Grassi e Évora,

2007; Drotbohm, 2008). Mais recentemente também o espaço transnacional entre a Guiné-Bissau e Portugal, bem como as suas dinâmicas tem sido alvo de crescente interesse (Carreiro, 2011).

Relativamente ao contexto angolano, os únicos trabalhos publicados sobre a temática das famílias transnacionais, resultam do projeto TCRAf-Eu, existindo também poucos estudos sobre a migração de angolanos (Grassi, 2007, 2009; Øien, 2006, 2007; Tinajero, 2010). O desenvolvimento do projeto TCRAf-Eu procurou preencher essa lacuna, dando a conhecer um pouco das dinâmicas que se estabelecem nestas famílias, pretendendo de alguma forma também dar informação sobre as condições de vida das crianças angolanas[8]. O projeto deu origem a várias publicações que focam o contexto angolano, tanto de carácter comparativo como especificamente sobre o caso angolano (Grassi, Vivet e Marinho, 2016), que se debruçam sobre temas como os efeitos da migração nos pais migrantes em particular a parentalidade transnacional e o bem-estar dos pais na Europa (Mazzucato et al, 2016), os efeitos da migração parental internacional nos resultados escolares das crianças e no seu bem-estar psicológico (Mazzucato *et al.*, 2015), os modos de cuidar das crianças entre Angola e Portugal (Grassi e Vivet, 2014), a separação entre pais e filhos em famílias angolanas (Marinho, 2014), a qualidade da relação entre pais e crianças (Haagsman e Mazzucato 2014).

No que se refere aos estudos realizados em Portugal sobre imigrantes de origem angolana, focam a integração dos migrantes no mercado de trabalho (Peixoto, 2008, 2009; Pereira, 2010), em questões de cariz demográfico (Peixoto 2007; Fonseca, 2001), redes e capital social (Grassi, 2009, 2010), e a identidade do migrante (Machado, 1994). Importa também referir que o interesse pelas questões relacionadas com o fenómeno urbano, em particular o caso da cidade de Luanda (Rodrigues, 2003; Raposo e Salvador, 2001; Trindade, 2000), e o trabalho informal (Grassi, 1997; Samba, 2012) tem sido crescente na literatura produzida sobre Angola.

É de salientar que o longo período de conflito armado a que o país esteve sujeito inibiu a produção académica. Os estudos existentes sobre a família apresentam um cunho mais

[8] Referimo-nos ao inquérito realizado junto de 2243 estudantes angolanos. Tendo em conta a falta de dados estatísticos (na altura em que se levou aa cabo o projeto ainda não tinha sido realizado o último censo - 2014, e o último à data remontava a 1970), e os poucos estudos no âmbito das ciências sociais existentes sobre o tema, os dados recolhidos assumiram-se como uma importante fonte de informação.

etnográfico, tendem a debruçar-se sobre etnias específicas (Melo, 2007, 2005; Altuna, 2006 [1985]; Abranches, 1996; Lima,1989; Fonseca, 1984; Sousa, 1971; Soares Fernandes, 1966), abordando vários aspetos da vivência quotidiana como a família e as suas estruturas, o casamento, o papel da mulher, os ritos, etc. Importa, contudo, mencionar os trabalhos de Eugénio Silva (2009, 2011) sobre o meio rural em Angola, nos quais destaca questões relacionadas com a desigualdade de género ou a situação das crianças do meio rural em Angola.

A área de estudos sobre migrações também está pouco desenvolvida em Angola. O projeto TCRAf-Eu, focado nas famílias transnacionais entre África e a Europa, abarcou o contexto angolano, tendo contribuído para aprofundar conhecimentos sobre o fenómeno; contribuiu ainda estatisticamente fornecendo dados sócio-demográficos sobre as crianças que frequentam o sistema de ensino ao realizar um inquérito junto de 2243 crianças e jovens (o trabalho de campo deste projeto decorreu entre 2011 e 2012, período anterior à realização do Censo - 2014 - verificando-se nesse período escassez de dados estatísticos), bem como procurou chamar a atenção para a necessidade de estudar os efeitos da migração nas crianças. O referido projeto foi também pioneiro no que toca à utilização da abordagem transnacional para estudar famílias transnacionais no contexto Angola-Portugal.

## Transnacionalidade e parentalidade

A evolução do conceito de parentalidade está diretamente ligada ao de família. O estudo da parentalidade tende a centrar-se sobretudo nas figuras paterna e materna e na unidade conjugal (Parsons: 1955), seguindo o modelo de família europeu – "família nuclear". Na maioria das vezes a questão da coparentalidade é estudada na sociologia da família sem considerar o caso da separação transnacional pais/filhos. Sofia Marinho (2010), referindo-se ao estudo das dinâmicas de paternidade e da coparentalidade em residência alternada em Portugal, salienta que as mesmas se encontram alavancadas em dimensões como a coesão familiar, patente no modo como decorre o relacionamento entre os membros da família e a regulação da cooperação parental, manifestada entre outras através da divisão de responsabilidades, de cuidados e da educação das crianças. A autora, reportando-se ao estudo de James Mchale *et al* (2002), sugere que a análise da

coparentalidade deve ter em consideração «a comunicação, a cooperação, a coordenação, a ligação e o consenso, quanto aos modos de educar, entre os progenitores, seja qual for o tipo de família» (2010:339), devendo no nosso entender ser extensiva à análise da parentalidade nas famílias transnacionais. Surge, assim, a necessidade de repensar o conceito de parentalidade à luz do crescente número de famílias transnacionais.

Homens e mulheres exibem papéis distintos no que toca a parentalidade, papéis esses moldados através de normas sociais e culturais. A migração tem impacto na forma com pais e mães exercem a sua parentalidade e afeta o relacionamento com os filhos (Smith *et al.* 2004). A distância e a falta de uma vivência quotidiana impõem a criação de novas dinâmicas familiares e de formas alternativas de acompanhar, de acarinhar, e de disciplinar as crianças, que tendem a ser distintas de acordo com o género do progenitor.

A literatura sobre a maternidade transnacional é extensa (Segura, 1994; Hondagneu-Sotelo, 1994; Alicea, 1997; Hondagneu-Sotelo e Avila 1997; Yeoh e Huang, 1999; Parreñas, 2001a, 2001b, 2005; Aranda, 2003; Waters, 2002; Schmalzbauer 2004; Parrado e Flippen, 2005; Nicholson 2006; Falicov, 2007; Carling, 2007; Gamburd, 2008; Wall, Nunes e Matias, 2008; Hewett, 2009; Horton, 2009; Wildind e Baldassar, 2009; Zontini, 2004, 2007a; Boccagni, 2012; Carling et al, 2012; Millan, 2013); uma ampla diversidade de trabalhos sobre mães Filipinas, mas também do Sri Lanka, Tailândia, etc.), América Latina (particularmente sobre o México), Caraíbas, Leste da Europa. O contexto africano encontra-se ainda pouco explorado. A análise incide sobretudo nas estratégias desenvolvidas por mães migrantes para manterem uma relação de intimidade com os seus filhos, e para lhes proverem uma prestação de cuidados adequada às suas necessidades. Estas estratégias implicam a criação de arranjos de prestação de cuidados alternativos: as crianças passam a ser cuidadas pelos pais, outras passam a ser cuidados por outros familiares, outras ainda passam a ser cuidadas por mulheres locais contratadas para o efeito (Lan, 2003).

A maternidade transnacional vai além do apoio financeiro. Para as mães migrantes cujos filhos permanecem no seu país de origem, a comunicação frequente, o acompanhamento afetivo incrementa a participação na vida dos filhos ajudando a minimizar sentimentos de culpa e não estar a cumprir papéis sociais e culturais (Parreñas, 2001b, 2005; Moorhouse e Cunningham, 2012). Esta tipologia de prestação de cuidados implica para as mulheres

uma dualidade (Falicov, 2007; Baldassar, 2008; Horton, 2009), o que leva Falicov[9]. (2007: 158) a caracterizar a maternidade transnacional como "a ambiguidade de viver com dois corações".

As mulheres que deixam as suas famílias, com o objetivo de procurar melhores oportunidades de trabalho que lhes permitam apoiar e criar melhores condições de vida para a sua família, estão sujeitas a uma enorme carga psicológica e emocional. Esta sobrecarga emocional pode ser agravada por pressões culturais, como retrata Umut Erel (2002) no seu estudo sobre mães turcas que sofrem com a pressão dos pares para serem "boas mães", que as leva a desenvolver sentimentos de culpa e a sentirem-se "más mães". Para Hondagneu-Sotelo e Avila (1997), as mulheres migrantes procuram compensar a ausência física através do envio de remessas e da prestação de cuidados à distância. Segundo as autoras a maternidade transnacional concretiza-se através de «circuitos de afeto, carinho e apoio financeiro que transcendem as fronteiras nacionais» (1997: 550). As mulheres tendem a desenvolver um padrão de envio de remessas distinto do dos homens. Apesar de estes na generalidade possuírem maiores possibilidades de enviar remessas, as mulheres acabam por desenvolver um compromisso maior no apoio económico da família (Solé e Parella, 2005). As mulheres migrantes enviam mais remessas para o país de origem do que os homens (King e Vullnetari, 2010; Abrego, 2009), o que leva a ponderar a influência do género como um elemento que influencia o envio de remessas.

Vários autores que se interessam pela questão da migração feminina (Hondagneu-Sotelo e Avila, 1997; Hochschild, 2000, 2000a, 2003; Schmalzbauer, 2004; Parreñas, 2005; Dreby, 2006) argumentam que a migração da mãe gera um processo de reorganização familiar, onde por norma a prestação de cuidados, até então assegurada pela mãe, é delegada a outro familiar – usualmente a avó, uma irmã ou uma filha mais velha. Desta forma, a maternidade transnacional pode envolver relações triangulares entre a mãe, a criança e o cuidador, podendo aquelas ter um carácter mais ou menos complexo (Carling, 2007).

Em menor número, mas como uma emergente área de investigação, surgem os estudos sobre paternidade transnacional - *Transnational Fatherhood.* Os trabalhos de autores

[9] Texto original ''the ambiguities of living with two hearts''

como Pribilsky (2004, 2010), Dreby (2006), Bustamante e Alemán, (2007), Avila (2008), Parreñas (2008), Waters (2010), Nobles (2011), Leifsen e Tymczuk (2012), Harper, Scott e Alan Martin (2012) Kilkey, Plomien e Perrons (2013), chamam a atenção para as diversas formas de exercício da paternidade à distância, expondo diferentes estratégias de proximidade e fortalecimento de laços afetivos e cuidados, desenvolvidos por homens migrantes que se procuram manter presentes dentro da família apesar da separação geográfica.

De entre os trabalhos mencionados, importa destacar o de Pribilsky (2004) sobre migrantes equatorianos em Nova Iorque e o modo como estes procedem a reconfiguração das relações conjugais, da vida familiar à distância e dos papéis de género no seio da família; o estudo de Parreñas (2008) que analisou a paternidade transnacional de pais filipinos, verificando que as práticas dos pais entram em conformidade com os padrões tradicionais de género, o pai representa o sustento da família e a sua função prende-se mais com disciplinar, impor ordem e a sua autoridade sobre os filhos, do que prover apoio emocional dos filhos ou estabelecer uma relação de proximidade afetiva; o estudo de Waters (2010) sobre migrantes de origem asiática no Canadá e os desafios de se tornarem cuidadores principais dos seus filhos quando as suas mulheres regressam para a Ásia; sendo ainda de referir o trabalho de Nobles (2011) que ao analisar famílias onde não existia co-residência paterna (devido a migração ou a divórcio) verificou que no caso de migração a relação de proximidade entre pai e a criança é mais acentuada, verificando-se resultados positivos relativamente ao incentivo para as atividades e desempenho escolar.

O projeto TCRAf-Eu também procurou analisar a parentalidade transnacional. No estudo de caso Angola-Portugal, a parentalidade transnacional acaba por assumir um carácter masculino uma vez a que a maioria dos migrantes são os pais (homens) (Grassi e Vivet, 2015). No que concerne as questões relacionadas com a educação, verificou-se que no caso das crianças angolanas a distância e a migração do progenitor aparentemente não afetam o desempenho escolar da criança (Cebotari e Mazzucato 2016). Esta ausência de impactos foi também reiterada pelas crianças entrevistadas, tendo estas salientado ainda que a escola é um tema frequente da comunicação efetuada com os progenitores ausentes (Marinho, 2014). Contudo, importa referir que estes resultados são bastante influenciados pelo contexto histórico e cultural e pelas normas e práticas sociais relacionadas com a família, uma vez que nos restantes países da comparação (Nigéria e Gana) os resultados

mostram que a migração parental internacional (Gana), a migração interna acompanhada pelo divórcio dos pais / separação (Nigéria) e migração de ambos os pais (Gana e Nigéria) são prováveis preditores para o desempenho escolar diminuído (Cebotari e Mazzucato, 2016).

Já no que se refere aos efeitos sentidos no bem-estar das crianças verificou-se que a migração internacional do progenitor tem um impacto mais negativo do que a migração interna; os resultados apontam ainda para a importância do contexto do país de origem nos efeitos da migração parental nas crianças (Mazzucato et al, 2015). As crianças angolanas manifestam sentimentos distintos face à ausência, dependendo de que é o progenitor migrante. Grassi, Vivet e Marinho (2016), referem que quando as mães se encontram ausentes, predominavam cinco tipos de sentimentos, nomeadamente: *resignação* – a criança parece aceitar a situação de viver distante da sua progenitora, não expressando quaisquer efeitos dessa circunstância na sua vida. A resignação é visível em afirmações como *"estou habituada"*, "*é como deus quer"*, *"normal"*, *"estou bem assim"* e *"já estou habituada a viver sem ela desde pequena"; tristeza* – a criança expressa desgosto pelo facto de não viver com a mãe: *"muito triste", "não tenho aquele carinho de mãe", "pessimamente mal porque não gosto de ficar sem ela", "vejo algumas crianças com a mãe"; necessidade* – este sentimento é percebido nos comentários *"preciso muito dela" ou "porque preciso do seu carinho"; saudades* – várias crianças descrevem os seus sentimentos gerados pela ausência da mãe de modo nostálgico, afirmando *"sinto muitas saudades dela", "sem ela não fico bem", "sinto a falta dela" e afeto* – patente nas afirmações *"eu gosto muito dela", "gosto muito dela e gostaria de ter atenção dela", "gosto de ficar com a minha mãe" e "gostaria de ter la ao meu lado"*.

Relativamente aos pais, embora a maioria das crianças relate a tristeza que sente pela ausência do progenitor migrante, existe também um número bastante elevado que afirma não sentir nada – que *"se sente como de costume"*, bem como importa também referir o número considerável de crianças que afirmam sentir-se *"triste e contentes ao mesmo tempo"*. Entre as justificações da tristeza sentida as crianças mencionaram a ausência de um modelo parental: *"não tenho o exemplo de pai", "nunca o vi"*; falta de carinho também resulta em tristeza tendo as crianças que se sentem tristes referido: *"não tenho o carinho dele pessoalmente todos os dias", "o carinho do pai é importante"*. A tristeza também resulta da necessidade: *"quando preciso de algo não está"* sendo também visível na comparação que estas crianças fazem com os seus pares e afirmações como

*"quando chega o dia do pai o meu cartão vai para o lixo" ou "ver amigo feliz com o pai é triste"* são disso espelho. No que diz respeito às crianças que afirmam nada sentir ou que estão "*normais"*, podemos concluir que este sentimento traduz alguma conformidade com a situação. Nestes casos, tendem a viver com o outro progenitor – a mãe - e muitas vezes mantêm uma boa relação com o pai migrante apesar da distância, sendo as visitas e a comunicação aspetos salientados pelas crianças: *"visito ele", "tenho sempre contato com ele"*. Por outro lado, esta ausência de sentimentos assumida pelas crianças também reflete a sua resiliência e afirmações como *"me acostumei a viver longe dele"; "não sinto muito, já estou acostumado"; "não sou o único com os mesmos problemas"; "nunca vivi com ele" ou "ele nunca me deu atenção"* tendem a justificar o sentimento. Já relativamente às crianças que se afirmam sentir-se tristes e contentes com a ausência paterna, verificou que estes sentimentos mistos decorrem de situações que elas compreendem como positivas, mas que de qualquer forma possuem um impacto emocional. As crianças fundamentam este sentimento com afirmações como *"ele foi estudar" ou "triste pelo amor e contente porque ele trabalha"*.

Não obstante o reconhecimento que a migração implica muitas vezes novas formas de organização familiar e a necessidade de reajustamento de papéis por parte de quem migra e por parte de quem permanece no país de origem, e do crescente destaque atribuído às questões da maternidade e paternidade transnacionais, a perspetiva das crianças relativamente à experiência migratória tem sido mais descurada. Todavia, o interesse por esta temática tem vindo a aumentar, nomeadamente com o surgimento de estudos sobre criança migrantes e sobre crianças que permanecem no país de origem enquanto um ou ambos os pais migram. As crianças são vistas enquanto atores sociais que expõem a sua opinião e vivência relativamente à experiência migratória, própria ou dos seus progenitores.

Os impactos da migração também se fazem sentir nos membros da família que permanecem no país de origem e implicam por vezes a prestação de cuidados à distância por parte do migrante. Os idosos, as crianças, e os seus cuidadores, muitas vezes membros da família, são as principais pessoas afetadas.

No que diz respeito aos *idosos – os pais do migrante,* vários autores (Baldassar e Baldock, 2000; Zechner, 2008; Zontini e Renolds, 2007; Merla e Baldassar, 2010; Antman, 2011) têm dedicado uma particular atenção à prestação de cuidados transnacionais efetuada

junto dos mais velhos. De acordo com Kikley e Merla (2011), a distância não impede a prestação de cuidados aos membros da família que permaneceram no país de origem, sendo maioritariamente destinada às crianças ou aos idosos. No entanto, na opinião das autoras, estes cuidados transnacionais são moldados pelos arranjos institucionais prevalecentes na sua sociedade de origem e de acolhimento. A prestação de cuidados familiares constitui, segundo Yeates (2009), um dos principais meios através dos quais as famílias transnacionais mantêm a intimidade através da distância. A frequência e a intensidade dos contactos estabelecidos entre migrantes e não migrantes apresentam tanto peso na manutenção das relações familiares como o envio de remessas. Ambos representam apoio moral por parte do migrante (Buine *et al*., 2013).

As famílias transnacionais trocam todas as formas de cuidados e apoio que são trocadas nas famílias que se encontram próximas geograficamente (Merla e Baldassar, 2010; Baldassar et al, 2007; Zontini e Renolds, 2007; Al-Ali, 2002).

Por último, importa destacar também o lado emocional que decorre dos processos migratórios, pois estas famílias tendem a valorizar sentimentos, vínculos simbólicos e memórias para amenizar a realidade individual dos seus membros. Como refere Zlatko Skrbis (2008), as comunicações entre os membros da família estão carregadas de emoções, seja tristeza, saudade, alegria, preocupação e desempenham um papel na migração transnacional, fazendo parte da vivência da família transnacional. O autor (2008: 236) salienta que a experiência migratória está relacionada com «experiências de ajustamento, assentamento, nostalgia, quebra do sentimento de pertença, renovação, perda, discriminação, finais abruptos, novos começos e novas oportunidades - todas fontes de emoções», refere também que grande parte dos trabalhadores transnacionais acaba por trabalhar na área prestação de cuidados onde as emoções são uma constante do seu desempenho profissional, e muitas vez existe a necessidade de balancear as vantagens económicas e os custo emocionais (especialmente quando estes implicam deixar os filhos no país de origem). Loretta Baldassar (2008), no seu estudo sobre famílias transnacionais entre a Austrália e Itália, também ressalta o lado emocional da relação familiar referindo que as emoções como *sentir falta* de ou ter *saudades* de pessoas e lugares estão muito presentes nos discursos, no corpo (manifestando-se no choro), nas práticas e mesmo na imaginação.

## Famílias transnacionais e Representações sociais

Como já foi referido um dos objetivos desta investigação é compreender as representações sociais de família das crianças, bem como a sua perceção em relação à migração transnacional.

As representações socias têm sido alvo de interesse por parte de diversas ciências, entre as quais se destacam a Psicologia Social, a Sociologia, a Antropologia, as Ciências da Saúde, a Geografia, etc. Enquanto conceito, representação social, surge pela mão de Serge Moscovici em 1961 e, segundo Rosa Cabecinhas (2009), dá inicio a uma nova área de investigação na Psicologia Social. Contudo, a teoria de Moscovici, teve vários precedentes, sendo o mais relevante o trabalho de Emile Durkheim sobre representações coletivas. A base do conceito de representação social assenta na noção de representação coletiva de Emile Durkheim. Segundo este autor, o conhecimento provinha da experiência social; assim, as representações coletivas indicavam um conjunto de conhecimentos e crenças que ordenam a realidade atribuindo-lhe um sentido, e auxiliavam similarmente a simbolizar e interpretar as relações sociais O autor considera que a representação coletiva não se circunscreve à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, sendo mais do que isso. Segundo Durkheim, as representações coletivas:

> [...] são exteriores com relação às individuais, é porque não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, o que é bastante diferente. Naturalmente na elaboração do resultado comum, cada qual traz a sua quota-parte; mas os sentimentos privados apenas se tornam sociais pela sua combinação, sob a acção de forças sui generis, que a associação desenvolve; em consequência dessas combinações e das alterações mútuas que delas decorrem, eles se transformam em outra coisa (1970:39).

Entende ainda que as representações coletivas estão vinculadas às formas de organização social, sendo um mecanismo de coesão social.

Para Moscovici (1978), o conceito durkheimiano de representação coletiva é mais adequado para a análise das relações sociais desenvolvidas nos grupos tradicionais e mais estáticos. As sociedades modernas e urbano-industriais, segundo o autor deveriam ser analisadas com base na teoria das representações sociais. Na opinião de Celso Sá (1995),

a diferença entre a representação social, concebida por Moscovici, e a representação coletiva de Durkheim reside no facto de:

> [...] as representações coletivas eram vistas, na sociologia durkeimiana, como dados, como entidades explicativas absolutas, irredutíveis por qualquer análise posterior, e não como fenómenos que devessem ser por eles próprios explicados. À psicologia social, pelo contrário, segundo Moscovici, caberia penetrar nas representações para descobrir a sua estrutura e os seus mecanismos internos (Sá, 1995: 23).

De acordo com Denise Jodelet (1989), as representações sociais formam o modo como os indivíduos se apoderam da realidade que os rodeia, ajudando-os a compreender e a agir; são «formas de conhecimento prático» (Jodelet, 1984: 360), através das quais podemos conhecer o modo como os sujeitos sociais pensam, sentem e estabelecem a sua realidade. Jodelet efetuou uma sistematização das ideias de Moscovici, reforçando a necessidade de continuar a desenvolver a teoria desde a descrição ampla e detalhada dos fenómenos de representação, dando também destaque aos suportes que propagam as representações: os discursos dos indivíduos e os grupos, bem como os seus comportamentos e práticas sociais. A autora salienta ainda o carácter transversal das representações sociais, que situadas entre os fenómenos individual e coletivo, tem potencial para interessar à generalidade das ciências humanas, referindo ainda que «as representações sociais são um conhecimento socialmente elaborado e partilhado» (1990:360). Assim, a representação social é sempre uma representação de um objeto e de um sujeito.

Willem Doise é outro dos autores de relevo no domínio das representações socias. De acordo com este psicólogo social, que tende a privilegiar a análise das condições em que as representações sociais são produzidas desenvolvendo uma abordagem mais societal (Almeida, 2009), as representações sociais são «princípios geradores, realidades simbólicas e dinâmicas, que estão necessariamente ligadas à inserção dos indivíduos e dos grupos num dado espaço de interação social» (Doise, 1986:89). Para Jorge Vala (2002: 365), a representação social é um «sistema de interpretação, no quadro do qual o meio envolvente se torna não estranho e coerente». Já Moscovi, o mentor da teoria das representações sociais, entende que «a representação social é um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de

trocas, e liberam os poderes de sua imaginação» (1989: 28). São fenómenos sociais que devem ser compreendidos a partir do seu contexto de produção, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (Moscovici, 1984). O autor refere ainda que o surgimento das representações sociais está relacionado com a dispersão da informação, a focalização e a pressão para a inferência (Moscovici, 1961; Vala, 2002). Salienta a existência de uma diversidade de representações sociais, distinguindo três grandes tipos (Vala, 2002): as representações sociais hegemónicas (semelhantes à noção durkheimiana de representações coletivas, pela sua uniformidade e poder coercivo); as representações sociais emancipadas (que resultam da colaboração diferentes grupos sociais face ao objeto em representação); e as representações sociais polémicas (geram-se a partir de que conflitos sociais entre diferentes grupos relativamente a um dado objeto).

As representações sociais são produtoras de realidades, são criadas pelos grupos sociais sendo também partilhadas, permitem a compreensão da realidade social, bem como o ordenamento e ajustamento de comportamentos à mesma. Influenciam a nossa perceção dessas realidades.

Moscovici (1978) defende que a representação de um objeto é mais do que a sua simples reprodução, uma vez que ao ser representado o objeto é modificado. O autor considera que as representações são construídas, e não são meras reproduções. As representações sociais constituem uma forma de conhecimento que parte da realidade da vida quotidiana, o indivíduo experiencia a vida diária apreendendo-a de forma normal e natural, pois a «a vida quotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens, e de modo subjetivo, dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente» (Berger e Luckmann, 2004: 31). A perspetiva da realidade enquanto construção social de Berger e Luckmann indicia que a sociedade é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva, é «um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O Homem é um produto social» (Berger e Luckmann, 2004: 72). De acordo com Moscovici, as representações geram-se segundo dois processos dinâmicos: a objetivação e a ancoragem. Segundo o autor, a a objetivação viabiliza a materialização das abstrações, raciocinando acerca dos conhecimentos e acerca de um dado objeto de uma representação. Segundo Jodelet (1984: 367), o processo de objetivação traduz a «intervenção do social na representação», ao passo que a ancoragem nos mostra como «a representação funciona

no social». Jorge Vala (2002) refere que o processo de objetivação envolve três etapas: a construção seletiva, na qual as informações e as crenças sobre o objeto da representação passam por um processo de seleção e descontextualização, possibilitando a formação de um todo relativamente coerente onde somente uma parte da informação está disponível; a esquematização estruturante, que diz respeito à organização dos elementos; e a naturalização, onde conceitos retidos se edificam como categorias naturais, ou seja, se tornam equivalentes à realidade e o abstrato se transforma em concreto através da sua expressão em imagens e metáforas. Já o processo de ancoragem permite transformar o que é estranho em algo de familiar, possibilita interligar ou ancorar objetos novos aos esquemas de categorias existentes, isto é, aos esquemas de significação (ou de sentido). Trata-se, portanto, da integração cognitiva do objeto representado nos esquemas de pensamento já́ existentes (Jodelet, 1984). Este é um processo que por um lado precede a objetivação e, por outro, se situa na sua sequência (Vala, 2002). De acordo com Vala (2002), a ancoragem leva à produção de transformações nas representações já́ constituídas, isto é, «o processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e reelaboração do velho tornando-o novo» (Vala, 2002: 474-475).

No que concerne as funções das representações sociais, Denise Jodelet (1984), identifica três funções de base: uma função cognitiva de integração do que é novo e de interpretação da realidade partilhada por um dado grupo social; uma função de orientação dos comportamentos e das relações sociais; e uma função de domínio sobre o meio envolvente. Já Jean-Claude Abric (1994) aponta quatro tipos de funções para as representações sociais, nomeadamente o conhecimento, pois possibilitam aos indivíduos compreender e explicar a realidade que os rodeia, de um modo coerente e concreto; a identidade, uma vez que fomentam a coesão dos grupos que partilham determinada representação, separando-os ao mesmo tempo dos outros grupos, facilitando dessa forma a elaboração de identidades coletivas; a orientação, porque indicam práticas sociais a seguir numa dada situação; por último, a função de justificação, uma vez que fornecem as razões de ser dos comportamentos dos indivíduos a posteriori.

Rosa Cabecinhas (2009) ressalta a relação entre representação e comportamento social dos indivíduos, afirmando que as representações se organizam de acordo com as estratégias grupais e servem e justificam os comportamentos grupais. As representações

sociais têm uma função de justificação antecipada e/ou retrospetiva das interações sociais, ajudam na compreensão e na formação de condutas.

As representações sociais são um conhecimento prático, gerado a partir da realidade circundante do indivíduo que norteia a perceção das situações sociais e ativa os modos de agir adequados. Uma vez que partem da realidade social, e transformam as práticas sociais em conhecimento atribuindo simbolismo e significado.

Conhecer as representações sociais das crianças sobre a família vai permitir entender como lidam com a sua complexidade. Tal como Sarmento e Pinto (1997) salientam «o olhar das crianças permite revelar fenómenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente. Assim, interpretar as representações sociais das crianças pode ser não apenas um meio de acesso à infância como categoria social, mas às próprias estruturas e dinâmicas sociais que são desocultadas no discurso das crianças» (1997: 25).

**Síntese**

A família tem vindo a transformar-se ao longo dos tempos, de acordo com as mudanças sociais e com novos valores que vão surgindo, passando a existir uma panóplia de tipologias familiares. A família nuclear, formada por dois adultos de sexo diferente e respetivos filhos biológicos ou adotados, já́ não é para muitos o modelo de referência, embora continue a ser o mais usual no Ocidente, e na Europa em particular. O aumento dos divórcios, o aumento da coabitação – uniões de facto e a diminuição do número de filhos, são apenas algumas das mudanças que ocorreram na família e que fazem parte da realidade contemporânea.

De unidades económicas, como eram vistas tradicionalmente (quer na Europa, quer em outras partes do mundo, nomeadamente em África), passaram a ser consideradas sobretudo do ponto de vista afetivo. O romance passa o ser a fundamentação das alianças conjugais, e valores como a solidariedade, o amor e a partilha passam a dominar a constituição das famílias.

Em África, como referem vários autores já mencionados ao longo do texto, as famílias

tendem a ser mais tradicionais, em especial nas zonas rurais. Na generalidade, o número de elementos que constitui a família é mais elevado do que na Europa, o número de filhos é maior e a vivência tende a ser em família alargada.

Relativamente a Angola, a família está alicerçada no parentesco e é considerada um valor importante da sociedade angolana; tende a ser alargada e a desempenhar um papel importante no que concerne a prestação de cuidados às crianças. Partem de casamentos tradicionais ou civis, existindo ainda poligamia tanto em zonas rurais como urbanas. O *fostering* ou acolhimento informal de crianças continua a ser uma prática comum, um modo de criar as crianças, gerando e aprofundando alianças, bem como redistribuindo recursos na família. Para as famílias mais desfavorecidas é a única maneira de prover as crianças de educação ou da aprendizagem de um ofício.

A emergência de famílias transnacionais na literatura é consequência dos processos migratórios trilhados na globalização, que deram destaque a este tipo de familia, detentor de características específicas como a desterritorialização das relações familiares, o casamento e paternidade mantidos à distância, e suporte económico e social da família com base no envio de remessas (económicas, culturais ou sociais).

A migração altera a dinâmica familiar, obrigando a uma redefinição das suas práticas. Tendo como pano de fundo a possibilidade de melhorar a qualidade e as condições de vida dos restantes membros, e na impossibilidade de deslocar a totalidade dos membros da família, os pais migrantes desenvolvem estratégias de aproximação que lhes permitam continuar a participar na vida dos que permanecem no país de origem, mantendo o sentido de unidade familiar e de bem-estar coletivo. O estilo de vida transnacional é facilitado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, mais acessíveis e inovadoras (com cada vez mais recurso a imagem), bem como pelo incremento das viagens baratas (*low cost*) que permitem ao migrante efetuar mais deslocações ao seu país de origem. Também na parentalidade a migração exerce um forte impacto. O não estar presente diariamente pode criar clivagens na relação entre progenitores e crianças/filhos, gerando impactos psicossociais tanto nas crianças como nos pais.

Diversos estudos apontam para a tendência de pais e mães migrantes agirem de forma

distinta com os seus filhos que permanecem no país de origem, verificando-se que os pais, não obstante a distância, possuem um papel mais disciplinador, enquanto as mães procuram mesmo à distância apoiar emocionalmente os seus filhos. A utilização das novas tecnologias de comunicação ajuda a minimizar os efeitos da distância, a comunicação frequente gera um sentimento de participação na vida do outro, seja na vida do progenitor migrante seja na vida da criança.

# Capítulo 3

# Crianças e infâncias

Atendendo ao objeto de estudo desta investigação – crianças angolanas que vivem separadas de um dos seus progenitores, devido à migração daquele - considerou-se pertinente incluir um capítulo sobre as crianças e a infância. Assim, procura-se discutir aqui o conceito de infância, efetuando um levantamento sobre o modo como a criança tem sido compreendida ao longo da história, desde os filósofos gregos até aos teóricos da sociologia da infância (SI). À medida que a imagem da criança se vai alterando, maior é a consciência de que esta possui necessidades especiais e deve ser alvo de proteção e direitos. O capítulo contempla, também, os direitos da infância, bem como os instrumentos que moldam esses direitos, especificando ainda os casos de Portugal e Angola. São abordados os paradigmas teóricos da sociologia da infância, assim como as representações sociais da infância. Por último, abordam-se questões relacionadas com as crianças nos estudos da migração, destacando ainda os estudos sobre a infância em Portugal e em Angola.

Apesar de andarem lado a lado, criança e infância são conceitos diferentes que variam de acordo com o tempo e o espaço. Tal como refere Márcia Franco (2006), são um produto histórico e cultural elaborados a partir da visão de uma sociedade. Ambos os conceitos têm vindo a evoluir e a ganhar espaço, quer na esfera e agenda social, quer no âmbito das ciências sociais. No que se refere às crianças, estas passaram a ser vistas como sujeitos de direitos e deveres e atores sociais, com identidade própria; a infância, como categoria, tornou-se alvo de interesse de diversas disciplinas.

Manuel Sarmento (2000: 149-150) designa as crianças «enquanto atores sociais que se tornam objeto empírico da investigação sociológica»; já a infância é percebida como categoria social do tipo geracional, ou seja, «a consideração da infância como categoria social é o traço distintivo mais importante da análise sociológica». Por seu lado, Kuhlmann e Fernandes (2004) distinguem criança e infância da seguinte forma: infância

refere-se a um período da vida humana, enquanto criança se trata de uma "realidade psicobiológica" do indivíduo; já para Heywood (2004:22), a infância é uma «abstração que se refere a determinada etapa da vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra crianças».

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), no seu artigo 1º, define criança como todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se atingir a maioridade mais cedo, de acordo com a legislação de cada país. Esta definição coincide com a da lei portuguesa (artigo 122.º do Código Civil) que considera "menor" quem não tiver ainda completado dezoito anos de idade. Contudo, se procurarmos a definição de criança num dicionário encontramos referência a "menino ou menina no período da infância"; "pessoa estouvada", "pouco séria", "de pouco juízo"; "educação"; "criação, cria" (dicionário Priberam), ou "ser humano de pouca idade"; "pessoa muito jovem"; "menino ou menina"; "pessoa com comportamento que revela imaturidade"; "pessoa que se comporta de modo ingénuo ou infantil" (Infopédia). O significado atribuído a criança valoriza, portanto, a idade, bem como o comportamento imaturo e, por vezes, desadequado. Valoriza a infância como fase da vida e não o indivíduo.

Peter Sterns (2006) considera que existem características universais do que é ser criança, destacando a fragilidade e a necessidade de atenção e cuidados especiais, nomeadamente alimentação e cuidados físicos. Por seu lado, Berger e Luckmann (2004) consideram que cada sociedade possui a sua própria maneira de olhar e representar os mais jovens, ligada à cultura e às relações que vai estabelecendo com o mundo; nesta perspetiva, a experiência de ser criança é socialmente construída e datada histórica e geograficamente.

O reconhecimento da criança enquanto sujeito ao longo da história foi diminuto, e várias foram as representações criadas em torno da mesma: desde criança má, imanente, inocente, inconsciente, continuando algumas presentes no modo como os adultos tratam a infância e as crianças.

## Definindo a infância

Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (online), infância significa o "período de vida humana desde o nascimento até à puberdade". Etimologicamente, a

palavra "infância" tem origem no latim *infantia*, do verbo *fari* = falar, onde *fan* = falante e *in* constitui a negação do verbo. Portanto, *infans* refere-se ao indivíduo que ainda não é capaz de falar. Assim, infância diria respeito à idade em que a criança ainda não fala.

A noção da infância como uma etapa do desenvolvimento do ser humano, dotada de características próprias, bem definidas, surge com a modernidade (Sarmento, 2004; Prout, 2000). A afirmação desta noção, enquanto categoria social, foi construída histórica e socialmente, beneficiando da valorização dos seus direitos enquanto pessoas e enquanto cidadãs, passando as crianças a ocupar um lugar específico na família e na sociedade. Para Manuel Sarmento (2004:10) a infância é um constructo recente. Este autor acredita que «apesar de ter havido sempre crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio».

Ivar Frones (1994:148) afirma que «a infância é o período da vida durante o qual um ser humano é tratado como uma criança com características culturais, sociais e económicas que acompanham este período»; já Gaitán Munoz (2006: 33) define a infância como um «espaço socialmente construído para que o habitem as crianças e adolescentes e onde decorrem as suas vidas». Por seu lado, Almeida (2009) considera que a infância deve ser entendida como uma construção social, referindo-se a um estatuto social onde a criança pode ser encarada como um ser no presente e não apenas como um adulto em potência ou um projeto de ser.

A definição de infância está muito ligada à ótica do adulto, sendo descrita como uma condição da criança, assente em critérios de idade e "naturalidade" do fenómeno. Autores como Qvortrup (1992) e Jenks (1996) ressaltam a existência de um conjunto de ideias adultocêntricas preconcebidas a respeito da infância, nomeadamente a referência à criança como menor (categoria jurídica, relacionada com a capacidade jurídica de agir adquirida com a maior idade, que varia de Estado a Estado). Segundo Liebel (2007), ver as crianças como menores expõe as relações de poder geracional que colocam a infância numa posição subalterna em relação ao poder adulto. O adultocentrismo considera as crianças essencialmente irracionais, incapazes de usar a razão. A racionalidade surge como uma marca universal biologicamente determinada, possuída por certos grupos humanos considerados superiores aos outros, numa escala evolutiva biológica (James e Prout, 1997: 10-11; Qvortrup, 1994: 48-49). A par da visão adultocêntrica e paternalista,

a infância tende também muitas vezes a ser caracterizada pela negatividade (Sarmento, 2000).

A infância é também associada a uma componente temporal, uma vez que se apresenta como uma fase da vida dos indivíduos, refletindo o passado do indivíduo. James e Prout (1997) analisaram as dimensões temporais da infância identificando a infância fora de tempo, a infância como passado e a infância como futuro. De acordo com Gaitan (2006), os autores apresentam a infância fora de tempo como duradoura e universal, tendo como características a inocência e a pureza e sendo vista como um paraíso perdido fora do tempo dos adultos. A autora refere ainda que a noção de "tempo das crianças" pode variar, dependendo da idade e da sua valoração social da idade em cada contexto sociocultural. No que se refere à "infância como passado", esta está relacionada com o facto de que todos os indivíduos tiveram infância, pelo que as experiências pessoais influenciam a visão que se possui do fenómeno infância. Os próprios adultos refazem as narrativas e representações sociais da infância como algo individual que pertence a cada história de vida, e não como algo social, histórico e político pertencente à estrutura geracional (Mayall, 2002: 55; Moscoso, 2008: 268). Na dimensão "infância como futuro", a infância é entendida como uma fase de transição que conduz a criança até a vida adulta. As teorias da socialização e desenvolvimento estão focadas no futuro, visto como o momento em que as crianças se tornam adultos e passam a contribuir para a sociedade (financeiramente e de outras formas).

Não existe uma infância única, idêntica para todas as crianças, nem para as que vivem no mesmo período histórico, no mesmo país ou cidade. A infância muda de acordo com o contexto histórico e social onde o indivíduo está inserido. Pensar a criança e as infâncias implica analisar uma multiplicidade de diferenças, sendo necessário considerar as condições de vida, a origem social e a sua cultura. No caso desta investigação, importa considerar a questão da vivência transnacional e um contexto de pós-guerra. Manuela Ferreira (2002a) defende a pluralidade e a heterogeneidade da infância; segundo a autora, «não existe uma infância universal, existe uma variedade de infâncias de experiências sociais das crianças» (Ferreira, 2002a:5). De acordo com Pinto e Sarmento (1997: 17), "ser criança" varia entre sociedades, culturas e comunidades, pode variar no interior da fratria de uma mesma família e de acordo com a estratificação social. Do mesmo modo, varia com a duração histórica e com a definição institucional da infância dominante em

cada época. Para Charlot (1986: 108), «a representação da criança é socialmente determinada, uma vez que exprime as aspirações e as recusas da sociedade e dos adultos que nela vivem»; a infância é mais do que um dado natural (do ponto de vista biológico); é, sobretudo, um dado social, historicamente construído a partir dos interesses sociais, económicos, culturais, políticos, ou outros de uma dada sociedade, num determinado tempo e lugar. Mais adiante neste capítulo voltaremos a abordar a questão das várias infâncias; ao focarmos as especificidades das crianças angolanas, mostraremos como o contexto, a cultura e as tradições influenciam o que é ser criança e o que se espera delas. Reforça-se a ideia de que a infância é produzida por uma sociedade partindo de ideias, práticas e valores que dizem respeito às crianças, disseminados social e culturalmente.

*A criança e a infância ao longo da história, na Europa*

A preocupação com a infância foi crescendo ao longo dos tempos. Atravessou diversas fases desde a sua invisibilidade até ser concebida enquanto categoria social autónoma, passando por uma representação das crianças como objetos definidos em relação a instituições, ou outros atores sociais adultos.

Os filósofos gregos, como Platão e Aristóteles, atribuíram especial importância à educação. «É fundamental, diz-nos Platão, que nos ocupemos das crianças e de sua educação, não tanto pelo que os pequenos são, mas pelo que deles devirá, pelo que se gerará em um tempo posterior» (Kohan, 2003:39). Aristóteles considerava a educação um dos pilares do bom funcionamento da cidade e do estado. O filósofo defendia que a "educação doméstica durará até os sete anos… considerando que entre os cinco e os sete anos, as crianças serão simplesmente espectadoras dos exercícios que lhes devem ser ensinados mais tarde". Neste período, a infância surge de forma indireta estando ligada à educação, não se verifica uma valorização da infância em si, da experiência e das vivências das crianças – a criança não é um ator, mas futuramente irá tornar-se num. Para os filósofos gregos, a infância serviria os interesses da *polis*. A criança era vista de forma instrumental, encarada como um ser desprovido de conteúdo; é considerada como «um ser futuro, em devir… um começo de ser, uma pessoa em vias de formação» (Sirota, 2001:9).

Barbara Lima e Heloísa Azevedo (2013) analisaram a história da infância no período de Santo Agostinho a Rousseau, salientando que as imagens de infância têm como

denominador comum o trabalho de Platão. Este afirma que a criança é um ser privado de fala, sendo por isso privado de linguagem e consequentemente de razão. Para Platão, a criança era ameaçadora e precisava ser domesticada segundo normas baseadas na razão. Na opinião das autoras (2013: 98), Santo Agostinho via a criança como «um ser privado da razão, animalesco, egoísta e primitivo»; a noção de criança estava associada a pecado e a infância era considerada um período egoísta e pecador. Defendem que Rousseau é por seu lado responsável pela reconstrução da infância, já que defendia a infância e a inocência das crianças. Abandona a ideia da criança pecadora e passa a considerar que esta nasce pura e inocente, sendo posteriormente corrompida pela sociedade, facto que o faz enfatizar a necessidade da sua proteção.

Já na Idade Média, de acordo com Philippe Ariès, a sociedade tradicional não via a criança como ser distinto do adulto: «até ao fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido» (1981:51). As crianças não mereciam qualquer tipo de tratamento especial e participavam das mesmas atividades dos adultos, não parecendo existir qualquer demarcação entre elas e os mais velhos. O autor estudou a infância, através de obras de arte e iconografia, desde o Antigo Regime, salientando que foram séculos de altos índices de mortalidade e de práticas de infanticídio. As duras condições de vida, associadas a práticas médicas rudimentares e a um regime alimentar pobre, traduziam-se numa elevada mortalidade, sobretudo infantil. A aceitação da mortalidade infantil, associada à perspetiva utilitária da infância que então vigorava, resultado da atividade económica – agricultura, onde a criança era integrada desde cedo nas redes de trabalho coletivo com o objetivo de ajudar na subsistência da família - fazia com que os mais velhos não criassem grandes laços afetivos com as crianças. Ariès considera que, nesta época, a família era social e não sentimental, realçando que «a aparição da criança como categoria social se dá lentamente entre os séculos XIII e XVII» (1981:14). Segundo o autor, é por altura do século XVII que as crianças passam a ser percebidas de forma separada dos adultos, e «por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornavam uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto» (Ariès, 1981:158). A consciencialização e distinção da criança e do adulto leva ao despontar do sentimento de infância.

Com o surgimento do Iluminismo, período da história que é reconhecido pela apologia da razão e do humanismo, vive-se uma nova transição cultural. Este período marca a

"invenção da infância". As crianças começaram a emergir como um grupo distinto e com necessidades específicas. Para esta mudança muito contribuiu a visão da família moderna do século XVIII sobre a criança e sobre o seu lugar no universo familiar. Assiste-se à emergência de novos valores, como o sentimento e a privacidade (Ariès, 1981). A criança surge no centro dos afetos do universo familiar, passando a ser encarada como alguém com estatuto e personalidade próprios, um ser vulnerável e merecedor de carinho e proteção. A família torna-se, principalmente, num espaço de proximidade afetiva e de troca de sentimentos, e não tanto num grupo de trabalho como até então, onde os seus membros adultos e crianças se juntavam e se organizavam por razões instrumentais e de sobrevivência.

É neste período que também emerge o pensamento de Rousseau, exteriorizando preocupações com a educação e com as crianças. Na obra *Emílio ou Da educação,* Rousseau descreve como deveria ser a educação das crianças. Considera que a criança nasce boa por natureza e é corrompida pela sociedade, daí que defenda uma educação mais individualizada, afastada dos colégios e mais próxima das famílias, preservando na infância a intimidade que guardaria a pureza da natureza, em oposição às normas da sociedade adulta.

Ainda no âmbito de trabalhos de carácter histórico, realizados em torno da infância, importa salientar o estudo de De Mause (1982) relativamente ao modo como as crianças são tratadas pelos adultos. O alcance da sua investigação estende-se desde a antiguidade até ao século XX. O autor salienta sobretudo os maus tratos e negligência de que as crianças eram alvo até começarem a ter um apoio específico, em especial a partir da segunda metade do século XX. De Mause identifica várias fases na história da criança, nomeadamente o infanticídio (estende-se da antiguidade até ao século IV), o abandono (vigente dos séculos IV ao XIII), a ambivalência (característica dos séculos XIV a XVII), a intrusão (século XVIII), a socialização (característica dos séculos XIX e XX) e a ajuda (meados do século XX).

De acordo com Rodriguez (2007: 27), a diferença entre estes estudos clássicos de De Mause e Ariès é valorativa: De Mause enfatiza os aspetos negativos da situação social da infância através da história, enquanto Ariès tende a idealizar as condições pré-industriais da vida infantil. Comparativamente às obras de Philippe Ariès e de Lloyd De Mause, Soto (2011:36) refere que, na opinião de Gaitán (2006) a obra de Ariès é amplamente conhecida e difundida, provavelmente pelo seu carácter inovador no "descobrimento

histórico" da infância moderna, enquanto o livro de De Mause recebe menos repercussão, porque mostra a experiência de uma infância de maus-tratos e abuso.

## A construção social da infância

A infância tem surgido cada vez mais como uma área de interesse para diversos autores que se dedicam ao estudo de temáticas variadas como as questões de ética no trabalho com crianças (Müller e Carvalho, 2010; Einarsdóttir, 2007; Christensen e Prout, 2002; Thomas e O'Kane, 1998; Morrow e Richards, 1996), ou as metodologias de investigação e os métodos adequados no trabalho com crianças e jovens (Fernandes, 2006; Veale, 2005; Greene e Hill, 2005; Punch, 2012, 2002; Boyden e Ennew, 1997; Bagnoli e Clark, 2010; Bushin, 2008; Morgan *et al.*, 2002). Nota-se uma aposta crescente em métodos mais criativos, com o objetivo de motivar o envolvimento e a participação das crianças, como desenhos e outros materiais visuais tais como fotografias, recortes, etc. (Mand, 2012; Dreby e Adkins, 2011; DiCarlo et al, 2000).

A Sociologia da Infância tem vindo a afirmar-se como um campo teórico, autónomo da investigação social desde os finais dos anos 90 do século XX, altura em que foram dados passos importantes para a sua consolidação enquanto área temática relevante para as ciências sociais[10]. Alan Prout (2010: 22) argumenta que «as mudanças sociais ocorridas nos últimos 25 anos modificaram as condições e as experiências da infância, desestabilizando os conceitos sobre o que ela é e o que deveria ser», contribuindo desse modo para a reflexão sobre a criança enquanto sujeito social e para a autonomização de um novo campo teórico.

Na origem da Sociologia da Infância, encontram-se, sobretudo, a sociologia da família e a sociologia da educação. Com base nesta filiação, Régine Sirota (2001) distingue o tipo de produção científica realizada nos países anglófonos da dos países francófonos, referindo que «sociologia da educação e sociologia da infância aparecem, na esfera de língua inglesa, como se constituídas de maneira autónoma, ao contrário da sociologia da

[10] Ver Jenks (1982) e Qvortrup (1985,1987). Jens Qvortrup é uma figura de destaque no campo da sociologia da infância, sendo um dos seus impulsionadores. O autor liderou um projeto pioneiro "Infância como fenómeno social" entre 1987 e 1992, sendo também responsável por iniciar o grupo de investigação "Sociologia da Infância" da Associação Internacional de Sociologia (ISA).

educação de língua francesa, de onde sobretudo saíram os sociólogos que trabalham sobre a infância» (2001:14). Na mesma linha, também Cléopâtre Montandon (1998) considera que a maior variedade temática dos trabalhos em língua inglesa se deve à origem disciplinar mais diversificada dos autores que se dedicam ao estudo da infância.
O interesse em aprofundar as questões que se relacionam com a infância e as crianças conduziram a uma maior reflexão sobre o tema e à constituição de uma nova abordagem da infância. Vários autores (James e Prout, 1997; James, Jenks e Prout, 1998; Sirota, 2001; Ferreira, 2002; Prout, 2002; Corsaro, 2005) estudam a infância, assentes na consciência de que a criança é algo mais do que um ser frágil e dependente, conduzindo à perspetiva da criança como ator social dotada de agência, ou seja, capacidade criativa; a criança influencia o contexto onde está inserida, através da sua interação com os outros – crianças ou adultos - e da interação com o espaço. A criança interage socialmente com a família, os pares e as instituições, é produtora e reprodutora de cultura, consumidora e apresenta capacidade interpretativa das suas experiências.

A infância passa a ser encarada como uma realidade socialmente construída (Prout e James, 1990; Qvortrup, 1991); uma variável de análise que só pode ser compreendida em associação com outras variáveis sociais, tais como o género, classe social, etnia, etc. Os autores consideram ainda que «a etnografia é uma metodologia particularmente adequada para estudar a infância, uma vez que facilita a sua participação; a infância é um fenómeno relacionado com a dupla hermenêutica das ciências sociais» (Prout e James, 1990: 8). Opõe-se aos paradigmas anteriormente vigentes, os quais, de acordo com Tomás e Soares (2004), seriam o paradigma da propriedade, que se baseava na sujeição da criança ao poder paterno; o paradigma da proteção e do controlo, que assentava na crença da fragilidade e dependência das crianças; e o paradigma da perigosidade, que encarava a criança como má, pecadora e desviante.

Manuela Ferreira (2002a:3), apoiando-se em outros autores (James e Prout, 1997; Corsaro, 1997; James, Jenks e Prout, 1998; Sirota, 2001), salienta que é necessário «desconstruir o paradigma tradicional da infância – a infância vista como uma fase de vida, natural e universal, e as crianças como entidades bio-psicológicas, objetos passivos de socialização numa ordem social adulta». No mesmo sentido, também Jenks (2002) considera que a visão universal da criança inocente é essencialista e limitadora da sua intencionalidade. A criança deixa de ser olhada de forma passiva, e a infância deixa de

ser considerada uma fase de moralização e de preparação para a vida adulta, na qual a criança é incapaz e incompetente (Qvortup, 1992) ou, como refere Sirota (2001: 9), deixa de ser «considerada como um simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições». A autora menciona ainda que se trata de "romper a cegueira das ciências sociais, para acabar com o paradoxo da ausência das crianças na análise científica da dinâmica social com relação a seu ressurgimento nas práticas consumidoras e no imaginário social» (2001: 11).

Encoraja-se assim um alargamento da esfera de análise das crianças, que deixam de ser apenas estudadas no âmbito da socialização, na área da psicologia ou das ciências da educação. A criança e a infância passam a ser compreendidas como uma construção social, uma categoria estrutural, que deve ser articulada e comparada com outras categorias sociais (Qvortrup *et al*, 1994). A criança torna-se um sujeito legítimo que merece ser estudado em si mesmo, um ator social. Ferreira (2002a: 6) considera que «levar a sério o ator social que é a criança é reconhecer a tomada de consciência do seu direito à palavra, da sua capacidade de produção simbólica e da constituição das suas práticas, representações, crenças e valores, em sistemas organizados de saberes, fazeres e sentires que, transformados em meios de interação social entre pares, ou seja, entre culturas, geram modos de governo próprios às sociedades infantis». De salientar ainda que o estudo da criança e da infância deve ter em consideração a pluralidade de infâncias existentes (Qvortrup *et al*, 1994; Frones, 2005).

Para os autores que defendem esta corrente, a infância não constitui uma realidade natural ou universal, mas sim uma realidade sujeita a variações temporais, sociais e culturais, construindo-se nas instituições e nas práticas sociais. A idade é entendida como uma categoria de análise social. Consideram que a infância é interessante por si só, devendo ser um alvo autónomo de interesse social.

Contudo, a visão da infância nem sempre teve em consideração o papel da criança enquanto agente, e outras visões imperaram, nomeadamente a visão funcionalista, a estruturalista e a construtivista.

Chris Jenks foi um dos pioneiros no âmbito da sociologia da infância e na obra *The Sociology of Childhood,* publicada em 1982, revê o conceito de infância nos trabalhos de Parsons, Durkheim, Piaget, entre outros, para demonstrar que cada modelo teórico de vida social dá lugar a uma diversidade de visões de infância, que movem a sua construção

social. Na perspetiva funcionalista, a infância era visualizada como uma etapa do desenvolvimento biológico do indivíduo, mas também de crescimento moral (Durkheim, 1975). Pavez Soto (2012) refere que a visão funcionalista da infância é fortemente influenciada pelos estudos de Freud, Erikson e Piaget. A autora salienta, ainda, que o entendimento de infância de Durkheim enquanto "um terreno quase virgem onde se deve construir a partir do nada", reforça a ideia da criança recetáculo ou tábua rasa (na linha de John Locke na obra *Ensaio sobre o conhecimento humano*, 1690); a criança está sujeita à ação dos adultos, com necessidade de ser controlada e civilizada. Este controlo e civilidade seriam efetivados através da socialização (Parsons, 1959), que transformaria o ser "selvagem" num ser social. Parsons (1959) acreditava que as crianças poderiam ser moldadas de acordo com os valores e normas culturais mais adequados, com as referências do dever ser da sociedade onde estão inseridas. Esta noção de infância reveste-se de carácter reducionista, uma vez que apenas a encara como uma fase de socialização e uma etapa de desenvolvimento biológico. De acordo com James e Prout (1997:13), esta visão não tem em consideração a infância enquanto fenómeno social completo com múltiplas dimensões.

O enfoque estruturalista considera, entretanto, que a infância é uma categoria social presente em todas as sociedades, ainda que os seus membros mudem; parte do pressuposto de que a infância existe permanentemente na estrutura da sociedade. A infância não finda quando as crianças crescem, continua a existir e a receber novas crianças. Jens Qvortrup (2010: 635) afirma: «Em termos estruturais a infância não tem um começo e um fim temporais, e não pode, portanto, ser compreendida de maneira periódica. É compreendida como uma categoria permanente de qualquer estrutura geracional». No seu trabalho, Qvortrup (1993) identifica nove teses sobre a infância, entre as quais se destacam:

- a infância apresenta um carácter estrutural, assumindo uma forma particular e distinta em qualquer sociedade;
- a infância não é uma fase de transição, mas uma categoria social permanente;
- a infância é uma categoria variável, histórica e cultural;
- a infância é uma parte integrante da sociedade e da sua divisão de trabalho, onde as crianças são participantes ativas na sociedade;

- as crianças são co-construtoras da infância e da sociedade; a infância é exposta às mesmas forças sociais que os adultos, embora de modo particular;
- a dependência das crianças tem consequências para sua invisibilidade em descrições históricas e sociais, assim como para o provimento do seu bem-estar; a ideologia da família constitui uma barreira contra os interesses e o bem-estar das crianças;
- a infância é tendencialmente uma categoria minoritária, definida em função do grupo dominante – os adultos.

A criança tende a ser objeto de um tratamento diferenciado, marginalizador e paternalizador. A infância é concebida como uma categoria geracional numa perspetiva macroestrutural, compreendendo as especificidades de cada contexto.

Constitui um fenómeno social, inserido na estrutura das sociedades e constrói-se em marcos de interação social intersubjetiva, porque a ação social das crianças tem capacidade de influenciar e transformar os ambientes em que vivem (James e Prout, 1997:7).

No que diz respeito ao enfoque construtivista, este assenta na premissa de que a infância é uma construção social, inscrita numa estrutura que afeta a vida das crianças, e compreende as especificidades de cada contexto. Assim, a infância é entendida como um espaço socialmente construído para as crianças e Jenks (1996:32) define-a como «um status de pessoa que é comprimido através de uma série de muitas vezes heterogéneas, imagens, representações, códigos e constructos».

A infância é construída nas instituições e nas interações e práticas sociais que se vão estabelecendo, variando de acordo com os diferentes contextos históricos e territoriais, bem com de acordo com o género, a etnia e a classe social.

Além das visões acima referidas, existe uma corrente da sociologia da infância que promove uma abordagem relacional. Esta considera que a infância é um processo relacional que se expressa através de relações sociais geracionais entre as crianças e os adultos, possuindo simultaneamente uma dimensão individual e social. Esta corrente, que tem como principais autores Berry Mayall (2000, 2002) e Leena Alanen (1994), considera que o conceito de geração assume um papel primordial para compreender a relação entre

as crianças e os adultos. A infância é vista como uma geração com um status e com uma posição determinada. Para os autores que apoiam a abordagem relacional, a sociologia deve considerar o ponto de vista das crianças e as suas experiências, o que as levaria a obter e produzir conhecimento necessário ao reconhecimento dos seus direitos. Segundo Mayall (2002: 21) a criança deve ser entendida como um agente social, pois este termo inspira negociação e interação com os outros, expressando melhor as suas capacidades e postura nas relações sociais que vai estabelecendo, ao passo que o termo ator social, para a autora, alude aos desejos subjetivos da criança.

Outras premissas em que assenta este enfoque da sociologia da infância são o facto de a geração ser um conceito, a chave para compreender a relação entre crianças e adultos; a infância enquanto processo relacional existe, mas não apenas em relação aos adultos e a outras gerações coexistentes (Gaitan, 2006: 87); há que atende à questão do género-geração, pois a ordem geracional e de género operam de forma paralela e complementar nas hierarquias entre homens e mulheres e entre adultos e crianças (Alanen, 1994: 31 e segs). Segundo Alanen (2001: 83) «a vida de mulheres e de crianças têm aspetos de género e aspetos de geração». As crianças também criam relações de género, que se tornam percetíveis no conhecimento e na cultura que produzem. Na opinião de Mannheim (1993 [1928]), cujos estudos incidiram sobretudo sobre a juventude, a geração é uma experiência histórica que cria um padrão comum de vivências e interpretações, promovendo uma compreensão semelhante do mundo. Desta forma, a idade constitui-se como uma categoria base de diferenciação e análise sociológica. Mayall (2002: 27, 36) sugere o termo *generationing* (fazer geração), análogo ao termo *gendering* (fazer género), como um processo através do qual se produzem e transformam as posições sociais e as relações geracionais. Idade e geração podem ser consideradas categorias de diferenciação e de análise.

## Crianças atores sociais

Como referido anteriormente, uma das características do paradigma da Sociologia da Infância é o facto de encarar a criança como um ator social, dotado de capacidades para influenciar aquilo que a rodeia. A nova imagem da criança opõe-se à visão adultocêntrica e tradicionalista do ser indefeso, passivo e incompleto, à mercê dos adultos. Regista-se

um afastamento da visão assistencialista, adotando-se uma perspetiva que entende as crianças como agentes participativos, com um importante papel a desempenhar na sociedade (Sarmento, 1999). A criança é, agora, vista como um ser que age dinamicamente, tendo um papel ativo e produtivo no seu quotidiano, desempenhando um "duplo ofício" de filho e aluno (Marchi, 2008), a par do "ofício de ser criança" (Sirotta, 1998).

Segundo Rita Marchi (2008: 7), a criança deixa de ser encarada como "um recetáculo passivo de socialização numa ordem social adulta"; a visão determinista é substituída pela crença nas suas capacidades para intervir, ou seja, na agência. No mesmo sentido, Almeida (2009: 44-45) refere que valorizar a agência da criança "traduz-se na crítica à visão sumária da socialização como processo de inculcação vertical de valores e comportamentos, do adulto-ativo para a criança recetáculo, dócil e eminentemente passiva". Ao falar da agência da criança estamo-nos a referir à sua capacidade de criar, construir, adaptar-se. Leena Alanen (2001: 21) considera que a agência está "intrinsecamente ligada aos "poderes" (ou falta deles) das crianças, para influenciar, organizar, coordenar e controlar eventos que ocorrem em seu mundo quotidiano".

Não obstante a sua capacidade de influenciar e de agência, as crianças enquanto grupo social apresentam alguma fragilidade. De acordo com James e Prout (1997) e Libel (2007), nas sociedades ocidentais modernas as crianças tendem a compartilhar traços característicos de uma minoria em relação aos grupos de poder. Os autores destacam, a título de exemplo, a discriminação com base na idade; o facto de as crianças não terem capacidade de pressão política ou direito a voto e ainda a sua dependência económica. Berry Mayall (2002) também refere que a infância pode ser considerada como um "grupo social minoritário", pois não possui visibilidade política. Esta invisibilidade política, em particular no que concerne às políticas públicas, é também salientada por Fernandes e Tomás (2007) que destacam ainda a exclusão da participação das crianças no processo de decisão na vida coletiva. Apoiando-se no discurso da Unicef, os autores referem que "a invisibilidade é, no caso, homóloga à exclusão: as crianças são o grupo geracional mais afetado pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pelas carências das políticas públicas" (2007:185).

Para Manuel Sarmento (1999) o reconhecimento da criança como ator social vem fortalecer a importância de se respeitar e aceitar a imagem da criança cidadã.

*Criança plural*

Segundo Ana Nunes de Almeida (2009), a criança plural é um produto da sua socialização em contextos sociais múltiplos, através da qual ela incorpora uma pluralidade mais ou menos duradoura e intensa de esquemas de ação, de hábitos (corporais, cognitivos, de avaliação) que se organizam em tantos reportórios quantos os contextos sociais que aprende a distinguir através das suas experiências precedentes. A autora considera também que Segundo Almeida, «este foco permite captar a homogeneidade ou heterogeneidade das disposições de que são portadores os atores individuais, tendo em conta o percurso biográfico e as experiências de socialização anteriores» (2009: 62-63).

Esta ideia surge a partir do conceito de *ator plural* de Bernardo Lahire (2002). O autor, que defende a heterogeneidade do mundo social, sustenta que entre a família, a escola, os amigos e as diversas instituições culturais com quem a criança lida, emergem situações heterogéneas, concorrentes e por vezes contraditórias, considerando, assim, que a socialização é efetuada através do contacto com a heterogeneidade e variedade de práticas existentes nos mundos sociais e contextos que cruzamos.

## Representações sociais da infância

Ao longo dos tempos, várias foram as imagens associadas à criança, passando do ser selvagem, inocente ou natural, em estado puro, ao ser imaturo e inacabado, ao ser social. A imagem da criança passou por períodos ora de maior positividade, ora de maior negatividade. Chris Jenks (1996) refere que ao longo da história emergem duas imagens dominantes da criança: a criança "Dionisina" ou pequeno demónio – criança corrompida; e a criança "Apolo" ou anjinho. Segundo o autor, a imagem da criança "Dionisina" surge porque se acredita que, no período da infância, o ser humano é uma vítima de sua própria natureza selvagem e demoníaca. Tal como Dionísio, a criança vive para os prazeres, procurando sobretudo a satisfação imediata dos mesmos. A criança é vista como irracional e irresponsável, acreditando-se e esperando-se que durante a infância as crianças a vivessem dessa forma (James e Prout, 1997: 11). Relativamente à imagem da criança "Apolo", surge na sequência da idealização da infância como um período idílico, considera-se a natureza da criança angelical, pura e inocente (James e Prout, 1997: 28). Um dos disseminadores desta imagem da criança foi o filósofo Jean Jacques Rosseau,

que acreditava que a criança era boa por natureza. A infância é visualizada como um período de felicidade, a fase da vida em que o indivíduo está realmente feliz. De acordo com Tomás (2007), esta imagem considera a criança como um ser frágil, incapaz e sem autonomia, que tem de ser obrigatoriamente protegido.

Ao analisarem as conceções da infância ao longo da história, James, Jenks e Prout (1998), identificam dois períodos fundamentais: o período das imagens da criança pré-sociológica e o das imagens da criança sociológica. As imagens da criança pré-sociológica não têm em consideração o conceito de estrutura social e desenvolvem-se a partir das contribuições do senso comum, da psicanálise, da psicologia do desenvolvimento e da filosofia (James, Jenks e Prout, 1998). Estas imagens incluem *a criança má* – que tem por base a ideia de que a criança possui uma natureza malévola e corrupta que necessita ser controlada; *a criança inocente* – acredita na bondade e pureza natural das crianças; *a criança imanente* - vista como uma tábua rasa que devia ser moldada pelos adultos; a *criança naturalmente desenvolvida* - tida como um ser natural antes de se tornar um ser social, sendo que o seu desenvolvimento se dá por estádios, tal como demonstrou Piaget; e *a criança inconsciente* – do discurso psicanalítico, sendo a infância vista como o período em que se constroem as fundações da vida adulta.

Para Sarmento (2007a: 30), as imagens da criança pré-sociológica «correspondem a tipos ideais de simbolização histórica da criança, a partir do início da modernidade ocidental, com expressão conceptual na obra de filósofos ou outros homens do pensamento e da ciência, mas que se disseminaram no quotidiano, foram apropriadas pelo senso comum e impregnam as relações entre adultos e crianças nos mundos de vidas comuns».

No que diz respeito às imagens da criança sociológica, estas compreendem: a *criança socialmente construída* – que parte do pressuposto de que não existe uma criança universal, mas uma pluralidade de formas de infância; a *criança tribal* – que se interessa sobretudo pelo mundo infantil, as brincadeiras, a escola e vê a criança localizada no espaço e no tempo, detentora de agência; a *criança integrante de um grupo minoritário* – que considera existir uma relação de poder entre crianças e adultos que necessita ser mudada (esta é uma abordagem universalista e global, que vê a criança como ativa e consciente); e a *criança socioestrutural* - imagem defendida por Qvortrup, segundo o qual a infância é parte de todas as estruturas sociais através do tempo e do espaço e sempre existiu (James, Jenks e Prout, 1998).

De acordo com Jens Qvortrup, ao considerar as crianças como produtoras de relações sociais e a sua interação com os espaços que as rodeiam, é importante analisar as interpretações e os significados que as crianças lhes atribuem. O autor ressalta que «a representação social está indissociavelmente ligada ao sujeito que a produz, neste caso à posição assimétrica que a criança (filha, neta, sobrinha) ocupa na rede de relações familiares e geracionais que estabelece e co-constrói com os outros adultos significativos. Daí ser interessante interpretar o universo das representações, tendo em conta a condição geracional da criança, a sua qualidade de membro da categoria estrutural que é a infância, por oposição à adultez» (Qvortrup, 2004[11]).

## As crianças nos estudos das migrações

Nos estudos de migrações e transnacionalismo, o surgimento das crianças como atores é também recente. O facto de a sociologia da infância ser um campo teórico, autónomo, relativamente recente (finais dos anos 90 do século passado), conduziu a um maior interesse sobre as questões relacionadas com a infância nas mais diversas esferas, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade e às migrações. O transnacionalismo vem chamar a atenção para o aumento da mobilidade das crianças, tendo implicações nesse processo de socialização. Orelleana *et al.* (2001), referem que as crianças estão envolvidas em processos familiares de migração, salientando que «a presença das crianças é fundamental para as famílias nos processos de decisão, e as crianças moldam a natureza e o curso das experiências de migração das famílias»[12] (Orellana *et al.* 2001:587).

A criança passa a ser encarada como um ator social e a consciência do seu papel enquanto agente influenciador das decisões dos adultos levam-na a ganhar uma nova posição nos estudos sobre migrações. A também crescente preocupação com as consequências da migração nas crianças conduz à necessidade de ouvir as suas vozes. A criança que fica no país de origem quando os pais migram, a criança que migra sozinha, a criança que se junta aos pais no país de acolhimento e todo o processo de adaptação e integração, e ainda

[11] citado por Almeida, 2009: 116

[12] No original "the presence of the children is central to the families' decision-making processes, and children fundamentally shape the nature and course of families' migration experiences". (Orellana et al, 2001:587).

a criança refugiada, passam a ser alvo da atenção por parte dos investigadores ligados à área das migrações e do transnacionalismo. Ouvir as experiências das crianças, tendo perceção do modo como se relacionam com o território e com a mobilidade, como lidam com as questões da identidade e pertença (Ní Laoire, 2011; Ní Laoire, *et al.* 2010; Punch, 2007; Scourfield, *et al.* 2006), revela sentimentos, representações e estratégias desenvolvidas para enfrentar novas situações com que se deparam. Paralelamente, permite adquirir conhecimentos que possibilitam o desenvolvimento de políticas com o intuito de minimizar os efeitos negativos da migração, bem como facilitar a integração das crianças numa nova sociedade e cultura.

*A criança migrante*

A criança migrante é aquela que deixa o seu país de origem para se fixar noutro, podendo migrar sozinha ou acompanhada dos seus pais ou outros adultos. Estas crianças têm sido alvo de interesse por parte de diversos investigadores. Jacqueline Knörr (2005) refere que os estudos sobre migrações negligenciam o ponto de vista das crianças relativamente às suas impressões sobre a experiência de migração. No seu trabalho, a autora interessa-se pelo modo como as crianças vivenciam e gerem a sua migração, constroem a identidade tendo em conta as suas referências, expressam o processo de orientação cultural e integração, lidam com a xenofobia e a falta de aceitação. Knörr salienta a importância de reconhecer a agência das crianças, pois possuem capacidade de criar novos papéis para si mesmas.

Os trabalhos sobre crianças migrantes incidem especialmente sobre a sua adaptação ao país de acolhimento (Gokalp, 1998), nomeadamente ao sistema escolar e à educação, enfatizando a sua integração e resultados obtidos (Zhou, 1997; Seabra, 2010; Seabra e Mateus, 2008). A diversidade cultural não é esquecida; contudo, procura-se garantir que a criança proceda à assimilação de valores e normas culturais do novo contexto, minimizando a heterogeneidade e adequando comportamentos. Uma questão pertinente ao estudar estas crianças é o seu estatuto legal, o qual viabiliza ou inviabiliza o acesso a serviços e a instituições que influenciam as suas oportunidades de vida. Os estudos sobre os impactos da migração nestas crianças devem também ter em consideração o ponto de vista da saúde mental e do equilíbrio emocional, pois não raras vezes as crianças são obrigadas a separar-se de membros da família muito importantes como os avós, etc.

(Stevens e Vollebergh, 2007; Derluyn**,** Broekaert e Schuyten, 2008; Graham e Jordan, 2011).

Carola Suárez-Orozco e Marcelo Suárez-Orozco (2001) estudaram crianças da imigração, contemplando tanto as nascidas como as não nascidas nos EUA, todas elas tendo como denominador comum pais migrantes. Detinham proveniências diversas desde México, Haiti, China, El Salvador, Guatemala, entre outros, e os autores, que também consideram que a experiência migratória das crianças é demasiadas vezes esquecida ou ignorada, focaram-se nos efeitos psicossociais da migração nas crianças. A imigração afeta as famílias e as suas crianças, uma vez que as retira do seu ambiente natural (laços afetivos, vizinhança, etc.). No estudo, apenas 20% das crianças chegaram em simultâneo com os seus pais aos EUA. Uma reunificação familiar antecedida de separação pode produzir impactos nas crianças. Os autores referem que algumas consideraram que a separação geográfica dos seus pais foi um processo bastante traumático, enquanto que para outras foi considerado *stressante*, mas sem ser traumático. Este resultado levou os autores a valorizar aspetos como as condições sociais, o modo como a separação dos pais é vivenciada (onde a regularidade e qualidade da prática do acolhimento informal tem influência), ou a importância cultural atribuída à migração. A comunicação frequente entre pais e filhos, bem como a informação regular sobre o reagrupamento familiar, vão ajudar a criança a não desenvolver consequências prejudiciais da separação.

Allen White *et al*. (2011), ao analisarem o papel das crianças na migração transnacional, concluem que em grande parte dos estudos se verifica uma construção simplista da criança migrante que acaba por refutar a sua agência e subjetividade. As crianças tendem a ser consideradas de forma homogénea e como seres passivos e dependentes, sendo dado grande destaque à criança vítima ou pertencente a grupos vulneráveis (refugiados, requerentes de asilo, vítimas de tráfico humano, menores desacompanhados, etc.) onde são enfatizadas as suas necessidades e as diferenças. Os autores também salientam ainda a importância de adotar uma abordagem centrada na criança para realçar as suas opiniões e sobretudo para lhes dar voz na investigação.

*A criança left behind*

O estudo das famílias transnacionais deu origem a abordagens temáticas diversas, entre as quais se destaca aquela referida como *children left behind*, ou seja, relativa a crianças que permanecem no país de origem quando os pais migram. As condições económicas têm levado cada vez mais pais a optarem por procurar alternativas profissionais noutros países, visando prestar melhores condições de vida à sua família. Assim, é crescente o número de crianças que se veêm privadas de um ou de ambos progenitores. Os especialistas salientam consequências emocionais decorrentes da separação da família (Suarez-Orozco *et al.* 2002; Silver, 2006), mudança nos papéis familiares, bem como dificuldades na tomada de decisão e partilha de poder entre pais e avós (Levitt, 2001). A separação familiar resultante do processo migratório acarreta efeitos para os agentes envolvidos, nomeadamente pais e filhos. Os pais, sobretudo no caso de ser a mãe o elemento migrante, revelam sentir culpa pelo facto de terem de deixar os seus filhos (Zentgraf e Chinchilla, 2008). No que concerne os filhos, vários estudos (Parreñas, 2001a e 2005; Derby, 2007) apontam para alguma culpabilização dos progenitores, na medida em que os filhos atribuem alguns dos seus comportamentos ao facto de estarem longe dos seus pais.

A designação *children left behind* é, de alguma forma, sintomática de uma visão exclusivamente negativa do fenómeno e assume um carácter moralizador, sublinhando a ideia de abandono. Este trabalho, ao estudar as crianças em contexto (no seu espaço de vida em Angola), pretende romper com uma visão normativa, essencialista, de cariz etnocêntrico e adultocêntrico, subjacente ao conceito *children left behind*, e dar a conhecer uma realidade infantil que é pouco conhecida.

No entanto, também existem autores que procuram contemplar os dois lados da moeda, apontando aspetos positivos da migração transnacional; estes autores são justamente aqueles que estudam os efeitos das remessas no bem-estar das famílias (Orozco, 2001; Carling, 2002 e 2008a; Guarnizo, 2003; Koc e Oman, 2004).

Referindo-se aos impactos da migração nas crianças, Zontini (2004) salienta como positivo o facto de beneficiarem de uma maior capacidade económica, adquirida através da migração dos seus progenitores; e como negativo o sofrimento emocional provocado pela separação física dos seus pais, as dificuldades de adaptação a um novo contexto social e cultural, no caso de reunificação com os pais no país de migração.

Bryant (2005), num estudo sobre crianças que permaneceram na Indonésia, Tailândia e Filipinas, enquanto os seus pais migraram, também salienta os aspetos positivos da migração, na medida em que o envio de remessas permite às crianças aceder a melhores condições de vida, contribuindo para o aumento da sua taxa de sobrevivência. Yeoh e Lam (2007) também sublinham os benefícios económicos que as crianças que permanecem no país de origem (Filipinas) passam a usufruir; contudo, o seu estudo sobre o impacto da migração na situação socioeconómica, nos meios de subsistência e na saúde dos membros da família que ficam no país, não deixa de salientar a rutura nas relações familiares entre pais e crianças provocada pela distância física. As autoras defendem que a ausência de um ou ambos os pais aumenta a insegurança psicológica das crianças; outros autores (Parreñas, 2005; Bernhard, Landolt e Goldring, 2009) apontam para a existência de sentimentos de abandono por parte das crianças. Por outro lado, Olwig (1999) refere que a ausência física dos pais não tem necessariamente de ser problemática para as crianças. O envio regular de remessas e visitas periódicas dos pais contribuem para a aceitação da distância. As crianças podem sentir falta dos pais, mas a participação social e económica dos progenitores na sua vida minimiza a distância física e salvaguarda uma relação próxima e segura com os seus pais.

Zentgraf e Chinchilla (2012) também defendem que não se pode concluir que a separação entre pais e filhos, motivada pela migração internacional, seja necessariamente traumática para as crianças. Deve-se ter em conta a proveniência da criança, nomeadamente se é oriunda de uma cultura onde se verifica uma tradição de altos níveis de emigração (Olwig 1999, em relação às Caraíbas; Erel 2002, em relação à Turquia; Parreñas 2005, relativamente às Filipinas; Drotbohm 2008 em relação a Cabo Verde), bem como a sua capacidade de resiliência. Importa também de referir que a rede de apoio da família, nomeadamente o agregado familiar, ao ser coeso e solidário, faculta à criança estabilidade, acompanhando e colmatando as suas necessidades de diversa natureza.

De salientar ainda o impacto que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) possuem na manutenção das relações à distância e na minimização dos efeitos da mesma. A utilização das TIC, quer por parte dos adultos (pais migrantes) quer por parte das crianças, cria uma noção de proximidade entre os interlocutores e facilita os contactos. Raelene Wilding refere que, desde o final da década de 1990, a Internet permitiu o aumento da comunicação, a tal ponto que «a introdução do *e-mail* transformou a família

transnacional» (2006: 138). Também Bacigalupe e Lambe (2011) ressaltam o papel das TIC, considerando-as "um novo membro da família" em famílias transnacionais, uma fonte de capital social, que promove o discurso e ajuda a criar uma sensação de que os entes queridos estão presentes. Tudo isso pode incluir a troca de mensagens entre telefones móveis, criando uma sensação de presença constante e de cuidados transnacionais. Erwin *et al*. (2013) analisaram o impacto da internet, em especial a utilização de cybercafés, na manutenção dos contactos e dos laços familiares de crianças filipinas *left behind* com os seus progenitores migrantes. No estudo, os autores constatam que cerca de metade da amostra não possuía acesso à internet a partir de casa, daí o espaço cybercafé assumir extrema importância como veículo facilitador; também as questões técnicas relacionadas com a rapidez da ligação favorecem o recurso a esses estabelecimentos. O acesso à Internet é essencial para as crianças comunicarem com seus pais migrantes (cerca de 70% usaram a internet para comunicar com seus pais). Os autores verificaram também que a utilização da internet para comunicar com os pais dá a perceção à criança de os conhecer melhor, bem como ao seu estilo de vida no estrangeiro, uma vez que tem à sua disposição diferentes modos de comunicação on-line (redes sociais, chats de vídeo, etc.).

As TIC conduziram, portanto, a uma maior disponibilidade e acessibilidade de meios de comunicação. Porém, importa referir que em Angola, e dado o contexto de pobreza de muitas famílias, o acesso à Internet e à comunicação por *e-mail* ainda não está acessível, daí que a comunicação à distância seja efetuada principalmente por telefone. Para usufruir destas ferramentas, é também necessário possuir competências a nível da sua utilização. No que se refere à sua utilização por parte das crianças, Almeida *et al.* (2013:342) destacam que «em Portugal, como em alguns outros países europeus, as crianças lideram na apropriação e uso competentes de novas tecnologias de informação e comunicação, revelando intensidades de utilização e níveis de proficiência superiores aos adultos e exibindo notáveis capacidades de navegação e comunicação no ciberespaço».

Relativamente ao uso das TIC em Angola, os dados disponibilizados pelo *Index Mundis*, que não referem especificamente as crianças, mostram uma tendência crescente do número de utilizadores da Internet a partir de 2007. Os dados do Censo de 2014 revelam que o meio de comunicação mais utilizado pelos angolanos é o telemóvel.

| | Telefone celular | | Internet | | Computador | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Angola | 7 803 810 | 37,5 | 2 119 946 | 10,2 | 2 060 989 | 9,9 |

Figura 2. População com 5 ou mais anos de idade, segundo os meios de comunicação utilizados nos últimos 12 meses.
Fonte: INE Angola, RGPH 2014, Resultados Definitivos.

A importância das remessas é também salientada por Van Doorn (2003), Kibbiki, Mazzucato e Appiah (2004), referindo que estas muitas vezes têm um impacto crucial sobre a família que fica no país de origem e são fundamentais para a prestação de cuidados às crianças. As remessas enviadas pelos pais são grande parte das vezes investidas na educação (Afsar, 2003; Khun, 2006) e contribuem para o estado de bem-estar dos mais novos (Koc e Oman, 2004). Usualmente, os migrantes apontam como um dos fatores com mais peso na sua decisão migratória a possibilidade de dar melhores oportunidades a nível académico aos seus filhos, isto é, de lhes proporcionar a frequência de boas escolas e uma educação de nível superior. Contudo, a migração dos progenitores também ecoa sobre a educação das crianças. Vários estudos apontam para os seus efeitos negativos nesta área, como é o caso de Battistella e Conaco (1998) que constataram que as crianças filipinas com pais migrantes possuíam um pior desempenho escolar, comparativamente a crianças filhas de não migrantes, sendo a tendência mais acentuada no caso de crianças cujo elemento migrante da família é a mãe. A tendência de as crianças com mães migrantes apresentarem maiores dificuldades académicas é, também, ressaltada por Parreñas (2001a, 2005), por Yeoh e Lam (2007), e por Graham *et a*l, (2012). Num estudo efetuado na Tailândia, Jampaklay (2006) confirmou que a ausência dos pais, motivada pela migração, tem impacto negativo sobre o desempenho escolar dos seus filhos. O autor salienta, ainda, que é maior a probabilidade de abandono escolar, no caso de ser a mãe o elemento ausente.

A migração parental exerce influência em áreas distintas da vida da criança, entre estas salienta-se a educação, onde alguns estudos reportam que crianças que vivem separadas dos seus progenitores devido à migração, apesar de frequentarem escolas melhores (do que crianças de pais não migrantes) apresentam piores resultados escolares e maiores dificuldades nos estudos; no entanto, também existem estudos que indicam que a separação geográfica pode ter um papel neutro ou até positivo nos resultados escolares das crianças (Arguillas e Williams, 2010; Nobles, 2011); também são sentidos efeitos em

termos da saúde das crianças que permanecem no país de origem (Frank e Hummer, 2002; McKenzie e Hildebrandt, 2005; Schmeer, 2009), entre outras.

Yang (2006), ao analisar a população filipina, verificou um efeito positivo ao nível da saúde das crianças pelo facto de estas serem filhas de pais migrantes: são usualmente mais altas, mais pesadas e tendem a adoecer menos vezes dos que as crianças que vivem com os pais. Este efeito poderá estar relacionado com as remessas enviadas pelos migrantes que permitem às crianças ter melhores condições de vida, alimentação e acesso a determinados serviços de saúde. A nível do bem-estar emocional, social e psicológico, vários autores (Glasgow e Gouse-Sheese, 1995; Jones *et al*. 2004; Pottinger 2005, 2005a; Polanco-Hemández, 2009), referem maior tendência das crianças que não residem com os pais migrantes para depressão, ansiedade, sentimentos de solidão. Estes sentimentos são ainda mais acentuados no caso de as crianças estarem separadas da mãe (Battistela e Conaco, 1998), ou quando os pais não mantêm contacto frequente, nem contribuem com o apoio financeiro esperado. Em termos de impactos ao nível do comportamento das crianças, Crawford-Brown (1997) refere que os filhos de pais migrantes podem desenvolver mais facilmente comportamentos delinquentes, em especial crianças que tenham pouco contacto ou a mãe ausente, ou que tenham mudado de arranjo de cuidados. De ressaltar ainda a menor tendência das raparigas para desenvolver problemas comportamentais, no estudo de caso do autor.

Outros estudos apontam ainda para consequências mais nefastas que a migração parental pode arrolar sobre as crianças, como é o caso do abuso e exploração de mão-de-obra infantil. Mafukidze (2006) analisou as relações entre a migração dos pais, a pobreza das famílias e o trabalho infantil, revelando que a maioria das crianças que vivem na África subsaariana com pais migrantes são, muitas vezes, sujeitas à exploração por parte de alguns cuidadores.

Há estudos em que as crianças demonstram possuir sentimentos ambivalentes relativamente à separação dos seus progenitores. Enquanto algumas parecem conscientes que a separação dos pais lhes proporciona uma melhor qualidade e oportunidades de vida (Bauer e Thompson, 2006; Crawford-Brown 1999), outras manifestam sentimentos de abandono e perda (Parreñas, 2005; Pottinger 2005b; Suarez-Orozco et al, 2002**;** Glasgow e Ghouse-Shees, 1995), stress emocional e ciúmes das outras crianças cuidadas pelas mães (Parreñas, 2001b). Algumas crianças consideram que a estabilidade financeira não

compensa os custos que a separação familiar impõe (Parreñas, 2001a). De salientar ainda, tal como refere Lan (2003), o facto de a separação geográfica tender a criar uma distância emocional ao longo do tempo.

Para minimizar as dificuldades emocionais que estas crianças enfrentam, é muito importante o apoio de outros membros da família alargada, bem como a existência de uma comunicação frequente e espontânea com o progenitor ausente.
Importa também referir que a reunificação das crianças com os seus pais, bem como a separação do cuidador, pode levá-las a desenvolver sentimentos de solidão e depressão (Glasgow e Gouse-Sheese 1995; Suarez-Orozco *et al.*, 2002; Silver, 2006).
Em suma, o que ressalta da literatura sobre crianças *left behind*, é que estas têm a possibilidade de receber uma educação melhor, de aceder a melhores condições de saúde e a mais bens materiais; contudo, em termos de bem-estar emocional e social, o mesmo não parece verificar-se. Existem, porém, diferenças de caso para caso, de acordo com os países e as culturas estudadas.

## Os direitos das crianças

A crescente necessidade e interesse pelos direitos das crianças surge alavancada em movimentos sociais em prol das crianças, bem como na produção legislativa. A primeira legislação que fazia referência às crianças surgiu no século XIX e estava ligada a questões laborais. Tratava-se do *Mines Act*, que em 1842 determinava que nenhum rapaz com menos de 10 anos pudesse trabalhar nas minas. Posteriormente, em 1844, o *Factory Act* estabelecia a redução do tempo de trabalho para as crianças em idade escolar.

Foi sobretudo a partir dos anos 50 do século XX, que as crianças foram ganhando mais direitos. Contudo, o interesse pelos direitos da criança é anterior a esse período.

A primeira vez que foram encaradas como seres merecedores de reconhecimento e não apenas como seres em *devir* (ou seja, como futuros adultos), foi na Declaração de Moscovo dos Direitos das Crianças (1918), que procurara contribuir para a emancipação infantil sobre os Direitos das Crianças, bem como fortalecer a sua posição na sociedade. De acordo com Liebel (2009: 31), isto reflete-se no princípio de que «ninguém pode forçar uma criança a uma educação ou ensino religioso contra a sua vontade, a própria

criança pode escolher quem o educa ao ponto de separar-se de seus pais; tem o direito de expressar livremente as suas opiniões, de organizar-se com outras crianças ou adultos, e pode participar de todas as decisões (políticas) que a partir de seu ponto de vista lhe dizem respeito (...) as crianças são participantes ativos na vida e a sua vida é importante desde a infância». Um contributo importante foi dado por Janusz Korczak, médico e pedagogo polaco, um dos impulsionadores dos direitos das crianças, ao publicar em 1919 o livro *Como Amar uma Criança*, no qual pondera sobre o direito à autonomia e onde critica a natureza passiva e de recetor da criança em declarações oficiais sobre os seus direitos.

Em 1923, Eglantyne Jebb (fundadora da organização *Save the Children)*, elaborou a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, que viria a ser adotada em 1924 pela Liga das Nações. Ao invocar a necessidade de lhes proporcionar uma proteção especial, este documento torna-se no primeiro instrumento jurídico internacional relativo aos direitos da criança. O documento reconhece que a criança deveria ser protegida independentemente da sua raça, nacionalidade ou crença; deveria ser auxiliada, respeitada e ser provida de meios necessários para o seu desenvolvimento normal, quer ao nível material, quer moral e espiritual. A Declaração advoga, ainda, que a criança deve ser alimentada, tratada, auxiliada e reeducada (em casos de delinquência); o órfão e a criança abandonados devem ser recolhidos. Em tempos de infortúnio, a criança deve ser a primeira a receber socorros. A criança deve ser colocada em condições de, oportunamente, ganhar a sua vida. Além disso, deve ser protegida contra qualquer exploração e educada no sentido de que as suas melhores qualidades sejam postas ao serviço do próximo.

Após a 2ª Grande Guerra, a criação da Unicef (1946) e a adoção da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que menciona alguns direitos das crianças (ver artigo 25º), ressaltam a importância e o valor de considerar os direitos das crianças. Assim, em 1959, a mesma Assembleia Geral das Nações Unidas promulga a Declaração dos Direitos da Criança. O documento defende que a criança deve usufruir de proteção especial e beneficiar de oportunidades para se desenvolver de modo sadio e normal e em condições de liberdade e dignidade. Reconhece à criança o direito a um nome, a uma nacionalidade e à segurança social, bem como o direito a receber cuidados de saúde, educação e proteção contra o abandono e a exploração. A Declaração dos Direitos da Criança constituiu durante muitos anos o

enquadramento ético e moral para os direitos da criança, apesar de não conter obrigações jurídicas.

Outro instrumento importante que aborda a infância, embora não fosse essa a sua temática principal, é a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n. º 138, relativa à Idade Mínima de Admissão ao Emprego, que entrou em vigor em 1976. É um instrumento geral que estabelece as bases para a eliminação do trabalho das crianças. No n. º 1 do seu artigo 3.º refere que a idade mínima de admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, pela sua natureza ou pelas condições em que se exerça, for suscetível de comprometer a saúde, a segurança ou a moralidade dos adolescentes, não deverá ser inferior a 18 anos. Posteriormente, no n. º 2 do mesmo artigo, salienta-se que os tipos de emprego ou de trabalho visados anteriormente serão determinados pela legislação nacional, ou pela autoridade competente, após consulta das organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver. Outro marco significativo na história dos direitos da criança foi a celebração do Ano Internacional da Criança em 1979. Com ele, as Nações Unidas desejavam captar a atenção para a situação das crianças, procurando impulsionar a promoção dos seus interesses e a consciencialização (pública e política) para as suas necessidades especiais.

Em 20 de novembro 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (CDC), que entra em vigor em 1990. A CDC torna-se no primeiro instrumento jurídico sobre os direitos da infância com carácter vinculativo. É um tratado internacional, juridicamente vinculativo, que incorpora todos os direitos humanos – civis, culturais, económicos, políticos e sociais – dos indivíduos com menos de 18 anos. Tem como finalidade a proteção e a promoção dos direitos das crianças, assim como fomentar a participação das mesmas, que passam a ter o direito de se expressarem livremente sobre assuntos que lhes digam diretamente respeito, devendo a sua opinião ser considerada. Pavez Soto (2011: 41) considera que apresenta um carácter normativo «para o desenho, implementação e avaliação das políticas públicas dirigidas à infância, uma vez que se situa numa base filosófica distinta das visões tradicionais de controlo, disciplina e proteção infantil, especialmente no que concerne o trato do estado e da sociedade com as crianças». O documento denota também uma modificação das representações da infância, pois considera a criança, não apenas como sujeito de direitos-proteção, mas também de direitos-liberdades. A criança é valorizada e ganha um estatuto de cidadão.

De acordo com a Unicef, o documento assenta em 4 pilares essenciais ligados aos direitos das crianças: a não discriminação (artigo 2), o interesse superior da criança (artigo 6), a sobrevivência e o desenvolvimento (artigo 6) e a participação e opinião da criança (artigo 12). Ainda segundo a Unicef, os 54 artigos que constituem a CDC podem ser classificados conforme a seguinte tipologia de direitos: direitos à sobrevivência, direitos relativos ao desenvolvimento, direitos relativos à proteção e direitos de participação.

A Convenção sobre os Direitos da Criança é o tratado mais ratificado da história, contando até à data com a ratificação por 196 países. Não obstante a aprovação e validação do documento pela generalidade dos países, os Estados Unidos da América ainda não o ratificaram.

A CDC foi ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990 e por Angola a 5 de dezembro de 1990. Angola é também signatária da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança.

*Outros instrumentos jurídicos de proteção das crianças*

A crescente importância atribuída à noção das crianças como grupo social e como seres com características próprias e específicas, bem como sujeitos de direitos merecedores de uma assistência especial, conduziu à criação de um corpo de documentos (internacionais e europeus), com o fim de proteger direta ou indiretamente os direitos das crianças, entre outros direitos. Destacam-se o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966); a Carta Social Europeia (1961), que no seu artigo 7º proclama os direitos da criança e do adolescente a uma proteção especial; a Convenção n.º 138 da OIT (1973), que estabelece a idade mínima para a admissão ao trabalho (o documento procurava ser uma proteção contra a exploração da mão-de-obra infantil).

A criação de instrumentos jurídicos de proteção da criança não cessou com a promulgação da CDC; pelo contrário, verificou-se uma proliferação de documentos que visam aprofundar, reforçar e clarificar a proteção dos direitos da criança. Entre estes documentos, encontram-se as Regras de Beijing - Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Resolução n. 40.33/1985, da Assembleia Geral da ONU), que estabelece normas mínimas para a administração da justiça na infância e juventude, procurando promover o bem-estar do menor e da sua família; os Princípios Orientadores de Riade para a Prevenção da Delinquência Juvenil e as Regras

para a Proteção de Menores Privados de Liberdade, adotados em 1990, e que ressaltam a necessidade de a criança beneficiar de uma proteção específica face ao sistema judicial, atendendo a sua idade; a Convenção de Haia de 1993, sobre a Proteção das Crianças e a Cooperação em caso de Adoção Internacional; a Convenção n. º 182 da OIT, adotada em 1999, para a Eliminação Imediata das Piores Formas de Trabalho Infantil (inclui o recrutamento forçado e a utilização de crianças em conflitos armados, bem como a prostituição e pornografia infantis); a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000), que reforça a noção de que as crianças têm direito a proteção e cuidados essenciais para o seu bem-estar.

Para além destes, importa ainda mencionar os documentos que se destinam especificamente à infância, nomeadamente a Carta Europeia dos Direitos da Criança (1992) e a Convenção Europeia sobre o exercício dos direitos da criança, adotada em 1996. Este documento, de índole processual, tem por propósito promover o exercício dos direitos da criança, acautelando o acesso à informação e à participação em processos judiciais com ela relacionados e entrou em vigor, em Portugal, em 2014. No que se refere a proteção das crianças no contexto africano, importa destacar a Declaração sobre as Direitos e Bem-Estar da Criança Africana (1979) e Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança (1990), promulgada pelos Membros da Organização da Unidade Africana, atual União Africana. Este último documento - Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança - revoga a Declaração sobre as Direitos e Bem-Estar da Criança Africana, é um tratado regional que estabelece as responsabilidades do governo, da família, das crianças e dos indivíduos na proteção e promoção dos direitos da criança**.** Salienta entre outros o direito à sobrevivência e desenvolvimento (artigo 5º), ao nome e nacionalidade (artigo 6º), à liberdade de expressão, associação, pensamento (artigos 7º, 8º e 9º), à proteção da privacidade, à educação (artigo 11º), à saúde e serviços de saúde (artigo 14º), proteção contra o abuso infantil e tortura (artigo 16º). Refere-se ainda à justiça juvenil (artigo 17º), às crianças incapacitadas (artigo 13º), às crianças refugiadas (artigo 23º) e à separação dos pais (artigo 25º) como situações que requerem uma proteção e assistência especiais.

*A visão da infância na Convenção sobre os Direitos da Criança*

A CDC foi um documento inovador que veio reclamar a necessidade de defender as crianças, definindo direitos universais para as mesmas. Tornou-se num marco legislativo, através do qual os direitos da criança ganharam maior destaque e a sua ratificação levou a aparecimento de leis nacionais, que garantem os direitos das crianças, encarando-as como verdadeiros sujeitos de direito. A CDC trouxe diversas vantagens, nomeadamente conferir direitos, ter em conta a participação e a opinião das crianças, promovê-la e protegê-la e possuir carácter vinculativo. Contudo, algumas críticas foram-lhe apontadas. Na opinião de Lourdes Gaitán Muñoz (2008), os direitos das crianças, estabelecidos na CDC, representam a relação adultocêntrica que as sociedades ocidentais mantêm com as crianças, que se importou com um modelo universal de infância, assentando na relação de poder entre gerações. Por seu lado, Boyden (1997) considera que a CDC ambiciona ter um carácter universal, contudo assenta numa noção ocidental da infância, manifesta através da ênfase atribuída aos direitos individuais. Segundo Alanen (1994), o modelo ocidental de infância foi construído como universalmente válido, pois as ciências sociais (em particular a psicologia e pedagogia,) aceitaram-no como a verdadeira essência de ser criança; assim, o bem-estar da criança desejável e mensurável é o modelo desenvolvido nos países mais ricos. Também Alain Renaut (2002) aponta que a CDC possui duas perspetivas de direitos, uma protecionista e outra mais autonomicista, mas ambas caem no erro de assumir a atribuição dos direitos de cidadão. O autor considera que "a cidadania não está de modo algum contida no próprio facto de reconhecer ao indivíduo humano (nem que seja uma criança) garantias jurídicas [...] dentro da lógica da teoria do direito democrático, é perfeitamente possível beneficiar dos direitos do homem sem ser cidadão" (Renaut, 2002: 312-313).

Outro aspeto alvo de crítica foi a noção de "melhor interesse da criança". Segundo Parker (1994), pode tornar-se num perigoso manto para preconceitos, paternalismo e decisões variáveis. Contudo, e tal como defende António Fernandes (2004:30), apesar destas preocupações, a CDC «personificou um marco a favor do reconhecimento da autonomia da criança, simplesmente porque lhe passou a ser atribuída a possibilidade de esta assumir, *de per si*, o exercício dos seus direitos subjetivos, ao invés de, e como se verificou até aí, ser somente reconhecida nos seus direitos-proteção, sendo, perante tal reconhecimento, beneficiária de uma proteção jurídica, em questão de direitos, que

apenas ao Estado e aos adultos competia definir e ativar». Lee (2005) também ressalta que a CDC é uma tentativa para minimizar o poder que os adultos exercem sobre as crianças, dotando-as de direitos.

*As crianças em Portugal e Angola*

Em Portugal tem-se vindo a observar, nas últimas décadas, uma diminuição da taxa da natalidade e, consequentemente, uma diminuição da dimensão das famílias, sendo também notório o envelhecimento da população. Paralelamente, verifica-se também o aumento do número de indivíduos que vivem sozinhos, bem como do número de famílias monoparentais. Existe uma maior diversidade de tipos de família nas quais as crianças estão inseridas; porém, tendencialmente, estas possuem hoje menos irmãos e menos primos. A figura 2 mostra a evolução da pirâmide etária da população portuguesa residente nos censos de 2001 e 2011. É visível uma diminuição da população jovem; em 2011, a idade média da população é de 41,8 anos e o índice de envelhecimento da população acentuou-se de 2001 para 2011, passando de 102 para 128 (INE, 2012). Em 2014, o índice de envelhecimento situava-se nos 138,6 (PORDATA, 2015).

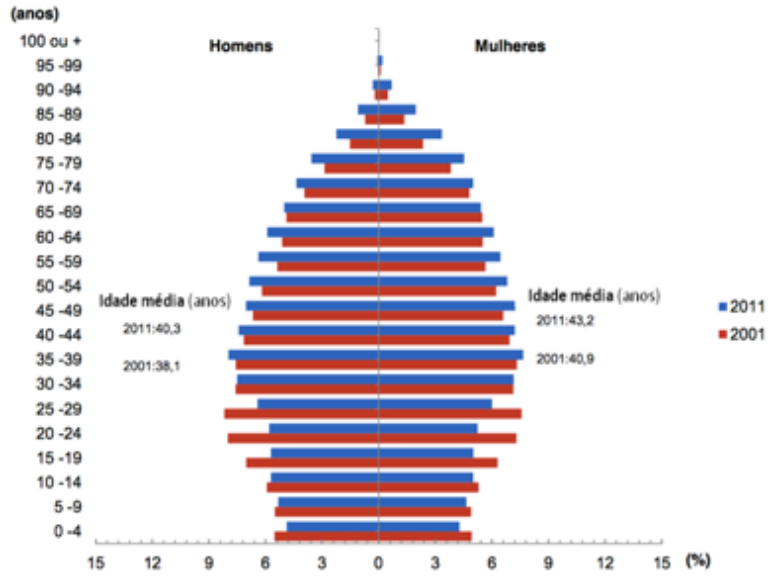



Figura 3. Estrutura etária da população residente por sexo, 2001 e 2011.
Fonte: INE, Censos 2011, Resultados definitivos.

Contrariamente, Angola é um país com um forte crescimento populacional. A pirâmide etária mostra-nos uma população maioritariamente jovem, onde, de acordo com os

resultados do censo de 2014, a faixa etária dos 0-14 anos representa 47,3% da população. Já no que respeita o número de idosos (a população com 65 ou mais anos), e ao contrário de Portugal, este é bastante reduzido, representando cerca de 2,4% da população. A taxa de fecundidade é elevada (5.7 filhos por mulher) e a idade média da população encontra-se nos 20,6 anos (INE Angola, 2016). No que diz respeito ao índice de envelhecimento de Angola situava-se nos 5, significando que por cada 100 pessoas com idades entre os 0-14 anos (população mais jovem) existiam apenas 5 com 65 ou mais anos (população idosa). No que se refere à dimensão das famílias angolanas, são tendencialmente maiores do que as portuguesas. Os dados dos mesmos censos referem que «a nível nacional, 19% dos agregados familiares são constituídos por 7 ou mais membros e 12% dos agregados familiares são constituídos por uma só pessoa, sendo o número médio de pessoas por agregado familiar a nível nacional de 4,6 pessoas» (INE, 2016: 66). No caso português os agregados familiares tendem a ser mais pequenos, situando-se nos 2,5 indivíduos (PORDATA, 2015). A tendência para a diminuição dos agregados é crescente, os resultados do Censos de 2011 destacam «as famílias clássicas constituídas por um só elemento, representavam em 2011 cerca de 21% do total de famílias e têm vindo a aumentar nas últimas décadas» (INE, 2012).

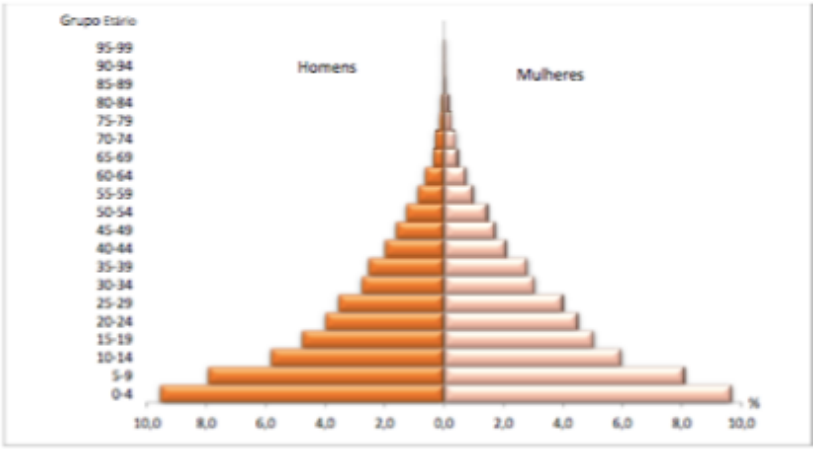



Figura 4. Estrutura etária da população por sexo, 2014
Fonte: INE Angola, RGPH 2014, Resultados Definitivos

Relativamente à situação da infância em Portugal, importa salientar que esta melhorou significativamente nos últimos 40 anos, pelo menos no que diz respeito à mortalidade infantil, cuja taxa diminuiu bastante graças à melhoria das condições materiais de vida e de saúde, entre outras: 77,5‰ em 1960 e nos 2,9‰ em 2015 (PORDATA, 2015).

Contudo, as crianças continuam a ser, de acordo com vários autores, um grupo particularmente vulnerável à pobreza (Sarmento, Fernandes e Trevisan, 2015; Trevisan, 2014), situação que foi agudizada ainda mais pela crise económica. Segundo a Unicef, em 2005 a taxa de pobreza infantil em Portugal era de 15,6%; já o seu relatório *As Crianças e a Crise em Portugal - – Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais* (2013) refere que, em 2011, 20,5% das famílias com crianças em Portugal se encontrava em risco de pobreza. A Caritas (2015), também refere que o risco de pobreza é superior nas famílias com filhos, mencionando que, entre as razões para que tal se verifique, estão o aumento do número de casais desempregados, a perda de rendimentos resultante dos cortes salariais e a mudança na atribuição dos abonos de família (tornando-se mais restritivo). O relatório aponta ainda que «a pobreza infantil é mais evidente nas famílias com baixos níveis de educação e de qualificação» (Caritas, 2015: 5). A Rede Europeia Anti-Pobreza - REAPN (2007) salienta igualmente que Portugal é um dos oito países da União Europeia onde se atingem níveis mais elevados de pobreza nas crianças e o risco abrange crianças que vivem com adultos desempregados, como as que vivem em lares onde não há desemprego.

Em Angola, as crianças também são particularmente vulneráveis à pobreza. As crianças foram um dos grupos mais afetados pela guerra civil, após a qual tem sido efetuado, por parte do governo, um esforço a nível legislativo, bem como a nível social, para proteger e melhorar as suas condições de vida; paralelamente, o desenvolvimento económico e o aumento dos rendimentos per capita contribuíram para que se tenha verificado uma melhoria nos índices de mortalidade. Contudo, a taxa de mortalidade infantil continua a ser um flagelo. O inquérito do IBEP - Inquérito de Bem-estar da População de 2008/2009 referindo uma tendência decrescente da taxa, considerava «a taxa de mortalidade infantil atualmente estimada em 116 por 1000 nados vivos e a taxa para menores de cinco anos em 194 por 1000 nados vivos» (2011:21). Já em 2012, Angola era apontada como o segundo país com a pior taxa de mortalidade infantil do mundo (mortalidade de menores de 5 anos), e onde, de acordo com o o relatório anual sobre a situação mundial da infância - *Compromisso para a Sobrevivência Infantil - Uma Promessa Renovada* (2014), se verificavam 164 mortes em cada mil crianças angolanas nascidas vivas (Unicef, 2014). Entre as principais causas de morte das crianças estão a malária, a diarreia, as infeções respiratórias agudas e o sarampo. Também a falta de acesso à água potável e a

saneamento, bem como práticas de higiene deficientes, estão na origem de doenças infeciosas, e potenciam a mortalidade infantil.

Fatores como o acesso a cuidados de saúde e alimentos, os rendimentos familiares, o estado nutricional das crianças e as práticas de alimentação infantil desenvolvidas, contribuem e influenciam a mortalidade infantil, sendo também de referir que a taxa de mortalidade infantil é mais acentuada nas zonas rurais. Os dados do IBEP indicam que perto de um quarto (23 por cento) das crianças rurais morrem antes dos cinco anos de idade, comparativamente a 15 por cento das crianças urbanas (IBEP, 2011).

No que se refere à frequência escolar das crianças e jovens portugueses, constata-se uma taxa de escolarização esmagadora, encontrando-se todos jovens até aos 14 anos a frequentar o ensino. A frequência do primeiro ciclo do ensino básico desde 1981 se situa nos 100% (PORDATA, 2015). A mesma fonte revela que em 2015, a taxa real de escolarização do primeiro ciclo é de 96,6%, de 88,5% no segundo ciclo e de 86,5% no terceiro ciclo. Contudo, verifica-se um maior número de saídas precoces dos jovens do sistema de ensino face aos restantes países da Europa, bem como um maior número de não aprovações (insucesso escolar) (Eurostat, 2016). Importa ainda referir, de acordo com estudos recentes, que a participação das crianças na sociedade ainda fica aquém das suas possibilidades. Catarina Tomás (2012) salienta a necessidade de investir em políticas para a infância em Portugal. A autora refere, fazendo um balanço da última década:

> Por um lado, a situação global da infância portuguesa melhorou significativamente nas últimas décadas: baixas taxas de mortalidade infantil; melhoria significativa das condições de conforto; combate a formas extremas de privação e pobreza; aumento global e progressivo da frequência da educação infantil; quadro legislativo avançado nomeadamente após a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança. Por outro lado, são desiguais os desenvolvimentos dessas melhorias, por efeito das desigualdades sociais e porque as medidas de política adotadas nem sempre são convergentes com os resultados esperados, senão vejamos alguns exemplos: elevadas taxas de pobreza infantil; baixa frequência da escolaridade pós-obrigatória; a mobilidade geracional mais baixa da Europa; maus-tratos e negligência elevados; níveis altos de obesidade infantil; pouco tempo para brincar com os pais; a discrepância entre a lei escrita e a sua aplicação. (Tomás, 2012:125)

No que diz respeito à educação, em Angola é de ressaltar que existe um elevado analfabetismo, resultante em grande parte do período de guerra onde, devido à violência, à destruição de infraestruturas e ao êxodo de recursos humanos qualificados, as crianças não tiveram oportunidade de frequentar a escola, verificando-se também um decréscimo

da qualidade do ensino. Atualmente, constata-se uma maior inserção das crianças no sistema de ensino, fruto do esforço do Governo angolano visando a melhoria do sistema de educação, bem como cumprir os objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM), propostos em 2001 pelas Nações Unidas, que promoveu o alargamento do acesso ao ensino primário. Contudo, continuam a verificar-se taxas de entrada tardia na escola primária, um elevado número de reprovações e abandono escolar, que colaboram para uma taxa de conclusão do ensino primário muito baixa (Unicef, 2015). No que concerne às crianças que não se encontram no sistema de ensino, os resultados do censo referem que «22% da população com 5-18 anos de idade encontra-se fora do sistema de ensino. Destas, 24% têm 5-11 anos e observa-se uma diferença significativa entre homens e mulheres no grupo 15-18 anos» (INE Angola, 2016:56) em prejuízo das mulheres.

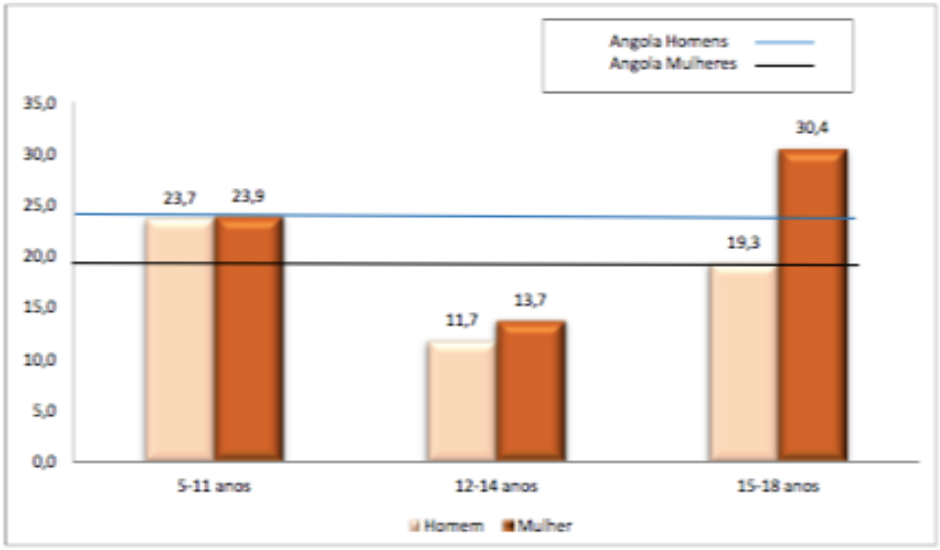



Figura 5. Proporção da população com 5-18 anos fora do sistema de ensino, segundo grupos de idade e sexo, 2014
Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Definitivos

Os direitos das crianças em Portugal estão assegurados através da legislação, nomeadamente a Constituição (princípio da universalidade), o Regime de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/1999, de 1 de Setembro), o Regime de Execução do Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo (Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro), o Regime de Execução das Medidas de Promoção dos Direitos e de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro); as convenções internacionais em matéria de infância encontram-se ratificadas, bem como a legislação internacional adotada na legislação portuguesa.

Em Angola, após o término da guerra, tem havido um esforço para conceptualizar um quadro jurídico forte que proteja e considere os direitos das crianças. No que se refere a documentos internacionais, Angola ratificou os principais instrumentos jurídicos internacionais sobre os direitos da criança, incluindo a CDC em 1990, bem como os dois protocolos facultativos que tratam do envolvimento de crianças em conflitos armados, a venda de crianças, prostituição e pornografia infantis. Ratificou a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança e a Convenção 182 da OIT sobre a Proibição e Ação para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil. No plano nacional, a proteção às crianças é abordada no Código da Família (Lei n.º 1/88), na Lei do Trabalho (Lei n.º 2/00), na Lei de Adoção (Lei n.º 7/80), na Lei de Bases da Proteção Social (Lei n.º 7/04). A Constituição também salienta a proteção dos direitos das crianças, em particular o direito a receber cuidados de saúde, o direito à educação e o direito à proteção contra abandono, opressão e exploração (ver artigos 77, 79 e 80). Em 2012 foi aprovada a Lei sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei 25/12), que veio consagrar a defesa dos direitos sociais da criança relativos à sua sobrevivência e desenvolvimento.

No entanto, ficam ausentes da lei aspetos fundamentais como a proibição do recrutamento de crianças para as forças armadas, a proibição das piores formas de trabalho infantil ou a proibição do casamento infantil. Esta lei inclui os 11 compromissos para a Criança aprovados em 2007 no decorrer do fórum Nacional sobre a Criança - esperança de vida; segurança alimentar nutricional; registo de nascimento; educação da primeira infância; educação primária; justiça juvenil; prevenção e redução do impacto do VIH/Sida nas famílias e nas crianças; prevenção e mitigação da violência contra a criança; competências familiares; criança e comunicação social e a criança no orçamento geral do estado.

Importa ainda salientar que a legislação angolana não considera apenas os direitos das crianças, a Lei sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança contempla uma secção (secção V) sobre os seus deveres. Nos artigos 34 e seguintes, o documento descreve os deveres de respeito, de participar, de contribuir e o de boa conduta.

Ao contrário de Portugal, Angola é um país com uma população jovem, é necessário pois estudar esta população e os fenómenos que a tocam de modo a fomentar o seu pleno desenvolvimento. O longo período de guerra teve impactos sobre a população e obrigou

o país a um grave retrocesso. As crianças foram muito afetadas pela guerra, não apenas pelas perdas que sofreram (morte de familiares; mutilações, etc.) mas porque ficaram privadas do acesso à educação, à saúde e ao registo civil que desapossa as crianças dos seus direitos; porque se viram a braços com a pobreza e muitas vezes mendicidade e com uma alimentação insuficiente e deficiente. Tem sido efetuado um esforço por parte do Governo para desenvolver uma estratégia de promoção e proteção da infância através da implementação dos 11 compromissos para a criança. Existe ainda um longo percurso pela frente que passa, para além da educação parental, pelo investimento em infraestruturas de apoio à infância, tais como creches, jardins de infância e também escolas.

De notar, ainda, o número diminuto de estudos académicos efetuados sobre as crianças e sobre a infância naquele país que não versam sobre situações extremas como o fenómeno das crianças de rua, a delinquência e marginalidade social, a pobreza, etc.; facto que ressalta a importância do presente estudo, acrescida de este se focar na perspectiva da criança, procurando dar-lhe voz.

**Os estudos sobre a infância em Portugal e em Angola**

Em Portugal, os estudos sobre a infância multiplicaram-se a partir dos finais dos anos 90 (Almeida, 2000). Os contributos de Manuel Jacinto Sarmento e Manuel Pinto (1997) foram particularmente importantes para a implementação desta área, ao considerarem a infância como uma construção social, e ao abordarem a criança numa perspetiva mais ampla, focam os seus direitos, a sua participação social, a experiência quotidiana, a interação com os pares e instituições (escola). Na mesma senda, destacam-se também os contributos de Ferreira (2002a, 2002b, 2005) e Almeida (2000, 2009, 2011). Importa ainda salientar Saramago (2001, 2005) e Fernandes (2005) que fomentaram a utilização de metodologias participativas, assim como a adequação das técnicas de pesquisa nos estudos com crianças.

Os trabalhos sobre a infância abarcam diferentes temáticas, nomeadamente as crianças na família, na escola, nos grupos de pares (Ferreira, 2002b; Saramago, 2005); as crianças em situação de risco ou de vulnerabilidade (Sebastião, 1998; Carvalho, 2003, 2011); os *media* (Pontes, 2005; Pinto e Pereira, 1999); a utilização da internet (Almeida *et al.,* 2011; Barra

e Sarmento, 2006), a participação pública das crianças (Trevisan, 2014), as perceções das crianças (Palmeira, 2013), relativamente aos maus-tratos (Pereira, 2013; Azevedo e Maia, 2006), sobre as práticas quotidianas (Faria, 2014, 2015; Ferreira, 2005).

Em Angola, e devido ao longo período de conflito armado, não existem estudos académicos na área da sociologia da infância. Os trabalhos disponíveis são predominantemente efetuados por organizações não governamentais, que operam no terreno e focam sobretudo a situação social da criança angolana (*Save the Children*, 2009; Unicef, 2010), ou se debruçam sobre temas específicos como os efeitos da guerra nas crianças (Christian Children's Fund, 1998, 2002; Wessells e Monteiro, 2004, 2006), as crianças de rua (Roca, 1998, 2000; Samba, 2005, 2007), crianças acusadas de feitiçaria (Pereira, 2008). Existem ainda estudos sobre famílias de etnias específicas que enfatizam os rituais de iniciação - transição para a vida adulta das crianças (Melo, 2007). Começam a surgir alguns trabalhos elaborados no âmbito da licenciatura em serviço social, o que demonstra um interesse pelo tema infância; ou, no âmbito de outras graduações, como o trabalho de Samba (2014) sobre a infância, mas sobretudo adolescência em situação de risco no bairro do Sambizanga. O autor debruça-se sobre o fenómeno das crianças de rua e o impacto da educação social como estratégia socioeducativa, de promoção da inclusão, participação e autonomia.

*A infância em Angola*

A infância constitui o pano de fundo de diversas obras da literatura angolana, como a "*A cidade e a infância*" de Luandino Vieira, "*As aventuras de Ngunge*" de Pepetela ou "*Bom dia camaradas*" de Ondjaki, entre outras; nelas expõem-se as representações da infância e, através do personagem-criança, ilustram-se mudanças pelas quais o país passou. Contudo, no âmbito das ciências sociais, não é um tema muito abordado. Com a ressalva dos estudos efetuados pelas ONG, que se focam em crianças vulneráveis – e que acabam por fomentar a imagem da "criança vítima" - são praticamente inexistentes em Angola estudos sobre a infância.

Com o objetivo de abordar as geografias da infância no contexto subsaariano, Maria Prats Ferret (2011) efetuou um levantamento bibliográfico com base em artigos publicados em revistas académicas, mencionando infância e África, entre 2000 e 2008. A autora relata

que existe um número bastante reduzido de artigos que focam os aspetos da vida quotidiana das crianças, tais como as brincadeiras ou as vivências do dia a dia. Nenhuma referência surge sobre Angola.

As condições sociais, políticas e económicas exercem uma forte influência no modo como a infância é experienciada. A especificidade histórica de Angola, com o seu longo conflito armado, condicionou a experiência de vida de muitas crianças que se viram privadas dos seus entes queridos e do acesso a infraestruturas como escolas, resultando isso num número elevado com atraso escolar e sem escolarização. O contexto geográfico rural-urbano também influencia a vivência da infância; segundo Eugénio Silva (2011) a infância rural em Angola é consideravelmente diferente da que é vivida em meio urbano.

De acordo com o Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População de 2010 (IBEP), as principais dificuldades das crianças em Angola seriam o acesso ao registo de nascimentos, o trabalho infantil e a orfandade. O relatório refere que:

> A taxa geral de orfandade em Angola está estimada em cerca de 10%, correspondendo à percentagem de crianças que perdeu um ou ambos os pais biológicos. Contudo, este número, por si só, não reflecte a dimensão real da presença ou ausência dos pais durante a fase de crescimento das crianças. Cerca de 12% das crianças com menos de nove anos não vive com os pais biológicos apesar de estes estarem vivos e 13% vive só com as mães, estando os pais ainda vivos. Apenas 7% das crianças que vivem só com as mães são órfãos de pai. (IBEP, 2011: XI)

As entrevistas com informantes-chave da área da infância, realizadas no âmbito do projeto *TCRAf-Eu* (em 2011), também apontavam para a ausência do registo civil das crianças, não tendo acesso ao nome e aos seus direitos enquanto cidadãos. Já no que diz respeito aos resultados obtidos com a realização do censo da população e habitação, durante o mês de maio de 2014 (o primeiro desde que o país se tornou independente em 1975), aqueles indicam que «apenas 53% do total da população residente estava registada nos serviços do registo civil. Esta proporção é de 25% entre as crianças com 0-4 anos, isto é, 75% das crianças com 0-4 anos não possuem registo de nascimento» (INE, 2016:47). Salienta ainda que a falta de registo de nascimento é mais expressiva nas regiões rurais.

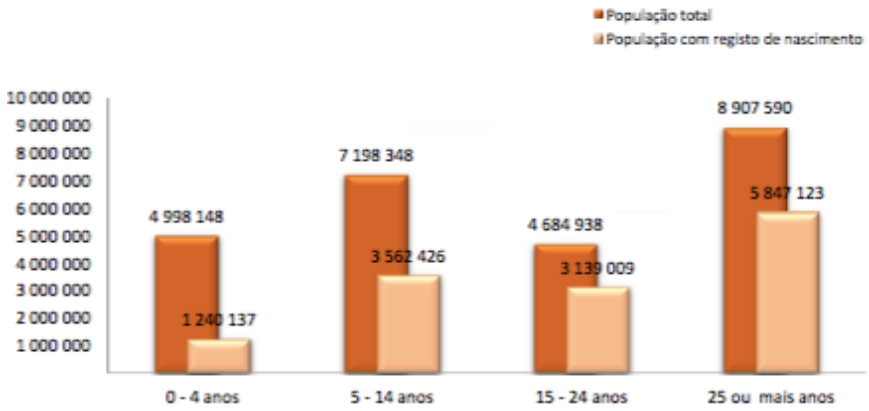



Figura 6. População residente com registo de nascimento, segundo grupos etários, 2014
Fonte: INE Angola, RGPH 2014, Resultados Definitivos.

A elevada taxa de mortalidade infantil que atinge o país é, como já se referiu, outro dos problemas que afetam as crianças angolanas. A redução da mortalidade infantil foi estabelecida como um dos objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM); devido à atuação de várias ONG, que apostaram fortemente na vacinação e na formação parental, e à política do governo destinada a cumprir os ODM, verificou-se um decréscimo da taxa de mortalidade infantil; contudo, esta permanece ainda bastante elevada. Transversalmente, a pobreza dos pais também afeta as crianças: o inquérito IBEP revela que 36, 6% de angolanos vivem no limiar da pobreza.

O período de guerra catapultou o número de crianças órfãs, bem como evidenciou a existência de crianças de rua, em consequência da orfandade ou do facto de se terem perdido dos pais durante as fugas das zonas do interior para a cidade. Nos dias que correm, e segundo os informantes-chave entrevistados[13], o fenómeno das crianças de rua resulta de situações como a pobreza e os conflitos familiares, que levam muitas crianças a preferir viver na rua do que permanecer em casa com os seus pais ou cuidadores. O fenómeno das crianças perdidas foi apontado como um fenómeno em crescimento. Trata-se de crianças pequenas, que saem com as mães para o trabalho (mercados) e depois acabam por se perder delas. Muitas vezes não sabem o seu nome, ou o nome da mãe, nem onde vivem. Estas crianças são encaminhadas para o lar Kuzola (lar da província de Luanda).

Ainda no que concerne aos órfãos, os dados do censo referem que «em 2014, entre as 13

[13] Reportamo-nos às entrevistas realizadas no âmbito do projeto *TCRAf-Eu*, efetuadas junto de interlocutores privilegiados, nomeadamente responsáveis de ONG e de organizações internacionais, bem como instituições governamentais em Angola.

791 482 crianças com 0-17 anos de idade, 1 391 573 eram órfãs, o que corresponde a uma proporção de 10%. Entre os órfãos, 65% o são, devido a perda de pai (INE, 2016:49)».

De salientar, ainda, as crianças que estão em acolhimento informal, muitas vezes em situações difíceis e privadas dos seus direitos. O acolhimento informal é uma prática recorrente em Angola, sendo que possui uma larga tradição em muitas partes do Mundo, em especial na África Ocidental (Fiawoo 1978; Goody 1982, 1973; Isiugo-Abanihe 1985; Blanc e Lloyd 1994, 1990; Bledso 1990; Nukunya 2003; Alber 2004, 2003; Notermans 2004; Whitehouse 2009; Serra 2009; Bledsoe e Sow 2011). Descrito usualmente como a criação de crianças por outras pessoas que não são os seus pais biológicos, ou mesmo como parentalidade social (ver Alber 2004; Goody 1982; Fonseca 1986, 2003), diz respeito a práticas em que as crianças são tratadas e cuidadas por pessoas não progenitoras, mas diferindo da adoção legal, por se basear num contrato social, e não num contrato legal (Fonseca 2002, 2004).

Um contributo importante para o estudo do acolhimento informal de crianças e da parentalidade foi efetuado por Esther Goody com a obra *Parenthood and social reproduction: fostering and occupational roles in West Africa* (1982). Ao analisar as formas tradicionais e as formas modernas de criar as crianças, identificou vários tipos de arranjos de cuidados, bem como vários tipos de cuidadores e papéis parentais e o modo como esses papéis são exercidos e por vezes delegados noutras pessoas. A autora relata que o acolhimento de uma criança é mais frequente entre pessoas hierárquica e economicamente privilegiadas, o que constitui um fenómeno sujeito a um conjunto claro de regras e práticas. Outro autor que explorou as questões relacionadas com as práticas de acolhimento informal de crianças foi Isiugo-Abanihe (1985). Reportando-se ao Gana, descobriu que esses arranjos familiares eram considerados fortalecedores das relações de parentesco, pois as crianças eram vistas não como pertencendo apenas aos pais biológicos, mas também à linhagem e ao grupo de parentesco mais alargado. Isto, segundo o autor, fortalecia os laços dentro da família alargada, ao fazer das responsabilidades com os cuidados e educação das crianças uma tarefa partilhada. A mesma ideia é também defendida por autores como Oppong (1973), Goody (1982), Rolleston (2011), os quais apontam também a migração como uma das causas para o acolhimento informal.

Em Angola é muito comum, sobretudo entre famílias detentoras de menores recursos financeiros, estas enviarem os seus filhos para serem criados por outras pessoas, na esperança de que tenham melhores oportunidades de vida e com isso possam esperar um possível auxílio na velhice. O acolhimento informal pode ser efetuado junto de outros familiares (por norma membros da família alargada, tais como tios, avós, etc.), ou de outras pessoas conhecidas, sem que seja necessário existir consanguinidade entre si. O recurso à figura do *xárá* (conhecido ou familiar que tem o mesmo nome do que a criança) como cuidador é bastante frequente. Os dados recolhidos no âmbito do projeto TCRAf-Eu revelaram que a guerra e o elevado número de órfãos fomentaram ainda mais o desenvolvimento da prática do acolhimento informal de crianças; contudo, grande parte das motivações atuais para aprática não assentam na solidariedade. As mudanças sociais tendem a traduzir-se na adoção de práticas pouco fraternas, transformando-se em situações de abuso e exploração da mão-de-obra infantil; também a existência de conflitos familiares decorrentes de novas relações afetivas do progenitor, bem como a pobreza, a impossibilidade de prover a educação formal das crianças e o fortalecimento de laços de parentesco, estão entre os motivos que levam os pais a colocar as crianças em acolhimento informal.

Neste tipo de acolhimento não existe, geralmente, interferência do Estado. Desconhece-se por isso o número de crianças nesta situação. É uma forma de criar e educar as crianças, encarada com naturalidade em Angola (Øien, 2006).

*Impactos da guerra na situação das crianças*

Os vinte e sete anos de conflito armado em Angola deixaram marcas a vários níveis, sendo as crianças umas das principais vítimas. Durante o conflito, o desenvolvimento do país estancou, acentuaram-se dificuldades económicas, o sector produtivo ficou muito reduzido levando a uma escassez de bens, provocando pobreza e fome, que afetaram largamente as crianças. A destruição da produção agrícola em resultados dos combates travados dificultou o acesso aos alimentos e acentuou a fome.

Também ao nível demográfico o impacto da guerra se fez sentir nas crianças, não só na percentagem elevada do n.º de mortos (estima-se que a guerra em Angola tenha

provocado a morte a cerca de 500.000[14] crianças), mas também nas crianças que tiveram de fugir para outras cidades ou países. Entre as consequências mais diretas do conflito podemos ainda referir o número de crianças mutiladas como resultado das minas, bem como o fenómeno das crianças-soldado. Para a *Human Rights Watch,* durante a guerra em Angola foram utilizadas, por ambas as fações (UNITA e Governo), cerca de sete mil crianças-soldados, sendo que segundo Alcinda Honwana (2005: 39) muitas das que participaram na Guerra em Angola e em Moçambique foram brutalmente raptadas das suas famílias e forçadas a seguir os soldados para os campos militares. O trabalho desenvolvido pelo *Christian Children's Fund* (2002), que descreve os impactos da guerra do ponto de vista das crianças, tendo como base entrevistas e desenhos realizados por elas sobre as suas experiências, salienta como principais impactos relatados, a morte de familiares (sobretudo de pais e irmãos), a fuga, o assistir à morte de pessoas, o ser separado dos pais, o medo, o sofrimento e os pesadelos.

Para além dos milhares de órfãos, da desestruturação e da separação familiar, do crescente número de crianças que passaram a habitar as ruas, sobretudo da capital, a guerra conduziu à destruição de inúmeras infraestruturas, nomeadamente hospitais e escolas, condicionando o acesso a cuidados de saúde atempados, bem como diminuindo o acesso à educação, comprometendo o presente e o futuro de muitas crianças.

## Síntese

Este capítulo fez uma breve análise da situação das crianças em Portugal e em Angola, destacando os impactos da guerra, bem como os principais problemas que as afetam. Aborda ainda a evolução do papel da criança ao longo da história, bem como o das crianças nas ciências sociais até atingirem o atual estatuto, focando-se no papel que lhes é atribuído no estudo das migrações. É também apreciada a evolução dos direitos das crianças.

Tem sido longo o caminho da infância para se afirmar como categoria social de análise, e o das crianças para passarem a ser vistas como atores sociais dotados de agência e com capacidade para influenciar o que as rodeia. A criança com voz é um constructo recente,

[14] Dados disponíveis em Honwana, Alcinda (2005).

em muito potenciado pela Convenção sobre os Direitos da Criança. Este documento é um marco histórico, no qual, para além de salientada a necessidade de proteção da criança, é nela valorizado o sujeito de direitos e incentivada a sua participação nas decisões que lhe digam respeito.

Tendencialmente as crianças constituem-se como um grupo social mais vulnerável à adversidade, independentemente do carácter da mesma, seja ela a pobreza, a guerra, a mobilidade forçada, por exemplo.

Apesar de ter associada a dependência dos adultos, a criança não deve ser encarada como um sujeito submisso, pois é um ator social que participa na construção da sua própria vida, produzindo cultura e estabelecendo relações com os outros e com instituições.

# Capítulo 4

## Procedimentos éticos, epistemológicos e metodológicos da investigação

Neste capítulo iremos abordar detalhadamente a estratégia metodológica assumida por este estudo. Analisamos as questões de ética, subjacentes a uma investigação que tem como objeto de estudo crianças, para de seguida descrever os procedimentos éticos adotados. São discutidas, posteriormente as opções epistemológicas da investigação, de modo a se tratar aprofundadamente dos métodos empregues na condução deste estudo. A este nível, destaca-se o recurso a métodos mistos, ou seja, a articulação de métodos quantitativos e qualitativos (Brannen, 1992; Fielding e Schreier, 2001; Flick, 2005). A metodologia implementada foi, porém, principalmente qualitativa. A investigação social qualitativa implica maior reflexividade, quer ao nível do seu objeto, quer do método. Os métodos quantitativos foram utilizados para contextualizar o nosso estudo, mais intensivo e de pequena escala. Servimo-nos desta metodologia para estabelecer a envolvência do fenómeno em estudo. Importa também destacar o papel dos métodos criativos no estudo, enquanto elemento motivador, e menos invasivo na recolha de dados.

São referidas as etapas da investigação, o seu o design e a recolha de dados. Esta última baseou-se na triangulação de várias técnicas e no uso de instrumentos diversificados. No que diz respeito aos instrumentos de recolha de dados, após uma fase inicial, onde foram privilegiados métodos diretos de inquirição (entrevistas, *focus group*), foram também utilizadas grelhas de observação, tiradas notas de campo, bem como foi efetuada observação direta; prosseguiu-se com o desenvolvimento de atividades de carácter criativo, definindo-se apenas linhas orientadoras face ao que se pretendia analisar. A análise e o tratamento dos dados obtidos são também matéria de apreciação neste capítulo; assim, serão descritos os critérios e dimensões de análise estabelecidos, tendo em consideração os objetivos determinados para o estudo; é também efetuada uma caraterização do modo como decorreu o trabalho de campo.

## Ética e investigação social

As questões de ética são por si só uma matéria epistemológica, contudo dada a importância que têm vindo a adquirir na área que envolve as migrações e crianças (crianças migrantes, menores desacompanhados, *children left-behind*), devem ser tratadas de forma ponderada.

O trabalho de investigação deve ser pautado pelos princípios da ética, do rigor e da honestidade. Estes devem ser transversais a todas as fases da pesquisa, da recolha de dados à análise dos mesmos, e à divulgação dos resultados. Segundo Morrow (2008), a ética pode ser definida como um conjunto de princípios morais e regras de conduta. Nem sempre é possível levar a cabo o trabalho delineado inicialmente; deve-se, contudo, referir as dificuldades encontradas, as limitações do estudo, as estratégias definidas para tentar solucionar o problema, pois nisso assenta a credibilidade da investigação, bem como do trabalho que desta resulta.

A preocupação com a conduta ética no desenvolvimento da investigação científica ou de carácter social tem vindo a ser crescente desde a criação do Código de Nuremberg[15] (1949), que estipula a participação voluntária na investigação, ou a Declaração de Helsinki (1964), desenhada no contexto das ciências biomédicas.

Contrariamente ao que se verifica noutros países, como Reino Unido, Suécia, etc., em Portugal não existe um código de ética referente ao desenvolvimento de investigação social com crianças. A própria Associação Portuguesa de Sociologia (APS) não contempla quaisquer orientações no sentido do trabalho de campo com crianças; apenas o código deontológico do sociólogo refere que o sociólogo deverá ter uma postura o mais isenta possível (vide ponto 5), e que durante a recolha de informação deverá respeitar o

[15] Código de ética, instituído depois da segunda Guerra mundial que inicia com a premissa que toda a participação em investigação deve ser voluntária. Refere o documento que "O consentimento voluntário em matérias relacionadas com o homem é essencial. Isto quer dizer que a pessoa envolvida deverá ter capacidade legal para dar consentimento; deverá situar-se de modo a poder exercer a livre escolha, sem a intervenção de qualquer elemento de força, fraude, falsidade, dureza, ameaça ou qualquer outra forma de constrangimento ou coerção; e deve ter suficiente conhecimento e compreensão dos elementos de uma dada matéria de modo a torná-lo capaz de tomar uma decisão esclarecida e com conhecimento de causa." (Código de Nuremberga, 1949, re-editado in Reiser et al: 272-273).

princípio da voluntariedade de fornecimento de informação, o direito ao anonimato e à confidencialidade (vide ponto B referente a recolha de informação, n.º 6,7 e 8). Não obstante a existência de código ou comissão que se dedique especificamente às questões de ética envolvendo crianças, salienta-se a existência do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Também algumas instituições de ensino e investigação possuem códigos de conduta ética, sendo de salientar o da Universidade do Minho, que inclui regras de conduta e de boas práticas na investigação com seres humanos, estabelecendo na sua alínea g) que:

> Devem ser tidas em conta salvaguardas acrescidas quando a investigação diz respeito a grupos vulneráveis, tais como crianças, grávidas, idosos ou portadores de deficiência ou de doença infectocontagiosa ou do foro oncológico, devendo a informação prestada na obtenção do consentimento informado ser muito clara quanto à confidencialidade dos dados e anonimato dos participantes, bem como quanto a possíveis consequências de sofrimento e stress dos seres humanos;

Existindo também uma subcomissão de ética especifica para as ciências sociais e humanas, as questões da confidencialidade são também sublinhadas pela Comissão de Ética do ICS-ULisboa, que tem, entre as suas atribuições «Garantir o cumprimento escrupuloso das condições de sigilo e confidencialidade na obtenção, arquivo e citação de dados no âmbito de entrevistas, questionários, análise documental ou outros métodos de recolha de informação no âmbito da conceção e execução de projetos de investigação e prestação de serviços»;

*Desafios e questões de ética no trabalho de campo com crianças*

As crianças enquanto objeto de estudo são alvo de diversas considerações éticas. Vários autores (Harcourt e Sargeant, 2011*;* Müller e Carvalho, 2010; Gallagher, 2009; Gallacher e Gallagher, 2008; Morrow, 2008; Sime, 2008; Kirk, 2007; Einarsdóttir, 2007; Fernandes, 2006; Farrell, 2005; Alderson e Morrow, 2004; Graue e Walsh. 2003; Punch, 2002; Kramer, 2002; Christensen e Prout, 2002; Thomas e O'Kane, 1998; Morrow e Richards, 1996) têm dedicado a sua atenção às questões relacionadas com a ética na investigação com crianças e aos desafios que esta apresenta. São um objeto de estudo diferente dos adultos por isso a investigação com crianças deve ter em atenção a sua especificidade, em particular tendo em conta que estas não possuem capacidade jurídica para dar o consentimento informado. Devem estar garantidas a participação voluntária da criança no

estudo, e também a possibilidade de ela desistir de nele participar em qualquer momento, a confidencialidade e o respeito pela sua privacidade. Alguns autores (Soares *et al*., 2005; Soares, 2006; Punch, 2002) defendem também o envolvimento da criança no processo de decisão, propondo discutir com ela as técnicas de pesquisa que consideram mais adequadas ou com as quais se sentem mais à vontade.

Um dos maiores desafios que esta investigação comporta é o próprio grupo-alvo. O objetivo de lhes "dar voz" relativamente à forma como lidam com o afastamento de um dos seus progenitores pelo facto de este estar a residir noutro país, quais os efeitos dessa separação geográfica e como reconfiguram as relações familiares, deve realçar sempre a opinião das crianças, tendo em conta a sua alteridade, a alteridade da infância (Sarmento, 2005) para evitar cair numa visão adultocêntrica. Outra preocupação é a minimização do sofrimento que a investigação, ao colocar certas questões às quais as crianças são sensíveis, pode provocar.

A investigação com crianças implica ainda um acréscimo de criatividade no desenvolvimento de instrumentos de recolha de dados e das metodologias de trabalho para que a participação na investigação seja motivante para as crianças. A utilização da técnica da entrevista com crianças também requer cuidados particulares (Sarmento, 2003) como a adequação da linguagem, de modo a tornar as questões percetíveis e claras.

É fundamental procurar estabelecer uma relação igualitária com as crianças, encorajar a partilha de opiniões e experiências, tornar o espaço de partilha "confortável". O investigador deve adotar uma atitude de abertura e confiança, para que as crianças possam "esquecer" parcialmente a diferença de idades.

Outro dos desafios que se coloca é evitar cair na visão etnocêntrica e uniformista da infância e da realidade social das crianças. Deve-se considerar a multiplicidade de infâncias, contextos e culturas, não esquecendo que os mecanismos sociais, económicos e culturais moldam o quotidiano das crianças, dando origem a diferentes vivências da infância (Mayall, 2002).

Segundo Boyden e Ennew (1997), numa investigação com a participação de crianças os princípios éticos devem ser considerados num processo contínuo de construção, não devendo estar previamente estabelecidos.

Com crianças torna-se ainda mais necessário explicar e esclarecer com clareza e de forma compreensível os objetivos do estudo e o papel do interlocutor, deve ser solicitada a autorização da criança para o registo e a recolha de material por parte do interlocutor. Deve ser obtido de cada participante um termo de consentimento para participação no estudo, afirmando que foi informado dos objetivos do estudo e que nele participa dele livremente.

No entanto, a questão da autorização de participação na pesquisa no caso das crianças pode levantar algumas dúvidas ao investigador (Kramer, 2002). Quem autoriza a participação das crianças na pesquisa? Esta é também uma matéria que se deve ter em consideração - o investigador deve avaliar os recursos e o tempo disponível para o trabalho de campo: solicitar autorização aos pais ou à escola? No caso desta investigação, a questão torna-se ainda mais pertinente, uma vez que os pais das crianças se encontram separados (geograficamente e muitas vezes também em termos conjugais), dificultando ainda mais o processo, pois solicitar apenas a um dos progenitores pode gerar conflitos entre eles.

Outro assunto relevante em termos éticos, levantado por Kramer (2002), é a identidade da criança e a possibilidade de utilização do nome da criança ou de um nome fictício. A autora discute se a utilização de um nome fictício representa a voz da criança.

No presente estudo e atendendo à descrição efetuada das escolas que colaboraram com o estudo, e a intenção de enviar uma cópia do resultado final deste trabalho como forma de agradecimento, optou-se pela utilização da primeira letra (ou primeira e segunda no caso de existir repetição) do nome da criança.

Importa também referir que foi tido em consideração o protocolo ético desenvolvido para o projeto TCRAf-Eu, bem como as instruções no que diz respeito à seleção dos informantes, à recolha e gravação de dados, e realização de entrevistas.

As preocupações éticas não terminam com a obtenção do consentimento informado, este dá início a um processo e não ao seu fim. A abordagem deve ser cuidada, evitando causar qualquer tipo de sofrimento na criança. Deve-se atender às suas reações emocionais para não causar suscetibilidades.

Reconhecem-se também os dilemas éticos decorrentes do contexto de investigação, nomeadamente no que respeita a quem pedir consentimento para a participação das

crianças. A utilização do modelo ocidental de solicitar o consentimento aos pais pode não ser a mais profícua.

Procurando cumprir com os princípios éticos que devem moldar a investigação social, o trabalho de campo necessário ao desenvolvimento desta investigação seguiu os seguintes passos:

- Autorização de participação das crianças no estudo. Após reflexão conjunta com a coorientadora, considerou-se que a opção mais viável para solicitar autorização de investigação, de modo a ter acesso ao objeto de estudo, seria através das escolas. Um contacto prévio com escolas, no âmbito da realização do questionário TCRAf-Eu, facilitou o acesso a alguns interlocutores. Procurou-se, através da opção escolas, simplificar o processo de autorização de investigação, uma vez que se adivinhavam maiores dificuldades ou mesmo impossibilidade em contactar os pais ou obter o seu consentimento para o estudo (resposta/ devolução da carta/consentimento informado);
- Uma vez obtida a autorização por parte das escolas, e após uma pré-seleção de sujeitos efetuada pelo responsável/ interlocutor da instituição, é efetuada pela investigadora uma seleção das crianças que participarão no estudo;
- Prestação de informações relacionadas com o estudo. Uma vez selecionadas as crianças, foi realizada uma reunião com as mesmas com o objetivo de as informar sobre os objetivos do estudo e solicitar a sua participação. As crianças foram esclarecidas sobre as atividades a realizar, e da possibilidade de deixar de nelas participar de sua livre vontade;
- Consentimento informado. Na primeira sessão de trabalho com as crianças, e de forma a assegurar a compreensão da informação, procurou-se mais uma vez esclarecer os objetivos e a finalidade do estudo. Foram reiterados os princípios de participação livre e voluntária, e a possibilidade de deixar de participar no estudo a qualquer momento por iniciativa da própria criança, tendo sido solicitado às crianças que assinassem um documento de consentimento informado de participação no estudo (anexo I b);
- Realização das atividades com as crianças. Solicitação de autorização para gravação áudio dos comentários orais referentes às atividades realizadas, bem como solicitação de autorização de registo fotográfico dos desenhos/ objetos

criados pelas crianças. As crianças tinham sempre a opção de ficar com o desenho/objeto que elaboraram ou entregar o mesmo à investigadora. Várias foram as situações em que as crianças ficaram com as suas criações, tendo a investigadora registado as mesmas fotograficamente;

- Foi dada garantia de anonimato às crianças que participaram no estudo através de entrevista. Foram utilizadas as iniciais dos nomes dos inquiridos;
- Na última sessão, foi efetuado um agradecimento às crianças pela sua participação, bem como lhes foi atribuído um brinde – lápis ou caneta – em sinal de gratidão e recompensa.

*O papel do investigador: o diário de campo*

Este ponto é dedicado ao papel do investigador no processo de recolha de dados, e a sua inserção nesta tese decorre da leitura dos diários de campo que impõe uma reflexão sobre o tópico. O diário de campo encerra as considerações efetuadas pelo investigador durante o seu processo de observação e deve ser articulado com os outros dados recolhidos pois também fornece informações importantes.

Como já se referiu anteriormente, ao abordar as questões de ética subjacentes ao desenvolvimento de uma investigação com crianças, princípios como o respeito pela privacidade e pela participação voluntária da criança, bem como a procura de métodos adequados e não prejudiciais à criança, pautaram a minha postura no desenvolvimento do trabalho de campo. Contudo, verifiquei que durante o período de contacto mais direto com as crianças, estas me consideraram sempre como "o outro", desencadeando ações e posturas relativamente controladas e nunca agindo "livremente". O relato das notas de campo do desenvolvimento da atividade "colagens" na escola privada é disso exemplo:

> Enquanto procuravam imagens nas revistas, falavam do que viam. Viram uma imagem da Miley Cirus e ***H*** disse "ela agora tá toda drogada", ao que ***I*** logo respondeu "isso é conversa para termos quando estivermos sozinhos, noutro local". O investigador é visto como o outro. Vêem-me como uma professora. Não me querem deixar entrar no seu espaço mais íntimo.
>
> Notas de campo, 6 de Junho de 2014

A ausência de uma partilha mais íntima da sua cultura infantil, manifesta em pensamentos e atitudes em relação a pares e a ícones de referência infantil, pode estar relacionada com o facto de a investigação ser uma ação pouco frequente - em particularmente neste contexto - e que transcende o que habitualmente acontece no universo escolar: ocorreu pontualmente durante um período curto de tempo. Se a recolha de dados se tivesse desenrolado num período temporal mais longo, ou num outro local (um jardim, por exemplo) fora do recinto escola, talvez o contacto mais frequente com a investigadora levasse as crianças a naturalizarem a sua presença, ao ponto de se esquecerem e falarem espontaneamente.

As características relacionadas com a identidade da investigadora, vista como estrangeira e, não obstante de falar a mesma língua, possuir uma pronúncia diferente das crianças, também pode ter levado a que não existisse uma total identificação entre as duas partes. De acordo com Gallacher e Gallagher (2008:4) «a identidade produz conhecimento. De acordo com esta premissa, as pessoas que têm uma determinada identidade estão em melhor posição para produzir conhecimento acerca de outros com uma identidade semelhante».

O diário de campo também denota alguma das minhas inseguranças na recolha de dados, visível quando os resultados obtidos ficam aquém da expetativa e as crianças não manifestam entusiasmo com a atividade que lhes propus. Os seguintes excertos do diário de campo evidenciam algumas dessas experiências com as crianças da escola comparticipada:

> Trabalhei com todos ao mesmo tempo, a atividade foi materiais reciclados. As crianças foram pouco criativas, começaram logo a dizer que não sentiam nada...enfim! faltou apenas um rapaz do 7ªE; acho que tiveram dificuldade em perceber o que se pretendia.
>
> Notas de campo, 9 de Junho de 2014

> O focus group não correu como eu imaginava, as crianças estavam tímidas e pouco participativas. A sala não tinha as melhores condições, pois ouvia-se muito barulho vindo do corredor, estando diversas crianças a espreitar para dentro da sala. Quando partilhei a minha experiência e desalento com a **M**, ela disse que as crianças podiam estar desconcentradas e com dificuldades em pensar porque tinham fome.
>
> Notas de campo, 27 de Julho de 2012

Quero, contudo, salientar que apesar de algumas dificuldades sentidas na implementação do trabalho de campo, este foi levado a cabo com grande exigência, tentando sempre ser o mais clara possível, procurando promover o entendimento da criança face aos objetivos pretendidos e adaptando estratégias e técnicas para facilitar a compreensão e estimular o seu envolvimento.

De sublinhar ainda que durante o trabalho de campo se procurou efetuar uma "descrição densa" (Geertz, 1989 [1973]) estabelecendo-se relações com os informantes, procurando realizar uma descrição aprofundada das atividades, efetuando um registo do modo como decorreram as mesmas, como reagiram os intervenientes, das expetativas e dos resultados alcançados em um diário de campo, e procurando levar a cabo interpretações sobre os resultados obtidos e sobre as reações das crianças.

Ainda sobre o papel do investigador importa referir um possível enviesamento nos resultados da atividade criativa "cartões família". A seleção das imagens não teve em profunda consideração o semblante das figuras, focando-se apenas na sua representação. O facto de terem sido selecionadas imagens onde as figuras surgiam mais sérias – sem sorrisos - levou automaticamente a comentários menos positivos por parte das crianças. A possibilidade da existência deste tipo de condicionamentos não foi considerada à partida. Os resultados obtidos com as imagens 4 e 8 (ver quadro 10 e 10 a) merecem um reparo, pois alheia à importância que as crianças dariam à expressão facial das figuras, posso tê-las levado a tecer comentários menos positivos em relação a estas imagens. As imagens 4 e 8 foram apontadas como as menos felizes e foram as que menos agradaram as crianças da escola comparticipada. O excerto abaixo é ilustrativo da opinião das crianças.

> *"Ent – Não gostam do cartão 4 nem do 8 porquê?*
> *L – Estão muito tristes;*
> *S - Não têm alegria;*
> *J - Não tem condições de vida."*
>
> [L, S, J, meninas, 13 anos, escola comparticipada]

## Pluralismo metodológico

Este estudo empírico elege uma estratégia de investigação de base qualitativa. Importa referir que o contexto da investigação – Angola - influenciou esta opção, uma vez que a investigação na área das ciências sociais é muitíssimo reduzida, existindo a necessidade de se individualizarem as questões reais, os problemas sociais que perduram na sociedade angolana. Por outro lado, a insuficiência de informação científica sobre experiências de vida também tornaria difícil a realização de um trabalho com um carácter mais quantitativo.

No que diz respeito à utilização dos métodos qualitativos, Taylor e Bogdan (1986) referem que estes se fundamentam na conversação, audição e expressão livre dos participantes. Desta forma, segundo os autores, permitem a subjetividade do investigador na procura do conhecimento, pelo que exigem uma maior diversificação nos procedimentos metodológicos utilizados na investigação. Para Bogdan e Biklen (1994) a investigação qualitativa apresenta cinco características: o carácter naturalístico da pesquisa (o ambiente natural é a principal fonte de dados); os dados recolhidos assumem um carácter descritivo e a sua análise é elaborada de forma indutiva; maior interesse atribuído pelo investigador ao processo em si do que aos resultados ou produtos; importância atribuída ao significado (as pesquisas qualitativas procuram compreender os sentidos que os participantes atribuem às suas experiências e vivências).

Atendendo a esta última característica, considera-se a adoção deste tipo de pesquisa como a mais adequada à investigação, uma vez que interessa compreender de que forma as crianças que experienciam uma vivência familiar transnacional são afetadas pela mesma; perceber de que modo a separação geográfica entre pais e filhos influencia a vida das crianças e de que modo filhos, pais e cuidadores reconfiguram os seus papéis na teia das relações sociais transnacionais e redefinem o conceito de família e de parentalidade.

Esta abordagem metodológica irá permitir aceder aos discursos das crianças (falado ou escrito) e ter em conta os seus vários contextos (onde estão inseridas na atualidade e o seu passado). Torna o processo de investigação mais flexível, uma vez que possibilita a integração de novas orientações, pistas a explorar, que vão surgindo ao longo da recolha de dados e facilitam uma melhor interpretação dos fenómenos sociais.

A recolha de dados combinou assim métodos de inquirição, enfatizando as técnicas qualitativas (entrevista, *focus group*), com métodos criativos (elaboração de desenhos, textos, fotos, etc.). Não se exclui, contudo, a triangulação com técnicas quantitativas, consentâneas com o uso dos dados quantitativos do projeto TCRAf-Eu e de outros inquéritos (IBEP, Censo 2014). O recurso a métodos mistos permite, por um lado, a utilização de dados estatísticos que facilitam o enquadramento do fenómeno em análise, dando uma visão macro da situação das crianças e, paralelamente, dados qualitativos que permitem aprofundar conhecimentos sobre os impactos da separação geográfica nos atores – crianças.

As crianças são os atores fundamentais desta investigação, sendo por isso encaradas como sujeitos detentores e produtores de conhecimento. A reflexividade da investigadora no sentido de ajustar e adequar as técnicas possíveis aos participantes do estudo conduziu a que este trabalho se pautasse por um pluralismo metodológico, evidente não só na adoção de métodos mistos, mas também na diversidade de técnicas e instrumentos utilizados para recolher os dados. Foram efetuadas alterações ao plano traçado inicialmente, buscando um maior entendimento e colaboração por parte das crianças. Assim, os métodos clássicos de inquirição foram parcialmente substituídos por métodos mais criativos.

Os desenhos efetuados pelas crianças participantes no estudo apresentam-se como uma forma de construir conhecimento a partir da interpretação que as próprias fazem da sua família. Assim, os desenhos são dotados de estatuto epistemológico, uma vez que podem ser considerados como uma forma de linguagem que complementa o discurso da criança (são um complemento à oralidade) e tendem a captar a sua realidade circundante, tornando possível compreendê-la a partir da imagem produzida. Tendo em conta os conceitos de reprodução interpretativa de William Corsaro (2002) e culturas da infância de Manuel Sarmento (2004), verifica-se que, ao produzirem os seus desenhos, as crianças estão a interpretar o mundo à sua volta, revelando-o de outra forma.

Da mesma forma que o brincar, Piaget (1971) considerava que o desenho é um exercício de ação, onde numa fase inicial prevalece a assimilação, ou seja, o objeto é modificado em função da significação que lhe é atribuída, de forma idêntica ao que ocorre com o brinquedo simbólico. Salienta também que o desenho é manifestação semiótica, ou seja, é uma forma pela qual a função de atribuição de significação se expressa e se constrói e

constitui como um meio de expressão particular, isto é, «...um sistema de significantes construído por ela e dóceis às suas vontades» (Piaget e Inhelder, 1973: 52).

O desenho é uma representação da perceção que o indivíduo possui acerca de seu mundo. Nos desenhos, as crianças tendem a espelhar a realidade que as rodeia de forma acurada, manifestam o subjetivo e o objetivo. O desenho é uma forma de expressão simbólica da criança (Sarmento, 2007b; Monteiro e Carvalho, 2011). Viktor Lowenfeld (1977) também tem em consideração a importância do desenho para o desenvolvimento da criança. O autor defende que através do desenho a criança desenvolve a capacidade de se expressar, de representar o que sente ou vê, desenvolvendo paralelamente a sua criatividade. O autor salienta que: «[...] através da compreensão da forma, como o jovem desenha, e dos métodos que usa para retratar seu meio, podemos penetrar em seu comportamento e desenvolver a apreciação dos vários complexos modos como ele cresce e se desenvolve» (1977: 51).

Edith Derdyk (1989) considera que o desenho é instrumento de generalização, de abstração e de classificação, salientando ainda que o desenhar implica operações mentais diversas, como selecionar e relacionar estímulos, simbolizar e representar, que favorecem a formação de conceitos. Já Sueli Ferreira (1998), reportando-se à interpretação do desenho, destaca o olhar do intérprete acentuando a importância de considerar e valorizar a própria criança, pois esta tem um papel fundamental na interpretação do desenho e na compreensão do seu significado.

Sarmento (2007b) defende que os desenhos das crianças são produções simbólicas, representando um modo particular de as crianças comunicarem. O autor também destaca a importância da sua interpretação ser conjugada com os seus discursos/conversas:

> O desenho é frequentemente acompanhado de verbalizações das crianças que referem as figuras e motivos inscritos no papel de modo por vezes paradoxal e fora da inteligibilidade dos adultos. Poder acompanhar o acto de elaboração de desenho ou captar as opiniões expressas pelas crianças sobre suas próprias produções plásticas pode contribuir para uma maior compreensão dos significados atribuídos e fazer convergir dois registros simbólicos, nem sempre coincidentes. O desenho e sua fala são constitutivos de um modo de expressão infantil cujas regras não são as mesmas da expressão adulta. (Sarmento, 2007b: 19).

A mesma premissa é sustentada por Márcia Gobbi (2005). A autora considera que os diálogos/conversas no momento de elaboração do desenho podem revelar os olhares e

concepções da criança acerca do seu contexto social, histórico e cultural, podendo estes ser vividos ou aspirados. Defende que os desenhos das crianças «possibilitam-nos conhecer mais suas perceções da realidade por eles vivida, não sendo percebidos como textos escritos, mas sim como textos visuais que podem ser olhados, sentidos, lidos» (2005:76). Na opinião de Gobbi e Leite (2002), os desenhos infantis devem ser tratados como documentos históricos: os «historiadores e cientistas sociais não os percebem desta maneira revelando um certo descaso com as concepções que as crianças têm do contexto histórico e social no qual estão inseridas, mostrando ainda não percebê-las como atores e sujeitos da História» (Gobbi e Leite, 2002:106). Segundo Gobbi, ao serem examinados como fontes documentais e históricas, os desenhos «permitem a compreensão sobre a infância e suas diferentes relações, ressaltando as de género, étnicas e de classe social» (2008: 199).

O desenho é tido como um instrumento de análise e auxílio em várias ciências, nomeadamente na Psicologia. Contudo, é de referir que em ciências como a Antropologia, a Educação (em especial quando se trabalha com crianças do pré-escolar) e a Sociologia, a utilização de desenhos é cada vez mais popular. No campo da Psicologia, Joseph Di Leo (1987) considera o desenho um instrumento auxiliar de diagnóstico psicoterapêutico. O autor salienta também que o desenho reflete a personalidade da criança, sendo muitas vezes nele expressos aspetos afetivos e cognitivos, e emoções como alegria ou tristeza. O desenho transporta um conteúdo manifesto e um conteúdo simbólico, é também nesse sentido que Jacqueline Goodnow (1992: 10) refere que «os desenhos infantis contêm muito por debaixo da superfície». Para António Ferro (1995) consegue-se, através do desenho, aceder ao mundo interno da criança a partir da sua projeção no papel. Jean Claude Arfouilloux (1976) sustenta também que o desenho infantil é uma das linguagens essenciais para o desenvolvimento de pesquisas com crianças, em especial para com as mais pequenas, que ainda não falam de forma totalmente articulada. Segundo este autor, o momento mais indicado para utilizar o desenho numa investigação é posterior à realização da entrevista. O desenho vem preencher lacunas e revelar formas de a criança ver o mundo. Contudo, o autor também refere que a sua análise deve ter em conta o seu contexto da sua produção.

Vários estudos consideram que a elaboração de desenhos é uma ferramenta útil quando o objeto de estudo são as crianças, em particular quando estas têm idades mais jovens ou

dificuldades em verbalizar as suas ideias em relação à família, especialmente a estrangeiros (Merriman e Guerin, 2006; DiCarlo *et al*, 2000; Gibbons *et al*, 1990; Stiles *et al*, 1990).

Neuza Gusmão (1993; 2004) também enfatiza o seu papel, ao utilizar o desenho infantil como forma de verificar a presença de estigmas e estereótipos entre os negros moradores do meio rural, próximo da cidade de Parati, no Brasil. A autora ressalta:

> os desenhos revelam sentimentos em relação às experiencias do mundo real; permitindo associar significados que poderiam vir a realizar-se nesse mundo; mostram as formas de representação generalizada que são construídas e que associam aos problemas; podendo ainda revelar visões positivas em relação a valores sobrenaturais, universais ou culturais além de conterem sua emoção, seu universo psicológico e expressarem de modo intenso seus valores (cf. Collier) Antes de mais nada, os desenhos como imagem constituem a legitimação e a memória que reflete as condições sociais [...] cuja interpretação supõe o conhecimento exaustiva da realidade concreta. (Gusmão, 1993:53)

A autora também estudou as representações e vivências de crianças de origem africana, residentes num bairro de lata na Área da Grande Lisboa, sobre a escola, sobre o bairro e sobre o branco e o negro, podendo também verificar que nos desenhos transparecem sentimentos, valores e desejos, relações, bem como formas de representação que se ligam aos problemas gerais (Gusmão, 2004).

Num estudo efetuado com crianças oriundas de famílias transnacionais, Joanna Dreby e Tim Adkins (2011) utilizaram desenhos para perceber como a migração de diferentes membros da família afeta a sua ideia de família. Segundo os autores, os desenhos permitiram um *insight* para perceber quem as crianças incluem e excluem da sua família em diferentes circunstâncias de migração internacional (2011:173).

Para além dos desenhos, a utilização de técnicas visuais, como fotografias e outros, é cada vez mais frequente na investigação com crianças, facilitando a possibilidade de a criança dar a sua própria visão dos fenómenos. Almeida *et al.* (2016:4) salientam que os «métodos visuais são particularmente interessantes para contrapor à visão reducionista da voz unitária, atomística e 'autêntica' da criança, a complexidade e '*messiness*' das vozes das crianças». Refere também que estes são adequados quando o público alvo da investigação são crianças com barreiras linguísticas e baixa literacia.

*Pergunta de pesquisa e objetivos*

Este estudo pretende responder às seguintes questões: *de que modo a separação geográfica entre pais e filhos influencia a vida das crianças? como é que filhos, pais e cuidadores reconfiguram os seus papéis na teia das relações sociais transnacionais e redefinem o conceito de família e de parentalidade?*

O objetivo principal desta investigação é assim descrever e compreender os efeitos das migrações no domínio das relações familiares, privilegiando o ponto de vista das crianças. Partindo do pressuposto de que as migrações na sociedade contemporânea geram modos de vida transnacionais, pretende-se estudar o impacto da organização dos acordos informais de cuidados às crianças no exercício da parentalidade, nas relações pais/filhos, e nas estratégias de cuidado e educação e na forma como as crianças vivenciam a separação geográfica dos pais biológicos. Em suma, compreender as representações sociais de família das crianças.

Considerando as repercussões dos cuidados à distância, este projeto pretende ainda, sempre priorizando o ponto de vista da criança:

- Explorar as circunstâncias que levam os pais a viver separados dos seus filhos (motivos e condições à partida da emigração), bem como o modo e os critérios como se processa a escolha do cuidador;
- Analisar as interações que se estabelecem na relação entre pais, filhos e cuidadores, em particular as estratégias de socialização, os objetivos educativos, a forma como se efetua a gestão da comunicação e a emergência de outros tipos de relação como solidariedade, conflitualidade, etc.;
- Estudar as formas através das quais os laços de parentesco são reformulados, bem como o modo em que esta situação é percecionada; perceber o quanto a situação do acordo de cuidados é considerada provisória e observar o impacto que a sua vivência tem sobre o conceito de família das crianças;
- Analisar as práticas informais de cuidados às crianças, identificar os seus tipos e aferir a influência na reconfiguração dos papéis parentais;

*Etapas da pesquisa*

A primeira ida ao campo[16] (Angola), prendeu-se com a realização de entrevistas a informantes-chave na área da infância e juventude, bem como na das migrações. Dada a escassez de estudos publicados sobre tais temáticas no contexto angolano, estas entrevistas tiveram como finalidade adquirir mais conhecimentos sobre as dinâmicas do acolhimento informal de crianças e das migrações (internacionais e nacionais), permitindo perceber a evolução histórica dos fenómenos, antes e depois da guerra civil.

As entrevistas aos informantes-chave forneceram também esclarecimentos relativos à situação das crianças em Angola, identificando os principais problemas que afligem este grupo e despertaram um maior interesse sobre o tema.

Paralelamente, foi sendo efetuada uma investigação documental, envolvendo leituras diversas e a exploração de dados estatísticos muitos escassos.

Na segunda ida a campo, também no âmbito do referido projeto, realizaram-se as entrevistas às crianças das tríades. A tríade[17] constitui a unidade de análise do projeto TCRAf-Eu, e é composta pelo progenitor migrante, pelo cuidador e pela criança. Nesta fase foram adotadas técnicas de observação e participação, cimentadas na recolha de dados através do trabalho de campo qualitativo. Uma análise mais detalhada ao guião de entrevista utilizado permitiu identificar áreas que poderiam ser aprofundadas, bem como outras que se encontravam omissas.

A terceira fase do trabalho de campo coincidiu com o o período de eleições presidenciais em Angola, teve o intuito de aprofundar as entrevistas previamente realizadas (aos cuidadores), e serviu também para realizar *focus groups* experimentais. Esta foi uma fase importante para a investigação, pois conduziu a uma reflexividade em relação aos métodos e técnicas que estavam a ser utilizados, reposicionando-os e procurando complementá-los com outras opções.

A última fase de trabalho de campo determinou a reconfiguração dos métodos e técnicas de recolha de dados, até então utilizados, optando-se pela utilização de métodos criativos.

[16] Esta ida a campo decorreu no âmbito do projeto TCRAf-Eu.

[17] Para mais informações sobre as tríades ver Grassi et al. 2016 «Métodos e recolha de dados». Em *Famílias Transnacionais entre Angola e Portugal*, Marzia Grassi, Jeanne Vivet e Luena Marinho. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

*O design da pesquisa*

O *design* definido para esta pesquisa assentou essencialmente numa abordagem qualitativa, procurando ser o mais adequado possível ao grupo-alvo do estudo – as crianças angolanas que vivem separadas de um dos seus progenitores, migrante, envolvendo uma amostra composta por 38 crianças com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos.

Abarcando métodos mistos privilegiaram-se os métodos inquiritivos, nos quais a entrevista e o *focus group* tiveram um papel de destaque, bem como foram favorecidos os métodos *criativos* tendo sido, no âmbito dos mesmos, realizados desenhos, colagens, e outras atividades utilizando materiais diversos. Porquê métodos criativos? Após a realização de um *focus group* exploratório, verificaram-se algumas dificuldades, nomeadamente o facto de as crianças não terem correspondido às expectativas que inicialmente tinha; deram maioritariamente respostas muito sumárias, pouco profundas, na sua grande maioria ficaram pelo sim/não. A análise do *focus group* exploratório permitiu identificar as seguintes falhas:

- Dificuldades em responder abertamente às questões
- Respostas monossilábicas – sim/ não
- Aceitação das sugestões do moderador/ investigador
- Muitos momentos de silêncio

Assim, na tentativa de colmatar as fragilidades identificadas, optou-se pela utilização de métodos criativos. A realização de atividades como desenhos, colagens e construções/montagens livres procurou facilitar o envolvimento da criança no estudo, fomentar a maior motivação para a participação, e dar-lhes maior liberdade de expressão. Possibilitou a criação de uma relação de maior confiança entre as crianças e a investigadora, que as deixou mais à vontade, facilitando a partilha e posteriormente a discussão dos temas propostos.

O recurso a métodos criativos privilegia e enaltece a imaginação das crianças (Veale, 2005). Estes métodos podem incluir a escrita criativa, escrever histórias, poemas; mas também a elaboração de desenhos ou pinturas, tirar fotografias, fazer *role play* (Christensen e James, 2000; Levin, 1995). A utilização destes métodos vai ao encontro do uso de metodologias participativas e centradas nas crianças (Costa, Fernandes e

Pereira, 2013; Almeida, Ana Nunes *et al*. 2012; Mand, 2012; Tomás, 2007; Hill, 2006; O'Kane, 2005; Grover, 2004; Christensen, 2004; Christensen e Prout, 2002; Clark e Moss, 2001; Mayall, 2002; Punch, 2002), que valorizam a agência e o *empowerment* das crianças, destacando as suas vozes.

A inclusão destes métodos no design da pesquisa esteve também associada à disponibilidade temporal e financeira e ao meu próprio interesse pessoal.

Esta investigação socorreu-se ainda de dados quantitativos obtidos através de inquéritos[18], bem como de dados qualitativos obtidos através de entrevistas (Grassi, Vivet, Marinho, 2016)[19].

**Técnicas, sistemas de registo e instrumentos de recolha de dados**

Como vimos, nesta investigação foram utilizadas várias técnicas de recolha de dados. A sua seleção depende das questões de investigação, mas também do contexto em que esta decorre. Devem ser passiveis de adequação e ter a capacidade de fornecer a informação almejada. Com a utilização de técnicas distintas pretende-se aceder aos dados de forma mais variada, bem como de alguma forma de os confirmar. Nesta investigação, tentando adequar o mais possível à amostra do estudo, destacam-se a análise documental, a observação, o *focus group*, o inquérito, as representações gráficas (desenhos).

A análise documental prendeu-se com a busca de informações sobre a situação das crianças, com o fenómeno do acolhimento informal no contexto angolano, e os impactos do fenómeno migratório na população angolana. Segundo Carmo e Ferreira (1998), a análise documental é um processo que envolve seleção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos (escrito, áudio ou vídeo). Para Denscombe (1998), abarca a revisão de literatura, sendo uma etapa que todo o investigador deve incluir na sua investigação, pois possibilita conhecer trabalhos pré-existentes sobre o tema, bem como identificar as questões fundamentais e as lacunas existentes no atual estado do conhecimento da área de estudo. Quivy e Campenhoudt (1992) defendem que a análise

[18] Estes dados foram recolhidos no âmbito do projeto TCRAf-Eu.
[19] Esta publicação resulta do projeto TCRAf-Eu e debruça-se sobre o estudo de caso Angola –Portugal, dá a conhecer os principais resultados, abordando temáticas como a mobilidade e contexto migratório entre Angola e Portugal; as mudanças sociais na família em Angola; as práticas de parentalidade à distância, entre outros.

de documentos é especialmente importante na análise de fenómenos macrossociais, demográficos e socioenonómicos, de mudanças sociais e do desenvolvimento histórico, de mudanças a nível organizacional e na análise de ideologias, sistemas de valores e da cultura.

A utilização da técnica de observação está ligada à participação nas atividades desenvolvidas enquanto moderador, à elaboração das notas de campo e à observação das produções das crianças e colabora também para compreender a importância dos fatores contextuais. De acordo com Ludke e André (1986), a observação é um dos instrumentos básicos para a recolha de dados na investigação qualitativa. A observação permite chegar mais perto da "perspetiva dos sujeitos" e a experiência direta é melhor para verificar as ocorrências.

O *focus group* é uma técnica de recolha de dados qualitativa que envolve um pequeno grupo de pessoas que debatem um tema específico sob a orientação de um moderador. É útil para obter informações sobre como as pessoas pensam sobre determinado assunto. Segundo Morgan (1996), é uma técnica de investigação que recolhe dados através da interação grupal sobre um determinado tema definido pela investigação. Trata-se, portanto, de entrevistas em grupo (pequenos grupos de pessoas, com determinadas características) e que têm como objetivo ouvir os participantes e recolher informação de modo a compreender e explorar as perceções, atitudes, sentimentos ou ideias sobre um determinado tema ou experiência, ou ainda sobre produtos ou serviços (Krueger, 2000; Brotherso, 1994; Basch, 1987).

A seleção desta técnica está em parte relacionada com a experiência de trabalho de campo no âmbito do projeto TCRAf-Eu, na qual existiu a oportunidade de entrevistar crianças que vivem em acordos informais de cuidados devido à migração de um dos seus progenitores. Como já foi referido, muitas crianças iam dando respostas evasivas, ou simplesmente "sim", "não". Esta experiência permitiu também perceber as dificuldades inerentes à realização de entrevistas com crianças e jovens, mais difíceis do que as entrevistas com adultos. A utilização de *focus group* pretendia tornar mais fácil para as crianças exteriorizarem as suas opiniões, uma vez que, estando em grupo, podiam sentir-se motivadas a participar na discussão dada a presença de outros elementos – seus pares - e seria mais fácil para exprimirem a sua opinião relativamente ao tema proposto. O *focus group* possibilita aceder a uma identidade social coletiva das crianças, que posteriormente

poderá ser individualizada através da realização de entrevistas individuais com os intervenientes. No caso desta investigação, revelou-se uma opção proveitosa na tentativa de deixar as crianças mais à vontade para abordarem o tema.

A utilização de *focus group* como técnica de recolha de dados implica a realização de um trabalho preparatório. O primeiro passo foi solicitar autorização das escolas para o realizar, sendo posteriormente efetuada uma seleção dos participantes. Foi também necessário efetuar um levantamento dos materiais indispensáveis para executar as sessões. Outro dos requisitos prévios prende-se com a organização da disposição da sala, de modo a facilitar a partilha de opiniões e a audição dos participantes, bem como também se revelou importante a escolha do método para gravar e registar os dados produzidos nas discussões.

A entrevista é uma situação de interação social, onde o modo como o entrevistador se apresenta é importante, podendo condicionar a disposição do entrevistado para a entrevista e, consequentemente, a qualidade dos resultados. O entrevistador ao conduzir uma entrevista deve explicar bem qual a finalidade e o que se espera do entrevistado, deve ser capaz de promover um clima de confiança, e criar empatia com o entrevistado, estando atento a toda a comunicação, inclusive a não verbal (silêncios, gestos, etc.). Segundo Quivy e Campenhoudt (1992) a utilização da técnica de entrevista tem diversas vantagens, entre as quais a possibilidade de recolher informações que respeitaram a linguagem e as categorias mentais dos entrevistados, alguma flexibilidade no que respeita a reformulação ou esclarecimento das perguntas, assim como adequar o vocabulário ao interlocutor da entrevista. Contudo, nem tudo são vantagens e os autores consideram que a principal *desvantagem* do uso desta técnica é a possível influência do entrevistador no entrevistado. No caso deste estudo, a duração das entrevistas variou de indivíduo para indivíduo e decorreram em casa do entrevistado, na escola ou em espaço públicos – jardim.

Indiretamente a investigação beneficiou ainda dos resultados do Projeto TCRAf-Eu, alcançados através das técnicas inquérito por questionário e entrevista. Em especial, destacam-se os resultados do questionário efetuado junto de 2243 crianças que se encontravam a frequentar instituições de ensino de Luanda, Benguela e Lobito, que forneceram dados referentes às condições sociodemográficas e permitiram efetuar uma breve caracterização das crianças que se encontram em acordos transnacionais de

cuidados. De salientar ainda as entrevistas efetuadas com pais migrantes e com cuidadores que forneceram dados relativos às práticas de cuidados transnacionais, bem como proveram informações relativas à própria infância dos entrevistados, dando conta de práticas e tradições. Através das suas narrativas de vida é possível entender algumas lógicas mais amplas que permitem perceber melhor a questão que analisamos.

Como referido anteriormente, também se recorreu à realização de atividades de carácter criativo como método de recolha de dados: desenhos, colagens, materiais diversos.
A escolha da técnica do desenho como instrumento de investigação está relacionada com o facto de este ser considerado uma forma de linguagem universal, representando uma comunicação não-verbal carregada de significado e simbolismo. Relativamente às crianças, o desenho revela-se como uma expressão da forma como elas percebem o mundo. Segundo Aparecida Silva (2010) o desenho permite a possibilidade de interpretação quer do "conteúdo manifesto" - patente nas imagens, quer do "conteúdo latente". A autora, citando Menezes *et al.* (2008), refere que «o desenho tem sido compreendido como um meio que permite à criança organizar informações, processar experiências vividas e pensadas, estimulando-a a desenvolver um estilo de representação singular do mundo» (2008:190).

Também Oliveira (2001) entende o desenho infantil como uma produção cultural das crianças e um instrumento revelador das representações infantis a respeito da creche. O desenho contém sentidos e sentimentos construídos pelas crianças a partir do que elas experienciam na sua singularidade e no social (Oliveira, 2001: 18). A autora ressalta que é necessário elaborar uma interpretação dos desenhos a partir dos olhares e falas de seus autores – as crianças.

A elaboração do *desenho da família* – atividade 1 - tinha como objetivo perceber o modo como as crianças reconfiguram as suas relações sociais. Esta atividade foi bastante bem-recebida, não obstante algumas delas numa fase inicial se queixarem que "não sabiam" ou "não tinham jeito" para desenhar. Contudo, importa referir que essa falta de competências técnicas para desenhar de algumas crianças se revelou uma limitação dos desenhos, como podemos observar na figura abaixo, um desenho com figuras palito.



Figura 7. Desenho de família – menina, 14 anos, escola comparticipada

Com a atividade *colagem* - atividade 2 - pretendia-se aceder ao ideal de família da criança, procurando perceber em que medida se distingue da sua realidade. No que se refere à atividade *materiais diversos* – atividade 3 - ao disponibilizar diversos tipos de materiais e ao solicitar às crianças que criassem algo que representasse o que sentiam pelo facto de estarem separadas de um dos seus progenitores, procurava-se aferir o impacto da separação geográfica na vida da criança, assim como os efeitos da separação na relação pais-filhos. Cada uma das atividades de carácter criativo realizadas envolveu o recurso a materiais diversos:

- Atividade 1 – desenho da família: folhas de papel, lápis, lápis de cor, lápis de cera e canetas de filtro.
- Atividade 2 – colagem: revistas e manuais escolares antigos, tesouras, cola, fita-cola, folha de papel A3.
- Atividade 3 – materiais diversos (espaço criativo); esta atividade detinha deliberadamente um carácter mais livre que visava estimular a criatividade dos participantes. Assim, foram disponibilizados ao grupo de trabalho diversos tipos de materiais, sendo de salientar tecidos, fitas de pano, feltro, papel de lustro, lã, argolas de madeira, bonecos de madeira, tampas de garrafas, caixinhas de metal, cartolinas, pedras, conchas, búzios, papel cortiça, etc.

No que se refere à recolha da informação, a obtida através de métodos criativos decorreu em sessões diversas, tendo em cada uma delas sido realizada pelo menos uma das três atividades. Relativamente à escola comparticipada, uma vez que a amostra incluía um número maior de crianças, algumas atividades foram levadas a cabo faseadamente dividindo as crianças em grupos, por forma a também satisfazer o plano letivo programado. As sessões tiveram uma duração variada (nunca menos de 1h30) e decorreram em espaços cedidos pelas escolas; no caso da escola comparticipada, tiveram lugar na sala de professores e na biblioteca, enquanto na escola privada, decorreram numa sala de aula que não estava a ser utilizada.

O quadro 1 mostra as atividades efetuadas por sessão e por escola.

Quadro 1 - Atividades realizadas por sessão

| **N.º sessão**<br><br>**Escola** | **1ª sessão** | **2ª sessão** | **3ª sessão** | **4ª sessão** | **5ª sessão** | **6ª sessão** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Escola Comparticipada** | Desenhos | Desenhos | Materiais reciclados | Colagem | Cartões família | Cartões família<br><br>Desenhos |
| **Escola Privada** | Desenhos | Cartões família | Colagem | Materiais reciclados | Desenhos | - |

Relativamente ao sistema de registo utilizado durante a recolha de dados, salienta-se o recurso a registos manuais/escritos, áudio e fotográficos. Os manuais reportam-se às notas tiradas durante o desenvolvimento das atividades (atividades criativas ou *focus group*); às grelhas de observação preenchidas logo após do término das mesmas; e às notas do diário de campo. O registo áudio, por seu lado, diz respeito às gravações dos comentários das atividades criativas; das entrevistas; e dos *focus group*. Quanto aos registos fotográficos, incluem os trabalhos realizados no âmbito da concretização das atividades criativas: desenho, colagem, e materiais reciclados.

A diversificação dos instrumentos de recolha de dados procurou uma maior adequação ao público-alvo, pretendendo aumentar a motivação e o envolvimento das crianças na

investigação. A experiência prévia de realização de entrevistas com crianças demonstrou que estas não deveriam consistir na única forma de aceder aos dados. Optou-se então por efetuar uma triangulação de instrumentos, como o intuito de melhor compreender o fenómeno em estudo e para o abordar de múltiplas formas.

Quadro 2 - Técnicas e instrumentos de recolha de dados

| Técnica | Instrumento | Interveniente | Data |
|---|---|---|---|
| Entrevista | Guião de entrevista | Crianças Tríades (TCRAf-Eu)<br><br>Crianças questionário *TCRAf-Eu* – escolas privadas, pública e comparticipada | Setembro-Novembro 2011 |
| *Focus group* | Guião | Crianças escola comparticipada | Junho 2012 |
| | Ecomapa | Crianças tríades,<br>crianças escola comparticipada | Setembro-Novembro 2011<br>Junho 2014 |
| *Focus group*<br>+<br>Atividades criativas: desenhos, colagens<br>+<br>inquérito | Guião<br>Grelha de observação<br><br>Vários materiais (lápis de cor, folhas, canetas filtro, tesouras, cola, tecido, cartolina, tampas, etc.)<br><br>Questionário | Crianças da escola privada e da escola comparticipada | Junho 2014 |

Para implementar a técnica *focus group* bem como a técnica entrevistas foram elaborados guiões de suporte. No caso dos *focus group*, a elaboração do guião surge com o objetivo de facilitar a organização da actividade - pretendeu-se estruturar por blocos de questões de modo a facilitar o carácter repetido da atividade, ou seja, previu-se a realização de vários *focus group* com os mesmos intervenientes, conjugando um bloco temático de questões com outras atividades. Foi também desenvolvida e aplicada uma grelha de observação cujo intuito era o de registar observações de carácter geral sobre o modo como decorreu o *focus group*, bem como descrever condições especificas como local, ruido, o estado dos participantes, a ordem de participação, etc.

Do mesmo modo, também as entrevistas individuais, num formato semi-diretivo, requereram a elaboração de guião. A opção pelo formato semi-diretivo prendeu-se com o maior grau de liberdade conferido ao discurso do entrevistado, que permitiu ter acesso aos significados atribuídos pelos sujeitos a práticas, experiências, etc. Pretendeu-se que estas entrevistas fossem um aprofundar dos dados recolhidos previamente, para poder ser desenvolvida com base numa abordagem compreensiva, que permita acedendo às "lógicas dos atores" (Kaufmann, 1996). Este autor, toma como ponto de partida a sociologia compreensiva (Weber, 1992 [1922]), considerando que «os homens não são simples agentes portadores de estruturas, mas produtores ativos do social, logo, depositários de um saber importante a captar e compreender partindo do seu interior, através do sistema de valores dos indivíduos; ela começa então pela intropatia» (Kaufmann, 1996: 23).

O recurso a ecomapas prendeu-se com a intenção de evidenciar as dinâmicas familiares da criança, os processos de comunicação e as relações de maior ou menor intensidade dos indivíduos com a comunidade e outras instituições. O ecomapa é um instrumento utilizado sobretudo na área da saúde e das terapias familiares, que identifica as relações entre a família e o meio que a rodeia. Segundo Agostinho (2007), o «ecomapa não é mais do que uma representação gráfica das ligações de uma família às pessoas e estruturas sociais do meio em que habita, desenhando, poderíamos assim dizer, o seu "sistema ecológico". Identifica os padrões organizacionais da família e a natureza das suas relações com o meio, mostrando-nos o equilíbrio entre as necessidades e os recursos da família» (2007:327). No caso desta investigação, a sua utilização prende-se com o intuito de adquirir conhecimento sobre a rede social e de apoio da criança, bem como identificar os seus relacionamentos institucionais, esperando conhecer melhor o seu quotidiano.

**Análise e tratamento dos dados obtidos.**

Todas as atividades realizadas pelas crianças originaram a elaboração de uma interpretação em relação ao que tinham executado. Assim, todos os participantes comentaram os seus "produtos" (desenhos, colagens, resultado da atividade materiais) explicitando cada um dos elementos que a integravam, bem como o seu sentido geral e a razão por que o executaram dessa forma. Esta reflexividade dos participantes é a base

para uma análise crítica, que procura atribuir significado aos "produtos" criados. Deste modo procurou aceder-se à "interpretação em primeira mão", ou seja, à sua cultura (Geertz, 1989 [1973]).

A análise de dados foi efetuada com recurso à técnica da análise de conteúdo, através do software MAXQDA que funcionou como agregador de dados, facilitando a organização e codificação dos textos e imagens (desenhos, colagens). Este software, como outros idênticos, tem a vantagem de tornar mais práticas e eficientes as tarefas de codificação dos dados qualitativos. O uso deste software foi coadjuvado com as notas de campo. Importa realçar que tendo em conta a metodologia implementada, o diário de campo revelou-se um instrumento de auxílio na análise dos dados, contendo os mais diversos inputs desde as condições em que decorreram as atividades; a reação das crianças a cada atividade; comentários; posicionamento em sala, etc.

Segundo Bardin (2002 [1977]: 31) a «análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações». A técnica baseia-se na apreciação do discurso, tendo em vista a interpretação da comunicação. De acordo com Vala (1986), na análise de conteúdo o investigador pode indagar sobre frequências, inventariando "as palavras ou símbolos chave, os temas maiores, os temas ignorados, os principais centros de interesse, etc." ou sobre características ou atributos do seu objeto, «atitudes favoráveis e desfavoráveis da fonte e o seu sistema de valores». (Vala, 1986: 108).

Quanto aos procedimentos empregues durante o tratamento da informação, seguiram-se as seguintes etapas: transcrição integral das entrevistas (utilizando o método clássico de reprodução áudio/processamento de texto, as transcrições foram feitas diretamente pela investigadora e para suporte escrito, não tendo sido utilizado nenhum software de transcrição); leitura cuidadosa de cada uma das entrevistas, procurando identificar denominadores comuns; elaboração de sinopses das entrevistas; conceção de grelhas de análise da entrevista, estabelecendo-se para as mesmas critérios e indicadores relevantes para o objeto de estudo; e aplicação dos procedimentos de "análise temática", "categorial" e "tipológica".

Os procedimentos de tratamento dos *focus groups* prenderam-se com a audição, transcrição, observação dos registos efetuados no diário de campo e análise de conteúdo dos mesmos.

Relativamente à análise do material recolhido através das atividades criativas, nomeadamente os desenhos, importa salientar que para além de um "pretexto" para iniciar a discussão com as crianças, são um resultado e um meio. Assim, primeiramente foi efetuada uma observação dos desenhos. De seguida, procedeu-se à elaboração de uma grelha de análise, tendo sido definidos critérios entre os quais se salienta: o uso de cor, a dimensão do desenho, os personagens retratados, o posicionamento dos personagens no desenho, objetos e detalhes, legenda; contexto/atividade retratada; número de elementos que compõem o desenho. Paralelamente, foram também consideradas na análise as verbalizações dos seus autores. A análise e interpretação efetuada pela criança sobre o desenho por si executado fornecem *inputs* reveladores da sua vivência.

Quadro 3 - Critérios estabelecidos para análise dos desenhos – elaboração da autora

| CRITÉRIOS | | INDICADORES |
|---|---|---|
| ***Gráficos – formais*** | Uso de cor<br>Escala – proporção do desenho<br>Proporção das figuras<br>Posicionamento na folha<br>Equilíbrio<br>N.º de pessoas | |
| ***Interpretativos – conteúdos descritos*** | Situação descrita<br>Quem está desenhado<br>Ego no desenho<br>Fantasia ou representação<br>Nível de pormenor do desenho/detalhes<br>Legenda<br>Descrição da criança sobre o desenho | |

Foi ainda utilizada, à semelhança de Dreby e Adkins (2011) uma abordagem indutiva para realizar a análise de conteúdo dos desenhos.

A análise das colagens e dos outros objetos criativos produzidos pelas crianças que fizeram parte do estudo seguiram os mesmos critérios de análise que os desenhos, ou seja, observação, estabelecimento de critérios e de grelhas de análise e análise das verbalizações – significados atribuídos.

Quadro 4 - critérios estabelecidos para análise das colagens – elaboração da autora

| CRITÉRIOS | | INDICADORES |
|---|---|---|
| **Figura humana** | Ego<br>Membros da família | |
| **Objetos** | Objetos na colagem<br>- Desejados<br>- Quotidianos | |
| **Sentimentos** | Título<br>Frases<br>Expressão facial das imagens | |

## O contexto em que a investigação decorreu

A recolha de dados para este trabalho foi efetuada em Luanda – Angola - e decorreu maioritariamente em contexto escolar, com o apoio de duas instituições de ensino que ministram os níveis básico (1ª a 6ª classe) e secundário (7º a 12ª classe), solicitadas para o efeito da realização do estudo. A sua seleção foi efetuada com base na experiência colaborativa anterior (realização do questionário às crianças no âmbito do projeto TCRAf-Eu) e na boa aceitação do projeto e receção aos investigadores. Também o facto de as escolas acreditarem na pertinência do objeto de estudo, assim como o facto de representarem franjas sociais distintas da sociedade (uma é um colégio privado e outra uma escola comparticipada) também contribuiu para que voltassem a ser contatadas. Após aceitação dos responsáveis das escolas foi realizada uma reunião com alguns professores no sentido de descrever o trabalho que se pretendia realizar, e definir as características que o grupo alvo deveria ter para que posteriormente os professores identificassem as crianças com o perfil adequado.

O trabalho de campo foi efetuado em diferentes períodos de tempo ao longo de 3 anos (2011, 2012 e 2014).

A realização de trabalho de campo em Angola é uma tarefa que desde o início encontrou alguns obstáculos, nomeadamente a burocracia associada à necessidade de obtenção de

um visto para entrar no país. Uma vez em Angola, a questão da renovação do visto é um processo lento, que na maioria das vezes requer várias viagens para as instituições responsáveis.

Foram ainda encontrados alguns obstáculos que contrariavam o curso previamente traçado para o trabalho de campo, nomeadamente dificuldades para aceder diretamente a alguns interlocutores - na maioria dos casos é necessária a indicação de uma pessoa sua conhecida; a necessidade constante de adaptar e reajustar o calendário de acordo com a disponibilidade dos entrevistados; dificuldade de mobilidade em termos de deslocação - poucos transportes públicos e tráfego bastante intenso. A melhor opção para mover-se em Luanda é utilizar candongueiros - os assim chamados táxis coletivos, mas deve-se estar preparado para a total falta de conforto e para uma condução cheia de adrenalina; a dificuldade em fazer a pesquisa bibliográfica/arquivo - existem poucas bibliotecas, possuem uma coleção escassa e meios rudimentares de pesquisa; a paragem letiva de um mês devido à implementação do Censo da Habitação e População (Censo 2014), que fomentou a reorganização do trabalho de campo.

Além disso, Angola é um país com um custo de vida extremamente elevado, com condições de vida difíceis devido às constantes falhas nos serviços básicos - água e energia, e com um clima de difícil adaptação.

Fazendo uma breve caracterização das escolas selecionadas para desenvolver a recolha de dados com base em métodos criativos, pode dizer-se que elas se distinguem no que se refere ao carácter institucional (uma comparticipada e uma privada), à localização (uma no centro e outra numa área mais periférica da cidade); ao nível socioeconómico dos alunos (uma sendo uma escola privada tende a ter alunos de classe média a alta, enquanto a outra com carácter comparticipado acaba por agregar alunos oriundos de classes mais baixas). Diferem ainda no que concerne o número de turmas, o número de alunos por turma, e o nível de atraso escolar existente. Ambas possuem infraestruturas como sala de computadores e biblioteca, sendo de referir, contudo, a melhor qualidade dos equipamentos e das condições gerais de limpeza da instituição privada.

O colégio privado ministra diversos graus de escolaridades, da 1ª classe à 12 ª classe. Situa-se no centro de Luanda, no município de Maculusso, e é frequentado maioritariamente por crianças da classe média e alta. Tem bons acessos, existindo uma carrinha para levar os alunos, caso os pais não possam deslocar-se ao colégio. A outra

escola é comparticipada (escola privada, onde as aulas são ministradas por professores dos quadros do Ministério da Educação, pagos pelo Estado), oferece ensino da 1ª à 12ª classe. Estando localizada no município do Sambizanga, uma zona mais periférica, é frequentada por crianças provenientes da classe baixa. Fica situada perto do porto da cidade, num bairro associado a grande pobreza – musseque - bairro da Lixeira, com acessos difíceis e com falta de infraestruturas (estrada alcatroada, esgotos, etc.). Trata-se do local onde se situava o já desmantelado mercado do Roque Santeiro, que era considerado o maior mercado a céu aberto de África[20].

O último período de recolha de dados coincidiu com o censo da população, pelo que teve de aguardar a pausa escolar concedida pelo governo. Esta pausa foi utilizada para estabelecer os contactos com as escolas e para realizar o trabalho preparatório.

**Síntese**

Este capítulo iniciou-se com a evocação das preocupações éticas, que devem estar sempre presentes na investigação com indivíduos, particularmente crianças.

Foram também referenciados os condicionalismos encontrados no trabalho de campo que muitas vezes contribuíram para uma reflexividade e adaptação contínuas do estudo, nomeadamente no que se refere às técnicas e instrumentos de recolha de informação a utilizar.

O capítulo também se debruça sobre os procedimentos efetuados para abordar o objeto de estudo, descrevendo o modelo de análise, bem como as etapas e o design da pesquisa. Foca as técnicas e instrumentos empregues na recolha e tratamento de informação e enfatizando o recurso a métodos criativos.

É ainda dedicado um espaço ao modo como decorreu o trabalho de campo relatando o acesso ao campo, os períodos de estadia, os locais, as ações levadas a cabo em cada fase, principais dificuldades enfrentadas. Esta informação é importante para situar o contexto

[20] Para mais informação sobre este mercado ver a obra de Carlos Lopes: *Roque Santeiro - Entre a Ficção e a Realidade*, 2007.

onde foram recolhidos os dados que serão apresentados no capítulo 6 - Estudo de caso - Viver a distância.

Dito isto, no próximo capítulo é elaborada uma contextualização das relações entre Angola e Portugal, referindo a sua evolução histórica e realçando os fluxos migratórios entre os dois países.

# SEGUNDA PARTE

## Angola e Portugal– uma história de encontros e desencontros

# Capítulo 5

# O contexto histórico-social

> *"no nosso trajeto histórico-cultural da modernidade, fomos tanto o Europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o emigrante".*
>
> Boaventura de Sousa Santos em *Pela Mão de Alice, O Social e o Político na Pós-Modernidade* (1999:134)

O presente capítulo pretende fazer um pequeno enquadramento histórico-geográfico de Angola, local onde decorreu o trabalho de campo deste estudo e de onde são originárias as crianças e os pais migrantes. Além disso, procura também explorar de forma muito sucinta, um pouco da relação entre dos dois países (Angola e Portugal) ao longo da história, passando por momentos como a "descoberta", os primeiros contatos, a colonização. Faz-se também referência a acontecimentos incontornáveis da história de Angola como a libertação e a guerra civil, sendo também efetuada uma breve alusão às relações pós-coloniais entre as duas nações. Por último, abordam-se as questões relacionadas com os movimentos migratórios entre os dois países, em especial no que se refere à movimentação de Angolanos para Portugal.

Etimologicamente Angola deriva de "Ngola", uma alusão ao monarca do reino Ndongo, Ngola A Kiluanje Inene (o Grande Ngola), cuja dinastia se fixou na área do médio-Kwanza e que posteriormente determinaria o reino de Angola, na segunda metade do século XVI. O termo *Ngola* tem por sua vez raíz no termo *Ngolo*, que em quimbundo significa "força". Segundo José Rendinha (1964:5) «Ngola é um nome, foi um título, e alastrou à designação de uma etnia: os Ngolas ou Angolas. Mais ainda, este nome expandiu às dimensões da Província, pois o seu nome Angola dele deriva».

A população de Angola é originária do Norte de África, deriva do povo Bantu, que vivia na região do Sahara, e que emigrou para sul do continente africano no século XII procurando melhores condições de vida (Wheeler e Pélissier, 2009). Em menor número

existe também uma população originária do povo Koisan. Este grupo veio do Sul de África e habitou o sul de Angola. Segundo Altuna (2006 [1985]: 23) «o prefixo "ba" forma o plural da palavra "muntu" (pessoa). Portanto, *bantu* significa "seres humanos, pessoas, homens, povo"». Em suma: o termo *bantu* representa um conjunto de populações da África sul-equatorial, com exceção, praticamente, dos Khoïsan ou Hotentote-Bosquimanos, como lhe chama Redinha (1974). Mas, apesar do termo *bantu* ser puramente linguístico, não impede que o mesmo possa também ser utilizado para o conjunto de populações falantes de línguas da mesma família, como ainda para tudo o que se relaciona com a *filosofia bantu* ou a *cultura bantu*. Entre os diversos povos que habitavam o território destacam-se os Bakongo, Kimbundu ou Ambundu, Umbundu, Lunda-Cokwe, Kwanyama, Herero, Khoisan ou Bosquímanes. Todos esses povos pertencem ao grupo etnolinguístico Bantu, à excepção dos Bosquímanes. José Redinha considera que «a população angolana, tendo em conta a sua origem histórica, é constituída por povos bantu, não bantu e europeus». (1974:18).

Com a chegada dos portugueses encabeçados por Diogo Cão, em 1482[21], deu-se uma instalação progressiva dos portugueses na região, tendo estes se dedicado à exploração dos recursos naturais do país e à comercialização de escravos. Com a exceção do período entre 1641 a 1648 (em que Angola esteve sob alçada dos holandeses), após o qual os portugueses recuperaram o domínio na região, Angola permaneceu sob domínio português até a sua independência que teve lugar a 11 de Novembro de 1975. A colonização definitiva do interior do país tem início no século XIX, fortemente incentivada pela Conferência de Berlim (1884), onde as potências europeias harmonizaram entre si a divisão e ocupação do continente africano. Desde o início da presença portuguesa no território angolano foram travadas diversas guerras entre os portugueses e os povos dos diversos reinos, contudo, o fim da dominação portuguesa

[21] Existe alguma divergência quanto à data de chegada de Diogo Cão à Foz do rio Zaire. De acordo com Santos (1969:31) "Está ainda por esclarecer o ano em que Diogo Cão chegou à foz do rio Zaire [ou Congo]. As dúvidas andam em torno da data (1482), inscrita no Padrão de Santo Agostinho, erguido no cabo de Santa Maria, e dos anos que nos falam João de Barros (1884), Duarte Pacheco Pereira (1484), Rui de Pina (1485), Garcia de Resende (1485), D Francisco de S. Luís (1485)"; *Cf*., SANTOS, Eduardo dos (1969), *Religiões de Angola*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa. António Gonçalves (1989:525) também refere que "os escritores quinhentistas João de Barros, Rui de Pina, Garcia de Resende e o roteirista Duarte Pacheco Pereira referem-se à prospeção da costa africana por Diogo Cão, mas não estão de acordo quanto a datas e número de expedições.

aconteceria com a chamada guerra pela libertação que teve início em 1961, e culminou com a independência de Angola em 1975. Nessa altura estavam envolvidos no conflito três grandes movimentos de libertação (MPLA, UNITA, UPA FNLA). A impossibilidade de chegarem a acordo conduziu o país a uma guerra civil, que se estenderia por 27 anos e na qual foram efetuadas diversas tentativas para o seu término através da assinatura de vários acordos de paz como o Acordo de Badolite (Congo - 1989), o Acordo de Bicesse (Portugal - 1991) e o Acordo de Lusaka (Zambia - 1994). A paz chegaria em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA, e com a assinatura do Acordo de Luena.

No que diz respeito às características geográficas do país, carece mencionar que estas influenciam o seu potencial estratégico, tendo implicações diversas nas políticas adotadas. Angola possui um imenso potencial hídrico e hidroelétrico, tem também condições favoráveis à prática da agricultura e pecuária, bem como uma prosperidade de recursos naturais que a tornam segundo produtor de petróleo de África e o quarto produtor mundial de diamantes. Geograficamente a República de Angola situa-se no Hemisfério Sul, na parte Ocidental da África Austral, ocupando uma área de 1.246.700 Km2 e posiciona-se entre os paralelos 4º 22´ e 18º 02´ e os meridianos 4º 05´ e 11º 41´ a Este de Greenwich. Exibe a forma de um quadrado, sendo o quinto maior país, em extensão, da África Subsariana, a sua área é cerca de 14 vezes maior do que Portugal. É limitada a Norte pela República do Congo e por uma parte da República Democrática do Congo (ex-Zaire); a Leste por uma outra parte da República Democrática do Congo e pela República da Zâmbia; a Sul pela República da Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. A República de Angola apresenta uma extensão de costa marítima de 1.650 Km e as suas fronteiras terrestres possuem uma dimensão correspondente a 4.837 Km. A sua extensa fronteira marítima é extremamente importante para o país, conferindo-lhe uma vantagem geoestratégica uma vez que os seus países vizinhos (República Democrática do Congo e República da Zâmbia), não possuem saída para o mar, e fazem-no através do território angolano (Neto, 2012:19). A composição geomorfológica de Angola é bastante variada, contemplando montanhas, serras e planaltos, planícies costeiras, grandes bacias hidrográficas, e regiões desérticas. Relativamente ao clima, existem duas estações distintas: a das chuvas – húmida e quente, que decorre de setembro a abril, e a do cacimbo – seca e fria, que geralmente compreende o período de maio a setembro. Contudo face à vastidão do território, verifica-se uma variedade climática de região para região.

De acordo com o último censo, realizado em 2014, o país conta com 25,7 milhões de habitantes. Possui uma população bastante jovem, sendo que 47,3% dos habitantes detêm idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, verificando-se ainda uma ligeira predominância de indivíduos do sexo feminino – 52% da população é constituída por mulheres e 48% por homens (INE Angola, 2016).

No que se refere à organização administrativa, Angola está dividida em dezoito (18) províncias, a saber: Cabinda, Zaíre, Uíge, Bengo, Luanda (Capital do país), Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Benguela, Huambo, Móxico, Cuando-Cubamgo, Huíla, Cunene e Namibe. A língua oficial do país é o português, que está consagrada como tal na Constituição da República de Angola, no seu artigo 19. Contudo, e de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e alimentação), existem cerca de 20 línguas nacionais. O incentivo ao uso das línguas nacionais está de igual modo explícito na Constituição (n.º 2 do artigo 19º). As línguas nacionais mais faladas, e integradas no sistema educativo (de acordo com o estabelecido pela reforma educativa de 2001 e a ser implementado desde 2005 (INIDE: 2011)) são o *umbundo*, falado por 26% da população, predominante na região centro-sul de Angola; o *quimbundo* (20%) frequentemente falado na zona centro-norte, nas regiões Luanda-Malanje e no Kwanza-Sul; o *quicongo* (ou kikongo) falado no norte (Uíge e Zaire); o *chocué,* originário da região leste e falado da Lunda Norte ao Cuando Cubango; o *ibinda* ou *fiote*, falado na província de Cabinda.; o *cuanhama*, o *nhaneca*, falados na região sul. Conforme nos diz Domingos Nzau (2011), a realidade linguística de Angola inclui grupos linguísticos bantu e não bantu, sendo a matriz bantu predominante.




Figura 8. Mapa Etnolinguístico de Angola.
Fonte*:* João Fernandes e Zavoni Ntondo. 2002. *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Editorial Nzila. *Disponível para consulta em: http://www.triplov.com/letras/americo_correia_oliveira/literatura_angolana/anexo3.htm.*

Alguns autores acreditam que a utilização da língua portuguesa tem uma função agregadora dada a diversidade étnica do Angola. Luísa Solla considera que «a função de língua de unidade nacional é um aspeto particular atribuído à Língua Portuguesa. Está relacionada no nosso país, com possíveis conflitos etnolinguísticos se uma das línguas nacionais assumisse este papel». (2009: 65). Segundo Quibongue Mudiamdo (2013) a língua portuguesa apresenta três funções em Angola, designadamente a comunicativa, a democratizadora e a identificadora. O autor considera que a função comunicativa da língua está ligada ao facto de esta ser um veículo de informação, sendo «uma peça-chave num puzzle linguístico tecido também com várias línguas interétnicas, contribuindo para a consolidação da unidade nacional, e para assegurar a intercompreensão entre comunidades de línguas maternas diferentes» (2013:91). Já no que se refere à função democratizadora, Mudiamdo (2013) considera que a língua portuguesa é um instrumento de auxílio à promoção da democracia, referindo que «o português é, no quadro linguístico angolano, a língua que mais transporta o espírito de proximidade entre as populações, podendo contribuir na redução de tensões sociais entre elas; é dos únicos elementos culturais de identidade nacional capaz de fazer com que as populações das diferentes etnias se possam sentir como pertencentes a uma "super-estrutura" (nação angolana)». (2013:91). A função identificadora da língua está relacionada com o facto de esta

pertencer ao conjunto especificidades que constituem a identidade do individuo. Também Amílcar Cabral (1979) defende que o Português, como língua oficial de Angola proporciona uma aproximação entre as diversas culturas próprias do povo angolano, considerando-a como o melhor legado português. O autor refere: «o português é uma das melhores coisas que os tugas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo» (1979:51).

No que diz respeito a recursos económicos, estes estão relacionados com os recursos naturais do país, nomeadamente os do subsolo, onde se destacam o petróleo (em especial nas províncias de Cabinda e Zaire), os diamantes (cujas maiores reservas se localizam nas Lundas) e o gás natural. Existe também uma prosperidade de outros minérios como ferro, cobre, ouro ou magnésio. No que se refere à produção, o café e a pecuária são as áreas que mais se destacam; os produtos mais exportados pelo país o petróleo e o café. Importa referir que a situação económica do país passou por diversas fases. Eduardo Ferreira *et al* (2008) consideram que o período de conflito armado contribuiu fortemente para o declínio da economia do país, verificando-se uma diminuição acentuada da produção agrícola e industrial, um aumento da dependência da exploração petrolífera, um aumento das importações, um crescente endividamento externo e aumento da pobreza, e a expansão de uma forte economia paralela ou informal (2008:18).

## Contextualização histórica e social das relações entre Angola e Portugal

É comum ouvir no discurso político ou no discurso dos órgãos de comunicação social a referência a Angola e aos restantes países membros da CPLP[22] como sendo países irmãos

[22] CPLP – Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa. É uma organização internacional constituída em 1996 por países lusófonos, que visa o "aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros". Os seus objetivos contemplam "a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa". Sendo de referir ainda a importância da cidadania e da circulação de pessoas como uma área prioritária de atuação. Para além dos Estados fundadores: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, atualmente também fazem parte da CPLP Timor –Leste e Guiné Equatorial. Para mais informações ver http://www.cplp.org.

de Portugal, mas como nasceu esta irmandade? Será a língua em comum o único vetor de consolidação da relação entre os dois países? O fundamento dessa união, esta alicerçado em cinco séculos de história de convivência comum, e pela partilha de um idioma e de traços culturais comuns resultantes de um longo processo de dominação.

No caso de Angola, o longo período de opressão permanece latente na mente do povo, conduzindo por vezes a condicionamentos no relacionamento bilateral. Angola e Portugal possuem uma relação diplomática que se caracteriza por altos e baixos (facto que se mantém na atualidade) onde por vezes se verificam recuos nas decisões aprovadas face a medidas adotadas, fruto de sentimentos de retaliação.

A presença portuguesa em Angola verifica-se desde o séc. XV, e a imigração de angolanos para Portugal remonta ao séc. XVI. Uma relação de dominação territorial, cultural e religiosa (tentando impor a religião cristã), por parte dos portugueses transforma Angola numa possessão territorial portuguesa, cuja relação se baseia sobretudo no comércio escravo e na extração de recursos naturais e que posteriormente no século XIX conduzia o país à condição de "colónia" portuguesa. Filipe Zau (2002) refere que o final do século XIX seria marcado pela organização de uma administração colonial, tendo sido adotada uma estratégia que em termos económicos assentava essencialmente na agricultura e na exportação de matérias-primas que a colónia produzia, assim como outros produtos como a cera ou o marfim, para além dos impostos cobrados às populações. Dada a mais-valia que estes recursos e produtos angolanos ganham ao longo dos tempos, Angola passa de colónia penal[23], a gozar de um estatuto de jóia da coroa.

Segundo Conceição Neto (1997) a dominação de Portugal em Angola foi semelhante à dos outros países europeus nos territórios africanos, baseando-se numa ideologia assente em dois pilares: o da superioridade da "raça branca" sobre as demais "raças" e a

[23] O degredo foi uma prática punitiva do Estado português vigente durante cinco século (do século XV ao XX), que podia assumir um carácter interno ou externo ao território continental. Ao degredo eram condenados criminosos comuns, também podendo as orientações religiosas (Cristãos-Novos) originar este tipo de castigo. Angola foi destino de muitos cidadãos, portugueses e brasileiros condenados pelo tribunal judicial ou pela inquisição. De acordo com Clarisse Alô (2006:5 ) os "degredados exerceram um papel importante na era dos Descobrimentos Portugueses e tiveram de uma grande importância no estabelecimento de colónias portuguesas na Ásia, África e América do Sul (...) foram importantes instrumentos povoadores e tomaram parte num processo de embate e diálogo cultural, intensificado na segunda metade do século XIX".

necessidade de civilizar estas "raças inferiores", de modo a legitimar a exploração e a subjugação dos nativos dos territórios dominados. A autora refere:

> Tratou-se verdadeiramente de uma "ideologia", já que não se limitou a formulações e reflexões teóricas em círculos restritos, mas produziu um conjunto de convicções básicas que impregnaram a maneira de ver o mundo e as atitudes individuais e coletivas de diferentes grupos sociais. Essa ideologia, centrada na superioridade do "homem branco", legitimou as guerras de conquista, a exploração a favor da metrópole, a sujeição das maiorias colonizadas, e tornou "natural" aos olhos dos colonizadores (e, muitas as vezes, dos colonizados) a desigualdade de direitos e descriminação racial. (1997: 339)

Também presente na relação entre os dois países está a denominação atribuída a ambos. Gerald Bender (1978), refere que desde o século XVI, Portugal foi modificando as designações para as suas possessões ultramarinas, denominando-as alternadamente colónias, territórios ultramarinos, províncias ultramarinas e Estados. O termo "colónias" que iria perdurar até 1951 surgiu no fim da primeira República em 1926. As fortes críticas internacionais à política seguida por Portugal levam António de Oliveira Salazar[24] a utilizar a designação "províncias ultramarinas", advogando que o mesmo tinha em conta a indivisibilidade de todos os territórios portugueses. Depois da morte de Salazar, o seu sucessor, Marcelo Caetano, adotou a designação de "Estado" para Angola e Moçambique.

No que diz respeito às migrações entre Angola e Portugal, é de referir que estas se revestem de um carácter específico, que resulta das ligações coloniais entre os dois países. Unidos pela língua, história em comum e por alguma proximidade cultural, Portugal foi o destino escolhido por muitos angolanos que procuravam fugir à guerra civil que afligiu o país durante 27 anos, ou que simplesmente procuravam melhores condições de vida e a oportunidade de adquirirem uma melhor formação escolar e profissional. A relação entre os dois países traduz-se numa tradição migratória que é alicerçada em fatores históricos e políticos (Castelo, 2007, Grassi, 2010) e tem implicações nas lógicas migratórias e no

[24] António Oliveira Salazar foi o dirigente português que permaneceu mais tempo no poder. A sua chegada ao poder dá-se em 1932, ano em que ocupa o cargo Presidente do Conselho de Ministros. Salazar é o mentor do Estado Novo (1933), regime autoritário, ditatorial e repressor, semelhante ao fascismo. Este regime manteve-se em exercício por cerca de quatro décadas. A governação de Salazar detinha uma natureza austera, apoiando-se na grandeza do império ultramarino, pela qual não hesitou em recorrer às armas tentando manter o império. Esteve presente na vida política portuguesa até 1968, da qual se afastou devido a doença.

modo como se constituem as redes migratórias. Relativamente a Angola Lukonde Luansi (2003) refere que «Angola é um mosaico de diferentes grupos étnicos e tipos humanos» essa sociedade heterogénea é o resultado de vários movimentos migratórios sucessivos.

*Os primeiros contactos – das boas relações ao comércio de escravos*

Os primeiros contactos estabelecidos entre os portugueses e os habitantes do Reino do Congo, após a sua chegada ao território no século XV, pautaram-se por boas relações, entendimento, cordialidade e diplomacia, assentando no respeito e num intercâmbio comercial e cultural. De tal modo que em Portugal «os africanos trazidos do Congo eram tratados com as honras devidas aos amigos e aliados…sempre tratados como embaixadores nunca como escravos» (Sá, 2009:324-325).

De acordo com Wheeler e Pélissier (2009:60) «Portugal adoptou uma política de diplomacia pacífica e reconheceu os reis do Congo como iguais…o objetivo era criar uma comunidade cristã e comercial nesta parte de África Tropical sem recorrer à conquista».

Nesta permuta entre os referidos territórios, jovens aristocratas do reino do Congo foram enviados para Portugal para «receberem instrução, serem baptizados e doutrinados de acordo com os preceitos religiosos cristãos» (Zau, 2002:41), enquanto Portugal, por seu lado, enviava missionários e comerciantes, para além de carpinteiros e pedreiros, solicitados pelo rei do Congo, para fazerem igrejas e outras casas de oração. De acordo com o cronista Rui de Pina[25] o próprio rei do Congo, havia também pedido ao rei de Portugal lavradores para domesticarem bois e ensinarem a amanhar a terra, para além de algumas mulheres para ensinarem as do seu reino a amassar o pão. Era desejo do rei do Congo «ter coisas como as do reino em Portugal». (Amaral, 1996: 14).

Contudo a exploração do território por parte dos portugueses, e o crescente interesse por outros reinos (mais concretamente pelo Reino de Ngola), assim como pela descoberta do caminho marítimo para a Índia, levaram ao arrefecimento das relações com o Reino do Congo. Uma vez descoberto o caminho marítimo para a Índia o desinteresse de Portugal

[25] cit, Zau, Filipe (2002). *Angola trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 42.

pela evangelização do Reino do Congo acentuou-se, ao mesmo tempo que surge um maior interesse pelo tráfico negreiro.

O tráfico de escravos, ao qual o Reino do Congo se opunha, contribui ainda mais para a degradação das boas relações inicialmente existentes entre Portugal e o Reino do Congo. Segundo Wheeler (2009: 61) «o comércio de escravos acabou por arruinar as relações amistosas entre Portugal e o Congo, e acabaria por corroer também a força e a estabilidade do próprio reino congolês». O autor salienta ainda que findo este período de boas relações entre Portugal e o reino do Congo, a conquista dos reinos africanos vizinhos do Congo, conduziu a diversas guerras:

> É verdade que até 1575 as relações dos portugueses com os africanos foram essencialmente pacíficas. Mas a partir de 1579 a nova política portuguesa de penetração em Angola foi iniciada por uma campanha militar que desencadeou uma série de guerras, as quais se prolongariam durante um século. Mas a guerra não acabaria no século XVII: pelo contrário, em quase todos os anos decorridos desde 1579 até 1921 a guerra foi uma regra, não a excepção. (…) Os raros anos de paz chegariam no seculo XVIII, seguindo-se mais alguns anos no início do século XIX e depois o período de 1921-1961 (Wheeler, 2009:76).

*Comércio de escravos e Colonialismo*

A escravatura é um fenómeno social muito antigo, na maioria das vezes decorrente de guerras (os que perdiam acabavam como prisioneiros de guerra e consequentemente escravos, podendo ser ou não vendidos). Ocorreu sob diversas formas ao longo da história, tendo sido praticada por civilizações distintas.

O tráfico de escravos foi uma forma de comércio muitíssimo lucrativa. A sua origem remonta à antiguidade, sendo praticado pelos fenícios. Nas sociedades grega e romana, também, os escravos constituíam um importante género comercial. Segundo Carlos Gomes (2009:135), a «escravatura praticava-se em África muito antes de 1500 e o tráfico de escravos era praticado paralelamente com uma contínua escravatura interna». Posteriormente passou a adquirir uma dimensão intercontinental (destinando-se sobretudo ao Brasil e às Américas). O tráfico era quase sempre organizado através de acordos entre parceiros comerciais, a captura dos escravos estava em geral a cargo dos chefes africanos, aos quais os proprietários de navios compravam os negros. O tráfico de escravos acarretou graves consequências sociais e económicas para as populações de

origem dos escravos (África), obrigando a movimentações de pessoas e estagnando o desenvolvimento da sua atividade produtiva.

Angola foi um importante ponto de abastecimento de escravos para o tráfico transatlântico. Filipe Zau (2010:2) refere que desde o reino do Congo «a captura e a venda de escravos representava um negócio lucrativo, que envolvia não só portugueses, mas também africanos, que, com as quedas sucessivas do índice demográfico e com as nefastas consequências de carácter socioeconómico e governativo, contribuíam para o empobrecimento do reino. O mesmo ocorreu no reino africano do Ndongo». Os escravos daí originários destinavam-se sobretudo ao Brasil, para a exploração de minas de ouro e para as plantações de cana-de-açúcar. Com a independência o Brasil o mercado de escravos reduziu-se, verificando-se um declínio deste tipo de comércio. Em 1836, o Marquês de Sá da Bandeira, decreta a abolição da escravatura (decreto de 10 de Dezembro de 1836), contudo, este documento continha uma exceção permitindo que comerciantes de escravos de Angola transportassem escravos para o Brasil quando aí tivessem fazendas. Esta condicionante fez com que o decreto não fosse cumprido. Esta lei para a abolição da escravatura resulta em grande parte, da pressão efetuada pela Inglaterra para colocar um fim ao comércio de escravos (o país encontrava-se em plena revolução industrial e procurava mercados para exportar as novas máquinas). Posteriormente, foram assinados vários tratados com a Inglaterra tendentes a colocar um ponto final no comércio de escravos, nomeadamente em 1842 através do qual se passou a ter em conta o tráfico de escravos como um ato de pirataria. Também a legislação brasileira acabaria por exercer influência, a Lei de 4 de Setembro de 1850 (conhecida por Lei Eusébio de Queirós), considera a importação de escravos para o Brasil um ato de pirataria.[26]

Seguem-se várias medidas orientadas para a abolição da escravatura. O decreto de 14 de Dezembro de 1854, manda efetuar um registo dos escravos existentes, declarando libertos aqueles que os patrões não declarassem. Declara ainda livres os escravos pertences ao Estado e às Misericórdias, porém estes deveriam servir os patrões durante um determinado período de tempo como forma de os indemnizar. Em 24 de Julho 1856 é aprovada uma lei que declara livres os filhos de mulheres escravas, a partir daquela data.

[26] Bethell, Leslie (1970), *The Abolition of the Brasilian Slaves Trade*, Cambridge, p.340; *cit. in*, Pélissier, René (1986), *História das Campanhas de Angola*, Editorial Estampa, Lisboa, vol. I, p.87.

Contudo estes eram obrigados a servir os donos até aos vinte anos de idade. A mesma lei proibia ainda a venda separada de mãe e de filho com menos de sete anos. Em 29 de Abril de 1858, fixa-se a abolição da escravatura para dali a vinte anos, ou seja, para 1878.

Importa referir que o término do comércio de escravos abalou a dinâmica económica de Angola, tornando-a muito menos lucrativa. O território encontrava-se pouco explorado, a agricultura assim como a indústria eram praticamente inexistentes e verificava-se uma delapidação de recursos humanos (dado a forte exploração do comércio de escravos, o número de pessoas disponíveis para desenvolver outras atividades produtivas era reduzido). Segundo Gerald Bender (1978) apesar de declarado o fim da escravatura, a exploração da mão-de-obra negra continuou através de um instrumento designado por "contrato" (que vigorou até 1961), que compreendia a contratação de ex-escravos pelos seus anteriores senhores. Também a lei de trabalho (de 1889) - Regulamento do trabalho dos indígenas, contribui para perpetuação do abuso, uma vez que continha a noção de "trabalho forçado indígena".

*Angola: de colónia penal a jóia da coroa*

Angola, para além de aventureiros e comerciantes de escravos, foi destino de muitos degredados. Posteriormente à independência do Brasil, que ocorreu em 1822, Angola passou a ser o principal destino dos condenados portugueses. A partir de 1883, a criação do Depósito Legal de Degredados e a criação de colónias penais agrícolas e militares em Angola, contribuiu para o aumento do número de degredados enviados para Angola (Cunha: 2011). Contudo, a prática do envio de cidadãos condenados para Angola é bastante antiga, tendo como intuito a par da penalização do indivíduo também a povoação do território angolano. Assim, o país constitui-se durante um largo tempo como uma colónia penal. Segundo Clarisse Aló (2006:5) «o degredo esteve presente nas práticas punitivas do Estado Português do século XV ao XX". O degredo era uma forma de castigar e punir aqueles que infringissem a lei. Maristela Toma (2006:66) salienta que a aplicação da pena de degredo «combinava duas modalidades distintas, no que diz respeito aos seus destinos territoriais: o degredo colonial, que enviava condenados para possessões na África, e mais tarde na América e na Ásia; e o degredo interno, que determinava como locais de cumprimento da pena regiões pouco habitadas do território metropolitano. Em

ambos os casos, trata-se de enviar para as regiões limítrofes, longínquas ou inóspitas, os condenados da justiça para que nelas pudessem atuar como povoadores, garantindo assim a defesa territorial».

Enquanto colónia penal Angola não se destinava apenas a receber criminosos portugueses, era também destino de degredo para brasileiros, espanhóis, italianos, indianos, chineses e africanos, sobretudo originários de Cabo-Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe Moçambique (Cunha, 2013). O degredo não era apenas uma sentença atribuída pelos tribunais judiciais, uma vez que também os tribunais do Santo Ofício decretavam a mesma sentença.

O degredo não era uma sanção aplicada exclusivamente aos homens. Apesar de ser menos visível na literatura, muitas mulheres foram também condenadas a esta pena, bem como ciganos. Selma Pantoja (1999: 558) referindo-se ao degredo de mulheres brasileiras para Angola, salienta que «entre os anos 1714 e 1757, foram 70 as mulheres - mais seus familiares - que atravessaram o Atlântico para cumprir suas penas de degredo». A autora também menciona que as condenações à pena de degredo eram ordenadas quer pelo tribunal do Santo Ofício, quer pelo tribunal Judicial. Faz ainda referência que «entre 1633 e 1763, a Inquisição foi responsável pela chegada de 180 degredadas em Angola, sem contar os membros de suas famílias, como filhos, maridos, mães e avós, que acompanhavam as condenadas ao degredo». (1999: 558). Pelos cálculos de Maria T. Ramos (1995), foram degredados para Angola em torno de 440 pessoas, entre o final do século XVIII e o segundo quartel do XIX.

Para além de libertar o país de indivíduos indesejáveis, os degredados, tal como referia Clarisse Aló (2006) foram importantes no povoamento, tendo também a funcionalidade de povoar a colónia de "brancos" (Aló, 2006; Cunha, 2011); bem como para a exploração do território uma vez que eram também enviados a reconhecer zonas mais interiores (e desconhecidas) do território angolano. Segundo Jill Dias (1998) na segunda metade do seculo XIX, a maioria dos indivíduos portuguese brancos que se dirigiam para Angola eram degredados, sendo que «em 1864, eles constituíam cerca de um terço de toda a população branca da colónia – 818» (1998:438). A população branca de Luanda era largamente formada por degredados e pelos seus descendentes. O degredo servia assim, para solucionar quer o problema penal, quer o problema colonial (povoação do território angolano) (Cunha, 2011).

De acordo com Lukonde Luansi, (2003: 6) «entre os anos 1900 e 1910, a população portuguesa em Angola era estimada em 9.000, dos quais cerca de 1.200 (900 homens e 300 mulheres) eram presos. Até 1932 Angola foi também considerada como uma colónia penal, em que os condenados gozavam na realidade de plena liberdade».

Muitos dos degredados acumularam grandes fortunas dedicando-se ao comércio (de escravos, de bebidas ou outros), outros, como refere A. J. R. Russel-Wood (1988), tornaram-se figuras de destaque na sociedade angola, assumindo cargos importantes:

> Houve alegações de que degredados, iliteratos, pessoas de ascendência euroasiática (mestiços mas não canarins) e africana (mulatos mas não pretos) e cristãos-novos serviram nos Senados, tal como os fidalgos e as elites das suas respetivas comunidades. Em 1664, o soberano reconheceu os problemas demográficos especiais enfrentados em Angola no que se refere à falta de pessoas de origem europeia elegíveis para cargos públicos e decretou que os degredados só seriam elegíveis para tais cargos depois de terem completado as respetivas sentenças. (Russel-Wood, 1988: 191)

Para muitos degredados a ida para Angola acabou por não funcionar como punição uma vez continuavam a gozar bens materiais e de prestígio. Na opinião de Anabela Cunha (2011:11) o insucesso da função punitiva do degredo deve-se «a falta de seleção dos delinquentes na Metrópole; a isenção de medidas práticas no sentido de se regenerar os criminosos e a deficiente utilização dos degredados como mão-de-obra colonial». A autora destaca também que «a incapacidade de canalizar o fluxo crescente de degredados para a prática de atividades que pudessem ser economicamente rentáveis para a colónia e demonstra o quanto o sistema penal português era débil e frágil e que os degredados não poderiam ser agentes da colonização». (2011:11).
O envio de degredados para Angola cessa em 1932, quando é posto um fim à instituição degredo pelo Decreto 20877 de 13 de Fevereiro[27]. A extinção desta prática deve-se acima de tudo a motivos de carácter económico (Cunha, 2011), uma vez que o seu término permitiria ao Estado poupar consideráveis quantias de dinheiro, quer com o envio quer com a manutenção dos degredados em África.

Angola ganha mais importância como colónia portuguesa a partir do momento que se verifica a perda do Brasil em 1822. Até então, o Brasil era a principal colónia portuguesa, a sua independência conduziu a coroa portuguesa a fazer uma viragem para África. Esta

[27] Manuel Rodrigues, Ministro da Justiça e dos Cultos, "manda cessar o envio de condenados para o ultramar" através da promulgação do Decreto n.º 20877, de 13 de Fevereiro de 1932.

opção de carácter político viria a dotar Angola (o território com maior extensão detido pelos portugueses em África) de maior importância no universo das possessões, passando a assumir uma posição estratégica devido ao seu potencial económico – pelo seu território ser rico em matérias-primas, café, algodão, diamantes. Valentim Alexandre salienta que "a nível político, esse novo interesse pelas possessões africanas traduz-se, no imediato, pela tomada de medidas de defesa contra a sua anexação pelo Brasil (a que se encontravam estreitamente ligadas pelo tráfico negreiro), acompanhadas por uma primeira tentativa de desenvolvimento do seu comércio com a metrópole" (2004:962).

Daniel Santos (2001:103) salienta que «de fornecedora de escravos, Angola passa a produtora de matérias-primas (diamantes, ferro, petróleo, manganês, urânio...), produtos agrícolas (açúcar, algodão, café, sisal...) e provedora de força de trabalho barata. Para a produção da burguesia portuguesa, Angola representava, seguramente, um mercado; mas, para o capitalismo mundial, Angola era uma reserva de matérias-primas e de força de trabalho». Principalmente após a segunda guerra mundial as riquezas de Angola adquirem um carácter crucial para a economia portuguesa, facto que viria a tornar Portugal mais reticente no que concerne a libertação ou autonomização das suas colónias. A dependência económica da colónia contribuiu para que Portugal permanecesse agarrado à sua política colonial não querendo abrir mão dos territórios ultramarinos, numa altura (anos 1960) em que os restantes países europeus com colónias em África começavam a conceder a independência às mesmas.

*O Luso-tropicalismo e a legitimação do Império*

O despoletar dos movimentos de libertação das colónias europeias em África, fomentou a mudança ideológica do regime português de modo a legitimar as suas posições políticas. Desta forma, o luso-tropicalismo tornou-se num pilar da ideologia imperial portuguesa a partir da década de 50 do século XX. De acordo com Cristiana Bastos (1998:422) «depois da segunda guerra, quando os impérios coloniais europeus entram em colapso e o «mundo português» não tem parceiros nem apoios internacionais, mais do que nunca se torna importante e útil a produção literária e teórica de Gilberto Freyre». Contudo, os primórdios da teoria desenvolvida por este sociólogo brasileiro remontam aos anos 30 a quando da publicação da obra *Casa Grande e Senzala* (1933). Neste período as ideias de

Gilberto Freyre não suscitavam grande interesse na elite política e académica portuguesa. A teoria luso-tropicalista foi posteriormente consolidada através das obras *O mundo que o português criou (1940)* e *O luso e o trópico* (1961).

As mudanças políticas e ideológicas na Europa e em África levaram Portugal a abraçar o luso-tropicalismo como teoria explicativa das características ultramarinas portuguesas, acentuando os predicados do povo português, tendo como propósito a legitimação da dominação colonial portuguesa, procurando similarmente atenuar as responsabilidades e tentando demarcar-se dos restantes impérios coloniais europeus em África insinuando que estes teriam sido menos permeáveis às culturas dos povos dominados.

João Medina (2000:50) ressalta que esta serviu «de alibi para a recusa portuguesa em descolonizar os seus territórios coloniais em África (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique) e na Ásia (Índia Portuguesa, Timor)». O autor salienta ainda que a «utilização político-propagandística do pensamento de Freyre fez-se, sublinhe-se, com total cumplicidade do interessado». Refere também ter sido criado «o mito de que Portugal não seria racista nem colonizaria porque era, desde a sua mais íntima natureza, multirracial e pluricontinental, aparecendo, portanto, como uma nação africana também, estaria presente nos principais discursos dos dirigentes da ditadura salazarista, tanto nos discursos do próprio Salazar como em Franco Nogueira, sem esquecer académicos ou ideólogos» (2000:50).

Também Cláudia Castelo (1998:14) salienta que «o luso-tropicalismo, teoria "inventada" com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do povo português, além de ter servido os interesses político-ideológicos conjunturais durante o Estado Novo, ajudou a perpetuar uma imagem de identidade cultural portuguesa, concedendo-lhe autoridade "científica" de que até aí não dispunha». A autora distingue dois momentos do luso-tropicalismo em Portugal «um primeiro momento, situado nos anos 30-40, em que as teses de Freyre são recebidas com muitas reticências; e um segundo momento, a partir dos anos 50, em que o luso-tropicalismo é incorporado e adaptado pelo discurso oficial do salazarismo» (1998:69). A autora salienta que as ideias de Gilberto Freyre, foram rejeitadas pelo Estado novo nas décadas de 1930 e 1940, pois «a importância que Freyre conferia à mestiçagem biológica e cultural, à negação do purismo étnico, à herança árabe e africana na génese do povo português e das sociedades criadas pela colonização lusa não estava em consonância com a ideologia colonial

portuguesa daquele período» (2015:451). Apenas no final da Segunda Guerra Mundial as ideias do sociólogo brasileiro passaram a ser recebidas de um modo mais favorável no seio do regime salazarista (cf. Alexandre, 1979: 7-8), tendo sido postas ao serviço da política externa portuguesa (Castelo, 1998).

Cláudia Castelo (2015) salienta ainda que o luso-tropicalismo foi também utilizado como base para formar a opinião pública. A autora revela que essa utilização foi efetuada «congregando habilmente censura e propaganda, com o objetivo central de inculcar na opinião pública (nacional e internacional) o mito da excecionalidade portuguesa e a adesão à defesa da "nação pluricontinental e multirracial». (2015:468).

Um dos principais críticos da teoria luso-tropicalista, aplicada ao contexto africano, foi Mário Pinto de Andrade que em 1955, sob pseudónimo, publica o artigo *"Qu'est-ce que le 'lusotropicalismo'?"* na revista *Présence Africaine,* insurgindo-se contra os pressupostos freyrianos. Na opinião deste autor a teoria luso-tropicalista é um embuste, operando como um «insustentável alibi do colonialismo luso em África» (Medina, 2000:52). O luso-tropicalismo assente na premissa de que os portugueses teriam uma especial apetência para se adaptarem aos trópicos e para se misturarem com outros povos apadrinhando a miscigenação, conduziu na opinião de Andrade a «destruição sistemática das culturas indígenas pela dominação colonial portuguesa» (Andrade, 1955:28).

Gerald Bender (1978) também se interessou pela questão do luso-tropicalismo. Segundo o autor, o luso-tropicalismo procurava dar legitimidade a ideologia portuguesa de ocupação e permanência nas suas colónias. Relativamente às relações raciais e ao facto de a teoria luso-tropicalista advogar que os portugueses não eram racistas, tomando como prova o Brasil, cuja população é maioritariamente mestiça, o autor defende que a relação não era pacífica, referindo que desde o início da colonização se verifica a exploração dos africanos como mão-de-obra escrava e, logo depois, como mão-de-obra explorada e barata pela administração portuguesa em Angola.

Por seu lado, o sociólogo angolano José Carlos Venâncio, no prefácio do livro *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias – Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos*, considera que o luso-tropicalismo tem sido «muitas vezes injusto ou injustificadamente criticado (...). Algumas das suas proposições não deixam, porém, de ser hoje verificáveis». Para o autor a miscigenação «foi de certa forma, a tónica geral da presença portuguesa nos trópicos», embora reconheça que nem todas as sociedades se tenham beneficiado disso em termos de educação (Venâncio, 1996: 17).

A par desta especificidade, Valentim Alexandre (1995), considera que a legitimação do império português também assenta em dois mitos, um relacionado com a convicção da prosperidade dos territórios coloniais, o outro com a importância de manter todas as parcelas de território. Segundo o autor «os mitos do Eldorado e da herança sagrada constituem elementos estruturais do nacionalismo português, contribuindo de modo decisivo para a importância que a questão colonial assumiu na história contemporânea de Portugal» (1995:50).

*Libertação de Angola e guerra civil*

A libertação de Angola do domínio colonial português, decorreu na sequência de uma conjuntura favorável de fatores quer de índole internacional, como de índole nacional. Internacionalmente, ocorre em 1960 a conquista da independência de alguns países asiáticos e africanos. Isto leva a que Portugal, comece a sentir a sua posição como colonizador ameaçada. Esta situação é agudizada também pelo facto de diversos países membros da ONU começarem a criticar a continuidade da política colonial portuguesa, mas Portugal esforçava-se por não a ceder à pressão e procurava manter as suas colónias. A Conferência de Bandung[28] em 1955, e o crescente movimento de independências africanas (vários países iniciam os seus processos de descolonização, incluindo o antigo Congo Belga, cuja independência seria reconhecida em 1959), conduzem também a um sentimento nacionalista crescente entre os angolanos levando à criação de movimentos nacionalistas de carácter político e sociocultural (que surgiriam na década de 50) com objetivo de combate o colonialismo.

A luta armada contra o colonialismo português começa em Angola, em 1961. O início tem lugar a 04 de Fevereiro de 1961 quando nacionalistas ligados aos vários movimentos de libertação de Angola organizam um ataque à casa de reclusão e à cadeia de São Paulo, em Luanda, com o objetivo de resgatar os seus companheiros políticos que aí se encontravam cativos. Para não perder a sua posição enquanto colonizador, Portugal luta

[28] Esta Conferencia teve lugar na Indonésia e reuniu países provenientes da Ásia e de África. Tinha como objetivo promover uma cooperação económica e cultural de perfil afro-asiático, fazer frente ao que na época se percebia como atitude neocolonialista das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, bem como de outras nações influentes que também exerciam o que consideravam imperialismo, ou seja, promoção indiscriminada de seus próprios valores em detrimento dos valores cultivados pelos povos em desenvolvimento.

pelas suas colónias enviando soldados para defender o território. Inicia-se uma guerra que perduraria por 13 anos, cessando em 1974.

O 25 de Abril de 1974, que levaria à queda do regime do Estado Novo em Portugal, foi outra das circunstâncias internacionais que favoreceram a independência de Angola e dos territórios ultramarinos portugueses em África. O novo Governo português apoia a independência imediata de Angola, negociando com os três principais movimentos de libertação o período de transição e o processo de implantação de um regime democrático em Angola (Acordos de Alvor, Janeiro de 1975).

Após a independência, que teria lugar a 11 de Novembro de 1975, Angola entra num período sombrio de guerra que iria prolongar-se até 2002. Os três movimentos políticos que outrora lutaram juntos em prol da emancipação do país – o MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola; a UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola, e a FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola, não conseguem chegar a entendimento e iniciam uma guerra civil. Os movimentos eram apoiados financeiramente e em termos bélicos por países terceiros ao conflito, nomeadamente o MPLA recebia o apoio da União Soviética e de Cuba, a UNITA era apoiada pela África do Sul e pelos EUA, e a FNLA (movimento que viria a dissolver-se no final dos anos 70) recolhia o auxílio do Zaire (atual República Democrática do Congo), da África do Sul e dos EUA. Em 1979, com a morte de Agostinho Neto, então líder do MPLA, José Eduardo dos Santos passa a assumir a presidência do partido, cargo que ocupa até hoje. O conflito acentuava-se sobretudo entre as forças MPLA e UNITA.

A queda da ex-União Soviética, em 1989, conduziu Angola a diversas tentativas de consenso, seguindo-se diversos acordos de paz entre a UNITA e o MPLA, mas que foram sempre seguidos pelo reacender da violência.

Paulo de Carvalho (2002) caracteriza a guerra em Angola como sendo uma guerra de 2ª vaga, ou seja, uma guerra de destruição total onde se procurava aniquilar alvos militares e civis. O autor refere que «quanto maior a destruição, mais se considera estar próxima a vitória» (2002:25), entre as principais características do conflito salientadas encontram-se:

> dois exércitos organizados e (em maior ou menor grau, com o decorrer do tempo) apoio de forças armadas ou mercenários estrangeiros. Utilizam-se indistintamente métodos de guerra tradicional e de guerrilha. Importa-se e utilizam-se armamento de tipo e origens diversos, com o objetivo de causar morte e destruição. Recrutam-se cidadãos (nalguns casos contra a sua vontade) que são utilizados como soldados de guerra. Atingem-se

> populações e objetivos civis, sempre que isso resulte vantajoso para qualquer das partes em conflito. Não se olha a meios para alcançar o fim pretendido (2002:25).

O conflito armado só viria o seu fim a 04 de Abril de 2002, na sequência da morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA, seguindo-se um acordo com o MPLA para a entrega das armas.

Os vinte e sete anos de guerra civil em Angola instigaram alterações na estrutura social angolana, originando uma multiplicidade de problemas sociais. Entre as principais consequências destacam-se os milhares de mortes e o elevado número de órfãos que resultaram da guerra, de salientar também o grande número de pessoas que ficou mutilada devido as minas[29], a existência de crianças soldado[30], o acentuar das situações de pobreza, bem como as fugas das zonas de maior combate que resultaram na deslocação de muitos angolanos, assumindo as formas de êxodo rural ou migração, sendo ainda considerável número de refugiados devido à guerra.

A par da destruição das infraestruturas de muitas cidades, verificou-se também as estruturas familiares foram seriamente dilaceradas por quase 30 anos de guerra (Bruijn e Brinkman, 2011). Para além das perdas resultantes da morte de familiares, dos desencontros decorrentes das fugas que obrigaram muitas famílias a viver separadas, ocorreu uma desfragmentação das redes de apoio familiares e sociais.

As crianças foram particularmente vulneráveis ao conflito armado. Paulo de Carvalho, reportando-se ao período da guerra civil afirma «a criança angolana vive em situação particularmente difícil, devido fundamentalmente à guerra que o país enfrenta» (2002:127). Para além do elevado número de situações de orfandade e de separações familiares, as crianças viram a sua qualidade de vida bastante diminuída, tendo sido muitas vezes empurradas para situações de pobreza, tendo também emergido um número crescente de crianças de rua. A destruição das infraestruturas existentes no país condicionou o seu acesso à saúde e à educação. Neste período a mortalidade infantil é muito elevada, e a falta de condições de salubridade também conduz a um maior número de doenças e consequentemente de mortes. De referir também que muitas crianças foram

[29] De acordo com Cavazini (2012: 27) "Angola tem uma das mais elevadas taxas de vítimas de minas do mundo. Como seria de esperar, o número de amputados é bastante alto". Em Cavazini, Frederico. 2012. "A guerra civil angolana e o seu impacto no desenvolvimento do ensino primário público". Research paper submitted to the Development Studies Research Seminar Spring 2012 – PDED-WPO2/2012, ISEG/UTL.

[30] Segundo a organização *Human Rights Watch* durante a guerra em Angola foram utilizados, por ambas as fações (UNITA e Governo), cerca de sete mil crianças-soldados.

vítimas das minas, ficando mutiladas. Relativamente à educação, muitas crianças viram-se privadas do acesso à educação, não frequentando a escola.

*Relações pós-independência*

No período posterior à Independência de Angola, as relações entre Angola e Portugal pautaram-se por diversas fases de maior ou menor proximidade. Com o Acordo Geral de Cooperação, assinado entre Portugal e Angola em 1978, estabeleceram-se as bases do relacionamento entre os dois países. As relações entre os dois países assumiram sempre um cariz marcadamente económico e comercial e foram sempre mantidas (Ennes Ferreira, 1990, 2002 e 2005) tendo ainda nos dias que correm, um papel muito importante. Atualmente e atendendo ao número de portugueses e de empresas portuguesas que se deslocam para Angola, procurando novas oportunidades de vida ou de negócio, a política bilateral entre os países caracteriza-se por uma tentativa de facilitação das relações. Esta procura incidir em especial na questão da facilitação dos vistos.

José Marques e Pedro Góis (2011) ressaltam a vertente comercial das relações entre Portugal e Angola e a presença de mais de dois milhares de empresas de capital português ou de capital misto luso-angolano em Angola. Segundo os autores o desenvolvimento económico de Angola incitou uma inversão da corrente migratória com Portugal, ocorrendo uma diminuição da imigração angolana em Portugal e um aumento do número de emigrantes portugueses neste país. Em termos financeiros verifica-se uma forte presença de empresas portuguesas no mercado angolano, da mesma forma o mercado financeiro português está cada vez mais depende de inúmeros capitais angolanos, estando estes presentes na maioria das grandes empresas portuguesas (Louçã *et al*., 2014). É ainda de assinalar a importância de Angola no contexto das exportações portuguesas, sendo um dos principais recetores.

Em termos políticos, Portugal desempenhou o papel de intermediário entre as fações MPLA e UNITA procurando agir como um agente facilitador na mediação do processo de paz em Angola. Em 1991, eram assinados os Acordos de Bicesse que procuravam por termo a guerra civil em Angola. Os acordos de Bicesse estabeleceram a realização das primeiras eleições livres e democráticas em Angola e conseguiram, ainda que por pouco

tempo uma interrupção temporária da guerra civil em Angola (que viria a ser retomada em 1992, com a não aceitação dos resultados eleitorais por parte de Jonas Savimbi).

As relações político-diplomáticas e de cooperação entre Angola e Portugal datam da década de 70 e incidem em sectores diversos que vão desde a Educação, a Saúde, a Ciência e Tecnologia, ao sector empresarial e comercial.

A mobilidade de pessoas entre os dois países procurou ser outra das prioridades nas relações bilaterais entre Portugal e Angola, sendo de salientar que Portugal estabeleceu períodos de regularização extraordinários para cidadãos oriundos de Angola e dos outros PALOP (em 1996 e 2001). De referir ainda que Portugal apoia, através do cofinanciamento do SEF e do Ministério da Administração Interna, o programa de apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração de migrantes, implementado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), que intervém junto de imigrantes (não originários da Europa) que se encontrem em situação de vulnerabilidade e pretendam regressar ao país de origem.

**Fluxos migratórios entre Angola e Portugal**

A história dos fluxos migratórios entre Angola e Portugal remonta ao início das relações entre os dois países, tendo o seu início no regresso de Diogo Cão a Portugal. Nesse regresso em 1484, a comitiva incluía «quatro bacongos a quem desejava ensinar a língua portuguesa, para que se pudessem estabelecer-se relações entre os dois reinos» (Wheeler e Pélissier:59).

Outro momento relevante no que concerne os fluxos migratórios entre Portugal e Angola prende-se com o povoamento da "colónia" por portugueses no século XX. Este fluxo caracteriza-se pela ida de portugueses originários da "metrópole" com destino a Angola, no período entre 1920 e 1974. Segundo Cláudia Castelo (2007), a década de 1920 marca o início do desenvolvimento de uma política de ocupação efetiva das colónias em África. Com esta política de povoamento das "colónias" com naturais da "metrópole", o estado português procurava manter e reforçar o domínio sobre os territórios colonizados.
Esta política de povoamento, inicialmente planeada e dirigida pelo Estado, passou posteriormente a contar com a iniciativa individual (indivíduos que procuravam escapar

da guerra – 2ª Guerra Mundial ou que desejavam melhorar as condições de vida), sendo que os menos favorecidos que desejassem migrar para as colónias eram apoiados pelo estado.

Cláudia Castelo ressalta que a «mobilidade entre a "Pátria Mãe" e as suas colónias no continente africano, que atingiu o seu auge entre o fim da II Guerra Mundial e 1974, enquadra-se num tipo específico de movimento migratório, a migração ultramarina» (Castelo, 2009: 69). A autora refere ainda que a «migração ultramarina para as duas principais colónias portuguesas do continente africano – Angola e Moçambique – foi um fenómeno tardio na história de Portugal e em grande medida distinto da emigração para o estrangeiro» (Castelo, 2009:77), sendo particularmente intensa na década de 50 e na primeira metade da década de 60. Contudo, as "colónias" não eram um destino preferencial dos portugueses que buscavam melhores oportunidades no estrangeiro. O número de emigrantes que iam para Angola foi sempre inferior ao número daqueles que se dirigiam para o Brasil e para França (Castelo, 2007; Peixoto, 2012).

O Brasil era o destino mais procurado no inicio do século XX (Castelo, 2007) mas as restrições à entrada de estrangeiros fizeram diminuir a migração para aquele país, seguiram-se destinos como os Estados Unidos e o Canadá, e posteriormente os destinos europeus, como a França e a Alemanha passaram então a reunir a preferência dos português que deixavam o país, sobretudo a partir dos anos 60 do séc. XX (Peixoto, 2013).

Relativamente ao número de portugueses em Angola, Cláudia Castelo (2007) estima que a população branca em Angola em 1920 era de 20.700 indivíduos. A autora refere que o período que se seguiu à crise económica de 1929 foi um período de menor emigração de portugueses para Angola. A década de 40 também se caracterizou por um abrandamento da emigração portuguesa para Angola, sobretudo devido à segunda guerra mundial e às dificuldades de transporte (viagens marítimas), contudo, o término do conflito e o desenvolvimento económico de Angola estimularam a emigração. O crescimento económico experienciado por Angola após a Segunda Guerra Mundial, que jazia no facto do país dispor de produtos valorizados no mercado internacional como o café, o petróleo, os diamantes e o minério de ferro (Peixoto, 2010) tornou-a mais atrativa à emigração portuguesa. A autora salienta ainda que independentemente do empenhamento do estado português no povoamento ultramarino com colonos portugueses, o grande motor de

atração de população metropolitana para as "colónias" foi o acelerado desenvolvimento económico das mesmas. Foi a expansão da economia angolana e moçambicana o que contribuiu para melhorar a imagem que na Europa se fazia de África e atrair contingentes nunca vistos de brancos para aqueles territórios (Castelo, 2007: 110).

Os emigrantes portugueses oriundos da "metrópole" e com destino às "colónias" perseguiam melhores condições de vida, bem como promoção social. O modelo económico implementado nas colónias, assente na exploração de mão-de-obra e recursos locais favorecia claramente os naturais da "metrópole".

*Os fluxos migratórios contemporâneos*

A imigração africana para Portugal teve início na década de 1960, tendo os primeiros imigrantes origem cabo-verdiana (Machado, 2009). No que concerne os angolanos, o autor refere o aumento desta imigração a partir de 1975, estando relacionado com a descolonização[31]. Este migrantes «chegam ao mesmo tempo, e no mesmo movimento, que os mais de 500 mil portugueses e seus descendentes que residiam nas ex-colónias, nomeadamente em Angola e Moçambique» (Machado, 2009: 137).

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE, hoje designada por União Europeia - UE), em 1986, veio proporcionar a Portugal, nos finais da década de 1980, um impulso no desenvolvimento económico e necessidade de mão-de-obra, tornando o país apelativo aos imigrantes africanos. Fernando Luís Machado (1997:21) refere que é a partir dessa data «que a migração de natureza laboral assume uma expressão mais notória, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos. Essa emigração consolida-se no caso cabo-verdiano e alarga-se aos restantes PALOP, em especial a Angola». Contudo, a população migrante de origem africana em Portugal tende a exercer funções pouco atrativas e em sectores específicos (serviços domésticos; construção civil) denotando precariedade laboral (Pereira, 2010).

[31] Este aumento da imigração decorre das independências das colónias portuguesas em África que se sucederam entre 1974 e 1975: Guiné-Bissau (1974), Angola, Cabo-Verde, Moçambique, e São Tomé e Príncipe (1975), conduzindo também a uma maior diversidade da origem dos migrantes. As independências geraram o retorno de muitos cidadão portuguese que residiam nas colónias, designados por "retornados".

A década de 1990 é também um marco no que se refere a imigração de angolanos para Portugal. Rocha-Trindade (2001) ressalta que «a partir dos anos 89-90, deu-se um novo movimento de saída de angolanos, de qualificações médias muito abaixo dos fluxos anteriores e com as motivações principais de procurar trabalho e de fugir ao recrudescimento da guerra civil em Angola». Sem dúvida que o insucesso dos Acordos de Paz (Bicesse em 1991 e Lusaka em 1994) fizeram reacender a guerra civil, tornando-a mais violenta e intensificaram a tendência migratória. Marzia Grassi também salienta que «a partir dos anos 90 do Séc. XX, há um aumento do fluxo de imigração de jovens angolanos para Portugal, devido à persistência da guerra no país e consequente fuga ao recrutamento obrigatório e à carência de serviços para a educação que caracterizam um país em guerra» (Grassi, 2006: 76). A autora refere ainda que nos finais dos anos 2000, os migrantes angolanos em Portugal são jovens estudantes de famílias de classe média alta e alta, ou jovens sem qualificações.

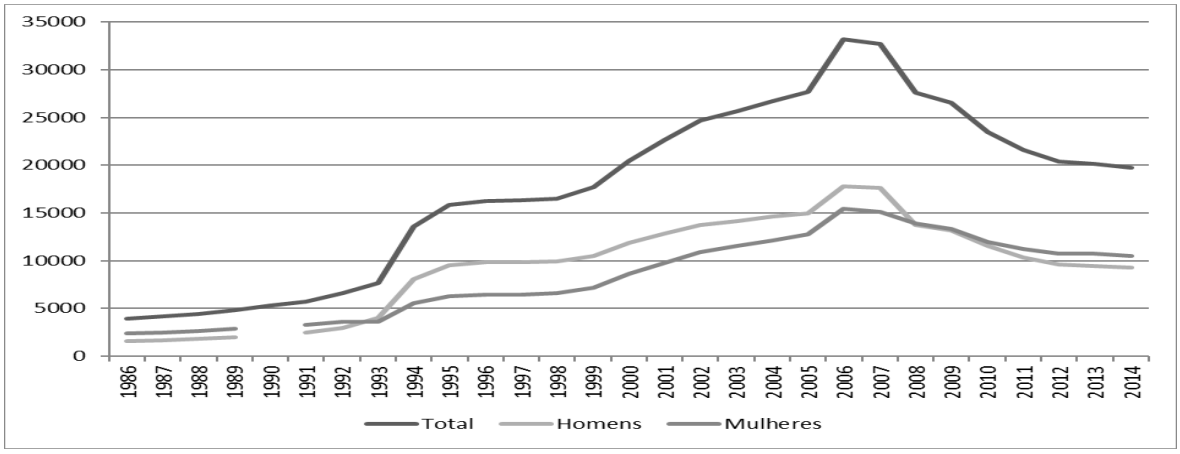



Figura 9. População angolana que reside legalmente em Portugal por sexo (1986-2014)
Fonte: adaptado de Grassi (2010). Dados do INE (Censos e estatísticas demográficas) e do SEF (Relatórios Anuais, 1986-2014).

Considerando os fluxos migratórios entre os diferentes países de língua portuguesa, vários autores defendem a existência de um sistema migratório lusófono (Marques e Góis, 2016 e 2011, Baganha, 2009; Peixoto, 2007; Malheiros, 2005). José Marques e Pedro Góis (2016:8) consideram que o «sistema migratório lusófono assume as condições estruturais para a criação de um sistema migratório pluricontinental, triangular, com vértices em Portugal, Angola e Brasil, e que possibilitaria a sustentação de significativos fluxos migratórios ao longo dos séculos XX e XXI». Atualmente Angola insere-se no sistema migratório lusófono, sendo um país emissor e recetor de migrantes; por seu lado,

Portugal para além de participar no sistema migratório europeu, emerge também como emissor no sistema migratório lusófono (Marques e Góis, 2011).

*Mobilidade de portugueses para Angola*

No que se refere à mobilidade dos portugueses, vários autores (Peixoto, 2012; Rebelo et al., 2012; Malheiros 2010; Baganha e Góis, 1999) salientam que a emigração portuguesa nunca deixou de acontecer, tendo ocorrido simultaneamente ao fenómeno da imigração. Contudo a visibilidade política e académica da emigração de portugueses abrandou relativamente à imigração, o que acarreta a existência de menor informação estatísticas sobre estes fluxos (Peixoto, 2012; Malheiros, 2010). A década de 1990 e a de 2000, evidenciam uma redução da emigração de portugueses (Rebelo *et al*., 2012; Malheiros, 2011), sendo que as estatísticas do INE referentes aos movimentos migratórios revelam que desde 1993 os saldos migratórios passaram a ser positivos, ou seja, a existência de um número maior de imigrantes a chegar a Portugal que emigrantes a sair. O INE revela ainda que o saldo migratório se manteve positivo até 2007, coincidindo com um período em que se verificou uma «forte chegada de imigrantes e com o atenuar das correntes emigratórias» (Carrilho e Craveiro, 2015:85).

Jorge Malheiros (2011:134) refere que «nos anos 90 ou na primeira metade do presente decénio, quando os valores do IMMS - Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída, estimavam saídas da ordem dos 27 a 28 000 indivíduos anualmente (como aconteceu no período 1995-1999, em 2002 ou em 2003)». O autor salienta ainda que este período foi ainda marcado por um carácter mais temporário dos fluxos migratórios, por novos destinos (Reino Unido e Espanha), e pela reanimação de redes migratórias pré-existentes, como as do Luxemburgo ou da Suíça (Malheiros, 2011).

Maria Carrilho e Maria Craveiro (2015: 85), analisaram a evolução da população no período de 2001 a 2013, e relativamente às migrações referem que a partir de 2008 se verifica uma inversão no o sentido do saldo migratório. Segundo as autoras «a média anual do saldo no período entre 2008 e 2013 foi estimada em cerca de -11,6 mil indivíduos a que corresponderam, em média, 25,6 mil entradas e 35,1 mil saídas».

Nos últimos anos, tem-se assistido a um reforço do número de saídas de portugueses para o estrangeiro. Segundo Malheiros (2011) a mobilidade dos portugueses com destino a Angola cresce após 2005/2006 e reflete a recomposição dos destinos da mobilidade internacional de portugueses. Até então a europa era o principal destino da emigração portuguesa (especialmente o Reino Unido e Espanha).

*Fluxos migratórios a seguir à crise de 2008*

O ano de 2008 marca o acentuar da crise económica que atingiu os EUA e a Europa no final da década passada. Portugal foi dos países da Europa mais afetados pela crise, vendo em consequência, o seu nível de desemprego subir e o nível e a qualidade de vida dos seus residentes baixar. Várias medidas foram tomadas procurando fazer face à crise, como a redução dos salários ou o aumento dos impostos que culminaram num aumento do custo de vida, na diminuição dos rendimentos das famílias e no consequente aumento da pobreza. Este, juntamente com a falta de trabalho levou muitos portugueses a optarem por deixar o país em busca de melhores condições de vida noutros locais; também serviu de mote para muitos migrantes em Portugal regressarem ao seu país de origem, uma vez que já não dispunham de condições favoráveis para a migração. Assim, 2008 caracteriza-se por uma inversão de fluxos migratórios, verificando-se um aumento do número de emigrantes portugueses e uma diminuição do número de imigrantes.

A mobilidade de pessoas e bens entre Portugal e Angola continua. Portugal é para muitos angolanos uma porta de entrada para a Europa, seja para realização de transações comerciais e negócios, seja para desenvolverem um projeto individual. Portugal continua a ser um destino "educativo", de formação e aperfeiçoamento para muitos angolanos, que procuram adquirir (formação superior) e aperfeiçoar competências profissionais. Assim, este fluxo, apresenta um carácter temporário, uma vez que os indivíduos que o constituem tende a regressar ao seu país de origem.

Verifica-se ainda, e dada a conjuntura económica pouco favorável na qual Portugal se encontra (potenciada pela crise europeia), um retorno de muitos cidadãos angolanos residentes em Portugal ao seu país de origem. De acordo com os relatórios de imigração, fronteiras e asilo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), referentes a 2012, 2011 e 2010, regista-se uma diminuição da população angolana em Portugal. Não obstante os

angolanos permaneciam no quinto lugar dos residentes estrangeiro em Portugal. Já em 2015 a população estrangeira de origem angolana passou a ocupar a sexta posição no ranking dos estrangeiros residentes, intensificando-se ainda mais a diminuição do número de migrantes residentes legalmente em Portugal.

É ainda de notar o recurso ao programa de regresso voluntário (Protocolo celebrado entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Estado português, que apoia o retorno voluntário aos países de origem de cidadãos estrangeiros, de forma sustentada e digna), embora com números pouco expressivos relativamente aos angolanos.
O retorno voluntário ao país de origem para esta população apresenta um carácter mais informal, sendo potenciado pelo desenvolvimento económico de Angola e pelas estruturas de apoio familiar lá existentes.

Quadro 5 - Angolanos em Portugal

| **Angolanos** | **2015** | **2014** | **2013** | **2012** | **2011** | **2010** | **2009** | **2008** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| População Estrangeira residente em Portugal | 18.247 | 19.710 | 20.177 | 20.366 | 21.563 | 23.494 | 26.557 | 27.619 |
| % População Estrangeira residente em Portugal | 5 | 5 | 5 | 4,9 | 4,9 | 5,28 | 6 | 6 |
| % face ao ano anterior | -7,4% | -2,3 | -0,9 | -5,55 | -8,22 | -11,53 | - | - |
| Programa regresso voluntário (OIM) | 4 | 18 | 15 | 19 | 25 | 53 | 32 | 25 |

Fonte: Relatórios de imigração, fronteiras e asilo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); OIM

Por outro lado, face à crise económica que afeta os ditos países desenvolvidos, Angola tem surgido como novo destino de emigração portuguesa, verificando-se um incremento da migração portuguesa para Angola. Jorge Malheiros (2011: 140), salienta que «fora do espaço europeu, foi o crescimento económico de Angola e o seu processo de modernização que mais atraíram fluxos emigratórios de portugueses, sobretudo a partir do momento – após 2007». Nesta procura de melhores condições económicas, são sobretudo os indivíduos mais qualificados que partem e que vão auxiliar o

desenvolvimento angolano. Assim, dá-se uma inversão nos fluxos migratórios. Segundo o Observatório da Emigração o número de portugueses com destino a Angola tem crescido significativamente, referindo que se em 2006 o consulado angolano em Lisboa emitiu 156 vistos, em 2009 o número de vistos emitidos foi de 23.787, demostrando o crescimento do país como destino de emigração portuguesa. Encontram-se também disponíveis os números relativos aos registos consulares que também espelham o crescimento do número de portugueses em Angola no período recente (de 2008 a 2014).

Quadro 6 - Registos consulares, stock em 2008-2014

| **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 72.706 | 86.374 | 94.767 | 100.000 | 113.194 | 115.595 | 126.356 |

Fonte: Observatório da Emigração

De acordo com o Observatório da Emigração, 80 a 85% dos emigrantes portugueses têm como destino a Europa, para Angola e Moçambique dirigem-se cerca de 10 a 12% dos emigrantes portugueses e 1% desloca-se para o Brasil (Pires *et al*, 2014). De acordo com os dados do Relatório Estatístico 2015 da emigração portuguesa (Pires *et al*, 2015), Angola é atualmente o sexto país do mundo para onde mais portugueses emigram.

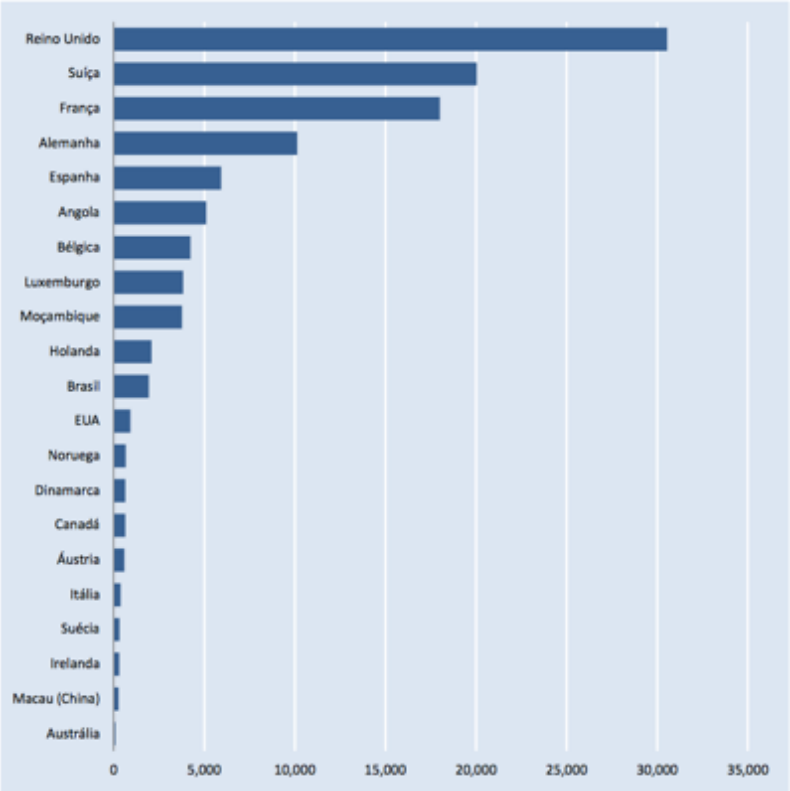



Figura 10. Principais destinos da emigração portuguesa – 2014, ou último ano disponível
Fonte: Observatório da Emigração: Emigração Portuguesa – relatório estatístico 2015.

Atualmente, o número de cidadãos portugueses a residir em Angola é superior ao número de cidadãos angolanos a residir em Portugal. Importa referir que crescimento do número de imigrantes portugueses em Angola encontra-se em queda. As condições oferecidas pelas empresas em Angola não são tão atrativas como anteriormente, aliadas a um custo de vida elevado, tornam Angola um destino migratório menos aprazível. Os dados do Observatório da Emigração, referem que em 2013 foram emitidos 4.651 vistos e em 2014 foram emitidos 5.098, o que comparativamente ao aumento verificado nos anos anteriores indica que o crescimento deixou de ser acelerado. Importa também referir que crise financeira provocada pela descida do preço do petróleo - principal fonte de receitas do país, que vigora desde meados de 2014, tocou a vida de muitos imigrantes portugueses em Angola, dos quais muitos optaram pelo regresso ao país de origem e outros por migrar para outro destino. A crise é também visível a nível do decréscimo das remessas enviada pelos emigrantes. Segundo o Pordata (2015), em 2014 os emigrantes portugueses em Angola enviaram 247,960 milhões de euros em remessas para Portugal, menos que os 304,330 milhões enviados em 2013.

O quadro 7 exibe a evolução das remessas no período de 2007 a 2013. Constata-se que houve um aumento das remessas enviadas para Portugal pelos emigrantes portugueses em Angola na ordem de 4 vezes entre 2008 e 2013, sendo que o maior aumento se verificou de 2011 para 2012. Quanto às remessas enviadas para Angola pelos imigrantes em Portugal, também elas mostram um ligeiro acréscimo, em especial a partir de 2011.

Quadro 7 - Remessas Portugal - Angola, em milhares de euros (2007-2013)

| | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Enviadas para Portugal | 48 114 | 70 862 | 103 475 | 134 874 | 147 322 | 270 687 | 304 328 |
| Recebidas de Portugal | 12 274 | 13 126 | 12 324 | 13 470 | 12 890 | 13 470 | 18 847 |
| Rácio | 4 | 5 | 8 | 10 | 11 | 20 | 16 |

Fonte: Observatório da Emigração

## Diáspora angolana em Portugal e diáspora portuguesa em Angola

Os angolanos não se consideram um povo tradicionalmente emigrante. Tolentino *et al.* (2011) refere que à exceção do período pós-independência, Angola é caracterizada por uma emigração reduzida, com uma característica marcadamente circular. Contudo, os autores também salientam que o país está a «transformar-se paulatinamente numa região atrativa, recebendo imigrantes africanos e de outras regiões. O fim da guerra e a pujança da economia angolana confirmam a tendência» (2011:32).

Eduardo Ferreira *et al* (2008:19) afirmam que Portugal é o país europeu onde a diáspora angolana é maior, e consideram ter existido três grandes "ciclos" migratórios de angolanos para Portugal no período pós-independência. O primeiro surge na sequência do 25 de Abril de 1974 e prolongar-se-ia até 1977, onde juntamente com os *retornados* – portugueses residentes em Angola que dada a situação instável tornaram ao seu país de origem, houve um número significativo de angolanos que optaram por migrar para Portugal. O segundo período tem lugar em meados da década de 80 e decorre da difícil

situação política e económica que Angola atravessa, e o terceiro momento em que a migração de angolanos para Portugal se intensificou foi no final de 1992 com o recomeçar da guerra civil na sequência da não-aceitação dos resultados eleitorais (a UNITA não aceitou os resultados das eleições legislativas que ocorreram nesse ano, nos quais saiu derrotada). Muitos dos angolanos que imigraram para Portugal nos anos 90 do século XX eram jovens do sexo masculino, que procuram fugir a qualquer envolvimento na guerra civil, estudantes e mulheres que queriam dar aos filhos uma educação melhor do que lhes estava destinada em Luanda. Ferreira *et al*, referem ainda que a maioria dos migrantes angolanos em Portugal reside nos distritos de Lisboa, Setúbal, Porto e Faro e diferenciam a sua integração no mercado de trabalho em três grupos identificados como profissionais qualificados que exercem funções em empresas, instituições ou administração pública; estudante angolanos, bolseiros de instituições angolanas que se encontram a adquirir formação específica; pessoal não qualificado que está integrado no sector da construção civil ou serviços (2008:54).

Em 2007, segundo o Relatório do SEF - *A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal Rede Europeia das Migrações (2008)*, os angolanos constituíam o segundo maior grupo de imigrantes africanos em Portugal, representando 8% dos estrangeiros (contudo, muitos angolanos possuem dupla nacionalidade). No entanto, a partir de 2008 o deu-se o início do decréscimo do número de angolanos em Portugal (ver quadro 5), passando estes a representar 6% da população estrangeira nesse ano. No período mais recente, diversos meios de comunicação social, quer portugueses quer angolanos ressaltam o regresso dos angolanos ao seu país de origem. O argumento utilizado para explicar esse regresso é a crise económica e social que afeta Portugal. Esse mesmo regresso também é patente na análise do número de angolanos residentes em Portugal. Também entre os indivíduos que se deslocam para Portugal para dar continuidade à sua educação, perpetuando a tradição da época colonial angolana de vir estudar em Portugal (Possidónio, 2006) uma vez que não existiam instituições de ensino superior em Angola, se verifica a tendência de retorno após a conclusão dos seus estudos, impelidos para aproveitar a necessidade de quadros Angolana.

No que diz respeito à diáspora portuguesa, o número de emigrantes portugueses em Angola tem vindo a crescer na última década, sobretudo devido à crise económica na Europa e aos seus impactos em termos do nível do desemprego em Portugal. Contudo, importa salientar, tal como refere Peixoto (2012) que Portugal nunca deixou de ser um

país de emigração. O autor enfatiza as mudanças nos fluxos migratórios, que agora se caracterizam por terem um carácter mais temporário, pelo surgimento de novos destinos e o reaparecimento de destinos como o Brasil e África.

A figura 11, reflete a evolução da emigração portuguesa de acordo com o tipo de migração e com o sexo do migrante. Verifica-se que ocorre um crescimento da emigração permanente nos anos 2011 a 2014. Os dados mostram que em 2014 existiam 49.572 portugueses emigrantes permanentes, enquanto que em 2008 o número de emigrantes permanentes era de 20.357. No que diz respeito ao sexo dos imigrantes, é de salientar o número de mulheres migrantes tem vindo a aumentar, em especial é de notar um crescimento da emigração permanente feminina nos anos de 2011 a 2013, verificando-se uma descida nos anos de 2014 e de 2015. No que se refere a emigração feminina de carácter temporário os anos de 2013 e 2015 marcam um aumento da emigração, tendo posteriormente ocorrido um decréscimo em 2015.

| Anos | Emigrantes por tipo e sexo | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Emigrantes permanentes | | | Emigrantes temporários | | |
| | | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres |
| + 1992 | 39.322 | 22.324 | 15.299 | 7.025 | 16.998 | 12.137 | 4.861 |
| 2000 | 21.333 | 4.692 | 2.872 | 1.820 | 16.641 | 14.197 | 2.444 |
| 2001 | 20.223 | 5.396 | 3.349 | 2.047 | 14.827 | 11.543 | 3.284 |
| 2002 | 27.358 | 8.813 | 7.050 | 1.763 | 18.545 | 15.456 | 3.089 |
| 2003 | 27.008 | 6.687 | 5.350 | 1.337 | 20.321 | 17.198 | 3.123 |
| 2004 | x | 6.757 | 5.406 | 1.351 | x | x | x |
| 2005 | x | 6.360 | 5.088 | 1.272 | x | x | x |
| 2006 | x | 5.600 | 4.480 | 1.120 | x | x | x |
| 2007 | x | 7.890 | 6.312 | 1.578 | x | x | x |
| 2008 | ⊥x | ⊥20.357 | ⊥16.286 | ⊥4.071 | ⊥x | ⊥x | ⊥x |
| 2009 | x | 16.899 | 13.519 | 3.380 | x | x | x |
| 2010 | x | 23.760 | 19.008 | 4.752 | x | x | x |
| 2011 | 100.978 | 43.998 | 31.329 | 12.669 | 56.980 | 39.958 | 17.022 |
| 2012 | 121.418 | 51.958 | 34.540 | 17.418 | 69.460 | 53.453 | 16.007 |
| 2013 | 128.108 | 53.786 | 35.632 | 18.154 | 74.322 | 55.779 | 18.543 |
| 2014 | 134.624 | 49.572 | 32.274 | 17.298 | 85.052 | 60.827 | 24.225 |
| 2015 | 101.203 | 40.377 | 26.806 | 13.571 | 60.826 | 44.101 | 16.725 |

Figura 11. Emigrantes Portugueses por tipo de migração e sexo
Fontes/Entidades: INE, PORDATA; Atualizado em 2016-06-16.

De acordo com o Factbook2014 do observatório da emigração, Portugal "é hoje o país da União Europeia com mais emigrantes em proporção da sua população residente" (2014:12). Angola configura entre os 16 principais destinos de emigração portuguesa,

ocupando a 5ª posição. Porém, países europeus com França, Suíça e Reino Unido, continuam a prevalecer no topo da tabela de preferências, no que concerne a migração.

Tolentino *et al* (2011:34) relatam que «a corrente migratória com Portugal foi invertida: enquanto os fluxos de Angola para Portugal desvaneceram gradualmente, o número de portugueses que foram viver para Angola disparou na última década, alterando substancialmente a relação entre os dois países. Angola está a atrair cada vez mais migrantes de outros países africanos e de outras partes do mundo».

Segundo os dados descritos no Factbook2014 do Observatório da Emigração, as remessas dos imigrantes portugueses em Angola no ano de 2013 perfizeram um total de 304,328 mil euros, representando de acordo com o Banco de Portugal, 10% das remessas recebidas do exterior em Portugal e cerca de 1,8% do PIB. Contudo é de salientar que o maior impacto das remessas se faz sentir ao nível da família, que passa a dispor de mais recursos. Importa também ressaltar que a prosperidade de Angola está em queda, a descida nos preços do petróleo em (desde finais de 2014) tem vindo a comprometer os seus resultados económicos.

**Síntese**

Como verificamos nesta breve análise, é longa a história de contactos entre Portugal e Angola. O pilar da relação assenta em cinco séculos de subjugação do território angolano (do século V ao século XX) e consequente exploração dos seus recursos humanos e naturais em prol das necessidades portuguesas. Não obstante este lado mais violento e negativo da relação, a extensa a história em comum conduz a uma forte proximidade cultural, em muito potenciada pelo idioma comum, que facilita a mobilidade entre os países e as relações pessoais e comerciais.

Esta relação quase "afetiva" levou Portugal a tentar intervir como conciliador no conflito armado (que tomaria conta de Angola após a sua independência em relação a Portugal e se estenderia por 27 anos), e a implementar medidas de discriminação positiva para os indivíduos migrantes de origem angolana, assim como das outras ex-colónias africanas, procurando criar instrumentos facilitadores da integração na sociedade portuguesa. Portugal foi um dos principais destinos escolhidos pelos angolanos que optaram por

deixar o seu país em consequência da guerra civil que estagnou o desenvolvimento do país.

Não se consegue apagar a história, e a destes países estará sempre ligada. Como vimos anteriormente existem vários autores que fundamentam o surgimento dos fluxos migratórios nos contextos histórico-sociais. As teorias pós-coloniais, apontam no sentido da influência cultural, politica e organizativa. De acordo com que segundo Ashcroft *et al.* (1991) o termo pós-colonial descreve a cultura influenciada pelo processo imperial desde os princípios da colonização até os dias de hoje. Os estudos pós-coloniais, cujo interesse se debruça sobre os efeitos que as nações colonizadoras deixaram na cultura dos países colonizados, começaram por incidir em especial na teoria literária, pois de acordo com Edward Said (autor d o livro Orientalismo, que deu origem as teorias do pós-coloniais) é na literatura que se expressam melhor os conflitos identitários próprios do período pós-colonial; alargando-se posteriormente a outras áreas.

As sociedades que foram alvo de um processo colonizador tendem a ser multiculturais, ou seja, nelas convivem várias culturas distintas sendo visível a diversidade cultural e étnica. Relativamente aos estudos do pós-colonialismo português, Miguel Vale de Almeida (2002:33) defende que estes terão «de aceitar a especificidade da sua experiência colonial, mas deverá recusar noções de excecionalíssimo culturalista, libertando-se do luso-tropicalismo como interpretação de senso comum enraizada no imperialismo do século XIX». O autor também considera que é necessário reler a colonização como parte de um processo transnacional e transcultural global.

Atualmente a ligação entre Angola e Portugal é sobretudo efetivada através da cooperação cultural e económica, e da participação na CPLP.

# Capítulo 6

## Estudo de caso - Viver a distância

Nos capítulos anteriores foi delineada a abordagem teórica que suporta a tese bem como apresentada a metodologia e os métodos empregues para estudar o modo como as crianças angolanas, que vivem separadas de pelo menos um dos seus progenitores, devido à migração, vivenciam a família. Adicionalmente foi também explicitado o contexto migratório, fazendo-se referência às ligações históricas e sociais entre Angola e Portugal. Neste capítulo são analisados e discutidos os dados empíricos obtidos através do trabalho de campo. Fazemos uma breve caraterização das crianças transnacionais e das suas famílias, de seguida abordamos o quotidiano das crianças angolanas que participaram neste estudo, procurando perceber qual o papel que a família ocupa na sua vida, bem como que papéis desempenham no seio familiar. Posteriormente focamo-nos nas representações sociais de família das crianças. O capítulo inclui algumas notas finais que antecipam as conclusões gerais da tese.

### A construção da amostra

Este estudo contou com a participação de crianças angolanas de ambos os sexos, com idade até aos 14 anos, que como denominador comum possuem o facto de estar a crescer e a viver na ausência de um dos seus progenitores, devido à migração do mesmo. Todas estas crianças estão integradas no sistema escolar, frequentando escolas privadas, públicas e comparticipadas, na generalidade oriundas de categorias sociais média baixa e média alta.

No que concerne a amostra desta tese, esta foi constituída por um total de 38 crianças, com idades entre os 11 e os 14 anos. A amostra inclui crianças de ambos os sexos, existindo, contudo, uma prevalência de raparigas, como se pode observar na figura 12.

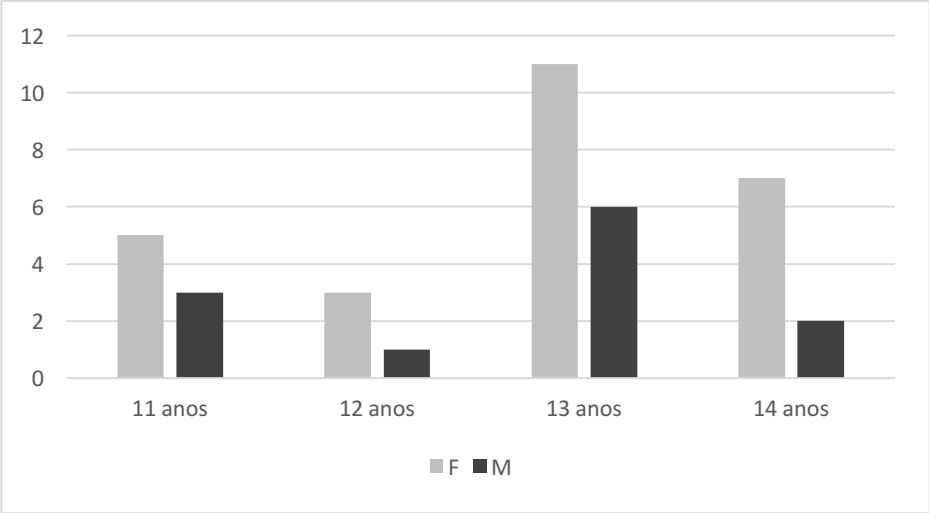



Figura 12. Sexo e idade dos elementos da amostra

As crianças encontram-se a frequentar o sistema de ensino, quer público, quer privado, quer comparticipado, estando a cursar as 6ª, 7ª, 8ª e 9ª classes. No que se refere ao nível de sucesso escolar, é positivo, pois apenas 7 das 38 crianças apresentam reprovações. Contudo, verifica-se algum atraso escolar (ou seja, as crianças entraram no sistema de ensino com uma idade superior à devida), sobretudo no caso dos alunos que frequentam a escola comparticipada. No que concerne às suas áreas de residência, verificamos que as que se encontram a frequentar a escola privada tendem a morar em zonas mais centrais da cidade de Luanda ou em zonas um pouco mais afastadas do centro, mas que surgem como os novos polos de urbanização da cidade (como Kilamba ou Nova Vida). No que diz respeito às crianças que frequentam a escola comparticipada, residem maioritariamente no bairro (Lixeira) e município onde a escola está localizada (Sambizanga), existindo, contudo, algumas a residir noutros municípios mais distantes (Viana). As que frequentam a escola pública tanto moram em bairros mais centrais (Vila Alice, Bairro Azul) como em áreas mais afastadas (Cazenga).

Na maioria dos casos, o progenitor ausente/migrante é o pai. É de salientar a existência de casos em que as crianças se encontram longe de ambos os progenitores, residindo com outros elementos da família (por norma irmãos mais velhos ou tios). Tendencialmente as crianças residem com o outro progenitor, na maioria dos casos a mãe. Quando a criança reside com o pai, porque a mãe é o elemento migrante, pode residir com os avós paternos, verificando-se também alguns casos em que a criança é cuidada em simultâneo pela mãe e pela avó, pela mãe e pela tia. Outro aspeto a ter em apreciação e que consideramos

importante e influente, no que concerne o nível de proximidade afetiva entre a criança e o progenitor ausente, é a conjugalidade dos progenitores.

Na amostra verificamos que a grande maioria dos progenitores está separada, sendo esta condição anterior à decisão migratória. No que se refere ao estado conjugal "casado", este inclui as uniões de facto.

Nas figuras 13 e 14 podemos observar quem são os principais cuidadores das crianças que constituem a amostra, bem como o estado conjugal dos seus progenitores (figura 14).

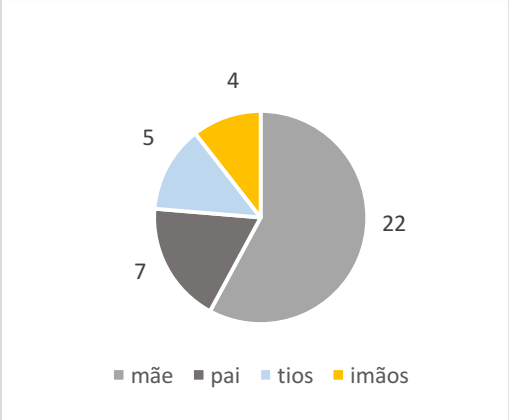



Figura 13. Cuidador da criança

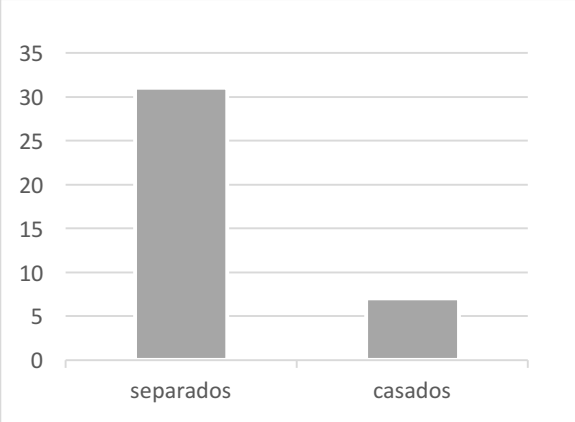



Figura 14. Estado conjugal dos progenitores

Relativamente ao tipo de família, a maioria das crianças da amostra está inserida atualmente num contexto de família alargada:

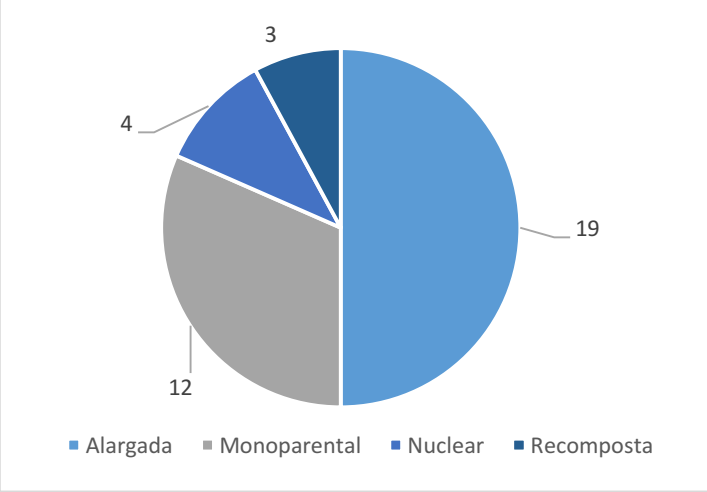



Figura 15. Tipo de família da criança

No que concerne a profissões dos progenitores e consequente status económico, verificamos, no caso das mães, que as das crianças da escola privada tendem a desempenhar profissões mais qualificadas, que exigem um maior nível de habilitações escolares, e apresentam um leque de profissões mais diversificado (assistente de bordo, professora universitária, economista, agente imobiliária ou empresária). A maioria das mães das crianças da escola comparticipada "vende", existindo também duas cozinheiras e duas domésticas;

No que se refere aos pais, verifica-se que os pais das crianças da escola comparticipada tendem a possuir profissões mais qualificadas do que as mães. A figura 16 mostra-nos que os pais das crianças da amostra tendem a trabalhar no setor empresarial e comercial (empresários, comerciante e gerente comercial), no setor da saúde (médicos e enfermeiro) no setor do petróleo (engenheiro e operário de extração de petróleo), no setor público (dois pais são polícias) e no setor dos serviços (motorista). A maioria dos pais das crianças da escola privada são empresários, existindo também um médico e um professor de matemática. Os das crianças da escola comparticipada apresentam profissões mais variadas como comerciantes, polícia, comerciante, enfermeiro, engenheiro de petróleo e médico.

Importa também referir que algumas crianças desconhecem as profissões dos seus progenitores, sendo esse desconhecimento mais evidente no que se refere ao pai.

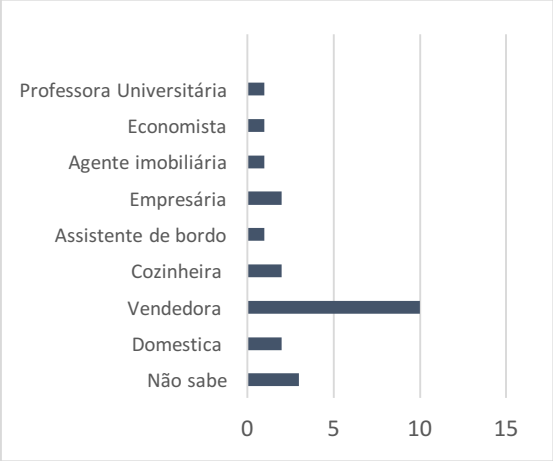



Figura 16. Profissão da mãe




Figura 17. Profissão do pai

*Os progenitores migrantes e os cuidadores*

Tanto progenitores como cuidadores são figuras importantes na vida da criança e condicionam a sua representação de família. Para além disso, têm um papel fundamental no que concerne os cuidados prestados à criança.

A maioria das crianças têm como progenitor migrante o pai e tendencialmente vive com o outro progenitor – a mãe. A migração dos progenitores está relacionada principalmente com motivos de ordem económica ou profissional, estando também mais recentemente associada à aquisição de formação profissional ou qualificações escolares, resultado da parca oferta formativa existente em Angola. O período de separação entre o progenitor e a criança situa-se entre 2 e 9 anos, sendo de referir que duas das crianças que constituem a amostra não conhecem pessoalmente o progenitor que se encontra migrado, sendo por isso o tempo de separação mais elevado (11 anos).

De modo geral, o progenitor que se encontra migrado tem a mesma frequência de contacto com o cuidador e com a criança, sendo o meio de comunicação mais utilizado o telemóvel, seguido do telefone fixo.

A maioria dos progenitores está satisfeita com os cuidados prestados às suas crianças, justificando com afirmações como *"cuida bem dos filhos"*, *"é uma boa mãe"*, "*dá carinho e atenção, ama o seu filho"*.

Relativamente aos cuidadores, verificamos que todas as crianças se encontravam sob os cuidados de um familiar e a maioria tem como cuidador o progenitor que permaneceu no país de origem (que habitualmente é o ex-cônjuge /parceiro). Também se constatou que a maioria dos cuidadores são mulheres. Quando o cuidador não é o outro progenitor, tende a ser uma avó/ avô ou uma tia/tio. No caso de o progenitor migrante ser a mãe, a criança tende a ficar aos cuidados do pai. Na amostra, os casos em que a mãe se encontra a residir noutro país são precedidos pela separação conjugal dos progenitores. Verificamos também que os pais como cuidadores tendem a receber auxílio de outros membros da família, nomeadamente dos seus próprios progenitores (avós da criança) e irmãos (tios da criança), podendo também recorrer à contratação de serviços (empregada para cuidar das crianças). Um número de crianças (n=5) afirma estar sob os cuidados dos tios, assim como de irmãos que são os cuidadores principais de 5 crianças da amostra. Apenas 2 crianças (filhas de pais separados) estavam sob os cuidados dos avós. Esta escolha de cuidador

estava relacionada, num dos casos, com a recomposição familiar da mãe da criança – novo casamento; e, no outro, com a migração interna do pai da criança. Atendendo ao papel que a família alargada ocupa na vida dos angolanos, o recurso a membros da família para prestarem cuidados às crianças na impossibilidade dos progenitores o fazerem é encarado com grande naturalidade. Este facto também explica a ausência de acordos formais relativamente à prestação de cuidados às crianças, que é justificada com base na solidariedade familiar.

Nas sociedades onde o acolhimento informal é uma prática instituída, as crianças nesta situação tendem a proporcionar aos seus cuidadores prestígio e respeito social **(**Åkesson et al 2012; Øien, 2006). As relações entre pais e cuidadores podem incorporar "moralidades transnacionais" (Carling, 2008b), da mesma forma que também as crianças no futuro podem ver-se moralmente obrigados a prestar cuidados a idosos por quem foram cuidados (Aboderin, 2004).

## O quotidiano da criança em Angola

As narrativas das crianças relativamente as atividades que realizam no seu dia a dia revelam que este é pautado pela presença dos membros da família. Na maior parte das vezes, as crianças estão inseridas em famílias alargadas, co-residindo com um tio/tia ou primo/prima. Este facto, no nosso entender, contribui para que a imagem de família ideal veiculada pelas crianças seja a da família alargada. Não obstante a ênfase colocada na figura paterna e materna, muitas crianças reforçam a ideia de que é "bom famílias grandes" e que estas devem incluir tios, primos e avós. V, uma menina de 14 anos, na sua entrevista salienta: "*a minha família começa a partir da minha bisa-avó. Daí para baixo. Muita gente considera a família só o pai e a mãe, mas eu não"*.

As ações quotidianas apresentam uma natureza epistemológica e contribuem para os processos de produção de subjetividades (Pais, 2012), facilitando dessa forma a compreensão da realidade social. O quotidiano das crianças tende a **desenrolar-se entre o espaço público – a escola e o espaço privado – a casa.** A descrição de um dia comum inclui a ida à escola, o tempo para brincar (poucos têm atividades extracurriculares) e a realização de tarefas domésticas.

R, um menino de 13 anos que estuda numa escola privada, descreve o seu fim de dia da seguinte forma: *"quando é para deitar deito, vejo a roupa que é para vestir no outro dia; arrumo os cadernos, quando tem prova estudo um pouco; sim, só isso, também deito o lixo"*.

A casa é um espaço de convívio, bem como de realização de trabalhos - tarefas escolares e domésticas. Todas as crianças entrevistadas disseram que fazem tarefas domésticas; estas tarefas podem ser variadas e incluem deitar fora o lixo, lavar os pratos, arrumar a sala, cozinhar e, em alguns casos, cuidar de irmãos ou primos. As entrevistas revelam também que as tarefas domésticas são realizadas quer por rapazes quer por raparigas, o que sugere que durante o período da infância/juventude os papéis de género são mais igualitários.

O desempenho das tarefas domésticas é considerado, pelos pais e cuidadores (entrevistados no âmbito do projeto TCRAf-Eu), como uma atividade importante que faz parte do processo educacional de uma criança, através do qual ela aprende a ter sentido de responsabilidade e disciplina. É visto como uma preparação para o futuro.

Segundo Rachel Bray (2009), na África subsaariana as mulheres e as meninas são as responsáveis por executar a maioria dos cuidados em casa. Aos meninos é dado o papel de cuidador apenas quando não existam meninas disponíveis. Contudo, tendo em conta os testemunhos de crianças e pais (principalmente homens), esta tendência em Angola não parece tão evidente: ambos, meninos e meninas, parecem ser responsáveis pela realização de tarefas domésticas e prestar vários tipos de cuidados aos membros da sua família.

De seguida podemos ler dois excertos de entrevista, que ilustram a relação das crianças com a realização de tarefas domésticas. O primeiro é de *M*, uma menina de 14 anos que frequenta uma escola privada, e que encara o trabalho doméstico como uma aprendizagem para o futuro. O outro provém de um cuidador que se refere à educação africana:

> *"Ent - em casa tens alguma responsabilidade, alguma tarefa que tu faças?*
> *M - Tenho. Arrumar, fechar sempre as portas, arrumar tudo, lavo, engomo, cozinho. A minha mãe diz que quer-me ensinar a fazer tudo. (...) Nós temos empregada, mas a minha mãe sempre diz que uma mulher tem de saber tudo, e desde pequena é melhor depois para aprender é uma coisa… então eu sei fazer tudo e não é obrigação, é porque eu gosto mesmo de arrumar, de ajudar, eu gosto".* [M, 14 anos]

> *"Oh, sim, ela ajuda! E que é seu dever, ela tem que aprender ... é parte da educação africana. São os deveres de uma casa ... Todo mundo tem que fazer o trabalho doméstico, se estivesse no campo tinha que trabalhar nos campos e procurar mandioca no campo. Não aqui ... trabalho doméstico, limpar a casa ... não temos empregados. Então ela tem que fazer o trabalho doméstico ... quando ela vai para o marido, ela já vai estar preparada".* [cuidador 3, homem]

Este último excerto mostra que a execução das tarefas domésticas por crianças, além de sua função pedagógica, também tem uma utilidade económica, uma vez que reduz a necessidade de tercearização de um serviço, ou seja, a contratação de outras pessoas. As entrevistas com os pais e cuidadores revelaram que eles também realizaram tarefas domésticas quando eram crianças.

Desta forma podemos afirmar que a criança na família possui um papel de auxiliadora, prestando apoio doméstico, que serve também para a capacitar para o futuro.

Para além das tarefas domésticas, atividades como tomar conta de irmãos ou outras pessoas são também delegadas nas crianças. Estas podem assumir um carácter esporádico ou ser frequentes;

> *"R - Às vezes quando a mana tá doente a mamã não deixa que ela vá para a creche então às vezes ela fica comigo.*
> *Ent – E se tu tiveres aulas, não vens às aulas?*
> *R – Aulas? Não. Fico só com ela 1 dia, depois a mamã fica em casa e volto para a escola."*
>
> [R, menino de 13 anos, escola privada]

O estudo de Elena Colonna (2012) sobre a vida quotidiana de um grupo de crianças na periferia de Maputo, também vem revelar que o dia-a-dia das crianças se pauta por uma participação ativa na vida familiar, salientando que «o trabalho e a brincadeira parecem representar os dois eixos estruturantes dos quotidianos infantis» (2012:169). A autora salienta que as atividades desenvolvidas pelas crianças são trabalhos domésticos e a atividade de tomar conta de crianças (alimentação, ajudar nos TPC, levar à escola, entre outras), e destaca ainda a importância do contexto e dos valores culturais nos quotidianos infantis.

Na nossa amostra também se verificou que muitas vezes as crianças tendem a desempenhar o papel de cuidadoras, tanto no presente, quando efetivamente tomam conta de irmãos ou primos; ou no futuro, reportando-se às expetativas que os adultos têm relativamente a receberem cuidados da criança que protegeram. Esta expetativa assenta

em normas da cultura tradicional que valorizam a reciprocidade e o mais velho (idoso), desde muito cedo inculcadas na criança. A família representa para a criança cuidados, carinho e apoio afetivo. No geral são os membros da família os responsáveis pela organização dos seus cuidados (saúde, educação) e pelo suporte emocional.

**A rotina das crianças em Portugal** também está dividida entre a escola e outros equipamentos para crianças, casa e tempo lazer. Contudo, em Portugal, aparentemente, as crianças são mais poupadas no que toca a realização de tarefas domésticas. Almeida e Vieira (2008) consideram que a muito baixa participação das crianças portuguesas na área do trabalho doméstico "intrigante", levantando a possibilidade de os adultos esconderem o trabalho executado pelas crianças, que apesar de «não ser muito intenso em termos de tempo gasto, talvez seja mais generalizado do que se supõe» (2008: 502). As autoras apoiam-se no estudo de Karin Wall (2005) sobre as famílias em Portugal, onde apenas 8% das crianças ajudam os pais nas tarefas domésticas e no estudo de Lopes e Coelho (2002) sobre as diferenças e semelhanças entre o uso do tempo de crianças e adultos em Portugal. Constataram que «o trabalho doméstico e os cuidados à família ocupam apenas 2,6% do tempo diário de uma criança entre 6 e 14 anos...há uma distinção clara no comportamento de meninas e meninos. Enquanto quase metade das meninas contribui para as tarefas domésticas, no que respeita a rapazes esta proporção cai para 35%» (2002: 13).

Os ecomapas elaborados pelas crianças também são reveladores dos seus quotidianos, pois fazem referência a instituições ou atividades recorrentes na vida da criança, da qual ela se sente próxima, e que podemos depreender que ocorram frequentemente.

Como referido anteriormente, o uso deste instrumento, tinha como principal objetivo identificar a rede de apoio da criança e, de alguma forma, compreender a composição e a estrutura relacional da sua família. O ecomapa procura apresentar as ligações da criança com o meio onde vive, mostrando a sua rede social de apoio no seu território.

Os ecomapas desenhados pelas crianças (n=14) (figuras 18, 19, 20 e 21) apontam para a existência de relações fortes com a família, designada no geral ou algumas vezes por membros específicos (ex. avó, avô, pai, mãe, irmãos, tio, tia, primos, cunhados). Não

obstante, algumas crianças também referem relações mais "stressantes" ou conflituosas com alguns membros da família, como o pai (figura 21) ou os cunhados (figura 19).

Quanto ao relacionamento com as intuições, salientam-se a escola e a igreja, com um carácter de forte proximidade. As idas à igreja foram referidas por seis crianças, e a idas à catequese por duas. Aparentemente a prática religiosa ocupa um papel significativo na sua vida quotidiana. Outra instituição mencionada nos ecomapas das crianças, embora apresentando relações leves, foi o hospital. No quadro 8 podemos observar as instituições referidas pelas crianças nos seus ecomapas.

Quadro 8 - Instituições do quotidiano da criança

| **Instituições** | **N** |
|---|---|
| Escola | 12 |
| Igreja | 6 |
| Hospital | 1 |

Da rede de suporte da criança, a par da família (ou de elementos específicos da família, por exemplo a mãe) mencionada por todas as crianças, fazem parte os amigos (n=12) embora algumas crianças tenham descrito a relação como leve, os colegas (n=3) e os vizinhos (n=3). Salientam-se ainda os professores, indicados no ecomapa de uma criança.

Relativamente a relações conflituosas ou stressantes apontadas pelas crianças, foram enunciados amigos (n=5), vizinhos (n=3), pai (n=2), cunhados (n=1), escola (n=1), colegas (n=2) e "apanhar transportes" (n=2).

Em termos de lazer, destacam-se as atividades como jogar futebol ou ver televisão, a par de passear com os amigos ou ir à praia, teatro e dançar. Aqui ficam alguns exemplos dos ecomapas desenhados pelas crianças

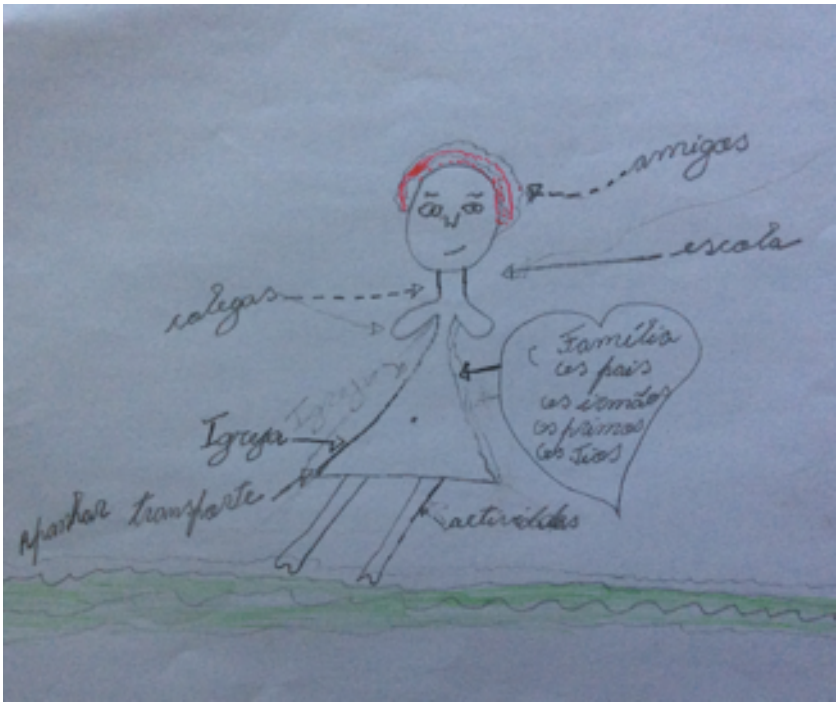



Figura 18. Ecomapa – menina, 13 anos, escola comparticipada

No caso da figura 18, elaborada por uma menina de 13 anos, verifica-se que a sua noção de família é do tipo família alargada, uma vez que inclui também primos e tios. A criança inclui no seu ecomapa as suas principais rotinas diárias, a ida à escola, à igreja e a necessidade de "apanhar transporte" para se deslocar. Refere ainda a existência de atividades (de lazer), mas não as especifica.

A figura 19, representa o ecomapa de um menino de 13 anos. Verifica-se que a criança distingue o seu núcleo familiar (pais e filhos) da família mais alargada. Refere membros da família alargada com os quais possui uma relação forte, nomeadamente tias, tios e primos, salientando relações difíceis com os cunhados.

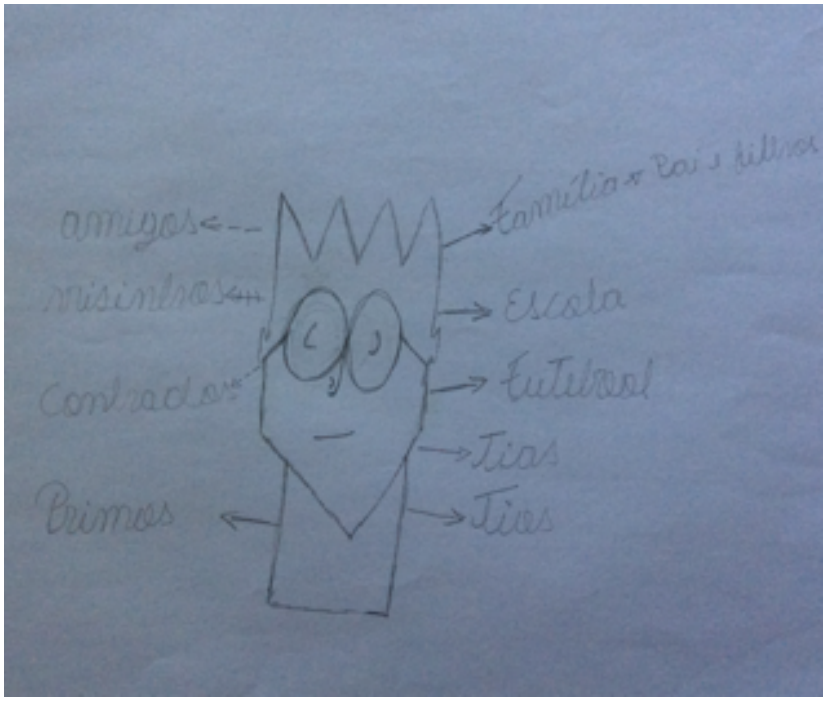



Figura 19. Ecomapa – menino, 13 anos, escola comparticipada

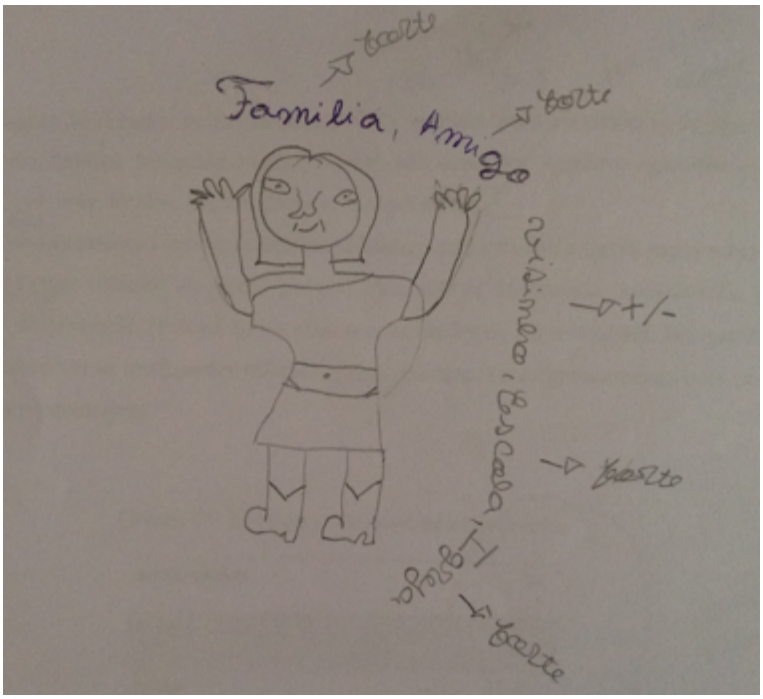



Figura 20. Ecomapa – menina, 13 anos, escola comparticipada

A figura 20, foi efetuada por uma menina que 13 anos, e nela podemos verificar que as relações da criança são sobretudo com a família, com os amigos e com os vizinhos,

embora com estes seja por vezes atribulada. As instituições que fazem parte da sua rotina diária, e com as quais entende ter um relacionamento forte, são a escola e a igreja.

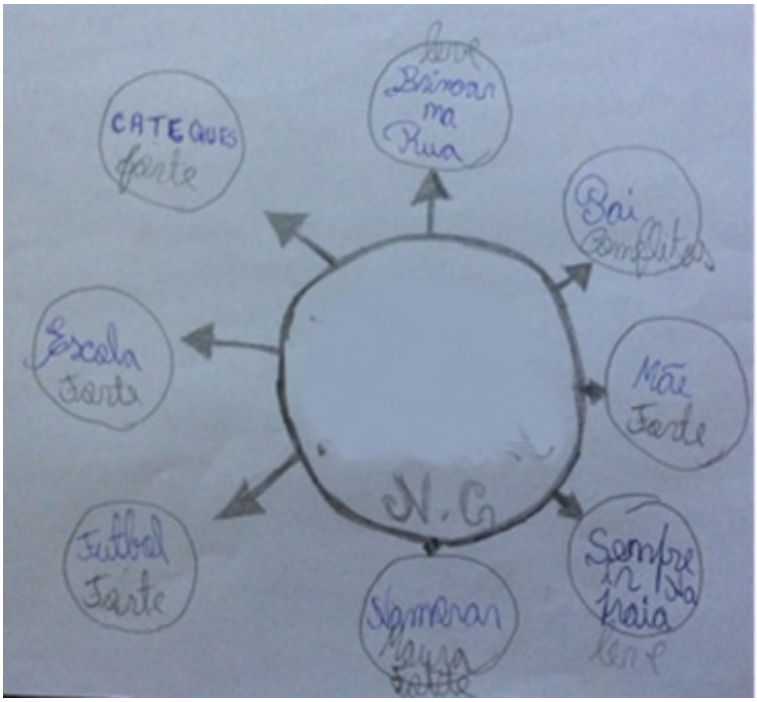



Figura 21. Ecomapa – menino, 14 anos, escola comparticipada

Na figura 21, elaborada por um menino de 14 anos, é visível a descrição das atividades de lazer que fazem parte do quotidiano da criança, do qual se destaca a frequência da catequese e o jogar futebol. Também são referidas outras atividades como brincar na rua ou as idas à praia, realizadas com menor assiduidade e por isso definidas como "relação leve". A criança salienta ainda que a sua relação com o pai (migrante) é marcada por conflitos, enquanto a relação com a mãe é de forte proximidade.

## Representações sociais e rearranjo dos laços familiares

Para tentar compreender as representações sociais de família das crianças angolanas que possuem pelo menos um dos progenitores migrado em Portugal, começámos por questioná-las sobre ***o que entendem por família***. Verificou-se que as crianças tendem a dar uma definição formal, de acordo com a aprendizagem escolar, referindo que se trata de um *grupo de pessoas… seguido por laços de sangue...partilham afeto entre si.* Posteriormente, vão atribuindo à definição características mais pessoais, referindo

funções de socialização - educação, cuidados e aprendizagem básica - *onde aprendemos a ser educados... Onde aprendemos a andar;* - de segurança e afeto: *tem carinho e amor quando estão juntos... é onde nos sentimos bem... família são as pessoas que eu posso sempre contar.* Salientam ainda a confiança: *podemos contar os nossos segredos... são os nossos melhores amigos... família são as pessoas em que eu posso confiar.* A maioria das respostas ressaltam a afetividade: "amor", "carinho", "apoio".

> *"Família para mim é os que te apoiam, os que te amam, os que te cuidam. Família não é só parentes ligados por laços de sangue, mais aqueles que estão presentes quando precisamos da presença deles. Os que estão presentes sempre são os meus pais, irmãos e amigos".*
>
> [He, 12 anos, escola comparticipada]

Também questionámos as crianças sobre *"quem faz parte da tua família?"*, o que nos permitiu verificar que a maioria das crianças referencia membros da família alargada, reforçando a importância dos laços de parentesco.

> *"Família para mim são os meus"* [Jn, 14 anos, escola comparticipada]

Para algumas das crianças os laços de sangue não são condição essencial para ser considerado família.

> *"para mim família não é só essas que estão ligadas por laços de sangue, também outras como comadre e cunhada. Eu vivo com a minha cunhada e ela é como uma mãe para mim [...] também aqueles que nós sentimos assim uma amiga podemos considerar família, ela tá sempre connosco nos momentos bons, difíceis, por aí."*
>
> [E, 13 anos, escola comparticipada]
>
> *"e também os amigos posso considerar como meus irmãos"*
>
> [T, 11 anos, escola comparticipada]

No que diz respeito a outras pessoas de que gostam como se fossem família, as crianças referem vizinhos, amigos, mães de amigos, ou amigas das suas mães. Não obstante a sua família ter a falta de um ou dos dois progenitores, algumas crianças não consideram ter uma família diferente da dos outros.

> *"Ent – tu vives com os teus tios, achas que a tua família é diferente da de outra pessoa que esteja a viver com os pais ou de outra pessoa que esteja a viver com os avós?*
> *J – não.*
> *Ent – é igual?*
> *J - é."* [J, 12 anos, escola comparticipada]

Os desenhos elaborados pelas crianças também revelam alguns inputs no que concerne as suas representações de família, sobressaindo os sentimentos dominantes e o modelo ideal.

A maioria das crianças vive em família alargada (por vezes a membros não consanguíneos) sendo este considerado o tipo ideal de família para a maioria.

> *"Ent - Com quem vives?*
> *R- Minha mãe, irmãos, tios e primos e o meu tio."*
>
> [R, 13 anos, escola comparticipada]

> *"Ent – quantas pessoas é vivem na tua casa?*
> *He – vive…vive a minha mãe, o meu irmão mais velho, a mulher do meu irmão mais velho, a filha dele, o meu terceiro irmão deficiente, a mulher dele e os dois filhos dele, vive eu, a minha irmã mais velha, a minha irmã menor, o meu sobrinho, e outra irmã de pai. Contando com o meu pai faz 14 pessoas."*
>
> [He, 12 anos, escola comparticipada]

> *"Ent – com quem é que vives?*
> *T – Com a minha irmã, com o meu pai, minha madrasta, minha outra irmã filha deles, e uma prima da minha madrasta."*
>
> [Trs, 14 anos, escola privada]

Contudo, também pudemos observar, tendo em conta o testemunho de algumas crianças, que começa a existir um maior apreço pela família de tipo nuclear, considerada por algumas como o tipo ideal. A génese desta mudança pode estar relacionada com a importação de características multiculturais difundidas pelos media, pela importação de remessas sociais, pela existência de conflitos no seio da família alargada que a criança imputa a "intromissões" de familiares, entre outras:

> *"Não precisas de tantos, tantos parentes. Fica só a mãe, o pai e os filhos"*
>
> [I, 11 anos, escola privada]

> *"Ent – as famílias muito grandes não são o ideal de família?*
> *C – não.*
> *Ent – pela questão do espaço?*
> *C – não, tem a ver com as intrigas"* [C, 11 anos, escola privada]

No Ocidente, contrariamente ao que ocorre em Angola, a partilha do quotidiano com a família alargada não é tão frequente. A vivência em família alargada não é ressaltada. O tipo ideal de família é o nuclear, resultando em parte numa visão etnocêntrica da família e dos problemas que a assolam. Os estudos levados a cabo e a problematização das questões que podem afetar a família tendem a ser condicionadas por este olhar. É

fundamental considerar o contexto, a cultura e tradições quando estamos a analisar questões relacionadas com a família, pois estas influenciam a sua dinâmica e práticas.

A importância e as funções da família foram também questões colocadas às crianças, que foram unânimes em considerar a família "muito importante" e mencionaram funções tanto de carácter afetivo como de carácter prático. No que concerne as funções da família, as crianças apontaram como principais funções a educação, destacando o facto de esta ensinar e corrigir, e a proteção. Foi também salientado que a família tem como função alimentar e prover afeto.

*A centralidade dos afetos*

No que diz respeito às respostas obtidas junto das crianças sobre a sua família, verificamos que, quando confrontadas com a questão *como é a tua família?,* tendem a responder de acordo com características afetivas ou de acordo com características formais como o tipo ou o tamanho da família.

> *"A minha família é alegre, divertida, mas as vezes calma demais."* [C, 11 anos, escola privada]
>
> *"A minha família é incompleta."* [H, 12 anos, escola privada]
>
> *"A minha família é grande e cheia de costumes."* [W, 11 anos, escola privada]
>
> *"A minha família é alargada e alegre."* [E, 11 anos, escola privada]
>
> *"A minha família é perfeita, amorosa e carinhosa, saudável e religiosa."* [J, 13 anos, escola comparticipada]
>
> *"Minha família é feliz, um pouquinho chata, mas temos amor e carinho para todos nós. Minha família é grande."* [R, 13 anos, escola comparticipada]

A figura abaixo espelha as palavras mais utilizadas para caraterizar a própria família. Observa-se que apesar da ausência de um elemento estruturante, as crianças ressaltam a união familiar como uma das características principais. "Feliz", "grande", "incompleta", "carinhosa" e "amor" foram outros dos atributos familiares mencionados pelos inquiridos. É também de assinalar que a generalidade das palavras utilizadas para caraterizar a família são qualidades. Apenas uma criança refere uma característica menos

positiva – *chata*. De referir ainda associações de ordem moral ou religiosa, nomeadamente *religiosa* e *cristã.*




Figura 22. Nuvem de palavra – família

As crianças mencionaram também que a família é importante e fonte de afeto e apoio, sendo os excertos seguintes disso exemplificativos:

> *"a família é importante porque quem não tem família não se sente bem"*
> [A, rapariga, 14 anos, escola comparticipada]

> *"é importante porque na família dão amor, carinho"*
> [R, rapariga, 14 anos, escola comparticipada]

> *"é importante porque na família também nós aprendemos com as pessoas dos mais velhos, as pessoas mais velhas são muito importantes"*
> [B, rapariga, 13 anos, escola comparticipada]

*"família é importante porque nos educa, dá proteção, carinho, nos ajuda nas nossas tarefas".*
[Jn, rapariga, 14 anos, escola comparticipada]

De referir que a maioria das crianças (n=12) considera-se feliz em família, e descreve que a família ideal deve ser "completa"[32], composta por pai, mãe e irmãos (família nuclear). Apenas uma criança faz referência à família alargada, mais concretamente a de estar próximo de tios, primos e avós. A inexistência de discussões e conflitos também faz parte

[32] A designação utilizada pelas crianças angolanas para distinguir os tipos de família é *completa* (quando inclui os dois progenitores e a criança) e *incompleta* (quando falta um dos progenitores ou a criança).

da família ideal, assim como a união e o diálogo. É ainda de referir que uma criança valorizou a ausência do álcool e outra a crença religiosa.

Como pudemos ver nas entrevistas efetuadas no projeto TCRAf-Eu, ainda que não estejam presentes os progenitores migrantes, as crianças tendem a ser educadas conservando os valores tradicionais, por garantir alguma expetativa em relação à receção de cuidados futuros prestados pelos seus filhos. Esta expetativa assenta nos valores tradicionais da família na sociedade angolana, nos quais ressalta a valorização da velhice – "os velhos como fonte de sabedoria". Muitas crianças também manifestam a vontade de corresponder às expetativas, afirmando que no futuro cuidarão do seu atual cuidador.

> *"Se a minha mãe na velhice não tiver ninguém para ficar com ela, eu fico com ela [...] Tenho de retribuir aquilo que ela faz por mim.*
>
> [R, rapaz, 14 anos, escola privada]

> *"Ent - quando cresceres achas que vais querer tomar conta/ cuidar de uma pessoa idosa? Is – Sim, do meu avô.*
>
> [Is, rapaz, 13 anos, escola pública]

> *"Ent - quando cresceres achas que vais querer tomar conta/ cuidar de uma pessoa idosa? Es – Acho que sim, da minha mãe.*
>
> [Es, rapariga, 13 anos, escola pública]

**Importância do parentesco e sua composição**

Relativamente à **reorganização ou rearranjo dos laços familiares,** contatamos que na nossa amostra esta não é muito visível. A história de Angola, com conflitos muito marcantes, acentuou a necessidade de os indivíduos serem solidários. A família tende a pender para o tipo alargado com uma maior partilha e participação dos seus membros nas decisões que lhes dizem respeito, é a célula principal dessa solidariedade. Assim, a importância do parentesco é enaltecida enquanto pilar da família e base de solidariedade, daí que seja sobretudo sobre este grupo que recaia a escolha do cuidador. Na amostra não se verificou nenhum caso de cuidadores fora do universo familiar. De igual modo o acolhimento informal, relatado e experienciado por alguns dos progenitores, também teve lugar junto de elementos da família alargada. No que concerne os cuidadores, encontram-se alguns casos em que o acolhimento informal também ocorreu fora do núcleo familiar.

Na família, assim como na sociedade, a mulher ocupa um papel fundamental, ligado sobretudo à criação e educação dos filhos, mas também ao seu sustento. Na maioria destas famílias, a mulher – mãe é a principal cuidadora e a chefe de família.

A migração de um progenitor, dependendo do tipo de relação existente anteriormente (partindo do princípio que há contato entre criança e progenitor, o que nem sempre acontece), implica por parte da criança uma adaptação à ausência do mesmo e posteriormente à adoção de novas práticas familiares, impostas pela distância. Assim, desenvolvem novos modos de organizar e manter a sua relação parental, onde a participação na vida do outro passa pela comunicação, pelas trocas materiais e visitas, pela atribuição de significados às interações.

Na amostra, a migração de um progenitor não aparenta possuir um papel decisivo na reorganização familiar. Fatores de ordem conjugal parecem ter mais influência no que concerne o rearranjo familiar e as alterações familiares.

De seguida passamos a analisar os dados empíricos recolhidos através da utilização de métodos criativos sobre o tema família. Foram levadas a cabo três atividades, nomeadamente desenhos, colagens e materiais reciclados, com as quais se pretendia aferir respetivamente o modelos familiares e reconfigurações, o ideal de família e o sentimento dominante provocado pela separação geográfica.

Iniciamos a análise pelos desenhos realizados. Relativamente aos aspetos gráficos ou formais dos desenhos, numa primeira observação identificaram-se alguns desenhos (n=6) cujo tipo de representação não se adequa à faixa etária das crianças que os realizaram: as figuras (membros da família) eram representadas tipo palito, característicos de crianças de menor idade (crianças até aos 10 anos) (ver figuras 23 e 24).



Figura 23. Desenho da família - palito, menina 13 anos, escola comparticipada.



Figura 24. Desenho da família - palito, menina 13 anos, escola comparticipada.

No que se refere ao *uso de cor*, a maioria das crianças utilizou cores na realização dos seus desenhos. Três das crianças fizeram um uso muito diminuto das cores (figuras 25 e 26), e cinco não usaram cores no seu desenho (figuras 27 e 28).



Figura 25. Desenho da família- pouca cor, menina, 13 anos, escola comparticipada

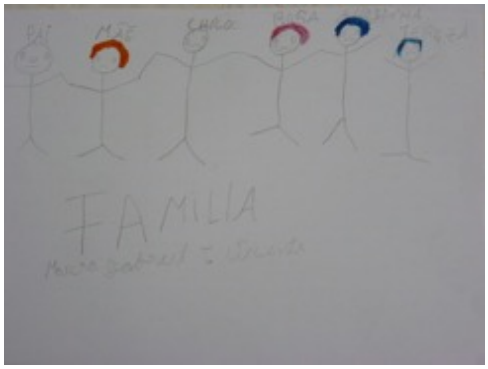


Figura 26. Desenho da família- pouca cor, menina, 13 anos, escola comparticipada



Figura 27. Desenho da família – sem cor, menino, menina, 12 anos, escola privada



Figura 28. Desenho da família – sem cor, 13 anos, escola comparticipada

No que diz respeito ao equilíbrio dos desenhos e ao posicionamento dos mesmos, observou-se que a maioria dos desenhos não se pautavam pelo equilíbrio. Segundo o psiquiatra Daniel Widlöcher (1971) o posicionamento do desenho no espaço, mais precisamente na parte superior da folha, representa o intelecto, a imaginação e o futuro, enquanto desenhar na parte inferior da folha, representa o passado, as necessidades físicas e materiais e a necessidade de suporte/estabilidade. Nicole Bédard (2000) também considera que nos desenhos infantis a ocupação do espaço transmite características das crianças, argumentando que a utilização do lado esquerdo do papel representa uma relação forte com acontecimentos do passado e dificuldade de vivenciar o momento presente ou o futuro. A utilização da parte central do papel representa que a criança tem relação forte com o momento presente, sugerindo que estas crianças tendem a não vivenciar tensões, enquanto a utilização do espaço à direita traduz uma tendência da criança para pensar no futuro. Refere ainda que as formas grandes estão ligadas a

sentimentos de segurança, ao passo que as pequenas podem traduzir falta de confiança da criança em si própria.

De seguida podemos verificar o posicionamento dos desenhos elaborados, bem como alguns exemplos (figuras 29 e 30).

Quadro 9 - Posicionamento dos desenhos

| **Tipo de Posicionamento** | **N.** |
|---|---|
| Desenhos bem centrados | 9 |
| Desenhos mais para a esquerda – só utilizaram 1 parte da folha | 3 |
| Desenhos realizados na parte de cima da folha | 7 |
| Desenhos realizados na parte de baixo da folha | 4 |



Figura 29. Desenho de família bem centrado, menina 11 anos, escola privada



Figura 30. Desenho de família que só usa uma parte da folha, menino 13 anos, escola comparticipada

A proporção das figuras e a escala do desenho foram bem conseguidas na maioria dos desenhos. Quanto ao número de pessoas desenhado, varia ente 2 e 10.

No que concerne os critérios interpretativos, observou-se que a maioria dos desenhos realizados pelas crianças não descreve um contexto específico ou situação, expondo apenas as figuras que as crianças consideram ser a sua família. Apenas 4 dos desenhos descrevem uma situação concreta ou específica vivenciada pela família, descrevendo em dois dos casos situações consideradas de alguma forma violentas – uma discussão e uma audiência (respetivamente figuras 39 e 40); o terceiro desenho pretende descrever uma memória positiva, a última reunião familiar, e representa um ato mais pormenorizado de afeto (figura 38); o quarto representa uma ação quotidiana, a criança a despedir-se da mãe (figura 41).

Relativamente às figuras que compõem o desenho, ou seja, *quem está desenhado,* e tendo em conta a descrição do mesmo que a criança faz, verifica-se que a figura mãe está presente em quase todos os desenhos (apenas 3 não incluem a figura materna), seguida da figura do pai e dos irmãos. Verificou-se, ainda, no que diz respeito à inclusão de ego no desenho, que 5 dos desenhos realizados não incluem.

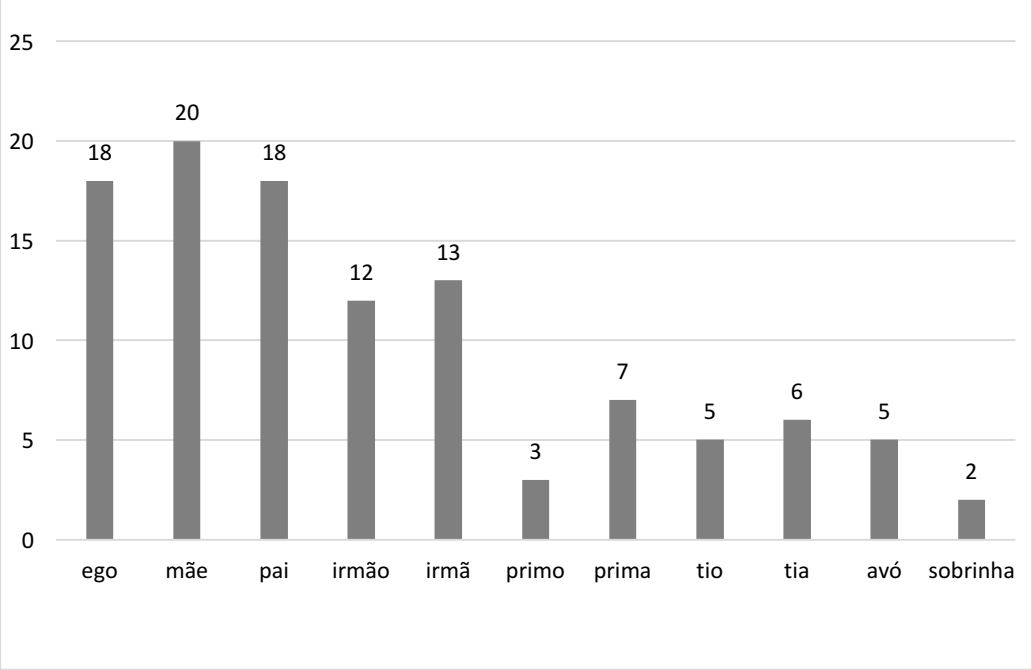



Figura 31. Elementos da família desenhados

No que toca *a fantasia ou representação,* este indicador pretende observar o carácter da situação desenhada, como a criança representa o seu desenho se de uma forma descritiva se de uma forma mais fantasiosa. Dos desenhos elaborados, a generalidade apresenta um carácter descritivo (figuras 32 e 33), apenas um desenho representa as figuras de modo fantasioso representado o elemento ego tipo super-herói (figura 34).

Os desenhos descritivos expõem os elementos que, na opinião da criança, constituem a sua família.

> *"M – Pintei a minha prima mais velha, a minha sobrinha mais nova, os meus tios, a minha mãe, eu, a minha prima, a minha prima mais chegada, o meu primo, o meu pai e a minha avó.*
> *Ent - quando tu pensas em família quem são as pessoas importantes?*
> *M – São três: a minha mãe, a minha tia e a minha prima.*
>
> [M, menina, 11 anos]



Figura 32. Desenho da família - menina, 11anos, anos, escola privada



Figura 33. Desenho da família - menina, 13 escola comparticipada



Figura 34. Desenho da família – menino, 11 anos, escola comparticipada

Em relação à utilização de *legenda,* a maioria das crianças não incluiu legenda no desenho que efetuou. Apenas 6 crianças o fizeram.

As legendas dos desenhos foram as seguintes: *Família; Família feliz unida para sempre; Eu e a minha família; A família que eu mais amo; As pessoas que eu mais amo; Amor do coração.*

Importa salientar que poucas foram as crianças que incluíram outros elementos para além das figuras que compõem a sua família. No que diz respeito aos desenhos com elementos extra destacam-se árvores, flores, casas (a maioria inclui no seu interior mesa e cadeiras, assim como porta e janelas), televisão, antena parabólica, brinquedos (boneca, bola, game boy), telemóvel, bem como a presença de figuras judiciais como juiz, um martelo e uma forca (figura 40).



Figura 35. Desenho de família com outros elementos, menina, 13 anos, escola comparticipada

Relativamente ao **modelo familiar reproduzido nos desenhos elaborados** pelas crianças verificou-se que este era maioritariamente alargado (n=12), existindo também famílias nucleares (n=7) e monoparentais (n=4). Há que destacar dois desenhos onde a família monoparental é alargada (para além da criança e da mãe, um inclui a avó, outro a tia). De referir também que a maioria dos desenhos inclui ambos os progenitores; contudo, constata-se que em alguns desenhos o progenitor ausente não está representado (n=6), existindo um desenho onde a criança não incluiu os progenitores. No que se refere à família alargada, de salientar os elementos "*tio/tia*" e "*primos/primas*", bem como "*avó*" como os mais presentes nos desenhos.

## Família, lugar das emoções

No que diz respeito às **emoções** representadas verificamos que a maioria procura expressar alegria, pois as figuras que compõem o desenho tendem a estar sorridentes. Contudo, isto não se verifica sempre: surgem desenhos onde as figuras apresentam traços distintos, nomeadamente uma sorri enquanto a outra apresenta uma expressão mais séria, estando a boca representada com um traço, como podemos observar na figura abaixo.



Figura 36. Desenho da família, menina 11 anos, escola privada

A figura 36 representa a família da criança que se colocou no centro do desenho, estando ladeada pela mãe, sorridente e pela avó, não sorridente. A seriedade está relacionada com o tipo de tarefas que desempenha na vida da criança. A mãe cumpre um papel afetivo e de brincadeira, enquanto à avó lhe cabe um papel mais operativo, sendo responsável pelas questões práticas.

Por vezes o progenitor ausente é retratado de forma não sorridente sugerindo alguma falta de proximidade afetiva entre a criança e o migrante. Considera-se que retratar o membro da família com um sorriso revela por parte da criança uma maior proximidade e cumplicidade.




Figura 37. Desenho da família, menino 14 anos, escola comparticipada

Para além da alegria, outras emoções estão patentes nos desenhos elaborados. Salienta-se o carinho, expresso no afagar a cabeça (ver figura 38), bem como sentimentos menos positivos como a tristeza, a ira ou a angústia (ver figuras 39 e 40), e ainda a seriedade, transmitida nas figuras não sorridentes.



Figura 38. Pormenor do desenho, menino 12 anos, escola privada



Figura 39. Pormenor desenho, menina, 11 anos, escola privada



Figura 40. Pormenor desenho, menino, 11 anos, escola privada

As figuras 39 e 40 e expõem situações vivenciadas pelas crianças e apresentam elementos que denotam emoções e sentimentos negativos, como as lágrimas ou a expressão zangada dos pais na figura 39, ou a tristeza evidente na figura 40, cujos personagens possuem sorrisos desenhados ao contrário, indicando desgosto e desagrado. De salientar, ainda, que apenas duas crianças não representaram qualquer tipo de emoções nos seus desenhos.

Como já se referiu, a generalidade dos desenhos apresenta um carácter descritivo, onde a criança expõe os elementos que considera fazerem parte da sua família. Assim, na maioria deles apenas consta a reprodução de figuras expostas no papel, encontrando-se a maioria no vazio, ou seja, sem enquadramento.

Relativamente aos desenhos que relatam um acontecimento, dividem-se em dois grupos: um descreve acontecimentos positivos e o outro acontecimentos com impacto negativo na vida da criança. Falando destes últimos, temos de destacar o desenho de *C*, uma menina de 11 anos que frequenta a escola privada, que descreve uma discussão familiar. A criança conta o seu desenho da seguinte forma: *"os meus pais a lutarem por mim como se eu fosse um objeto, e o meu irmão aqui a viver com a minha mãe."* Segundo a criança, este é um comportamento frequente entre os pais: *"De vez em quando sinto saudades do meu pai, quando a minha mãe discute com ele…eles estão separados, mas discutem à mesma, então quando a minha mãe discute com o meu pai, não me deixa vê-lo e então eu choro, choro. (...) eu não quero acordar com o barulho das discussões todos os dias, mas se os meus pais não discutissem muito, aí eu queria vê-los de volta, juntos"*. É também de referir o desenho de *E*, um menino de 11 anos que frequenta a escola privada (figura 40),

que ao desenhar a família opta por representar a audiência em tribunal, na qual a guarda é atribuída ao pai. Aqui fica o relato sobre o desenho que elaborou:

> *"Ent – quem são as pessoas que estão no teu desenho?*
> *E – o meu pai e a minha mãe*
> *Ent - e aqui és tu?*
> *E- sim.*
> *Ent – e aqui em cima?*
> *E – o juiz*
> *Ent – ai o juiz! Hum. E porquê que não se vê a cara só se vê o cabelo da mãe?*
> *E – ela tá virada para ele.*
> *Ent – hum, hum. E tu estás triste. Estás triste porquê?*
> *E – por causa da forma como ela me tratou*
> *Ent - quem é que te tratou mal?*
> *E- a minha mãe."*
>
> [E, 11 anos, menino, escola privada]

Entre os desenhos que exaltam acontecimentos positivos evidencia-se o de *H* , menino de 12 anos da escola privada, que nas suas próprias palavras, o fez evocando *"a última vez que eu vi a minha família em conjunto...foi em 2007, quando eu tinha 5 anos"* (ver figura 27); e de *Elz*, menina de 11 anos que frequenta a escola privada, cujo desenho é descrito da seguinte forma: *"tou aqui a despedir da minha mãe, e a minha mãe como sempre gosta de arranjar-se muito para ir trabalhar"* (figura 41). Não obstante das figuras representadas apresentarem sorrisos, o sentimento é o de partida. Considera-se que retratar estas situações particulares tem um carácter simbólico, podendo ser indicativo de que a criança lida com sentimentos de afastamento/partida.



Figura 41. Desenho menina, 11anos, escola privada

Importa referir que os desenhos descrevendo situações ou acontecimentos foram apenas elaborados por crianças da escola privada.

Uma vez que a generalidade não optou por desenhar uma situação concreta do quotidiano familiar, torna-se difícil identificar as dinâmicas familiares que lhes são implícitas. No entanto, nos casos em que o desenho se reporta a uma situação específica, podemos reconhecer uma dinâmica de conflito entre progenitores (ver figura 39). Os restantes desenhos que espelham situações particulares incidem sobre situações de despedida ou rutura, que podem indiretamente representar para a criança abandono.

O carácter claramente expositivo dos desenhos elaborados (a generalidade das crianças apenas expõe os elementos da família que considera mais importantes) inibe também a identificação de papéis de género. Contudo, as entrevistas com as crianças permitem constatar que pais e mães se encontram integrados no mercado de trabalho, havendo um número considerável de mães da escola pública que "vendem", estando ligadas ao comércio informal.

Para além dos desenhos da família, as crianças foram ainda desafiadas a desenharem a pessoa de que "mais gostam"; a pessoa que "cuida delas"; a pessoa de "quem sentem mais falta"; e a pessoa "com quem podem sempre contar". Foi ainda solicitado que avaliassem se a separação geográfica dos progenitores era boa ou má, associando um desenho a essa valoração.

Relativamente à ***pessoa de que mais gosto***, a maioria (n=13) desenhou a figura materna. Três crianças desenharam ambos os pais, enquanto duas crianças desenharam o pai.

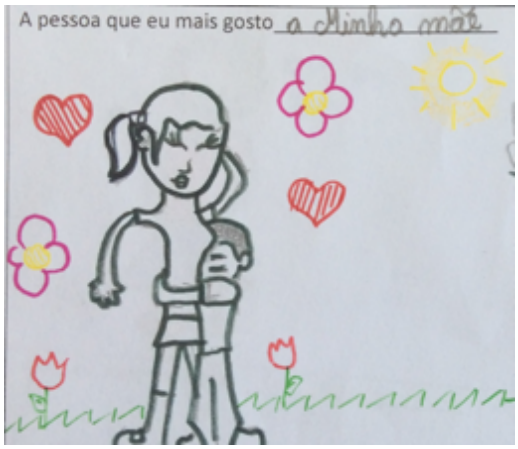



Figura 42. Desenho menino, 12anos, escola privada

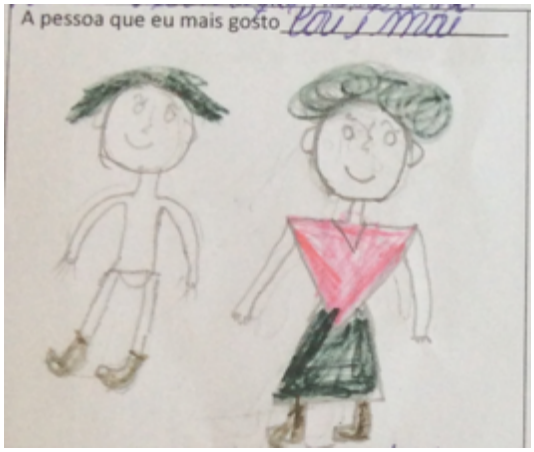



Figura 43. Desenho menino, 13 anos, escola comparticipada

Em relação ao **cuidador**, verificamos pelos desenhos das crianças que a maioria é cuidada pela mãe (n=9), sendo que o pai é o cuidador principal de apenas duas crianças. Surgem ainda como cuidadores os avós, tios, a irmã, a tia e a avó e uma criança refere ter como cuidador "a família". Observou-se também que existe alguma idealização quanto aos prestadores de cuidados. Na figura 43 (elaborada por um menino de 13 anos), a criança afirma que quem cuida dela é o pai e a mãe; contudo, na representação gráfica de quem presta os cuidados cinge-se apenas à mãe, o que nos leva a crer que a mãe é a prestadora diária de cuidados; o pai, estando fisicamente distante, é envolvido apenas nas decisões esporádicas e maiores. A criança manifesta ainda o desejo de ser cuidada por ambos os pais em simultâneo.




Figura 44. Desenho, menino 13 anos, escola comparticipada

No que concerne **à *pessoa de que sinto mais falta,*** a maioria desenhou o pai (n=9), depois a figura materna (n=6) e os irmãos (n=3).

Curioso é o facto de duas crianças afirmarem sentir mais falta dos pais, o que nos leva a presumir que sentem falta da união conjugal dos seus progenitores, de como era a sua situação familiar anterior à migração. De referir que uma criança afirmou não sentir falta de ninguém, o que revelará inexistência de relacionamento com o progenitor ausente.




Figura 45. Desenho, menino 12 anos, escola privada

No que refere à **perceção de apoio e segurança**, as crianças consideram que *podem sempre contar com a mãe* (n=4), *com o pai* (n=4), *com os irmãos* (n=4), com *ambos os progenitores* (n=3), *com a tia* (n=2), com o tio (n=1), *com os tios (*n=2) e *com a família* (n=1).

No que diz respeito à valoração da separação geográfica, nem todas as crianças descreveram aspetos positivos; todas indicaram um aspeto negativo. A separação geográfica é entendida como um resultado da migração, mas em bastantes casos é também consequência de uma rutura conjugal entre os seus progenitores (ver resultados do projeto TCRAf-Eu, em especial Grassi, 2013. Report Questionário aos pais TCRAf-Eu, e Grassi, Vivet e Marinho, 2016).

No que se refere aos **aspetos positivos da separação geográfica** entre o pai ou a mãe e a criança, foi mencionado, em dois casos, a ausência de discussões entre os progenitores, o que indicia a existência de um relacionamento prévio marcado por conflitos. Três crianças ressaltaram o bom relacionamento que possuem com a mãe, e as novas aprendizagens que decorrem da separação geográfica, depreendendo-se que entre a criança e o progenitor ausente existe posteriormente um espaço para a transmissão de conhecimentos e experiências.

> *"também pode ter coisas boas porque eu não quero acordar com o barulho das discussões todos os dias"* [C, 11 anos, menina, escola privada]
>
> *"Passou a haver menos barulho, birra, ralhetes"* [I, 11 anos, menina, escola privada]

*"às vezes quando volta de viagem ele traz sempre novidades, conta sempre algo que nos faz rir, nos ensina coisas novas que ele aprendeu lá e nos ensina a falar línguas que nós não conhecemos, então é sempre bom. Se ele não ia ali, ele não ia aprender a falar aquela língua e não ia nos ensinar.*
*Ent – o facto do pai estar distante traz novos conhecimentos, novas culturas*
*He – sim.*
*Ent – e isso é bom?*
*He – é.* [He, 12 anos, menina, escola comparticipada]

De referir também que uma das crianças mencionou como aspeto positivo da separação geográfica o dinheiro, subentendendo-se que a migração representa um ganho na sua situação financeira (figura 48). Este aspeto foi também mencionado como uma das vantagens da migração:

*"o que há de bom é que ele consegue sustentar as minhas necessidades"*
[V, menina, 14 anos, escola pública]

*"Ent - a distância geográfica ajuda no desenvolvimento da família como? Referes-te à ajuda financeira?*
*JM – Sim, financeira, económica."* [JM, menino, 14 anos, escola comparticipada]

Quanto aos **aspetos negativos da separação geográfica** são indicadas principalmente razões de ordem afetiva e emocional. As crianças manifestam sentir falta do pai/mãe, assim com declaram sentir "saudades", "tristeza" e "falta de afeto".

Também o argumento que separa a família, ou que não vê o pai todos os dias, ou mesmo que impossibilita a partilha de momentos importantes, é utilizado pelas crianças para justificar os aspetos "maus" de viver distante de um dos seus progenitores.

*"outra parte faz a distância é que os filhos não crescem com os seus pais, por exemplo quando é dia de aniversário, quando chamam na escola o meu pai sempre não está presente."* [JM, menino, 14 anos, escola comparticipada]

*"eu sinto muita falta do meu pai. uma das vezes estava a ouvir uma amiga a dizer "o meu pai me trata super bem, me dá carinho" e eu comecei a chorar por saber que nem sempre posso estar com o meu pai e nem sempre tenho esse amor que preciso."*
[E, menina, 13 anos, escola pública]

*"tem vezes que em vez de prestar atenção na matéria, fico a pensar no meu pai. Como é que ele está, nem todos os meses ele liga frequentemente."*
[V, menina, 14 anos, escola pública]

*"sinto muitas saudade do meu pai"* [Jb, menino, 14 anos, escola comparticipada]

Seguem-se alguns exemplos da representação gráfica dos aspetos positivos e negativos da separação geográfica dos progenitores.




Figura 46. Desenho impactos, menina, 11 anos, escola privada

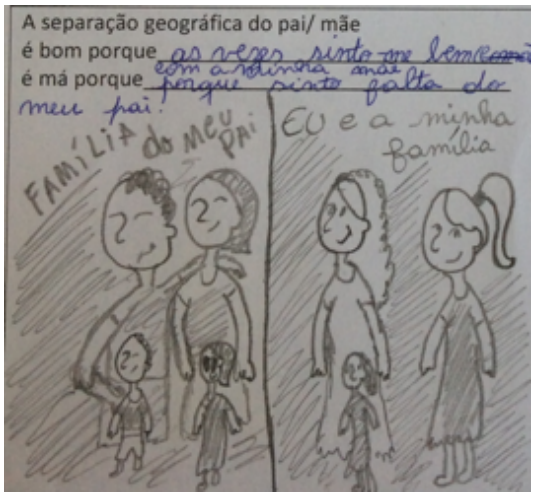
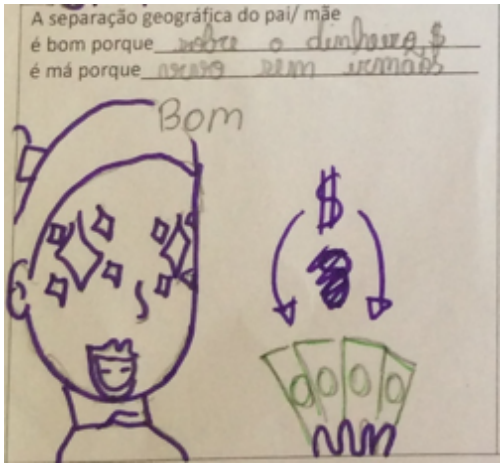



Figura 47. Desenho impactos, menina, 11 anos, escola privada



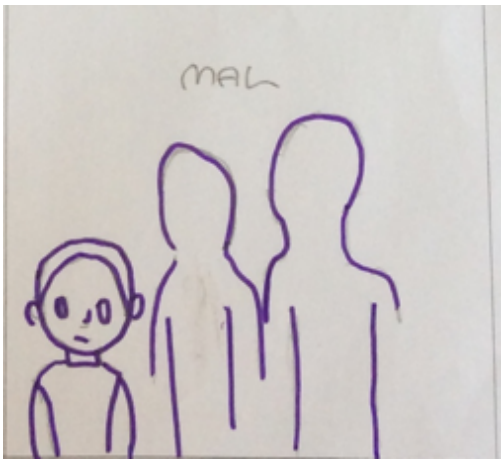




Figura 48. Desenho impactos, menino, 12 anos, escola privada

Já tínhamos verificado nas entrevistas realizadas com crianças no âmbito do projeto *TCRAf-Eu*, como estas ressaltam como aspetos positivos da separação a maior capacidade de o progenitor sustentar a família, o envio de presentes e de dinheiro, assim como a possibilidade de adquirir formação que posteriormente resultará, em seu entender, na obtenção de um bom emprego. Também neste grupo houve crianças que não consideraram a existência de qualquer aspeto positivo, ou seja, o desgaste emocional criado pela distância (manifesto em saudades, tristeza, solidão) não deixa antever uma relação compensatória: *"estar longe dos filhos é negativo"*. Entre outros aspetos

negativos, foram salientados o facto de crescerem longe do pai/mãe e disso resultar pouco tempo partilhado, a perda de contacto e a pouca comunicação também foram referidas, a par das consequências emocionais na criança evidentes nas saudades e tristeza que sentem, bem como na preocupação com o progenitor, com a sua solidão e apoio. É também referido que a separação geográfica pode redundar em falta de apoio: *"é complicado estar longe, às vezes acontece alguma coisa e ela tá longe e não sabemos o que fazer"*.

De salientar que a generalidade das crianças se sente protegida e compreendida pela família.

*"sim, sinto-me protegida, querida"* [M, menina, 11 anos, escola privada]

*"O meu pai. Ele compreende-me melhor"* [C, menina, 11 anos, escola privada]

*"Sim, eu sinto-me compreendido pela minha mãe"*
[H, menino, 12 anos, escola privada]

*"Sim, sinto que me compreendem, mais a minha madrinha, mãe e irmã"*
[He, menina, 12 anos, escola comparticipado]

**Quanto às atividades realizadas em família,** há as de carácter lúdico ou as mais formais. Nas primeiras surgem as idas à praia, o passear, o ir a festas – aqui também são referidas festas de índole mais formal como casamentos ou festas de pedido (de casamento). Outras atividades como jogar (uma criança referiu existir uma noite específica em que a família se dedica à prática de jogos – "noite do jogo") ou brincar são também referidas, assim como viajar, acampar ou fazer piqueniques. A realização de tarefas domésticas como cozinhar, arrumar a casa, também foram mencionadas como sendo realizadas em família. As atividades mais formais abarcam as reuniões familiares e almoços, podendo estes ter uma frequência semanal ou mais espaçada.

A maioria das crianças (n=12) já não se recorda do que experienciou nos primeiros dias após a separação geográfica do pai/mãe. Contudo cinco delas têm memória desse período, e uma mencionou a data exata do acontecimento.

No que diz respeito ao relacionamento com as pessoas com quem vivem, este foi definido como "ótimo" (n=6), "muito bom" (n=4) e "bom" (n=4), apenas uma criança o descreveu como "normal". Já o relacionamento com o progenitor ausente foi definido entre o "bom"

(n=5), "ótimo" (n=4), "normal" (n=3), verificando-se ainda que 5 crianças não possuem qualquer contacto com o progenitor ausente.

A auto-perceção das crianças torna-se bem percetível na leitura dos cartões-família. O objetivo da atividade era que as crianças conseguissem identificar e perceber a existência de vários tipos de famílias, bem como comentassem as imagens referindo a sua "preferida", a que "menos gostavam" e a que "mais se assemelhava" à sua família.



Figura 49. Cartões apresentados às crianças para a realização da atividade – cartões famílias

Para a realização da atividade *Cartões – famílias*, foram selecionadas 12 imagens, retiradas da Internet, referentes a diversos tipos de família, famílias nucleares, famílias alargadas, famílias monoparentais e famílias homoparentais. As imagens foram coladas sobre cartolina, numeradas e mostradas às crianças.

No quadro 10 (10 a e 10 b), é possível observar as imagens de cada cartão bem como os comentários escritos pelas crianças.

As crianças conseguiram compreender que se tratavam de diversos tipos de família, contudo dividiram as **famílias** no binómio "**completa-incompleta"**. As famílias "completas" incluem a figura materna, paterna e crianças; as famílias "incompletas" apenas incluem uma figura parental, ou o pai ou a mãe e crianças. Referem que *"cada família é diferente"* e que *"tem famílias felizes e outras tristes"*

Quadro 10 - Comentários das crianças aos cartões- família

| N.º | 1 | 2 | 3 | 4 |
|---|---|---|---|---|
| Figura |  |  |  |  |
| | Família nuclear | Família homoparental feminina | Família nuclear | Família monoparental |
| Comentários | Família feliz (n=7);<br>Família unida (n=1);<br>Família contente (n=2)<br>Sorriso (n=1);<br>Família Perfeita (n=1);<br>Família ideal (n=1);<br>Representa o amor que os pais têm pelos filhos(n=1); | Família feliz (n=6);<br>Alegria (n=2);<br>Duas mães a darem carinho à filha (n=1);<br>Felizes (n=2);<br>Família feliz mesmo sem a presença do pai (n=2);<br>Acho esta imagem muito linda, porque mesmo tendo duas figuras maternas, com a filha não deixam de sorrir (n=1);<br>Representa a mãe e as filhas a sorrir (n=1);<br>Representa o amor que as irmãs têm uma com as outras (n=1);<br>Ver a minha mãe alegre com a sua família; | Família unida e feliz (n=2);<br>Família unida - (n=3);<br>Família alegre (n=3);<br>Família grande (n=1);<br>Família grande e unida (n=1);<br>Família emocionada (n=1);<br>O pai e a mãe com os filhos na praia (n=1);<br>Família que parece feliz, mas não (n=1);<br>Ver o meu pai junto da minha mãe, do meu irmão e de mim claro (n=1); | Triste (n=6)<br>Sofrimento (n=3)<br>Família pobre(n=1)<br>Família restrita (n=1)<br>Família infeliz (n=2)<br>Minha mãe a cuidar de mim e dos meus irmãos (n=1);<br>Uma mãe separada do pai com uma filha nos braços! Isso é muito triste (n=1)<br>Mãe com um bebé (n=1) |

Quadro 10 a – Comentários das crianças aos cartões- família

| N.º | 5 | 6 | 7 | 8 |
|---|---|---|---|---|
| Figura |  |  |  |  |
| | Família alargada | Família homoparental masculina | Família nuclear sem filhos | Família alargada |
| Comentários | Família sem conflitos (n=2);<br>Família completa e feliz (n=2);<br>Família completa (n=1);<br>Família alargada e muito feliz (n=1);<br>Família feliz e amorosa (n=1);<br>Família amorosa e carinhosa (n=1);<br>Família segura (n=1);<br>Unida (n=2);<br>Grande e alegre (n=1);<br>Contente (n=1);<br>Responsabilidade (n=1);<br>Adorei a imagem (n=1);<br>Adoro a minha família (n=1); | Felizes (n=2);<br>Família corajosa (n=1);<br>Orgulho (n=1);<br>Pequena família (n=1);<br>Família unida (n=1);<br>Pai, avô ou tio, eu não ficaria feliz a viver com eles porque sinto muita falta da minha mãe (n=1);<br>Família desenvolvida (n=1);<br>O pai sorrindo com os seus filhos (n=1);<br>Representa amor de tios (n=1);<br>É bom sempre ver o meu pai perto da sua família (n=1);<br>Contentes (n=1);<br>Família feliz sem mãe – pesadelo (n=1);<br>Superação, mesmo sendo duas figuras paternas não se deixam rebaixar e têm um sorriso (n=1); | Casal apaixonado(n=1);<br>Família pequena (n=1);<br>Família pequena, mas unida (n=1);<br>Unidos (n=1);<br>Casal feliz (n=3);<br>Sem filhos (n=1);<br>Amor (n=2);<br>Amizade (n=1);<br>Estão apaixonados (n=1);<br>Relação amorosa (n=1);<br>Pais, membros da família (n=1);<br>Representa muita infelicidade porque parece que este casal precisa de algo mais (n=1);<br>É bom ver meus pais juntos, perto um do outro, de verdade adoro os meus pais (n=1); | Família alargada (n=3);<br>Família triste (n=3);<br>Família pobre, mas unida (n=1);<br>Família necessitada (n=1);<br>Família sofrendo (n=2);<br>Família infeliz (n=1);<br>Família unida, mas triste (n=1);<br>Família completa (n=1);<br>Família alargada e feliz (n=1);<br>Família tirando uma foto no sítio onde estão a festejar um momento único (n=1);<br>Uma família unida e uma família mais forte (n=1);<br>Esta imagem lembra-me a minha família (n=1); |

Quadro 10 b – Comentários das crianças aos cartões- família

| N.º | 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|---|
| Figura |  |  |  |  |
| | Família monoparental | Família nuclear | Família nuclear | Família nuclear |
| Comentários | Pai e filho felizes (n=2);<br>Carinho entre pai e filho (n=2);<br>Família incompleta (n=1);<br>Família pequena (n=1);<br>Família unida (n=1);<br>Pai e filho juntos (n=1);<br>Alegres (n=1);<br>Paixão (n=1);<br>se amam (n=1);<br>Pai no parque com o seu filho (n=1);<br>Pai a brincar com o seu filho (n=1);<br>É bom sempre um pai está sempre perto do filho, assim o filho cresce com carinho, educação, etc. (n=1);<br>Pai e filho sozinhos, sem a mãe nem filhos o que significa que se separou do pai ou morreu (n=1);<br>Eu gosto desta imagem porque representa o amor entre pai e filho, lembra-me a relação que tenho com o meu pai (n=1); | Felizes (n=3);<br>Carinho (n=1);<br>Amor (n=1);<br>Amor dos pais pelo filho (n=2);<br>Família maravilhosa (n=1);<br>Família linda (n=1);<br>Amigos felizes (n=1);<br>Pai e mãe com o seu filho (n=1);<br>Pais a darem carinho ao filho (n=1);<br>Família pequena e junta (n=1);<br>Família completa (n=1);<br>É os meus irmãos medam o maninho novo (n=1);<br>Adorei esta imagem porque no inicio é tudo bom (n=1); | Família completa (n=3);<br>Família feliz (n=3);<br>Família unida (n=2);<br>Família unida e feliz (n=1);<br>Família pequena e feliz (n=1);<br>Amigos (n=2);<br>Alegres (n=1);<br>Irmãos unidos (n=1);<br>Pai e mãe passeando com o seu filho (n=1);<br>Família muito fofa, estão todos a sorrir (n=1);<br>Esta família significa para mim uma família feliz, com o pai, mãe e filho, mas eu acho que essa família é incompleta, claro eles são felizes de fora, mas dentro eles estão tristes e a gritarem: “a nossa família está incompleta – diz o pai; precisamos de mais um ou dois elementos – diz a mãe; eu não quero ser filho único – diz o filho” (n=1); | Família feliz (n=2);<br>Família completa (n=2);<br>Família completa e feliz (n=2);<br>Família unida (n=3);<br>Família feliz e alargada (n=1);<br>Família feliz e amorosa com os filhos (n=1);<br>Bonecos engraçados e unidos (n=1);<br>Representa paixão pela família (n=1);<br>Antes dos meus pais se separarem a minha família era assim (n=1);<br>Espero que a minha família não se separe nunca mais (n=1);<br>Amizade sem conflitos (n=2); |

Outro facto que chamou a atenção das crianças nos seus comentários foi a existência de sorrisos (este facto alheio à investigadora por altura da seleção das imagens), o qual viria também a condicionar a caracterização das imagens de acordo com o binómio "feliz-triste".

As crianças da escola privada distinguiram os tipos de família em "alargada", "incompleta" e "completa", enquanto as crianças da escola comparticipada tenderam a dividir as imagens entre "felizes" e "tristes".

As imagens relativas às famílias homoparentais (imagem 2 e 6), bem como a imagem referente à família nuclear sem filhos (imagem 7), não foram identificadas como tal pela maioria das crianças. Contudo, são de salientar alguns comentários interessantes, nomeadamente em relação às famílias homoparentais, tais como *"Aquela família que está feliz mesmo sem pai (chefe da família)"*, *"Representa uma família corajosa" ou "Acho que esta imagem carrega uma grande superação, porque mesmo sendo uma família que tem duas figuras paternas não se deixam rebaixar e têm um sorriso"*. De referir ainda que a imagem 2 foi percebida como uma família monoparental – mãe e tia, sendo por isso apontada por várias crianças como a imagem que mais se assemelha à sua família.

Os comentários escritos de algumas crianças incluem desejos pessoais, ou seja, associam determinada imagem a situações por si vivenciadas, ou valores pessoais, como por exemplo considerarem que as famílias devem ter mais de um filho.

De modo geral, nos comentários em grupo feitos em relação aos cartões, as crianças da escola comparticipada referiram existir "**famílias unidas" e "famílias em falta"**. Estas últimas referem-se à figura 7 (representativa de uma família nuclear sem filho), que "tem em falta os filhos", e a figura 9 (representativa de uma família monoparental masculina), onde as crianças entendem "faltar a mãe".

As imagens que mais agradaram às crianças, e por isso receberam mais comentários positivos, foram as imagens 10, 5 e 1. Por outro lado, as imagens que menos comentários positivos recolheram foram as imagens 4 e 8. Considero que o facto de as figuras não aparecerem a sorrir (algo que não foi ponderado na seleção inicial das imagens) parece ter condicionado a opinião das crianças, em especial no caso da imagem 4, que foi associada a adjetivos como "tristeza "e "sofrimento" e, no caso da imagem 8, a "tristeza" e "pobreza".

Relativamente à imagem 8, uma das crianças referiu que associou a tristeza à condição económica da família.

> *"Ent – Não são felizes porquê?*
> *L – Não tem condições*
> *Ent – Porque dizes que tem problemas económicos?*
> *L – Na imagem tão um pouco tristes, o lugar onde estão, as roupas."*
> [L, menina, 13 anos, escola comparticipada]

É curioso que esta seja a imagem que menos tenha agradado, uma vez que representa uma família alargada africana, a realidade vivida pela grande parte das crianças em Angola.

A apresentação das imagens foi também o mote para questionar as crianças sobre o que estas entendiam ser uma família. De seguida apresentamos um excerto desse diálogo, onde se pode notar que a definição de família das crianças agrega tanto elementos formais (resultantes da sua aprendizagem escolar como sugerir que é um grupo de pessoas unidos pela consanguinidade ou dividir as famílias em 2 tipos: completa e incompleta) como uma componente mais pessoal:

> *"Ent - Então estas imagens são sobre vários tipos de família e eu agora queria que vocês me dissessem o quê que é isso família?*
> *C - Família é um grupo de pessoas…*
> *H – Seguido por laços de sangue*
> *I – Onde aprendemos a ser educados*
> *Elz - Onde aprendemos a andar*
> *W – ...partilham afeto entre si*
> *Elz- tem carinho e amor quando estão juntos*
> *M – É onde nós sentimos bem...para mim família são as pessoas que eu posso sempre contar.*
> *Elz- podemos contar os nossos segredos*
> *M – São os nossos melhores amigos.*
> *El – família são as pessoas em que eu posso confiar"*
> [crianças, escola privada]

*Funções da família*

De acordo com a crianças da amostra, a família tem diversas funções nomeadamente educar/ ensinar, ajudar, criar, corrigir, alimentar, promover a união, ser responsável e ser compreensiva.

*"Ent – Quais é que vocês acham que são as funções da família? O que é suposto a família fazer?*
*W e H – Ajudar;*
*Elz – Corrigir;*
*I – Ensinar."* [crianças, escola privada]

*"Ent –Agora queria saber quais é que vocês acham que são as funções da família?*
*Jn – Educar;*
*R – Criar;*
*T – Ser responsável pelos seus actos;*
*H – Ser amigo, não haver muito conflito. Devem saber se entender, deve haver união entre eles;*
*JB – Criar e dar boa educação."* [crianças, escola comparticipada]

As crianças tendem a salientar aspetos positivos de ter família, mas também referem aspetos menos positivos, deixando implícito que na sua opinião existem vários lados/facetas da família. Assim, consideramos o "lado A" da família os aspetos positivos de se ter uma família. A este nível foi mencionado o apoio, descrito na possibilidade de *"ter alguém para confiar em ti todos os dias"* e *"te ajudar nos teus problemas", "em todas as ocasiões, em todos os momentos"*. A partilha de alegrias foi também sublinhada tendo através dos momentos de comemoração e da organização e participação de festas em casa. Verificamos uma valorização da componente afetiva, sobretudo nas respostas dadas pelas crianças da escola comparticipada que mencionaram o amor, o carinho e respeito.

Em contrapartida, o "lado B" refere-se aos aspetos negativos que podem advir da família, nos quais as crianças assinalaram as discussões, os conflitos, a pressão sobre os filhos quando um casal se separa, as lutas e o álcool. As crianças da escola privada foram unânimes em apontar o álcool como um maleficio causador de discussões. Atentemos o diálogo abaixo:

*"Elz – isto também é por causa das bebidas alcoólicas que muitas vezes os pais consomem e quando chegam tarde a casa gostam de pôr o stress em cima das pessoas que encontram.*
*Ent – o álcool é uma coisa má para as famílias?*
*Todos – sim*
*Ent – hum, hum*
*I - Cigarro também*
*C – Quando fica todo o mundo bêbado e sem discussão, tá-sse bem!"*
[Elz, I, C, 11 anos, meninas]

As crianças da escola comparticipada destacaram como principais pontos negativos de não possuir família, a solidão, a tristeza, o ódio, pois *"às vezes pessoas sentem ódio porque perguntam o porquê que eu vim ao mundo se eu não tenho família, sentem de uma maneira diferente"*.

A atividade "colagem" pretendia aceder ao **ideal de família da criança**, procurando perceber em que medida esta se distancia da sua realidade. Para a execução foram distribuídas pelas crianças algumas revistas e jornais, portugueses e angolanos, bem como tesouras, cola, fita-cola, lápis de cor, canetas de filtro e folhas de papel cavalinho A3. As figuras abaixo ilustram os materiais disponibilizados (figura 50), bem como o desenvolvimento da atividade e alguns produtos finais (figuras 51 e 52).




Figura 50. Alguns dos materiais facultados às crianças para realizar a atividade colagens



Figura 51. Crianças a realizar a atividade



Figura 52. Algumas das colagens realizadas

A análise das colagens levou em consideração os seus aspetos formais, nomeadamente: número de figuras; identificação das figuras - quem está presente na colagem; inclusão de ego na colagem; existência de legenda/título; existência de outros elementos na

colagem e descrição/ explicação dada pela criança. Foram também estabelecidos critérios analíticos como figura humana, objetos e sentimentos (ver quadro 2).

As colagens efetuadas contam com um número de figuras que varia entre 4 e 17, sendo a média de figuras de 7,7. Não se verifica em todas as colagens a identificação das figuras (10 das crianças fizeram essa identificação, enquanto 8 optaram por não as identificar). Na explicação da colagem, as crianças descrevem o que cada figura representa. Na generalidade dos casos, as figuras representam elementos da família da própria criança, como o pai, a mãe, os irmãos ou primos. Salientam-se, contudo, três casos particulares: em dois deles as crianças optaram por não representar a sua própria família e em seu lugar representaram vários tipos de famílias. Uma delas ressalta que o ideal de família pode ser variado (ver figura 58). A colagem de outra criança descreve o seu percurso de vida, tendo como intervenientes a criança e os progenitores (figura 53).




Figura 53. Cartaz/colagem, menina, 13 anos, escola comparticipada

Frase: *"A minha família é um exemplo para todas as famílias de Angola. Vos amo"*

*"Ent –T explica-me a tua colagem, quem são estas figuras que estão aqui?*
*T – aqui representa quando eu nasci, a minha mãe estava tão feliz e o meu pai também tava tão feliz; aqui foi quando eu fiquei mais com uns meses – eles ainda estão felizes; aqui é quando dei os meus primeiros passos – a minha mãe tava muito feliz; aqui é quando o meu pai me levou a passear; aqui é no meu aniversário – os meus pais estavam a comemorar comigo, ajudando a apagar a vela do meu aniversário; aqui quando fomos*

*passear à praia, aqui é quando tavamos a passar as férias com a minha mãe e aqui é quando os meus pais se divertiam muito, estava bem felizes*
*Ent – a colagem que tu fizeste representa momentos da tua vida?*
*T – Sim."* [T, 13 anos, menina, escola comparticipada]

De salientar também que a maioria das colagens (10) não incluem ego, podendo indiciar questões relativamente aos seus sentimentos de pertença na família.

As figuras selecionadas e utilizadas nas colagens apresentam um semblante sorridente, como que a reforçar a ideia de felicidade familiar. Também foram selecionadas algumas que manifestavam atos de carinho. Constata-se que existe uma tendência para a valorização da união, enquanto predicado associado à família e uma idealização da felicidade.

**A família ideal**

Seguidamente apresentamos alguns testemunhos das crianças relativamente ao que entendem ser uma família ideal:

*"Para mim uma família ideal é constituída por pai e mãe. Claro que não podem faltar os filhos, são eles que trazem alegria! É uma família feliz e uma família sem discussões."*
[C, menina, 11 anos, escola privada]

*"Para mim uma família ideal é uma família completa que não lutam, os pais não bebem álcool e não discutem."* [H, menino, 12 anos, escola privada]

*"Para mim é: mãe, pai e filhos, mas infelizmente algumas são incompletas porque nem sempre têm ajuda do pai ou da mãe."* [I, menina, 11 anos, escola privada]

*"Para mim uma família ideal é aquela que crê em Deus."*
[L, menina, 13 anos, escola comparticipada]

*"A família ideal é a família sem conflitos."*
[H, menino, 13 anos, *escola comparticipada*]

*"Sim. Uma família ideal é aquela que entende, apoia, dá amor e está unida."*
[He, menina, 12 anos, escola comparticipada]

*"Para mim família ideal é viver perto dos pais, tios, irmãos, primos e avós."*
[Jn, menina, 14 anos, escola comparticipada]

Relativamente à representação do ideal de família, a maioria das crianças (n=10) prefere a família alargada (figura 54).



Figura 54. Cartaz/colagem, menina, 13 anos, escola comparticipada

Frase escrita no cartaz: *"Para mim uma família ideal é uma família que crê em Deus"*

Mas o ideal da nuclearização da família (entendida na base da consanguinidade entre os seus membros e constituída por ambos os progenitores e a respetiva prole) é importante (n=6): defendem-na com base em argumentos como a redução de conflitos.

> *"Ent – para ti como é uma família ideal? Tem muitas pessoas, tem poucas pessoas, como é que é?*
> *T – Não interessa se tem muitas pessoas ou poucas, desde que as pessoas se entendem e sejam responsáveis pelos seus atos e dão carinho pelos seus filhos.*
> *Ent – é importante ter pai e mãe, tio, avó tudo na mesma casa ou não?*
> *T – Nem sempre*
> *Ent – quem são as pessoas que importa estar juntas?*
> *T – Assim, primo, primas, tio e avós, que ficam assim na tua casa, mas assim outras pessoas não.*
> *Ent – não é importante ter o pai e a mãe juntos?*
> *T – É. É muito importante."*
>
> [T, 13 anos, menina, escola comparticipada]

> *"Ent - Então porquê que uma família completa é melhor que uma família alargada?"*
> *- "Porque não precisas de tantos, tantos parentes. Fica só a mãe, o pai e os filhos".*
>
> [I, 11 anos, menina, escola privada]

> *"os mais essenciais são os irmãos, o pai e a mãe e os filhos".*
>
> [He, 11 anos, menina, escola pública]

> *"Ent - Famílias muitos grandes não são o ideal de família?"*
> *C - Não".* [C, 11 anos, menina, escola privada

As figuras 55 e 56, exprime a valorização da família "nuclear", pois segundo a criança a "família perfeita" é constituída pelos pais e pelos seus filhos.




Figura 55. Cartaz família perfeita, menina, 11 anos, escola privada




Figura 56. Cartaz, menina, 11 anos, escola privada

De referir ainda que para além dos tipos alargado e nuclear, a família **monoparenta**l também surge (pois corresponde à família da criança) (figura 57), e ainda outra criança refere que pode haver **vários tipos de família ideal**, colocando ênfase na felicidade e não tanto na tipologia da família (ver figura 58).




Figura 57. Cartaz/colagem, menina, 11 anos, escola privada

*"H – A minha colagem significa umas famílias que estão juntas, tão completas. Algumas alargadas como por exemplo esta menina da imagem – a mãe está a cuidar da filha por causa do pai morreu por exemplo ou viajou para muito distante. Estas duas significam uma família felizes. Esta significa uma família incompleta – no caso só tem filhos e o avô, sem significa uma família incompleta a tentar ficar reunidos assim, felizes, passearam. Esse aqui significa a mãe a brincar com a filha, como ela é a única filha ela está a aproveitar o momento, o momento antes dela crescer; e essa aqui indica uma família muito felizes assim sentimentais, completos, assim a andarem, a ficarem na praia, esta aqui só fiz por gozo!*
*Ent - Olha gosto muito dos gatos!*
*Então tu achas, pelo que eu percebi, que o tipo ideal de família pode ser muito variado?*
*H – Sim."*



Figura 58. Cartaz/colagem família ideal, menino, 12 anos, escola privada

Nem todas as crianças legendaram a sua colagem. Algumas, seguindo as minhas indicações para criar uma representação da sua família ideal, colocaram-no como título do seu trabalho. De salientar, contudo, que a principal legenda atribuída às colagens foi "*família feliz"*.

O quadro 11 mostra-nos os principais títulos atribuídos pelas crianças aos cartazes (resultantes das colagens efetuadas).

Quadro 11 - Legendas atribuídas aos cartazes

| **Legenda** | **N.º** |
|---|---|
| Família feliz | 4 |
| Família ideal | 2 |
| Família perfeita | 2 |
| Família unida | 2 |

Note-se também que quatro crianças optaram por não colocar um título no cartaz, e em outras (4) a legenda atribuída é de natureza bastante pessoal. Demonstram afeto: "*Eu amo minha família de coração"*. Exaltam orgulho: *"Minha família é um exemplo para todas as famílias de Angola"*. Ou espelham valores fundamentais da família: *"Para mim uma família ideal é aquela que crê em Deus"*.

A par dos títulos/legenda, várias crianças escreveram outras mensagens no cartaz como *"amor de pai"*, *"amor de mãe"*, *"eu e a minha família somos felizes", etc.*




Figura 59. Cartaz/colagem, menina 12 anos, escola comparticipada

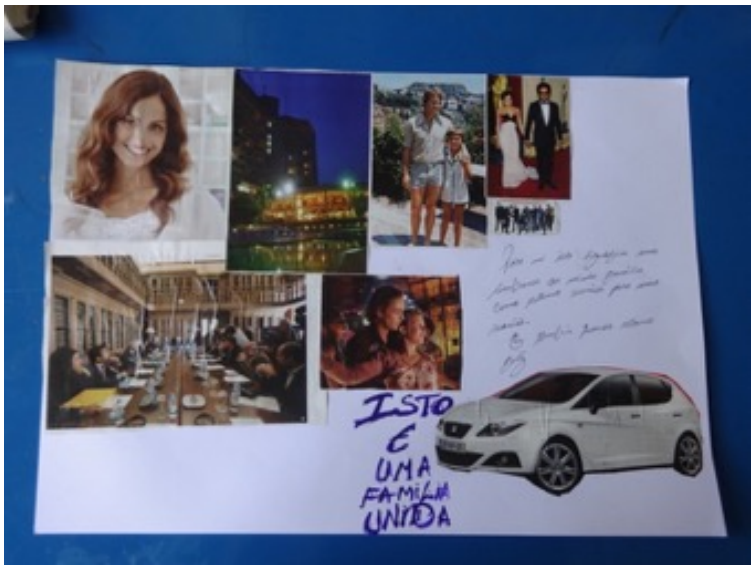



Figura 60. Cartaz/colagem, menino 14 anos, escola comparticipada

Frase escrita no cartaz: "*Para mim isto significa uma lembrança da minha família, como estamos reunidos para uma reunião. E também quando estamos feliz"*.

### *Os "outros significativos"*

Em algumas das colagens faz-se a introdução de outros elementos que não representam os membros da família. Desses, destaca-se a figura do **automóvel** em 5 colagens, surgindo ora como um objeto do quotidiano familiar, ora como um objeto de desejo; e, também, a presença de animais. Relativamente aos automóveis, constatou-se através do

discurso da criança que esta procura representar *status* familiar ("*este é o carro que significa a parte económica da família")*, ou algo que a criança gostaria de possuir.

> *"Ent – "E o carro o que é que significa?*
> *Jn – (risos) eu queria ter um carro"*
>
> [Jn, 14 anos, menina, escola comparticipada]

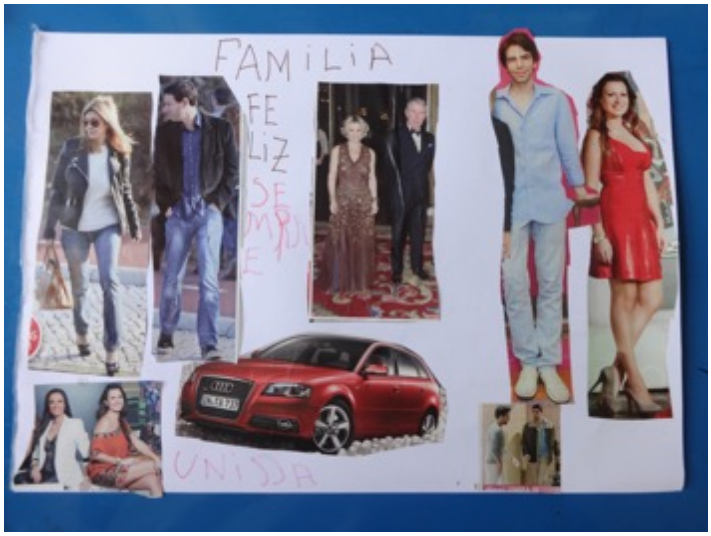



Figura 61. Cartaz, menina, 14 anos, escola comparticipad.



Figura 62. Cartaz/colagem, menino, 13 anos, escola comparticipada

**Os animais** surgem como parte da família ideal, sendo desejados e também, como eles próprios, tendo a sua família.




Figura 63. Cartaz/colagem, menina, 11 anos, escola privada



Figura 64. Cartaz/colagem, menino, 11 anos, escola privada

Entre outras figuras, de referir ainda o símbolo da companhia área TAAG, a representar as viagens frequentes do pai migrante; um batido *"esse é nutrientes, a família tá forte e feliz"*; e ainda símbolos desportivos que unem a família e que representam gostos ou interesses pessoais da criança (ex. imagem do jogador de futebol Cristiano Ronaldo) (ver figura 65). Surgem também apartamentos e viagens, os quais, segundo a criança, representariam aventuras em família, partilha de espaço e atividades conjuntas (figura 57).




Figura 65. Cartaz/colagem, menino, 14 anos, escola comparticipada

## A vivência do afastamento

Na atividade *materiais*, os objetos facultados (cartolinas coloridas, tecidos, argolas de madeira, fitas, papel-cortiça, tampas de plástico, conchas, botões, caixinhas de metal, feltro, lã, bonecos de madeira), têm como objetivo recolher as representações das crianças sobre os seus sentimentos relacionados com a separação de um dos seus progenitores.



Figura 66. Materiais/objetos facultados às crianças para realizar a atividade materiais reciclados

A maioria das crianças optou por fazer desenhos ou colagens (ver anexo III c); entre os trabalhos mais criativos salientam-se duas pulseiras (figura 67), um postal de duas faces - feliz e triste (figura 69) - e uma representação em 3D de um remate à baliza (figura 68)

(a justificação para criação deste objeto foi que o futebol abstraia a criança de se sentir triste, de pensar no progenitor).



*Figura 67. Produto – materiais reciclados, menina, 11 anos, escola privada*



*Figura 68. Produto – materiais reciclados, menino, 13 anos, escola comparticipada*




Figura 69. Produto – materiais reciclados, menina, 11 anos, escola privada

O discurso das crianças relativamente aos objetos criados, destaca os sentimentos de:

- Tristeza – manifestada por grande parte das crianças, como o estado de espírito que a ausência de um dos seus progenitores lhes provoca: *"eu tento não pensar muito nisso porque me deixa triste. Depois os colegas ficam a te perguntar "ah, E o que é que aconteceu? Porque é que estás assim?", "eu quase todos os dias choro a pensar na minha mãe", "sinto-me mal porque não posso dar aquele abraço forte no meu pai";*
- Solidão: *"Sinto-me um pouco sozinha porque antes tinha eles perto de mim e agora tou sozinha", "me sinto sozinha, quando vejo minhas amigas com os pais fico com inveja"*;

- Inveja – latente em algumas crianças quando se comparam com colegas, ou amigos que possuem os 2 progenitores junto deles: *"eu fico com inveja das minhas colegas porque elas têm pai a viverem juntos e eu não tenho";*
- Saudades – sentimento referenciado pela maioria das crianças: *"Eu não gosto quando ele vai, depois liga só uma vez e eu fico cheia de saudades"*, *"eu até sinto saudade do meu pai, meu irmão também tem saudades do meu pai, a minha mãe, na verdade todos sentimos saudades do meu pai";*
- Amor – ênfase na relação conjugal parental (quando os progenitores permanecem casados) apesar da ausência de um dos progenitores: *"mesmo estando distantes se amam"*;
- União – expressa como desejo de ter uma família unida ou como contraponto à ausência do progenitor (falta de união familiar): *"os meus pais estão sempre juntos apesar das dificuldades que estão a passar, meu pai vive distante mas continua vindo nos ver"*;
- Rejeição – sentimento que resulta de estar longe do progenitor, sendo mais acentuado quando este reside com outras crianças: *"sinto que fui rejeitada"*; Falta/inibição da auto-estima; *"os filhos crescem sem ver…com a ausência da mãe ou do pai, e isso é mau impede…como é que eu hei-de explicar, impede a auto-estima"*.

Importa referir que duas das crianças afirmam "não sentir nada" relativamente ao facto de não estarem a residir com o pai – uma não conhece o progenitor e afirma nem sentir vontade de o conhecer; a outra considera a ausência do progenitor como um benefício para a família, que assim ganha em tranquilidade e bem-estar. De salientar ainda que algumas crianças afirmaram que a ausência do progenitor não afeta a sua vida quotidiana. Este facto é coincidente com os resultados das entrevistas realizadas no âmbito do projeto TCRAf-Eu, onde as crianças entrevistadas referem sentir impactos emocionais como tristeza e saudade, mas não consideram que a distância do progenitor migrante cause impactos na sua vida quotidiana, nos resultados escolares ou na sua saúde. De referir ainda que duas das crianças mencionaram positivamente o ganho financeiro da família, devido ao progenitor estar ausente a trabalhar para a família.

A aparente ausência de efeitos dramáticos na vida da criança resultantes da separação geográfica de um dos seus progenitores (expectáveis num quadro de uma análise

etnocêntrica do que deve ser uma família, o seu funcionamento e dinâmica), alerta para a importância do contexto e o respeito das normas sociais e culturais, bem como para a necessidade de se evitarem generalizações.

*Separados sem dramas*

No caso estudado vários fatores estão em jogo para que as consequências da separação não sejam tão nefastas. Neste contexto geográfico, a proximidade física e afetiva da família alargada tende a ser comum e intensa e existe uma maior intervenção da família alargada na educação da criança. A opinião de diversos membros da família é tida em consideração na tomada de decisões, por vezes até o encarregado de educação é um membro da família alargada (por exemplo o tio materno).

Vale a pena salientar que práticas culturais como o *fostering* ou a circulação de crianças pela família alargada, motivada pelo convívio, educação, inculcação dos valores tradicionais – respeito pelos mais velhos, entendidos como fonte de saber, também a prestação de auxílio aos membros da família (ajudar nas tarefas domésticas, fazer companhia) – criam nelas a capacidade para criar laços afetivos com outros que não a sua família direta, e dá-lhes maior suporte emocional, permitindo que sejam mais resilientes relativamente à ausência de um dos progenitores. Estas práticas não são exclusivas do contexto angolano, sendo bastante comuns em diversos países africanos (Whitehouse 2009), da Ásia ou da região das Caraíbas (Soto, 1989; Waters, 1999; Olwig, 1999). Nestes contextos não parecem existir estigmas associados ao acolhimento informal, facilitando a sua disseminação, perpetuação e aceitação.

A ampla rede de suporte afetivo e de convívio minimiza os efeitos da distância na relação parental. A duração do afastamento (em vários casos muito longa, existindo ainda casos em que a criança não conhece ou não se recorda do progenitor) também contribui para minimizar os impactos da separação e há crianças que afirmam já estar habituadas à situação de separação geográfica. A comunicação entre as partes contribui, ainda, para a manutenção do contacto, a confraternização e partilha de informação sobre a vida quotidiana, dando a sensação de proximidade e intimidade.

Questionámos as crianças sobre as alterações na sua vida após a partida do progenitor e verificou-se que a maioria não perceciona alterações, outras, contudo, referem carência de afeto e melancolia.

Seguem-se alguns testemunhos:

*"O amor e o carinho! Antes recebia carinho das duas partes"*
[C, 11 anos, menina, escola privada]

*"Nenhuma, porque cresci sempre com a minha mãe;*
[M, 11 anos, menina, escola privada]

*"Nada (felizmente) se alterou na minha vida"* [I, 11 anos, menina, escola privada]

*"Não me lembro mais disso"* [R, 13 anos, menina, escola comparticipada]

*"Nenhuma"* [E, 11 anos, menino, escola privada]

*"Se alteraram várias coisas, eu me sentia um pouco triste, mas agora já me sinto normal"*
[He, 12 anos, menina, escola comparticipada]

*"Não mudou nada porque está sempre em contacto"*
[M, 13 anos, menina, escola comparticipada]

Contudo, **nem sempre a distância é completamente negativa,** algumas crianças conseguem apontar aspetos positivos, que se relacionam com diminuição de conflitos familiares – menos discussões, e com um maior interesse e acompanhamento pelos assuntos que dizem respeito à criança, como se pode observar nos seguintes excertos de entrevistas:

*"V - acho que a distância melhorou muito.*
*Ent - a distância melhorou a vossa relação?*
*V - Sim.*
*Ent - como?*
*V - Talvez por sentir saudades minhas. O comportamento dele mudou. Nem sempre…nós estávamos juntos muitas vezes, mas nem sempre as conversas eram as mesmas, tem mais a ver com o meu comportamento*
*Ent - achas que a distância e as saudades fizeram com que o teu pai ficasse mais carinhoso?*
*V - Sim.*
*Ent - mais interessado por ti?*
*V - Sim.*
*Ent - ele antes não se interessava tanto pelas tuas coisas?*
*V - Digamos que não".*
[V, 14 anos, menina, escola pública]

*"Ent – tu achas que o estar separado geograficamente, estar em províncias diferentes ou em países diferente, só tem coisas más ou também pode ter coisas boas?*
*C – Também pode ter coisas boas, porque eu não quero acordar com o barulho das discussões todos os dias".*

[C, 11 anos, menina, escola privada]

*"Ent – tu achas que a distância, estar a viver ou a trabalhar noutro local, tem algum aspeto positivo ou só tem coisas negativas?*
*I – Tem um aspeto positivo porque quando eu vivia com o meu pai ele só birrava e ralhava e batia, não pedia explicações e nem nada, ao contrário da minha mãe, que mesmo se eu fizesse algum erro ela não me ralhava, só dizia para não voltar a fazer de novo. Então ele quando saiu da minha casa passou a haver mais silencio, descontração, passou a haver menos birras, menos barulho".*

[I, 11 anos, menina, escola privada]

## O papel da comunicação

Nas famílias transnacionais, a comunicação desempenha um papel muito importante no que diz respeito à manutenção dos laços familiares e sentimentos de pertença. De acordo com Parreñas (2001b:121), nas famílias transnacionais a falta de interação diária impede a familiaridade e torna-se uma lacuna irreparável na definição das relações pai-filho. A frequência de contato é muito importante para manter os laços sociais. A comunicação em casos de migração ajuda a minimizar os efeitos a que Falicov (2003) chamou "desenraizamento" (de três tipos: social, cultural e físico).

A relação entre a criança e o progenitor migrante é consolidada através da comunicação e das visitas efetuadas ao país de origem. Do ponto de vista das crianças do nosso grupo alvo, verificamos que por vezes a relação parental que emerge da comunicação com o progenitor migrante denota pouca profundidade ou proximidade afetiva, o que as inibe de abordar todos os temas com o progenitor. Contudo, se o migrante for a mãe, verifica-se uma maior facilidade em abordar todos os assuntos, mesmo à distância, existindo uma maior perceção de suporte afetivo:

*"não eu sou mais aberta com a minha mãe do que com o meu pai. Porque tem coisas que é para falar só mesmo com a mãe. Houve que aconteceu, que eu fiz na internet uma borradazinha, e o meu pai não gostou, pensei até que o meu pai ia-me bater, mas não me bateu. A minha mãe ligou para mim e eu fui mais aberta com a minha mãe do que com o meu pai [...] ele grita muito comigo, mas a minha mãe não. A minha mãe fala baixinho comigo, em vez de falar no meu pai para me bater ela diz não, conversa com ela, ela vai mudar de atitudes e eu mudo".*

[D, 14 anos, menina, escola pública]

> *"O meu pai é uma pessoa fixe para conversar de vez em quando, mas sobre coisas sentimentais é difícil discutir com ele. Eu gostaria que o meu pai nos desse mais um pouco de liberdade e soubesse estar connosco e conversar sobre as coisas atuais, a minha mãe sabe fazer isso e também que ele soubesse respeitar o nosso espaço. Eu acho que é isso, ele tem de saber que nós já não somos nenhumas bebés e as vezes as coisas tem de ser resolvidas a base da conversa [...] o meu pai não me dá carinho. O meu pai não me dá…as vezes está comigo, dá-me coisas materiais, mas não me dá carinho nenhum".*
>
> [T, 14 anos, menina, escola privada]

A escola é um tema de conversa recorrente, reforçando a importância que os progenitores atribuem ao alcance de bons resultados. Os excertos das entrevistas abaixo são disso exemplo:

> *"O pai preocupa-se mais nisto das aulas, é para nos influenciar ele sempre procura dar o exemplo".* [JC, 13 anos, menino, escola pública]
>
> *"Ele me perguntou se 'reprovaste ou não?' quando eu estudava à 4ª".*
>
> [L, 11 anos, menino, *TCRAf-Eu*]
>
> *"Tinha um tempo que ele foi fazer os cursos lá em Cuba, mas ele sempre diz quando você fizer 18 anos vai se fazer o resto em Cuba que é para você também ser doutor".*
>
> [JM, 14 anos, menino, escola comparticipada]
>
> *"Ent - achas que ele tem acima de tudo uma preocupação material, com o vosso bem-estar físico? Com alimentação, higiene, roupa?*
> *T - Sim e na universidade e essas coisas, é a preocupação dele".*
>
> [T, 14 anos, menina, escola privada]

A frequência de comunicação entre progenitores migrantes e crianças aparenta ser diferente, de acordo com os seus laços de conjugalidade. Os progenitores migrantes que permanecem casados tendem a ter uma maior frequência de comunicação com os filhos. Quando os pais da criança estão separados, a comunicação tende a assumir um carácter menos regular e uma menor frequência.

Outro fator em jogo é a duração da migração. Quanto mais reduzido for o tempo de afastamento entre o progenitor e a criança, maior a frequência de comunicação. O passar do tempo reflete-se na dinâmica de comunicação, pois a tendência entre as crianças com pais migrantes há mais tempo é terem uma frequência de comunicação mais reduzida:

> *"Ent - Há quanto tempo o teu pai mora em Portugal?*
> *JC – há 2 anos.*
> *Ent – e os pais estão separados, ou ainda estão casados?*
> *JC – não, estão casados.*
> [...]

*Ent - e normalmente, quantas vezes por semana, é que falas com o teu pai?*
*JC - por semana 5 vezes.*
*Ent - falas com ele todos os dias?*
*JC - falo.*
*Ent - o teu pai visita-te muitas vezes? Nestes 2 anos que está em Portugal a fazer o mestrado ou o doutoramento, quantas vezes é que ele veio cá?*
*JC - 6 vezes".*

[JC, 13 anos, menino, escola pública]

*"Ent - tu há quanto tempo estás a morar com os teus avós?*
*Is - já há 12 anos.*
*Ent - O teu pai está em Portugal, não é?*
*Is - sim.*
*Ent - falas com o teu pai normalmente ou não?*
*Is - falo de vez em quando.*
*Ent - ele liga?*
*Is - liga.*
*Ent - assim por mês, quantas vezes é que tu falas com ele?*
*Is – 3 vezes".* [Is, 13 anos, menino, escola pública]

Também constatamos nas entrevistas que quando o progenitor migrante é a mãe (e não o pai), existe uma maior frequência para a comunicação:

*"Ent - há quantos anos é que a tua mãe está em Portugal?*
*D - Este ano fez 11.*
*Ent - então foi quando tu eras pequena?*
*D - Sim.*
*Ent - manténs contacto com a tua mãe?*
*D - Sim.*
*Ent - quantas vezes é que tu falas com a tua mãe? Falas com ela todas as semanas?*
*D - Falo de vez em quando. Por exemplo anteontem ela ligou. Digo eu mais ou menos em 1 mês ela liga 7 vezes".* [D, 14 anos, menina, escola pública]

*"Ent – normalmente falas com o pai?*
*Is – falo de vez em quando.*
*Ent - num mês, quantas vezes falas com ele?*
*Is – 3 vezes."* [Is, 13 anos, menino, escola pública]

Grassi, Vivet e Marinho (2016) salientam o papel de relevo que a comunicação desempenha nas famílias transnacionais e o seu contributo na conservação de laços e afetos. As autoras também verificam nas tríades estudadas, que a comunicação entre as crianças e os pais migrantes é efetuada usando telemóveis. De salientar, ainda, que no âmbito das tríades se observou que pais e filhos têm diferentes perceções sobre a frequência da sua comunicação (Marinho, 2014). A utilização deste meio de comunicação ressalta a importância das tecnologias da informação e da comunicação mais acessíveis e

variadas, facilitando a interação entre pessoas que se encontram separadas geograficamente. No caso dos migrantes, esta tecnologia é extremamente útil pois facilita a sua participação e permite-lhes acompanhar a rotina diária das suas famílias, criando um sentimento de presença constante e cuidados transnacionais. Por outro lado, facilita a comunicação para aqueles que são incapazes de se encontrar face a face.

As pessoas podem manter um sentido de comunidade e continuar a funcionar como famílias. Oiarzabal e Ulf-Dietrich Reips (2012), enfatizam o papel das TIC como ajudantes na construção de comunidades transnacionais e diaspóricas. Também Bacigalupe e Lambe (2011) enfatizam o papel das TIC, ao considerar que estas são "um novo membro da família" nas famílias transnacionais, uma fonte de capital social, que promove discursos e ajuda a criar um sentimento de que os entes queridos estão presentes.

**Conjugalidade parental e relação criança-progenitor ausente**

As entrevistas das crianças levaram-nos a considerar a importância da conjugalidade parental na qualidade do relacionamento entre a criança e o progenitor ausente (Grassi e Vivet, 2014). Em grande parte dos casos, os progenitores das crianças encontram-se separados (do total, 31 crianças possuem pais separados, enquanto 7 conservam os pais casados), sendo esta situação anterior ao processo migratório.

A separação dos pais leva muitas vezes a sentimentos de abandono nas crianças e mágoa. *I*, uma menina de 11 anos que frequenta a escola privada refere *"quando ele deixou a minha mãe esqueceu-se que tinha filhos",* um discurso bastante oposto ao de *He*, menina de12 anos, da escola comparticipada e cujos pais são casados: *"o meu pai pode estar distante, mas ele sabe que aqui em Luanda ele deixou uma família, ele de vez em quando liga, fala comigo, com a minha mãe, quando ele vem ele fala connosco, nos aconselha, tem momentos que ele nos conta algo para sentir que estamos juntos mesmo estando distante ele tá próximo"*

Ficou também patente nos discursos das crianças que as que têm pais separados não comunicam com os mesmos tantas vezes como gostariam.

A nova família do progenitor também pode interferir na qualidade da relação com a criança, contribuindo para instalar uma distanciação afetiva, conforme podemos observar pelos excertos abaixo:

> *"Ent – acham que faz diferença não viver com o pai? Não faz diferença, é igual?*
> *Elz – na minha família não faz diferença, mas para mim faz. Sinto falta do meu pai, agora ele tem uma nova família, tem 2 filhos e uma mulher, e a minha mãe também nunca me deixou vê-lo, a mulher dele nunca me deixou ir a casa dele.*
> *Ent – a tua mãe não te deixa ir a casa do teu pai?*
> *Elz – sim. Pensa que ele pode fugir comigo, tirar-me da minha mãe."*
>
> [Elz, 11anos, menina, escola privada]

> *"Ent - há alturas que tu queres falar com o teu pai e não és capaz de o fazer?*
> *Es - sim. Tipo eu fico com medo de ele me responder mal, ou tipo não quiser responder à minha pergunta. Porque eu sempre que tento para falar com ele ou a mulher dele tá lá, assim se peço para falar com ele a sós a mulher dele fica sempre lá, assim ele fala depois, depois, depois. E não dá que é para nós conversarmos e eu também deixo esse assunto passar."*
>
> [Es, 13anos, menina, escola pública, *TCRAf-Eu*]

Outro fator a ter em conta é a existência de "relações poligâmicas". A criança não chega a conhecer pessoalmente o seu progenitor, pois a migração precedeu o seu nascimento ou ocorreu pouco tempo depois deste, e implicou a deslocação do progenitor e da sua outra família para Portugal.

Os discursos de Mo e L, duas crianças nascidas de relações "poligâmicas", expressam os efeitos da migração neste tipo de relação.

> *"Ent – tens contacto com o teu pai?*
> *Mo – não*
> *Ent – nunca tiveste?*
> *Mo – só este ano, o mês passado ele ligou e disse que é o meu pai. É um bocadinho estranho para mim porque eu não conheço, nunca vi, mas falamos umas 5 vezes ao telefone, nunca mais ligou.*
> *[...]*
> *Ent – quando nasceste ele já tinha ido para Portugal?*
> *Mo – não. Depois de eu ter feito 1 ano é que ele foi para Portugal.*
> *Ent – então ele conheceu-te?*
> *Mo – muito bem*
> *Ent – Conheceu-te e depois foi para Portugal?*
> *Mo – e eu era mais pequena e não faço ideia*
> *Ent – Depois ele separou-se da tua mãe?*
> *Mo – ele já tinha uma mulher ou duas, ele tem muitos filhos assim à solta, e a minha mãe sempre disse que ele foi para Portugal com uma outra mulher que já tinha 2 filhos ou 2 filhas, então ele foi viver para lá e até hoje, só mesmo o ano passado é que eu tive contacto com ele".*
>
> [Mo, 14 anos, menina, escola privada]

*"Ent – E tu nunca viste o pai, só viste o pai por fotografia, não é?*
*L - Sim.*
*Ent – E quantas vezes é que falaste com o pai, mais ou menos?*
*L - Três.*
*Ent - Quando falaram ao telefone, sobre que tipo de coisas é que falaram?*
*L - Ele me perguntou se 'reprovaste ou não?' quando eu estudava à 4ª. (...) Falou assim que vai me comprar uma bina e não comprou…*
*Ent - Há alturas em que tu gostavas de falar com o pai? Gostavas de falar mais com o pai do que falas agora, ou está bom assim?*
*L - Gostava de falar mais.*
*Ent - Quantas vezes é que gostavas de falar, por exemplo? Têm falado pouco. Gostavas de falar tipo uma vez por mês, todas as semanas...se pudesses falar com ele*
*L - Todas as semanas".*

[L, 11 anos, menino, *TCRAf-Eu*]

Verificamos que o contacto mantido ao longo da existência da criança é bastante diminuto e feito por telemóvel. No caso de L, as informações sobre o seu estado são maioritariamente recolhidas através do tio (irmão do progenitor) e não diretamente com ele. As crianças manifestam vontade de conhecer os progenitores; contudo, também está patente algum "receio" – o de não regressar a Luanda.

*"Ent - Gostavas de ir visitar o pai a Portugal?*
*L - Eu queria, mas nunca mais vou vir aqui".*

[L, 11 anos, menino, *TCRAf-Eu*]

Como referimos, as narrativas das crianças que possuem os pais casados relatam uma maior frequência na comunicação e visitas entre elas e o progenitor ausente. Também ao nível da participação no dia-a-dia das crianças se notam diferenças, assim como no envio de remessas ou outro bem que a criança necessite. São estas crianças as que a enfatizam no seu discurso a união familiar.

A distância não é a única forma de abalo da estabilidade conjugal. Os filhos fora do casamento são um forte desestabilizador da família, observemos o discurso de He:

*"He - apesar das discussões, sobretudo que acontece, às vezes tem complicações entre os meus pais, mas nós estamos sempre unidos, nós não diferenciamos nenhum irmão de pai, de todas as formas eles são meus irmãos, então não devia haver diferença porque isso pode ser uma complicação entre a família [...] E para todas as outras famílias eu peço que tenham compreensão e que sejam unidos apesar dos conflitos.*
*Ent – para além dos teus irmãos de pai e mãe, tens irmãos só da parte da mãe e só da parte do pai?*
*He - Da parte do pai*
*Ent –Quantos é que tens?*
*He – Tenho vários. Não consigo contar".*

[He, 12 anos, menina, escola comparticipada]

A situação conjugal tende a influenciar, portanto, a relação entre a criança e o progenitor ausente. Quando os progenitores estão separados, a relação entre a criança e o progenitor é mais ténue, a comunicação menos frequente e a participação na vida da criança menos intensa. Se existir uma má relação entre os progenitores, estas caraterísticas tendem a acentuar-se. Pelo contrário, nos casos onde se observa uma relação de cordialidade entre os progenitores, embora estes se encontrem separados, a participação na vida da criança tende a ser mais ativa. Nos casos em que, embora ausente, o progenitor permanece em relação conjugal, nota-se um maior envolvimento, participação e acompanhamento das atividades da criança.

## Síntese

O presente capítulo partiu de uma breve caracterização geral das crianças transnacionais na amostra do estudo – 38 crianças com idades entre os 11 e os 14 anos, maioritariamente com o pai migrado e que estão ao cuidado de outro membro da família, na maioria, a mãe.

O seu quotidiano desenvolve-se entre os espaços da casa e da escola. Em casa, as crianças têm de realizar tarefas domésticas, que também fazem parte do seu processo de aquisição de competências e de educação, pelo menos no entender dos cuidadores e progenitores. A generalidade das crianças encontra-se sob os cuidados de familiares, sendo a mãe o principal cuidador, mas também irmãos, tia/tio e avós. A vivência em família alargada faz com que esta seja percecionada como o tipo ideal de família para muitas crianças; de igual forma, o fato do acolhimento informal ou circulação de crianças ser uma prática amplamente instituída em Angola, parecem ter influência na falta de visibilidade da reorganização familiar decorrente da migração. Aparentemente este fator não é condicionante para um rearranjo familiar.

As crianças elaboraram maioritariamente desenhos com um carácter expositivo, nos quais expõem os elementos da sua família, não descrevendo uma situação ou momentos específicos das suas vidas. A mãe surge em quase todos os desenhos, assim como a criança. A maioria não desenhou elementos extra, limitando-se às figuras dos seus familiares, reproduzindo maioritariamente famílias alargadas. A maioria afirma que a pessoa de quem mais gostam é a mãe, sendo esta também a pessoa com quem podem sempre contar; a pessoa de quem sentem mais falta é o pai. As crianças foram capazes de

identificar vários tipos de famílias, atribuindo-lhes funções, tanto de âmbito pratico-funcional (alimentar, educar, ajudar), como de âmbito afetivo, defendendo que a família deve ser compreensiva, carinhosa e promotora da união dos seus membros.

Um fator que se destacou, parecendo influenciar a relação entre a criança e o progenitor migrante é a importância da situação conjugal do pai e da mãe. As crianças cujos progenitores permanecem casados dizem possuir uma relação de maior proximidade afetiva com o progenitor migrante, as comunicações, as visitas e a participação são também mais frequentes nestes casos (Grassi, Vivet e Marinho, 2016). No caso de não existir relação conjugal entre os progenitores, constatou-se que por vezes as crianças não conhecem o seu progenitor (migrante).

Em termos afetivos e emocionais, de modo geral, as crianças tendem a considerar que a separação geográfica de um dos progenitores possui mais aspetos negativos que positivos, sentindo a falta do seu progenitor e afirmando sentir saudades, tristeza e falta de afeto. Dentre os aspetos positivos mencionados, destaca-se a possibilidade de a separação criar maior interesse e participação do progenitor na vida da criança, ou maior bem-estar devido à redução dos conflitos domésticos.

Face a uma vivência onde há ausência de um dos seus progenitores devido à distância geográfica, as crianças afirmam que essa se manifesta nas suas vidas através de sentimentos como tristeza, solidão e saudade, que são constantes. Por vezes também expressam sentimentos de inveja e rejeição. Há crianças que afirmam nada sentir (devido ao longo período de migração e ao facto de não conhecerem o progenitor), expressando, dessa forma, a sua capacidade resiliente pois *"me acostumei a viver longe dele"*. A par destes efeitos de índole emocional, a distância do progenitor migrante não preconiza efeitos severos nas suas vidas. As crianças não consideram que existam impactos na sua saúde, ou no seu desempenho escolar devido à mesma.

É de assinalar a importância do contexto e das normas sociais e culturais vigentes, no que diz respeito à estruturação e dinâmicas familiares, bem como em relação ao modo de criar os filhos. Em Angola, no grupo que foi analisado nesta investigação, a estrutura familiar dominante é a alargada que, assim, ajuda a minorar os efeitos da separação geográfica entre progenitores e crianças em caso de migração de um deles.

# CONCLUSÃO

Nas últimas décadas os investigadores têm levantado preocupações sobre os impactos negativos que a migração dos pais tem sobre o bem-estar emocional das crianças deixadas para trás no país de origem. A maioria destes estudos partem de uma ideia ocidental de família, que enfatiza a família nuclear e a proximidade física entre o pai e a criança. Este estudo vai além da concetualização universal e etnocêntrica da prestação de cuidados e ressalta a necessidade de realizar uma contextualização sociocultural para se compreender a dinâmica das famílias transnacionais com a distância que gera tanto emoções negativas como positivas. Procurámos nesta tese responder às questões "de que modo a separação geográfica entre pais e filhos influencia a vida das crianças?" e "de que modo os filhos reconfiguram os seus papéis na teia das relações sociais transnacionais e redefinem o conceito de família e de parentalidade?". Os discursos das crianças denotam, relativamente à experiência de viver com a distância de um dos progenitores, a existência de sentimentos nostálgicos e impactos afetivos, as suas narrativas são perpassadas pela descrição de saudades e tristeza, provocadas pela ausência. Contudo, estas narrativas não se alongam relativamente a outros impactos. As crianças não aparentam sentir efeitos em termos do seu bem-estar físico, também não identificando influências no seu desempenho escolar. O bem-estar afetivo e psicológico da criança sofre com a ausência, sendo que algumas crianças descrevem sentir inveja dos seus pares, que possuem ambos os pais junto de si; também as necessidades pontuais (aquisição de determinado bem) ou determinados eventos, como reuniões escolares, vêm de alguma forma agudizar essa ausência, fragilizando a criança perante os seus pares. A par de afetar o bem-estar psicológico, a separação de um dos progenitores pode ainda influenciar o comportamento da criança e a sua personalidade. Alguns discursos revelam um comportamento mais introspetivo decorrente, segundo a criança, da preocupação com o progenitor, que está noutro país; ou exprimem uma autoestima diminuída. Verificou-se, no entanto, que os arranjos familiares predominantes, ou seja, a vivência em família alargada, tende a minimizar os possíveis efeitos negativos da ausência de um progenitor, procurando

colmatar quer em termos afetivos, quer em termos educacionais, o papel que deveria caber ao migrante. Assim, constatou-se que a maioria destas crianças vive em arranjos de cuidados estáveis, sendo na maioria dos casos cuidada pelo outro progenitor com o auxílio de outros familiares.

No que se refere à questão "de que modo os filhos reconfiguram os seus papéis na teia das relações sociais transnacionais e redefinem o conceito de família e de parentalidade?", constatou-se que não se verifica uma verdadeira reconfiguração de papéis ou do conceito de família.

O fato de a maioria das crianças viverem em família alargada, faz com que tenham mais pessoas a intervir nos seus cuidados, pois de acordo com as crianças "*avó é mãe e tia também é mãe"*. Ressalta-se a importância das redes de apoio – familiar ou social, na coadjuvação do migrante e do seu papel parental.

A reciprocidade tem um papel fundamental no que toca os cuidados transnacionais (Mazzucato, 2008; Grassi, Vivet e Marinho 2016), gerando expectativas em quem cuida de mutualidade futura, ou seja, esperam receber cuidados na velhice. Também os pais migrantes acalentam a ideia de reciprocidade, importando os valores tradicionais nos quais foram educados, pelo menos quando se referem às crianças que deixaram em Angola.

Os informantes chave revelaram que as reconfigurações familiares decorrem sobretudo da rutura conjugal, mais do que a migração. Existe uma mudança evidente, a "perda" de um elemento que migra, mas a família tende a unir-se (nos casos dos progenitores casados, a migração, ainda que apenas de um dos progenitores, é um projeto comum que visa contribuir em última instância para o bem-estar futuro da família) ou a reorganizar-se (podendo passar pela redefinição das funções relativamente aos cuidados da criança; ou pela integração dos membros mais afastados da família ou que residem noutros locais que irão ajudar nos cuidados, etc.). Uma vez que a maioria das crianças é socializada com a sua família alargada e muitas vezes reside com a mesma (até antes da migração do progenitor), a migração deste não acaba por gerar uma redefinição familiar propriamente dita.

Mais importante nesta questão da distância entre pais e filhos é o desenvolvimento de diferentes estratégias para exercer a parentalidade. A comunicação aparenta ter um papel

fundamental nessas estratégias de parentalidade à distância, contribuindo para a manutenção dos laços afetivos e da intimidade entre pais e filhos, favorecendo também a partilha e a participação. Também o envio de presentes representa para os filhos uma manifestação de carinho e cuidado, reforçando memórias afetivas existentes; enquanto que o envio de remessas para o cuidador parece reforçar a solidariedade, a reciprocidade e os laços familiares.

Os estudos sobre as crianças que ficam no país de origem quando um ou ambos os progenitores migram, temática usualmente designada por *children left behind*, quer sejam de índole académica ou efetuados para instituições que se dedicam às crianças e à infância, tendem a enaltecer as complicações que as crianças enfrentam. Habitualmente a abordagem é focada nas dificuldades de adaptação ao novo status de *left behind.* Estes estudos incidem sobre aspetos como a saúde, a educação, a estrutura familiar, o impacto económico da migração parental na vida da criança e da sua família no país de origem, as consequências para o desenvolvimento social e emocional da criança, etc. e tendem a conceber a reunificação familiar como a situação ideal. Neste estudo de caso existem pais que não pretendem a reunificação familiar, seja por a migração ser um projeto pontual (realização de um curso, uma formação, uma empreitada, um trabalho especifico, etc.), seja por falta de capacidade financeira para ter os filhos junto de si, ou também por ter outros filhos no país de acolhimento (Grassi, Vivet, Marinho, 2016). Verificou-se que entre os angolanos entrevistados existe uma dinâmica familiar própria assente em postulados distintos que incluem valores tradicionais. Tal como em outros contextos geográficos, como por exemplo as Caraíbas (Levitt, 2001; Olwig, 1999), não tanto devido à migração, mas sobretudo derivado à tradição do acolhimento informal e à circulação de crianças na família, e ao longo período de guerra que fomentou a solidariedade, as crianças que permanecem no país de origem quando os progenitores migram convivem bem com a situação, não se sentindo diferentes ou desprezadas. As crianças angolanas inquiridas não manifestam perturbação em termos de saúde, em termos escolares, seja nos resultados alcançados ou na maior probabilidade de abandono. Quanto aos impactos económicos da migração parental na criança, verificou-se que à parte de alguns presentes, os efeitos não são muito visíveis. Esta situação deriva do facto da maioria das crianças inquiridas possuírem pais separados (as crianças com progenitores casados usufruem de maiores benfeitorias económicas) e da irregularidade no envio de remessas pelos progenitores migrantes.

A elaboração desta tese implicou uma reflexão sobre os impactos da ausência de um ou ambos os progenitores na vida da criança e no modo como vive e representa a família, sugerindo que nos casos das crianças angolanas que constituíram a amostra, graças à dinâmica familiar e aos valores tradicionais, os efeitos negativos parecem diluir-se, ficando as saudades e outras questões afetivas pouco graves, como principais efeitos da distância.

Os dados recolhidos vêm salientar o papel estruturante da família alargada enquanto balanceador do equilíbrio da criança. A sua importância, ao nível dos cuidados e ao nível afetivo, reflete-se na minimização da ausência do progenitor que, juntamente com a capacidade de resiliência da própria criança, tornam a situação de tal forma, que as crianças se dizem "acostumadas". Sobressai ainda neste trabalho o carácter fundamental do contexto na análise dos fenómenos sociais. Verificou-se que os contextos dos países fazem a diferença nos efeitos da migração dos pais sobre as crianças (Mazzucato et al., 2015). No estudo comparativo dos países africanos (projeto TCRAf-Eu), a pertença a famílias transnacionais afetou as crianças de modo diferente, tendo em conta o seu contexto de origem (apresentando as crianças angolanas características distintas das outras em estudo - crianças nigerianas e crianças ganesas). Os resultados deste estudo, comparativamente aos resultados obtidos com outros estudos realizados quer na Ásia (Graham e Jordan, 2011; Parreñas, 2005) quer na América Latina (Schmalzbauer, 2004; Dreby, 2007), revelam não existir estigma associado à ausência dos progenitores que tenha impacto no nível de satisfação das crianças, ou seja, aparentemente as crianças não se sentem infelizes, nem sentem que lhes falta algo que as outras crianças possuem (Mazzucato et al, 2015 e 2016).

Em Angola não parece existir um estigma associado à ausência dos progenitores, que parece estar vinculado na longa tradição de acolhimento informal e na circulação de crianças pela família, o que também ocorre em outros países de África. As crianças não descrevem possuir baixos níveis de bem-estar e parecem conviver bem com a situação, sendo que existem relatos de crianças que consideram que a sua família é igual a uma família com ambos os progenitores presentes. Assim, o contexto histórico-social no qual a família está inserida, bem como as tradições, sejam estas familiares ou culturais, aparentam ter um carácter delineador da dinâmica familiar, minorando as ausências e afastando possíveis estigmas. A valorização da família alargada, o convívio e a

socialização no seio da mesma, surgem como fatores de minimização de possíveis efeitos negativos decorrentes da ausência do progenitor.

O contexto deve estar sempre presente na análise dos fenómenos sociais, uma vez que faz variar a problematização dos mesmos. A ausência de um progenitor devido à migração não é tida como problemática para as crianças angolanas entrevistadas; contudo, se o migrante tiver dificuldades em manter-se em contacto ou enviar remessas que ajudem no provimento da criança, ou na resolução de situações pontuais, podem surgir situações mais complicadas.

Na opinião das crianças, os motivos para a migração dos progenitores estão sobretudo associados à aquisição de formação no estrangeiro e à procura de trabalho melhor remunerado. As crianças tendem a valorizar o aspeto financeiro, ou seja, o ganho que representa em termos de economia familiar a migração.
No que concerne aos aspetos positivos identificados pelas crianças relativamente à migração, destaca-se o investimento na educação-formação *"Vai estudar, vai-se formar"*, e *"pode arranjar um bom emprego quando vier formado"*. A capacidade de prover pela família é outro dos pontos salientados, pois possibilita o sustento da família. Como refere uma criança, *"consegue sustentar as minhas necessidades"*. O envio de presentes é destacado: *"ele às vezes me traz roupa"*; *"ele pode mandar coisas mais giras"*. Algumas consideram não existir aspetos positivos na migração, deixando antever um forte impacto que a ausência do progenitor possui na sua vida - "*estar longe dos filhos é negativo"*. E outras salientam o facto de *"crescer sem a presença do pai"*, a distância, as saudades, a tristeza, a preocupação com o progenitor, *"o pouco tempo partilhado",* a "*perda de contacto com as pessoas",* a escassa comunicação ou atenção. No que diz respeito ao modo como se processa a escolha dos cuidadores das crianças, as entrevistas efetuadas aos pais mostram que o cuidador tende a ser selecionado dentre dos membros da família, sendo os cuidadores da amostra do nosso estudo maioritariamente o outro progenitor (normalmente a mãe) ou elementos da família alargada (tio, avós, irmãos).

Os aspetos valorizados pelo progenitor migrante para a tomada de decisão são, a estabilidade da criança, ou seja, procuram não alterar a rotina da criança (principalmente no caso de a criança permanecer ao cuidado da mãe), a conveniência, nomeadamente no que diz respeito a aspetos como a proximidade da escola ou as condições de vida do outro progenitor (situação económica; novo casamento, necessidade de viajar, etc.). A

confiança também é um atributo referido para a escolha do cuidador, sobretudo se este é uma avó ou um tio.

Sobressaiu a importância dos contactos nas relações à distância, sendo para isso necessária a implicação das partes (progenitores migrantes, crianças e cuidadores) para que se cultive a familiaridade e a afeição. As interações estabelecidas giram em torno das necessidades da criança e do seu comportamento.

Os pais que foram entrevistados no Projeto TCRAf-Eu descreveram a distância como 'dolorosa', sublinhando que a passagem do tempo só contribuiu para agravar este sentimento. As crianças, por outro lado, reagem de forma diferente - enquanto algumas afirmam sentir o impacto de estar separado, outros parecem ter se acostumado a ele. A manutenção e incentivo à proximidade emocional entre pais e filhos são fatores importantes e necessários para minimizar os efeitos negativos da distância no relacionamento. Os cuidadores consideram que os progenitores migrantes têm o dever de manter a contacto com os seus filhos: a comunicação é um estímulo à intimidade, partilha e afetividade entre ambos.

A comunicação desempenha um papel fundamental na forma como as pessoas se relacionam, sendo particularmente importante no caso das famílias transnacionais, pois permite a manutenção eficaz dos laços sociais e emocionais. As entrevistas indicam que a proximidade emocional entre pais e filhos é afetada por fatores como a duração da separação, o número de visitas que teve lugar durante o período de migração, a frequência de comunicação e a variedade de temas abordados durante essas comunicações. Assim, a comunicação constitui um fator-chave que contribui para amenizar a ausência do pai migrante. Na maioria dos casos, a comunicação estabelece-se por iniciativa do progenitor migrante; contudo, existem alguns onde a criança afirma assumir o comando em estabelecer contacto com o progenitor, estando, contudo, dependente se tem ou não saldo no telemóvel. Segundo as crianças, a escola é um dos principais temas de conversa com os pais migrantes. Outros tópicos como a saúde ou o comportamento são também usuais nas conversas.

Quanto aos objetivos educativos, denota-se alguma pressão para a obtenção de bons resultados escolares. Paralelamente, os cuidadores incutem nas crianças o domínio dos saberes domésticos, uma vez que a realização de atividades domésticas é encarada como

uma forma de aprendizagem para o futuro, à qual as crianças, quer sejam meninas ou meninos, devem ser iniciadas.

Ainda no que se refere à emergência de outros tipos de relação, como solidariedade *vs* conflitualidade, o discurso das crianças deixa antever a aceitação dos valores sociais tradicionais, em especial o desejo de cuidar de um adulto mais velho, em particular o cuidador, como forma de retribuição. Em alguns casos, as crianças referiram a existência de relações tensas e conflituosas com outros jovens com quem residem, como os primos ou a madrasta.

Uma vez que o conceito de família preponderante em Angola aparenta ser o alargado, e as crianças da amostra se encontram todas aos cuidados de membros da sua família, não ocorre uma evidente reformulação dos laços de parentesco, pois as crianças estão já socializadas na sua família alargada.
No discurso de algumas a rede de parentesco assenta também em normas culturais: destacam-se figuras como o "primo como irmão" e "prima-irmã". A proximidade e fluidez entre primos e irmãos (comum em várias culturas africanas e asiáticas) possibilita que algumas crianças manifestem os seus próprios sentimentos de proximidade e afetividade com alguns dos seus primos, considerando este um relacionamento de irmão.
Quando questionadas sobre outras pessoas que consideram família e que poderiam fazer parte dela, as crianças mencionaram "mães de amigos", "amigas das próprias mães", "amigos" (vistos como irmãos) e "vizinhos", refletindo assim a proximidade e afeto que as une a estas pessoas e não um desconhecimento ou confusão no que se refere aos limites entre parentesco e amizade.
No que se refere à transitoriedade do acordo de cuidados, ou seja, a perceção da durabilidade da situação, esta não é percebida. Contudo, nos casos em que o progenitor se desloca por motivos de formação, a expetativa quanto ao seu retorno e reunificação familiar está mais balizada, ou seja, a criança tem mais ou menos noção do período que o progenitor passará fora.

A vivência da criança num acordo transnacional de cuidados não parece ter grande impacto prático na sua vida, o que se deve ao facto de o cuidador principal ser o outro progenitor ou outro membro da família com o qual a criança tem proximidade afetiva. Todavia, as crianças relatam sentir os efeitos dessa distância em termos emocionais. Algumas possuem outros membros da família que respondem às necessidades emocionais

da criança e afirmam não sentir falta do progenitor: *"o meu tio dá-me o amor que o meu pai dá-me, ele é como se fosse um pai para mim"*, outras porém, descrevem tristeza: "*quando o meu pai vai viajar me sinto triste porque outras famílias sempre estão juntas em todos os momentos",* e saudades: "*É saudades, muitas saudades".*

A maioria das crianças fica aos cuidados do progenitor que permanece no país de origem, e a generalidade dos cuidadores são membros da sua família. Para o progenitor migrante, e considerando os valores da família tradicional angolana, a escolha do cuidador é simples, segura e recai sobre um membro da sua família. Assim, a decisão migratória é seguida da escolha do cuidador, que constitui o primeiro passo na organização de cuidados transnacionais (Marinho, 2014). Os pais entrevistados no âmbito do projeto TCRAf-Eu, afirmaram ter sido muito fácil encontrar um cuidador para os seus filhos. Nenhum deles mencionou a necessidade de acordos ou dificuldades em encontrar um cuidador.

Na amostra deste estudo conseguimos identificar a seguinte tipologia de cuidados:

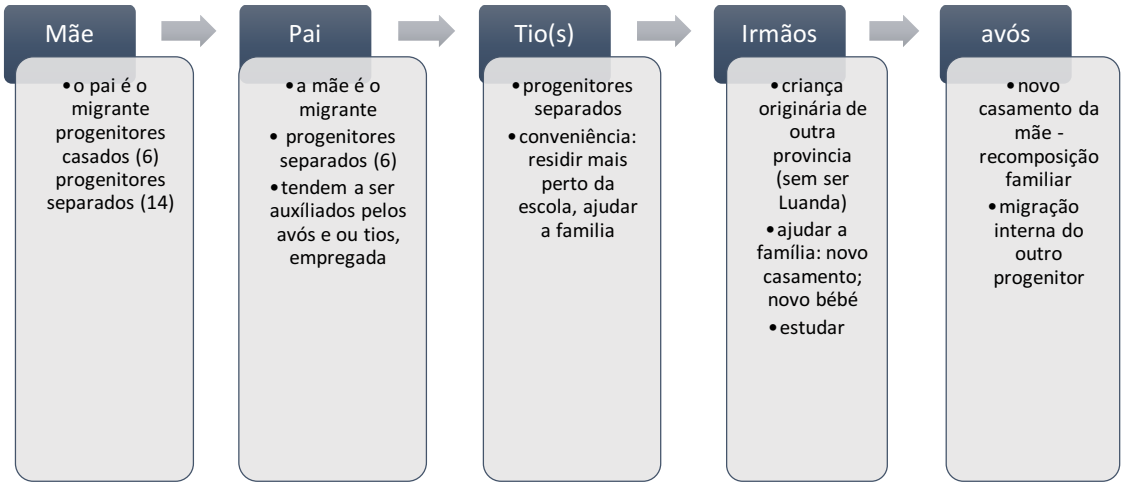



Figura 70 – Tipologia de cuidadores

Constata-se que os cuidadores das crianças são preferencialmente as suas mães, quer estas estejam casadas com o progenitor migrante ou separadas. Os tios também se revelam-se cuidadores funcionais e de confiança, estando a sua escolha muitas vezes ligada a razões que se prendem com o facto de residirem mais próximo da escola ou com dificuldades económicas do progenitor não migrante. Quando a criança não é originária de Luanda, a

residência com os tios pode estar alicerçada na solidariedade familiar e na prestação de auxílio à família. Os irmãos também são cuidadores, sendo esta uma opção levada a cabo principalmente por indivíduos não originários de Luanda, que veêm na mudança para esta cidade uma oportunidade de as crianças estudarem. As crianças mudam-se para estudar, mas também para ajudar a família – que vive uma mudança como um casamento recente ou o nascimento de um bebé.

A permanência na família alargada minimizou os efeitos da migração, em particular da separação geográfica entre pais e filhos. As crianças não se sentem diferentes, nem sentem grandes impactos na sua vida por estarem distantes de um dos seus progenitores. Não se encontram de estereótipos ou preconceitos como noutros contextos descritos na literatura sobre *children left behind* (ex. Filipinas).

Tal como todas as investigações, também esta apresenta características que surgem na sequência das opções tomadas, quer seja em termos de abordagem teórica, passando pela escolha dos métodos a utilizar, a construção da amostra até à própria interpretação dos dados. Optando por uma metodologia que privilegia métodos qualitativos, a investigação incide numa amostra de dimensão reduzida num contexto específico que, apesar de não permitir que lhe seja atribuída acuidade estatística, foi o resultado da opção que pareceu a mais oportuna neste contexto, explicada no capítulo da metodologia. Importa também ressaltar que o estudo está de certa forma alicerçado em informação estatística relevante, nomeadamente nos dados do inquérito realizado no âmbito do projeto TCRAf-Eu junto das escolas que envolveu 2243 indivíduos. A utilização de métodos qualitativos é incontornável quando o objeto de estudo é emergente e não tem sido muito estudado (como é o caso), por possibilitar a compreensão do fenómeno que se pretende analisar. Além disso, facilita a identificação de contextos específicos de análise, tendendo a fazer emergir novos aspetos, novas interpretações e sentidos do fenómeno em estudo e permitindo, ainda, aceder às representações dos atores. Ao efetuar um estudo de caso, conseguimos obter conhecimentos mais aprofundados do contexto, permitindo, eventualmente, que em comparação se façam generalizações. Ressalta-se ainda que, ao optar pela realização de um estudo de caso, almejou-se realizar um trabalho de maior proximidade e mais individualizado com as crianças.

Outro aspeto relacionado com a amostra prende-se com as suas caraterísticas, mais precisamente com o fato de existir uma homogeneização quanto à origem do cuidador. Nesta amostra todas as crianças estavam sob os cuidados de familiares. Parece-nos

relevante, dada a tradição e normas de acolhimento informal e consequente parentalidade social, aferir e explorar em futuras investigações, se o fato do cuidador não pertencer à família alargada da criança influencia na sua relação com o progenitor migrante e se manifesta consequências na vida da criança.

É também de referir que nesta tese não foi aprofundada a questão se e como o género da criança condiciona de alguma forma a sua representação de família. Seria interessante analisar se existem diferenças de género no modo como as crianças experienciam a distância do progenitor migrante e se esta determina as suas perceções e representações de família. Outras categorias de análise, como a classe social ou as caraterísticas físicas das crianças, nomeadamente a cor da pele, também não foram consideradas, podendo, contudo, revelar-se elementos diferenciadores e com impacto no modo como as crianças representam a família. Este trabalho pode assim ser considerado um trabalho exploratório num contexto que ainda carece de ulteriores estudos e aprofundamentos.

De salientar ainda que as dificuldades encontradas ao longo do trabalho de campo foram sendo mediadas pelo meu entusiasmo sobre a minha terra de origem. Por outro lado, a elaboração desta tese também me permitiu adquirir, integrar e descobrir conhecimentos de vários campos teóricos – em especial da sociologia da infância. A participação no projeto europeu TCRAf-Eu*,* génese deste trabalho, para além de me ter dado a oportunidade de trabalhar na área da investigação social (coube-me a responsabilidade de efetuar a recolha de dados qualitativos, tanto em Angola com em Portugal, realizando entrevistas face-a-face, de carácter semi-estruturado com pais migrantes, cuidadores, crianças e informantes chave), possibilitou uma aprendizagem com investigadores de áreas distintas (psicologia, geografia, antropologia, economia, ciência política) mostrando-me as vantagens de uma abordagem multidisciplinar. Em termos pessoais, facilitou o contacto com o meu país de origem e consequentemente com membros da minha família, contribuindo de alguma forma para aumentar os conhecimentos sobre a minha história familiar.

Este trabalho contribui ainda para os estudos sobre o contexto angolano, em especial sobre as migrações angolanas para Portugal. Considera-se pertinente continuar a estudar e explorar as famílias transnacionais no contexto das migrações dos PALOP para Portugal.

Ficam por explorar muitos temas, mas penso que com este projeto consegui atribuir protagonismo às crianças que vivem com a ausência de um dos seus progenitores devido à sua migração, para exporem o que sentem e pensam sobre a família.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aboderin, Isabella. 2004. «Decline in material family support for older people in urban Ghana, Africa: understanding processes and causes of change». *The Journals of Gerontology: Series* B, 59 (3): 128–37.

Abranches, Henrique. 1996. «Direito tradicional e agregado familiar. In criticas e ensaios, união de escritores Angolanos». In http://www.ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/90-direito-tradicional-e-agregado-familiar.html acedido em 9/4/2012.

Abrego, Leisy. 2009. «Eonomic well-being in Salvadoran transnational families: How gender affects remittances practices». *Journal of Marriage and Family*, 71: 1070-1085.

Abric. Jean Claude, org. I994. *Pratiques sociales et reoresentations*. Paris: Presses Universitaires de France.

Adams, Richard, e John Page. 2005. «Do international migration and remittances reduce poverty in developing countries?». *World Development*, 33 (10): 1645–1669.

Adepoju, Aderanti, e Wariara Mbugua. 1999. «Les mutations de la famille africaine». Em *La famille africaine*, ed. Aderanti Adepoju. Paris: Karthala.

Afsar, Rita. 2003. «Internal migration and the development nexus: the case of Bangladesh». Paper apresentado na Regional Conference on Migration, Development and Pro-Poor Policy Choices in Asia, Dhaka, Bangladesh, 22-24 June 2003.

Agostinho, Manuela. 2007. «Ecomapa». *Revista Portuguesa de Clinica Geral*, 23:327-30.

Ãkesson, Lisa. 2004. «Making a Life: Meanings of Migration in Cape Verde». Tese de Doutoramento. Department of Social Anthropology, Göteborg University.

Åkesson, Lisa. 2011. «Remittances and Relationships: Exchange in Cape Verdean Transnational Families». *Ethnos: Journal of Anthropology*, 76 (3):326-347.

Åkesson, Lisa, Jørgen Carling, e Heike Drotbohm. 2012. «Mobility, moralities and motherhood: navigating contingencies of Cape Verdean lives». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38 (2): 237–60.

Al-Ali, Nadje. 2002. «Loss of Status or New Opportunities? Gender Relations and Transnational Ties among Bosnian Refugees». In *The Transnational Family: New European Frontiers and Global Networks*, ed. Deborah Bryceson & Ulla Vuorela. Oxford: Berg Publishers.

Alanen, Leena. 1994. «Gender and Generation: Feminism and the Child Question‘». In *Childhood Matters: Social Theory, Practice and Politics,* eds. Jens Qvortrup *et al*. Viena: Avebury-European Centre Vienna. Volume 14: 27-41.

Alanen, Leena. 2001. «Explorations in Gerational Analysis». In *Conceptualizing Child-Adult Relations*, eds. Leena Alanen e Berry Mayall. Londres e Nova Iorque: Routledge Falmer, 11-22.

Alber, Erdmute. 2003. «Denying biological parenthood: fosterage in Northern Benin». *Ethnos*, 68 (4): 487-506.

Alber, Erdmute, ed. 2003a. *Children in motion. Child fostering in west africa: new perspectives on theory and practices*. Leiden, Holanda: Brill.

Alber, Erdmute. 2004. «The real parents are the foster parents': social parenthood among the Baatambou in Northern Benin». In *Cross-cultural approaches to adoption*, ed. Fiona Bowie. Londres: Routledge, 33-47.

Alderson, Priscilla, e Virginia Morrow. 2004. *Ethics, social research and consulting with children and young people.* Essex: Barnardo's.

Alexandre, Valentim. 1995. «A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)». *Penélope*, 15: 39-52.

Alexandre, Valentim. 2004. «O império português (1825-1890): ideologia e economia». *Análise Social,* vol. XXXVIII (169): 959-979

Alicea, Marixsa. 1997. «"A chambered nautilus": the contradictory nature of Puerto Rican women's role in the social construction of a transnational community». *Gender and Society*, 11: 597–626.

Almeida, Ana Nunes de. 2000. «A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes». *Fórum Sociológico*, 3/4: 11-32.

Almeida, Ana Nunes de. 2009. *Para uma Sociologia da infância – Jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa: ICS.

Almeida, Ana Nunes de, e Maria Manuel Vieira. 2008. «A Casa, a Escola e a Aprendizagem do Trabalho: Práticas de Crianças e Jovens Escolarizados». Em *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, eds. Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 499-522.

Almeida, Ana Nunes, Nuno de Almeida Alves, e Ana Delicado. 2011. «As crianças e a internet em Portugal: perfis de uso». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65: 11-37.

Almeida, Ana Nunes, *et al*. 2012. «Pela mão das crianças: metodologias em construção». Paper apresentado no VII Congresso Português de Sociologia, 2012.

Almeida, Ana Nunes de, Nuno de Almeida Alves, Ana Delicado, e Tiago Carvalho. 2013. «Crianças e internet: a ordem geracional revisitada». *Análise Social*, 207, xlviii (2.o), 340-365.

Almeida, Ana Nunes de, *et al*. 2016. «Crianças online: metodologias visuais, novas descobertas e desafios éticos». Forthcoming.

Almeida, Ângela Maria de Oliveira. 2009. «Abordagem societal das representações sociais». *Sociedade e Estado*, 24 (3): 713-737.

Almeida, Miguel Vale de. 2002. «O Atlântico Pardo: Antropologia, Pós-colonialismo e o caso "Lusofono"». In *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, orgs. Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Aló, Clarisse. 2006. «Angola: lugar de castigo ou jóia do império. O degredo na historiografia e fontes (Séc. XIX)». Tese de Mestrado em História – Universidade de Brasília. Brasília.

Altuna, Raul. 2006 [1985]. *Cultura Tradicional Bantu*. Luanda: Paulinas.

Amaral, Ilídio. 1996. *O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino dos "Ngola" (ou de Angola) e a Presença Portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI,* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Amazonas, Maria Cristina, e Maria da Graça Braga. 2006. «Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas». *Ágora (Rio de Janeiro)*, 9 (2): 177-191.

Anderson, Benedict. 1983. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres e Nova Iorque: Verso.

Andrade, Mario Pinto de (pseudónimo Buanga Fefe) 1955. «Qu'est-ce que 'le tropicalismo'? » *Présence Africaine*, 9 (5): 24-34.

ANGOLA. Ministério da Educação (MED). 2007. Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE). Manual do Formador Provincial do 2o Ciclo do Ensino Secundário. 1a Edição. Luanda.

ANGOLA. Ministério da Educação (MED). 2011. Relatório de balanço da implementação da 2a reforma educativa do Conselho de Direção do Ministério da Educação de Angola. Luanda.

Antman, Francisca. 2013. «The Impact of Migration on Family Left Behind - impact of migration on elderly parents». In *International Handbook on the Economics of Migration,* eds. Amelie Constant e Klaus F. Zimmermann. Cheltenham e Northampton: Edward Elgar Publishing, 293-308.

Appadurai, Arjun. 1996. *Modernity At Large: Cultural Dimensions of Globalization*. University of Minnesota Press.

Aranda, Elizabeth. 2003. «Global care work and gendered constraints: The case of Puerto Rican transmigrants». *Gender & Society*, 17:609-626.

Arango, Joaquín. 2000. «Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración». *Revista Internacional de Ciencias Sociales,* 165:33-47.

Arfouiloux, Jean-Claude. 1976. *A entrevista com a criança: a abordagem da criança através do diálogo, do brinquedo e do desenho.* Rio de Janeiro: Zahar editora.

Arguillas, Marie Joy, e Lindy Williams. 2010. «The Impact of Parents' Overseas Employment on Educational Outcomes of Filipino Children». *International Migration Review*, 44 (2): 300–319.

Ariès, Philippe. 1981. *História Social da Criança e da Família.* Rio de Janeiro: LTC Editora.

Artico, Ceres. 2003. *Latino Families Briken by Immigration. The adolescents' perspective.* Nova Iorque: LFB Scholarly Publishing LLC.

Ashcroft, Bill, Gareth Griffiths, e Helen TiffinI. 1991. *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures.* Londres: Routledge.

Associação Portuguesa de Sociologia. 1992. *Código Deontológico*. Disponível em: https://www.aps.pt/cms/files/conteudos/CD_APS.pdf?phpMyAdmin=af2d125c3425354aa5b3cd77ef98e683.

Avila, Ernestine. 2008. «Transnational motherhood and fatherhood: gendered challenges and coping». Tese de Doutoramento em Sociologia. University of Southern California. Disponivel em http://digitallibrary.usc.edu/cdm/ref/collection/p15799coll127/id/192976. Consultado a 12/04/2012.

Azevedo, Maria do Céu, e Ângela Maia. 2006. «Maus-tratos e rendimento académico num meio socioeconómico desfavorecido». *Infância e Juventude*, 1: 27-57.

Baby-Collin, Virginie, e Elodie Razy. 2011. «La! famille! transnationale dans! tous! ses! états». *Autrepart,* 57-58, (1): 7-22.

Bacigalupe, Gonzalo, e Susan Lambe. 2011. «Virtualizing intimacy: Information communication technologies and transnational families in therapy». *Family Processes,* 50 (1): 12–26.

Baganha, Maria Ioanis. 2009. «The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends». *International Migration,* 47 (3): 5-20.

Baganha, Maria Ioannis, e Pedro Góis. 1998/1999. «Migrações internacionais de e para Portugal. O que sabemos e para onde vamos?». *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 52-53: 229-280.

Bagnoli, Anna, e Andrew Clark. 2010. «Focus groups with young people: a participatory approach to research planning». *Journal of Youth Studies*, 13 (1): 101-119.

Balandier, Georges. 1955. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire. Dynamique des changements sociaux en Afrique centrale*. Paris: Presses Universitaires de France.

Baldassar, Loretta. 2008. «Missing Kin and Longing to be Together: Emotions and the Construction of Co-presence in Transnational Relationships». *Journal of Intercultural Studies,* 29 (3): 247-266.

Baldassar, Loretta, e Cora Baldock. 2000. «Linking Migration and Family Studies: Transnational Migrants and the Care of Ageing Parents». In *Theoretical and Methodological Issues in Migration Research,* ed. Biko Agozino. Ashgate: Aldershot, 61-89.

Baldassar, Loretta, Cora Baldock e Raelene Wilding. 2007. *Families Caring Across Borders: Migration, Ageing and Transnational Caregiving*. Londres: Palgrave Macmillan.

Baldassar, Loretta, e Laura Merla, eds. 2013. *Transnational Families, Migration and the Circulation of Care: Understanding Mobility and Absence in Family Life*. Abingdon: Routledge.

Bardin, Laurence. 2002 [1977]. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barra, Sandra Marlene, e Manuel Jacinto Sarmento. 2006. «Os saberes das crianças e as interações na rede». *Zero-a-seis*, 8 (14): 1-20.

Basch, Charles. 1987. «Focus Group Interview: An Underutilized Research Technique for Improving Theory and Practice in Health Education». *Health Education & Behavior*, 14: 411-448.

Basch, Linda, Nina Glick Schiller, e Cristina Szanton-Blanc. 1994. *Nations unbound:Transnational projects and the deterritorialized nation-state.* New York: Gordonand Breach

Bastos, Cristiana. 1998. «Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre». *Análise Social*, 33 (146-147): 415-432.

Batalha, Luís. 1995. Breve análise sobre o parentesco como forma de organização social. Lisboa: ISCSP. Disponível em http://beta.iscsp.utl.pt/~lbatalha/downloads/analiseparentesco.pdf. Consultado a 13/06/2013.

Battistella, Graziano, e Ma. Cecilia Conaco. 1998. «The impact of labour migration on the children left behind: A study of elementary school children in the Philippines». *Sojourn,* 13: 220-241.

Bauer, Elaine, e Paul Thompson. 2006. *Jamaican Hands Across the Atlantic.* Kingston: Ian Randler Publishers.

Bauman, Zygmunt. 1998. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Beck, Ulrich. 2006. *Qu'est-ce le cosmopolitisme?* Paris: Éditions Aubier.

Becker**,** Gary S. 1993. *Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: University of Chicago Press.

Bédard, Nicole. 2000. *Como Interpretar os Desenhos das Crianças*. Mem Martins: Editora Cetop.

Bender, Gerald J. 1978. *Angola under the Portuguese: the myths and the reality*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

Berger, Peter, e Thomas Luckmann. 2004. *A Construção Social da Realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.

Bernhard, Juldith K., Patricia Landolt, e Luin Goldring. 2009. «Transnationalizing Families: Canadian Immigration Policy and the Spatial Fragmentation of Care-giving among Latin American Newcomers». *International Migration*, 47:3–31.

Blanc, Ann. K., e Cynthia Lloyd. 1994. «Women's Work, Child-Bearing and Child-Rearing over the Life Cycle in Ghana». In *Gender, Work and Population in Sub-Saharan Africa* eds. Aderati Adepoju, e Christine Oppong. Londres: James Currey. Portsmouth, New Hampshire: Heinemann, 112-131.

Bledsoe, Caroline H. 1990. «'No success without struggle', social mobility and hardship for foster children in Sierra Leone». *Man*, 25 (1): 70-88.

Bledsoe, Caroline, e Uche Isiugo-Abanihe. 1989. «Strategies of child-fosterage among Mende grannies in Sierra Leone». In *Reproduction and social organization in Sub-Saharan Africa*, ed. R. Lesthaeghe. Berkeley: University of California Press, 442–474.

Bledsoe, Caroline, e Papa Sow. 2011. «Back to Africa. Second chances for the children of West African immigrants». *Journal of Marriage and Family*, 73 (4): 747-762.

Boccagni, Paolo. 2012. «Practising Motherhood at a Distance: Retention and Loss in Ecuadorian Transnational Families». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38 (2): 261-277.

Boehm, Debora. 2008. «"For my children": Constructing and navigating the state in the U.S – Mexico transnation». *Anthropological Quarterly*, 81 (4): 777-802.

Bogdan, Robert, e Sari Biklen. 1994. *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à teoria e aos Métodos.* Porto: Porto Editora.

Bohórquez-Montoya, Juan Pablo. 2009. «Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica». *Papel Político*, 14 (1): 273-301.

Bohr, Yvonne, e Connie Tse. 2009. «Satellite babies in transnational families: a study of parents' decisions to separate from their infants». *Infant Ment. Health Journa,* 30 (3): 265-286.

Boyd, Monica, e Elizabeth Grieco. 2003. «Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory». In *Migration Information Source*, Março 2003.

Boyden, Jo, e Judith Ennew. 1997. *Children in focus: a manual for participatory research with children.* Stockholm: Rädda Barnen.

Brannen, Julia. 1992. «Combining qualitative and quantitative approaches: an overview». In *Mixing Methods: qualitative and quantitative research*, ed. Julia Brannen. Aldershot: Avebury, 3-37.

Brotherson, Mary Jane. 1994. «Interactive Focus Group Interviewing: A Qualitative Research Method in Early Intervention». *Topics in Early Childhood Special Education,* 14: 101-118.

Bruijn, Mirjam, e Inge Brinkman. 2011. «Communicating Africa». Researching mobile kin communities communication technologies, and social transformation in Angola and Cameroon. *Autrepart, 1-2*: 41-57.

Bruine, Eva de, Michaela Hordijk, Carla Tamagno, e Yanina Snchez Arimborgo. 2013. «Living Between Multiple Sites: Transnational Family Relations from the Perspective of Elderly Non-Migrants in Junín, Peru». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39 (3): 483-500.

Bryant, John. 2005. «Children of International Migrants in Indonesia, Thailand and the Philippines: A Review of Evidence and Policies». *Innocenti Working Paper* No. 2005-05, Florence: UNICEF Innocenti Research Centre.

Bryceson, Deborah, e Ulla Vuorela. 2002. *The Transnational Family: New European Frontiers and Global Networks*. Oxford: Berg Publishers.

Burgess Ernest, Harvey Locke, e Mary Thomas. 1960. *The Family: from Institution to Companionship.* Nova Iorque: American Book.

Burguière, André, *et al*., dir. 1986. *Histoire de la famille*.Paris: Armand Colin.

Bushin, Naomi. 2009. «Researching family migration decision-making: a children-in-families approach». Population, Space and Place, 15 (5): 429–443.

Bustamante, Juan, e Carlos Alemán. 2007. «Perpetuating Split-household Families The Case of Mexican Sojourners in Mid-Michigan and their Transnational Fatherhood Practices». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30: 609-629.

Cabecinhas, Rosa, e Luís Cunha. 2003. «Colonialismo, identidade nacional e representações do 'negro'». *Estudos do Século XX*, 3: 157-184.

Cabral, Amílcar. 1979. *Resistência Cultural, Análise de alguns tipos de resistência*. Bolama: Imprensa Nacional.

Caldwell, John C. 1968. *Population Growth and Family Change in Africa. The New Urban Elite in Ghana*, Canberra: Australian National University Press.

Caldwell, John C. 1976. «Toward a restatement of demographic transition theory». *Population and Development Review,* 2 (2-3): 321-366.

Carballo, Manuel, José Julio Divino, e Damir Zeric. 1998. «Migration and health in the European Union». *Tropical Medicine and International Health*, 3 (12): 936-944.

Caritas Cares Relatório Portugal Novembro 2015. Consultado em 02/06/2016. Disponível em https://drive.google.com/file/d/0Bzhlv2f6n15yRldDT05yclU1U3c/view.

Carling, Jørgen. 2002. «Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences». *Journal of Ethnic and Migration Studies,* 28 (1): 5-42.

Carling, Jørgen. 2007. «Children's mobility and immobility in Cape Verdean transnational families». Paper apresentado na AEGIS European Conference on African Studies, Leiden 11-14 July 2007, Panel 28: *Generations of Migrants in West Africa*, convened by Dorte Thorsen and Ann Whitehead.

Carling, Jørgen. 2008a. «The determinants of migrant remittances». *Oxford Review of Economic Policy*, 24 (3): 582–599.

Carling, Jørgen. 2008b. «The human dynamics of migrant transnationalism». *Ethnic and Racial Studies,* 31 (8): 1452–77.

Carling, Jørgen, Cecilia Menjívar, e Leah Schmalzbauer. 2012. «Central Themes in the Study of Transnational Parenthood». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38 (2): 191-217.

Carmo, Hermano, e Manuela Ferreira. 1998. *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carreiro, Maria João. 2011. *Arquitetos de um Espaço Transnacional Lusófono: a Diáspora Guineense em Portugal*. Lisboa: Edição CEsA.

Carrilho, Maria José, e Maria de Lourdes Craveiro. 2015. «A situação demográfica recente em Portugal». *Revista de Estudos Demográficos*, 54: 57-107. INE.

Carsten, Janet. 2000. «Introduction: cultures of relatedness». In *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*, ed. Janet Carsten. Cambridge: Cambridge University Press.

Carsten, Janet. 2004. *After Kinship.* Cambridge: Cambridge University Press.

Carvalho, Maria João Leote de. 2003. *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*, Colecção Reinserção Social. Oeiras: Celta Editora.

Carvalho, Maria João Leote de. 2011. «Do outro lado da cidade. Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento». Tese de Doutoramento em Sociologia. FCSH-Universidade Nova de Lisboa.

Carvalho, Paulo de. 2002. *Angola, Quanto tempo falta Para Amanhã?: Reflexões Sobre as Crises Política, Económica e Social*. Oeiras: Celta Editora.

Carvalho, Paulo de. 2008 «Poligamia não deve constituir preocupação social em Angola». Semanário Angolense. 31-03-2008. Consultado em 18/01/ 2016. Disponível em: http://www.angonoticias.com/Artigos/item/17798/poligamia-nao-deve-constituir-preocupacao-social-em-angola-paulo-de-carvalho.

Castells, Manuel. 2005. *La era de la informacion (vol.1): economia, sociedad y cultura. La sociedad red.* Madrid: Alianza editorial.

Castelo, Cláudia. 1998. *O modo Português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961).* Col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento.

Castelo, Cláudia. 2007. *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole* (1920-1974). Porto: Edições Afrontamento.

Castelo, Cláudia. 2009. «Migração Ultramarina: Contradições e Constrangimentos». *Ler História,* 56: 69-82.

Castelo, Cláudia. 2015. «A mensagem luso-tropical do colonialismo português tardio: o papel da propaganda e da censura». Consultado em 27/05/2016. Disponível em www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/download/2216/2133.

Castle, Sarah E. 1995. «Child fostering and children's nutritional outcomes in rural Mali: the role of female status in directing child transfers». *Social Science and Medicine,* 40: 679-693.

Castles, Stephen, e Mark J. Miller. 2003. *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World* Third. Basingstoke: Palgrave-Macmillan.

Cavazini, Frederico. 2012. «A guerra civil angolana e o seu impacto no desenvolvimento do ensino primário público». Research paper submitted to the Development Studies Research Seminar Spring 2012 – PDED-WPO2/2012, ISEG/UTL.

Cebotari, Victor, e Valentina Mazzucato 2016. «Educational Performance of Children of Migrant Parents in Ghana, Nigeria and Angola». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42 (5): 834-856.

Cerda, Julia. 2014. «Las familias transnacionales». *Revista Espacios Transnacionales* [En línea] N.º 2, Janeiro-Junho 2014, Reletran. Consultado em 15/01/2016. Disponível em http://espaciostransnacionales.org/wp-content/uploads/2014/11/6-Familias-Transnac.pdf.

Charlot, Bernard. 1986. *A Mistificação Pedagógica – Realidades Sociais e Processos Ideológicos na Teoria da Educação*. 2a ed., Rio de Janeiro: Guanabara.

Chiswick, Barry. 1990. «L´Immigration et l´Économie des Etats-Unis». *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 6 (1): 59-70.

Chiswick, Barry 2000. «Are Immigrants Favourably Self-Selected?» In *Migration Theory – Talking Across Disciplines*, eds. C Bretell e J. Hollified. London: Routledge.

Christensen, Pia. 2004. «Children's participation in ethnographic research: issues of power and representation». *Children and Society*, 18: 165-176.

Christensen, Pia, e Alison James, eds. 2000. *Research with Children: Perspectives and Practices*. Londres: Falmer Press.

Christensen, Pia, e Alan Prout. 2002. «Working with ethical symmetry in social research with children». *Childhood*, 9 (4): 477-497.

Christian Children's Fund. 1998. *Let Us Light a New Fire* [Vamos acender um novo fogo]. Luanda: Editora Humbi.

Christian Children's Fund. 2002. *Free to play in peace – Angolan's war seen by the eyes of its children*. Luanda: CCF-Christian Children's Fund.

Clark, Alison, e Peter Moss. 2001 *Listening to young children: The Mosaic approach*, Londres: National Children's Bureau for the Joseph Rowntree Foundation.

Clignet, Rémi, 1997.*Un sociologue entre Afrique et États-Unis: trente ans de terrains comparés.* Paris: Karthala Editions.

Cohen, Abner. 1985. «Review of parenthood and social reproduction: fostering and occupational roles in West Africa». *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, 48 (2): 416-417.

Cohen, Jeffrey. 2005. «Remittance outcomes and migration: Theoretical contest, real opportunities». *Studies in Comparative International Development* 40 (1):88-112.

Cohen, Robin. 1997. *Global Diasporas: An Introduction.* London: UCL Press.

Colonna, Elena. 2012. «"Eu é que fico com a minha irmã". Vida quotidiana das crianças na periferia de Maputo.» Tese de Doutoramento em Estudos da Criança Especialidade em Sociologia da Infância. Universidade do Minho.

Coquery-Vidrovitch, Catherine. 1994. *Les africaines: histoire des femmes d'Afrique noire du XIXe au XXe*. Paris: Editions Desjonqueres.

Corsaro, William. 1997. *The Sociology of Childhood.* California: Pine Forge Press.

Corsaro, William. 2002. «A Reprodução Interpretativa no Brincar ao "Faz de Conta" das Crianças». *Educação Sociedade & Culturas*, 17: 113-134.

Corsaro, William A. 2005. *The Sociology of Childhood* – 2ª Ed. Sociology for a new century. California: Pine Forge Press.

Costa, Ana, e Cristina Rodrigues. 2007. «Famílias e estratégias de sobrevivência e reprodução social em Luanda e Maputo». Em *Subúrbios de Luanda e Maputo*, coord. Jochen Oppenheimer e Isabel Raposo. Lisboa: Edições Colibri.

Costa, Maria Manuela. 2012. «O casamento». *Sol Nascente – Revista do centro de Investigação sobre ética Aplicada* (CISEA),1. Huambo: Angola.

Costa, Paulo, Natália Fernandes, e Maria Beatriz Pereira. 2013. «Crianças investigadoras? Cenários de participação activa na Educação Básica». *Conjectura: filosofia e educação*, Caxias do Sul, 18: 174-192.

Crawford-Brown, Claudette. 1997. «The impact of parent-child socialization on the development of conduct disorder in Jamaican male adolescents». In *Caribbean families: Diversity among ethnic groups*, eds. Jaipaul L. Roopnarine e Janet Brown. Greenwich: CN: Ablex Pubhshing, 205-222.

Crawford-Brown, Claudette P. 1999. *Who Will Save Our Children?: The Plight of the Jamaican Child in the 1990s*. Kingston, Jamaica: Canoe Press, University of the West Indies.

Cunha, Anabela. 2011. «O quotidiano dos degredados enviados para Angola (1880-1932)». In Actas do XI Congresso Luso Afro Brasileiro "Diversidades e (Des)Igualdades", Salvador, 07 a 10 de Agosto de 2011, Universidade Federal da Bahia (UFAB) – PAF I e II. Disponível em http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307137605_ARQUIVO_Oquotidianodosdegredadosem Angola18831932.pdf. Consultado em 01/03/2014.

Cunha, Anabela. 2013. «Degredo para Angola: sentença de morte lenta». *Locus: revista de história*, 18 (2): 87-104.

De Jong, Gordon F., Rex H. Warland, e Brenda Davis Root. 1998. «Family Interaction and Migration Decision Making». *Research in Rural Sociology and Development*, 7: 155-167.

De Mause, Lloy. 1982. *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza Universidad.

Déchaux, Jean-Hugues. 2007. *Sociologie de la famille. Collection Repères*. Paris: Éditions La Découverte.

Denscombe, Martyn. 1998. *The Good Research Guide for Small-scale Social Research Projects*. Buckingham: Open University Press.

Derdyk, Edith. 1989. *Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil*. São Paulo: Scipione.

Derluyn, Ilse, Eric Broekaert, e Gilberte Schuyten. 2008. «Emotional and behavioural problems in migrant adolescents in Belgium». *European Child and Adolescent Psychiatry*, 17(1): 54−62.

Di Leo, Joseph. 1987. *A interpretação do desenho infantil* (2a ed.). Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artes Médicas.

Dias, Jill. 1998. «Angola». In *Nova História da Expansão Portuguesa (volume X): O Império Africano (1825-1890),* dir., Antonio de Oliveira Marques, e Joel Serrão, eds. Jill Dias e Alexandre Valentim. Lisboa: Editora Estampa, 319-556.

Dias, Sónia, e Aldina Gonçalves. 2007. «Migração e Saúde». In *Revista Migrações,* org. Sónia Dias, Número Temático Imigração e Saúde, 1: 15-26. Lisboa: ACIDI.

DiCarlo, Margaret A., Judith L. Gibbons, Donald C. Kaminsky, James D Wright, e Deborah A. Stiles. 2000. «Street children's drawings: Windows into their life circumstances and aspirations». *International Social Work,* 43 (1): 107–120.

Dillon, Mona, e Christine A. Walsh. 2012. «Left Behind: The Experiences of Children of the Caribbean Whose Parents Have Migrated». *Journal of Comparative Family Studies,* 43 (6): 871-902.

Doise, Willen. 1986. «Les representations sociales: definition d'un concept». In *L'etude des representations sociales*, eds. Willen Doise e Augusto Palmonari. Neuchatel/Paris: Delachaux & Niestle, 81- 94.

Dozon Jean-Pierre. 1986. «En Afrique, la famille à la croisée des chemins». Em *Histoire de la famille: 2. Le choc des modernités*, eds. André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zonabend. Paris: A. Colin, 301-337.

Dreby, Joanna. 2006. «Honor and Virtue: Mexican Parenting in the Transnational Context». *Gender & Society*, 20 (1): 32-59.

Dreby, Joanna. 2007. «Children and power in Mexican transnational families». *Journal of Marriage and Family*. 69: 1050-1064.

Dreby, Joanna, e Tim Adkins. 2011. «The strength of family ties: How US migration shapes children's ideas of family». *Childhood,* 19 (2):169-187.

Drotbohm, Heike. 2008. «Redefining ''strong ties'': transnational motherhood, migration policies and life's contingencies from a Cape Verdean perspective». Oslo: PRIO and the University of Oslo, paper apresentado no Workshop on Transnational Parenthood and Children-Left Behind, 20-21 November.

Durkheim, Émile. 1970. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária.

Durkheim, Émile. 1975 [1892]. *Textes, Fonctions sociales et institutions*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Durkheim, Émile. 1977 [1893]. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença.

Einarsdóttir, Jóhanna. 2007. «Research with children: methodological and ethical challenges». *European Early Childhood Education Research Journal*, 15 (2): 197-211.

Erel, Umut. 2002. «Reconceptualizing motherhood: experiences of migrant women from Turkey living in Germany». In *The Transnational Family: New European Frontiers and Global Networks,* eds. Deborah Bryceson e Ulla Vuorela. Nova Iorque: Berg, 127-46.

Erwin A. Alampay, Liane P. Alampay, e Khane S. Raza. 2013. «The Impact of Cybercafés on the Connectedness of Children Left Behind by Overseas Filipino Workers». *Global impact study research report series.*

Faist, Thomas. 2000. «Transnationalization in international migration: implications for the study of citizenship and culture». *Ethnic and Racial Studies*, 23 (2): 189-222.

Faist, Thomas. 2000a. *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*. Oxford: Claredon Press; Oxford University Press.

Falicov, Celia J. 2003. «Immigrant Family Processes». In *Normal Family Processe,* ed. Froma Walsh. Nova Iorque: Guilford Press, 280-300.

Falicov, Celia. 2007. «Working with transnational immigrants: Expanding meanings of family, community and culture». *Family Processes*, 46: 157-171.

Faria, Eliete do Carmo. 2015. «Ações de crianças: práticas lúdicas no espaço-tempo». *Investigar em Educação* - II a Série, n.º 4:113-126.

Faria, Eliete do Carmo. 2014. «Lugares da infância: mobilidade e práticas cotidianas das crianças nos espaços sociais de interação». Tese de Doutoramento em Estudos da Criança – Especialidade na área da Sociologia da Infância, Universidade do Minho.

Farrell, Ann. 2005. «New possibilities for ethical research with children». In *Ethical research with children,* ed. Ann Farrell. New York: Maidenhead, 176-178.

Fawcett, James T. 1989. «Networks, Linkages, and Migration Systems». *International Migration Review*. 23 (3): 671-680. Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's.

Fernandes, António. 2004. «Os Direitos da Criança no Contexto das Instituições Democráticas». In *A Criança na Sociedade Contemporânea*, coord. Júlia Oliveira Formosinho. Lisboa: Universidade Aberta, 23-61.

Fernandes, João, e Zavoni Ntondo. *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Editorial Nzila, 2002.

Fernandes, José Augusto Soares. 1966. «A mulher Africana: alguns aspectos da sua promoção social em Angola». *Estudos Políticos e Sociais*, 4 (2/3):575-632. Lisboa: ISCSP.

Fernandes, Natália. 2005. «Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes». Tese de Doutoramento. Departamento de Ciências da Educação da Criança: Universidade do Minho

Fernandes, Natália. 2006. «A investigação participativa no grupo social da infância». *Currículo sem Fronteiras*, 6, (1): 25-40.

Fernandes, Natália, Manuel Sarmento, e Catarina Tomás. 2005. Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Nuances. Estudos sobre Educação*, 12(13): 50-64.

Ferreira, Eduardo Sousa, Carlos Lopes, e Maria João Mortágua. 2008. *A Diáspora Angolana em Portugal: Caminhos de retorno*. Lisboa: Princípia.

Ferreira, Manuel Ennes. 1990. *Angola-Portugal: do espaço económico português às relações pós-coloniais.* Lisboa: Escher.

Ferreira, Manuel Ennes. 2002. «Portugal and the lusophone African Countries: Economic Continuitiess and Disruptions». *Portuguese Studies Review*, vol. 10 (1). Trent University: Canada, 85.107.

Ferreira, Manuel Ennes. 2005. «O Império e as relações económicas com África». In *História Económica de Portugal 1700-2000, vol. III,* org. Pedro Laíns e Álvaro Silva. Lisboa: ICS, 343-371.

Ferreira, Manuela. 2002a. «"crescer e aparecer" ou...para uma Sociologia da Infância». *Educação, Sociedade & Culturas*, 17:3-12.

Ferreira, Manuela. 2002b. «A Gente Aqui o que Gosta mais é de Brincar com os Outros Meninos: as crianças como atores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano de um Jardim de Infância». Tese de Doutoramentoo em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Ferreira, Manuela. 2005. «"Brincar às arrumações", arrumando ou... entre a ordem institucional adulta e a ordem instituinte infantil, as crianças como actores sociais no jardim de infância». *Reflexão e Ação,* 13 (1): 115-132.

Ferreira, Maria M. Martinho. 2002. «A Gente Aqui o que Gosta mais é de Brincar com os Outros Meninos: as crianças como atores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano de um Jardim de Infância». Doutorado em Ciências da Educação. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Ferreira, Sueli. 1998. *Imaginação e Linguagem no Desenho da Criança*. São Paulo: Papirus.

Ferro, António. 1995. *A técnica na psicanálise infantil. A criança e o analista: da relação ao campo emocional*. Rio de Janeiro: Imago.

Fiawoo, D. K. 1978. «Some patterns of foster care in Ghana». In *Marriage, Fertility and Parenthood in West Africa,* ed. C. Oppong. Canberra: Australian National University, 273-306.

Fielding, Nigel, e Margrit Schreier. 2001. «Introduction: On the Compatibility between Qualitative and Quantitative Research Methods». *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research* (revista on-line), 2: 1 (54 parágrafos). Disponível em: http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm

Flandrin, Jean Louis. 1992. *Família: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Lisboa: Editorial Estampa.

Flick, Uwe. 2005. *Métodos Qualitativos na Investigação Científica.* 2.ª ed., Ed. Monitor.

Forner, Nancy. 2005. *In a New Land: A Comparative View of Immigration*. Nova Iorque: New York University Press.

Fonseca, Antonio. 1984. *Sobre os Kikongos de Angola.* São Paulo: Edições 70.

Fonseca, Cláudia. 1986. «Orphanages, foundlings, and foster mothers: the system of child circulation in a Brazilian squatter settlement». *Anthropological Quarterly,* 59 (1): 15-27.

Fonseca, Cláudia. 2002. «Inequality near and far: adoption as seen from Brazilian

favelas». *Law and Society Review*, 36 (2): 397-431.

Fonseca, Cláudia. 2003. «Patterns of shared parenthood among the Brazilian poor». *Social Text*, 74 (21): 111-127.

Fonseca, Cláudia. 2004. «The circulation of children in a Brazilian working-class neighborhood: a local practice in a globalized world». In *Cross-Cultural Approaches to Adoption*, ed. Bowie Fiona. Londres: Routledge, 165-181.

Fonseca, Lucinda. 2001 «The Geography of recent immigration to Portugal». In *Geography, Environment and Development in the Mediterranean*, eds. Russel King, Paolo de Mas e Jans mansvelt Beck. Brighton: Sussex Academic Press, 137-155.

Fortes, Meyer. 1984. «Age, Generation and Social Structure». In *Age and Anthropological Theory,* eds. David I. Kertzer and Jennie Keith. Ithaca: Cornell University Press, 99-122.

Franco, Márcia Elizabete Wilke. 2006. «Compreendendo a Infância. A cumplicidade da escola com o conceito de infância». In *Compreendendo a infância como condição de criança*, Márcia Franco (ed). 2 ed. Porto Alegre: Editora Mediação. (Cadernos da Educação Infantil, v.11).

Frank, Reanne, e Robert A. Hummer. 2002. «The Other Side of the Paradox: The Risk of Low Birth Weight among Infants of Migrant and Nonmigrant Households within Mexico», *International Migration Review,* 36 (3): 746-65.

Freyre, Gilberto. 2003 [1933]. *Casa Grande & Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global Editora.

Frønes, Ivar. 1994. «Dimensions of Childhood». In *Childhood Matters: Social Theory, Practice and Politics*, eds. Qvortrup, Jens et al. Viena: Avebury-European Centre Vienna, 14:145-164.

Frønes, Ivar. 2005. «Structuration and Childhood: An Essay of the Structuring of Childhood and Anticipatory Socialization». In *Studies in Modern Childhood: Society, Agency, Culture,* ed, Jens Qvortrup, Basingstoke: Palgrave Mcmillan, 267-282.

Gaitán Muñoz, Lourdes, dir. 2008. *Los niños como actores en los procesos migratorios*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

Gaitán Muñoz, Lourdes. 2006. *Sociología de la Infancia*. Madrid: Editorial Síntesis.

Gallacher, Lesley-Anne, e Michael Gallagher. 2008. «Methodological immaturity in childhood research? Thinking through 'participatory methods'». *Childhood*, 15 (4): 499-516.

Gallagher, Michael. 2009. «Ethics». In *Researching with children and young people: research design, methods and analysis*, ed. Kay Tisdall, John Davis, e Michael Gallagher. Londres: Sage Publications, 11-64.

Gamburd, Michele. 2008. «Milk Teeth and Jet Planes: Kin Relations in Families of Sri Lanka's Transnational Domestic Servants». *City & Society*, 20 (1): 5-31.

Geertz, Clifford. 1989 [1973]. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Zahar.

Gibbons Judith, Deborah Stiles, Jo de la Garza Schnellmann, e Italo Morales-Hidalgo. 1990. «Images of work, gender, and social commitment among Guatemalan adolescents». *The Journal of Early Adolescence,* 10 (1): 89–103.

Giddens, Anthony. 1997. «Risco, confiança e reflexividade». In *Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna,* coords. U. Beck, A. Giddens e S. Lash. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 219-239.

Giddens, Anthony. 1992. As *Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Giddens, Anthony. 2000. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

Gimeno, Adelina. 2003. *A família – o desafio da diversidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

Glasgow, Godfrey F., e Janice Gouse-Sheese. 1995. «Themes of rejection and abandonment in group work with Caribbean adolescents». *Social Work with Groups,* 17:3-27.

Glick Schiller, Nina, Linda Basch, e Cristina Szanton Blanc. 1992. «Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration». In *Toward a Transnational Perspective on Migration*, eds. Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc. Nova Iorque: New York Academy of Sciences, 1–24.

Glick Schiller, Nina, e Levitt, Peggy. 2004. «Conceptualising Simultaneity: a transnational social field perspective on society». *International Migration Review*, 38 (3): 1002-1039.

Gobbi, Márcia. 2005. «Desenho Infantil e Oralidade». In *Por uma cultura da infância*: *metodologia de pesquisa com crianças*, org. Ana Lúcia Faria, Zeila de Brito Demartini e Patrícia Dias Prado. 2ª ed.- Campinas, SP: Autores Associados.

Gobbi, Márcia. 2008. «Desenho e Fotografia: marcas indiciárias das culturas infantis». *Contexto & Educação*, 79: 199-221.

Gobbi, Marcia, e Maria Isabel Leite. 2002. «O desenho da criança pequena: distintas abordagens na produção acadêmica em diálogo com a educação». In *Ata e desata. Partilhando uma experiência de formação continuada,* org. Maria Leite. Rio de Janeiro: Ravil, 93-148.

Goffman, Ervin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Góis Pedro, e José Carlos Marques. 2008. «Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal». In *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana,* org. Pedro Góis. Lisboa: ACIDI, IP, 87-104.

Góis, Pedro. 2006. *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Gokalp, Alton. 1988. «Migrants' children in Western Europe: Differential socialization and multicultural problems». In *International migration today. Volume 2: Emerging issues*, ed. Charles Stahl Paris: UNESCO/University of Western Australia, 125-137.

Gomes, Carlos. 2009. *Antecedentes do capitalismo*. Ermesinde: Edições Ecopy.

Goode, William. 1963. *Revolução Mundial e Padrões de Família*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Goodnow, Jacqueline. 1992. *Desenhos de Crianças*. Lisboa: Edições Salamandra.

Goody, Esther N. 1973. *Contexts of Kinship: An Essay in the Family Sociology of the Gonja of Northern Ghana*. Cambridge University Press.

Goody, Esther N. 1982. *Parenthood and Social Reproduction, Fostering and Occupational Roles in West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

Goody, Esther N., e Christine Muir Groothues. 1977. «The West-Africans: The Quest for Education». Pp. 151-180 in J. L. Watson (ed.) *Between two cultures: Migrants and minorities in Britain*. Oxford: Blackwell Publishers.

Goody, Jack. 1959. «The Mother's Brother and the Sister's Son in West Africa». *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland,*89 (1):61-88.

Goody, Jack. 1972. «The Evolution of the Family». In *Household and Family in Past Time*, ed. Peter Laslett with the assistance of R. Wall. Cambridge: Cambridge University Press,103-124.

Goody, Jack. 1995. *Família e Casamento na Europa*. Oeiras: Celta.

Graham Elspeth, Lucy Jordan P, Brenda Yeoh, Theodora Lam, Maruja Asis, e Su-kamdi. 2012. «Transnational families and the family nexus: perspectives of Indonesian and Filipino children left behind by migrant parent(s)». *Environment and Planning A*, 44 (4): 793 – 815.

Graham, Elspeth, e Lucy P. Jordan. 2011. «Migrant parents and the psychological well-being of left-behind children in Southeast Asia». *Journal of Marriage and Family*. 73: 763-787.

Grassi, Marzia. 1997. «O papel da mulher angolana no desenvolvimento do país». Dissertação de mestrado em Estudos Africanos, ISCTE-IUL, policopiado.

Grassi, Marzia. 2007. «Práticas, formas e solidariedades da integração de jovens de origem angolana no mercado de trabalho em Portugal». *Economia Global e Gestão*, 12 (3): 71-91.

Grassi, Marzia. 2009. *Capital Social e Jovens Originários dos PALOP em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Grassi, Marzia. 2010. *Forms of Familial, Economic, and Poltical Association in Angola Today*. Lewiston: The Edwin Mellen Press.

Grassi, Marzia, ed. 2011. *PALOP*. *Investigação em Debate*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Grassi, Marzia, e Iolanda Évora. Eds. 2007. *Género e Migrações Cabo-Verdianas*. Lisboa:

Grassi, Marzia, e Jeanne Vivet. 2014. «Fathering and Conjugality in Transnational Patchwork Families: the Angola/Portugal case». *TL Network e-Working Papers* Nº5/2014. Lisboa: ICS ULisboa / European Science Foundation.

Grassi, Marzia, e Jeanne Vivet. 2015. «Cuidar das crianças entre Angola e Portugal: a parentalidade nas famílias transnacionais». *Sociologia: problemas e práticas*, 79: 85-108.

Grassi, Marzia, Jeanne Vivet, e Luena Marinho. 2016. *Famílias transnacionais entre Angola e Portugal - Organização e Práticas de cuidados às crianças*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Graue, Elisabeth, e Daniel Walsh. 2003. *Investigação etnográfica com crianças***:** teorias, métodos e ética. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Greene, Sheila, e Malcolm Hill. 2005. «Researching Children's Experience: Methods and Methodological Issues». In *Researching Children's Experience: methods and approaches*, eds Sheila Greene and Diane Hogan. Londres: Sage Publications.

Grilo, Ralph. 2001. «Transnational Migration and Multiculturalism in Europe. Oxford: ESRC Transnational Communities». Working Paper WPTC – 01-08.

Grover, Sonja. 2004. «Why Won't They Listen To Us? On Giving Power and Voice to Children Participating in Social Research». *Childhood*, 11(1): 81–93.

Guarnizo, Luis. 2003. «The Economics of Transnational Living». *International Migration Review*, 37: 666–699.

Gusmão, Neuza M.M. 1993. *Socialização e Recalque: a criança negra no rural.* Cadernos Cedes, 32: 40-83. Campinas: Papirus.

Gusmão, Neuza M.M. 2004. *Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Haagsman, Karlijn, e Valentina Mazzucato. 2014. «Quality of parent-child relationships in transnational families: Angolan and Nigerian migrant parents in The Netherlands». *Journal of Ethnic and Migration Studies 40*, 1677-1696.

Hall, Stuart. 2005. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A Ed.

Harbison, Sarah F. 1981. «Family Structure and Family Strategy in Migration Decision Making». Em. *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries,* eds. Gordon De Jong, e R. W Gardner. Nova Iorque: Pergamon Press, 225-251.

Harcourt, Deborah, e Jonathon Sargeant. 2011. «The challenges of conducting ethical research with children». *Education Inquiry*, 2 (3):421–436.

Harper, Scott, e Alan Martin. 2013. «Transnational Migratory Labor and Filipino Fathers: How Families Are Affected When Men Work Abroad». *Journal of Family*, 34 (2): 270-290.

Harvey, David. 1989. *The Condition of Postmodernity An Enquiry into the Origins of Cultural Change.* Oxford e Cambridge: Basil Blackwell Ltd, 284-307.

Henderson, Lawrence W. 1990. *A igreja em Angola*. Lisboa: Editorial Além-Mar.

Herrera-Lima, Fernando. 2001. «Transnational families: institutions of transnational social space». In *New Transnational Social Spaces: International Migration and Transnational Companies in the Early Twenty-first Century*, ed. Ludger Pries. Londres: Routledge.

Hewett, Heather. 2009. «Mothering across borders: narratives of immigrant mothers in the United States». *Women's studies quarterly*, 37 (3/4):121-139.

Heywood, Colin. 2004. *Uma história da infância*. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed.

Hill, Malcolm. 2006. «Children's Voices on Ways of Having a Voice: Children's and young people's perspectives on methods used in research and consultation». *Childhood*, 13 (1): 69–89.

Hill, Reuben, e Renè Konig, eds. 1970. *Families in East and West: socialization process and Kinship ties*. Paris: Mouton.

Ho, Elsie. 2002. «Multi-local residence, transnational networks: Chinese "astronaut" families in New Zealand». *Asian Pacific Migration Journal* 11 (1): 145–64.

Hochschild, Arlie. 2000. «Global care chains and emotional surplus value». In *On the Edge: living with global capitalism,* eds Will Hutton e Anthony Giddens. Nova Iorque: Free Press.

Hochschild, Arlie 2000a. *The Commercialization of Intimate Life: Notes from Home and Work*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

Hochschild, Arlie. 2003. «Love and gold». In *Global woman: Nannies, maids, and sex workers in the new economy*, eds. Barbara Ehrenreich e Arlie R. Hochschild New York: Holt, 15-30.

Hoelgaard, Suzanne M. 1984. *The Foster Care Triad: Structure and Process*. Cambridge: University of Cambridge.

Hondagneu-Sotelo, Pierrette. 1994. *Gendered transitions: Mexican experiences of immigration*. Berkeley: University of California Press.

Hondagneu-Sotelo, Pierrette, e Ernestine Avila. 1997. «'I'm here but I'm there': The meanings of Latina transnational motherhood». *Gender Society,* 11:548–60.

Honwana, Alcinda. 2005. «Innocent & Guilty – Child-Soldiers as Interstitial & Tactical Agents». In *Makers & breakers: children & youth in postcolonial Africa,* eds. Alcinda Honwana, e Filip De Boeck.Trenton: Africa World Press.

Horton, Sarah. 2009. «A mother's heart is weighed down with stones: a phenomenological approach to the experience of transnational motherhood». *Culture Medecine and Psychiatry*, 33 (1): 2-40.

Hugo, Graeme. 1999. *Gender and Migrations in Asian Countries*. Gender and Population Studies. Series Edited by Antonella Pinnelli. Liège: IUSSP.

Inda, Jonathan, e Renato Rosaldo. 2002. «A world in motion». Em *Anthropology of Globalization: A Reader,* eds. Jonathan Inda e Renato Rosaldo. Blackwell: Oxford.

INE, Angola. 2016. *Resultados definitivos recenseamento geral da população e habitação – 2014,* consultados online em abril de 2016. Disponível em: http://aiangola.com/wp-content/uploads/2016/03/Publicação-Resultados-Definitivos-Censo-Geral-2014_Versão-22032016_DEFINITIVA-18H17.pdf. Luanda: INE.

INE, Angola. 2011. *IBEP – Angola: Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População- Relatório analítico I*. Luanda: INE.

Isiugo-Abanihe, Uche. 1985. «Child fosterage in West Africa». *Population Development Review*.;11:53–73.

James, Alison, e Alan Prout, eds. 1997. *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. Londres e Washington DC: Falmer Press.

James, Allison, Chris Jenks, e Alan Prout. 1998. *Theorizing Childhood*. Cambridge: Polity Press.

Jampaklay, Aree. 2006. «Parental absence and children's school enrolment: Evidence from a longitudinal study in Kanchanaburi, Thailand». *Asian Population Studies*, 2 (1): 93-110.

Jansà, Josep M., e Patricia Garcia de Olalla. 2004. «Salud e inmigración: nuevas realidades y nuevos retos». *Gac Sanit* 18 (1): 207-213. Consultado a 14/06/ 2016 Disponivel em: <http:// www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0213-91112004000700033&lng=es&nrm=iso>.

Jenks, Chris, ed. 1982. *The Sociology of Childhood: Essentials Readings*. Gregg Revivals.

Jenks, Chris. 1996. *Childhood*. London and New York: Routledge.

Jenks, Chris. 2002. «Constituindo a criança. Educação, Sociedade e Culturas». *Educação, Sociedade & Culturas*, 17: 185-216.

Jodelet, Denise. 1984. «Répresentation sociales: phénomès, concept et tlhéorie». Em *Psychologie Social* org. Serge Moscovici. Paris: Presses Universitaires de France.

Jodelet, Denise. 1989. «Répresentation sociales: un domaine em expansion». Em *Les Representations Sociales,* org. Denise Jodelet. Paris: Presses Universitaires de France.

Jones, Adele, Michele Sogren, e Jacqueline Sharpe. 2004. «Children's experiences of separation from parents as a consequence of migration». *Caribbean Journal of Social Work,* 3: 89-109.

Kabki, Mirjam, Valentina Mazzucato e Ernest Appiah. 2004. «'*Wo benan*e *a* ey*e bebree*': The Economic Impact of Remittances of Netherlands-Based Ghanaian Migrants on Rural Ashanti». *Population, Space and Place,* 10: 85–97.

Kaufmann, Jean- Claude. 1996. *L'entretien Compréhensif*. Paris: Editions Nathan.

Kellerhals, Jean, Pierre-Yves Troutot, e Emmanuel Lazega.1989. *Microssociologia da Família*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Kilkey Majella, e Laura Merla. 2011. «Transnational Families' Care-Giving Arrangements: towards a situated transnationalism». Paper presentado em the Social Policy Association Annual Canference – University of Lincon, 4-6th July.

Kilkey, Majella, Ania Plomien, e Diane Perrons. 2014. «Migrant men's fathering narratives, practices and projects in national and transnational spaces: recent Polish male migrants to London». *International migration*, 52 (1):178–191.

King, Russell, e Julie Vullnetari. 2010. «Gender and Remittances in Albania: Or Why 'Are Women Better Remitters than Men?' Is Not the Right Question». *Working Paper No 58*, Sussex Centre for Migration Research, University of Sussex - March 2010.

Kirk, Susan. 2007. «Methodological and ethical issues in conducting qualitative research with children and young people: a literature review». *International Journal of Nursering Studies*, 44:1250-1260.

Kivisto, Peter. 2001. «Theorizing transnational immigration: a critical review of current efforts». *Ethnic and Racial Studies*, 24 (4): 549-577.

Knorr, Jackeline (ed). 2005. *Childhood and migration: from experience to agency*. Piscataway, NJ: Transaction Publishers.

Koc, Isrnet, e Isil Onan. 2004. «International migrants remittance and welfare status of the left behind families in Turkey». *International Migration Review*, 38, nº. 2: 78-112.

Kohan, Walter Omar. 2003. «Infância e educação em Platão». *Educação e Pesquisa*, 29, nº.1:11-26. São Paulo.

Kramer, Sônia. 2002. «Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças». *Cadernos de Pesquisa*, nº 116:41-59. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Krueger, Richard, e Mary Anne Casey. 2000. *Focus Groups – A practical guide for applied research*, 3ªEd. Londres: Sage Publications.

Kuhlmann Moysés, e Rogério Fernandes. 2004. «Sobre a história da infância». In *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*, org Lucianos Faria Filho. Belo Horizonte: Autêntica,15-33.

Kuhn, Randall. 2006. «The effects of fathers' and siblings' migration on children's pace of schooling in rural Bangladesh». *Asian Population Studies*, 2 (1): 69-92.

Lahire, Bernard. 2002. *O Homem Plural: As Molas da Acção*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lan, Pei-Chia. 2003. «Maid or Madam? Filipina Migrant Workers and the continuity of Domestic Labor». *Gender & Society*, 17 (2): 129-46.

Landolt Patricia, e Wei Wei Da. 2005. «The spatially ruptured practices of migrant families: A comparison of immigrants from El Salvador and the People's Republic of China». *Current Sociology*, 53:625–653.

Laslett, Peter. 1972. "Introduction: the history of the family". In *Household and Family in Past Time,* org. Peter Laslett with the assistence of Richard Wall. Cambridge: Cambridge University Press, 1-89.

Leandro, Maria Engrácia. 2001. *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.

Lechner, Elsa. 2007. «Imigração e saúde mental». *Migrações,* 1:79-101.

Lee Everett S. 1966. «A Theory of Migration». *Demography*, 3 (1): 47-57.

Lee, Everett S. 1969. «A theory of migration». In *Migration*, ed. J. A. Jackson.Cambridge: Cambridge University Press, 282-297.

Lee, Nick. 2005. *Childhood and society: Growing up in the age of uncertainty*. Maidenhead: Open University Press.

Leifsen, Esben, e Alexander Tymczuk. 2012. «Care at distance: Ukrainian and Ecuadorian Transnational Parenthood from Spain». *Journal of ethnic and migration studies*, 38 (2): 219-236.

Lévi-Strauss, Claude. 1949. *Las Estructuras Elementales del Parentesco*. Barcelona: Planeta-Agostini.

Lévi-Strauss, Claude. 1974. *Polémica sobre el Origen y la Universalidad de la Familia*. Barcelona: Anagrama.

Levin, Esteban. 1995. *A Clínica psicomotora: O corpo na linguagem*. Petrópolis: Vozes.

Levitt, Peggy. 1998. «Social Remittances: A Local-Level, Migration-Driven Form of Cultural Diffusion». *International Migration Review,* 32 (124): 926–949.

Levitt, Peggy. 2001. *The Transnational Villagers*. Berkeley, University of California Press.

Levitt, Peggy, e Nina Glick Schiller. 2004. «Conceptualizing simultaneity: A transnational social field experience of society». *International Migration Review*, 38 (3): 1002-1039.

Levitt, Peggy, e Nadia Jaworsky. 2007. «Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends». *Annual Review of Sociology*, *33 (1)*:129-156.

Liebel, Manfred. 2007. *Entre protección y emancipación. Derechos de la infancia y políticas sociales*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

Liebel, Manfred. 2009. «Sobre la historia de los Derechos de la infancia». In *Infancia y derechos humanos: hacia una ciudadanía participante y protagónica,* eds. Manfred Liebel e Marta Martínez.Lima: IFEJANT, 23-40.

Lima, Bárbara, e Heloisa Azevedo. 2013. «A história da infância: de Santo Agostinho à Rousseau». *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 2 (1): 95-110, Salvador.

Lima, Mesquitela.1989. *Os Kiaka de Angola*. (Volume II). Lisboa: Edições Távola Redonda.

Lopes, Maria Guilhermina, e Edviges Coelho. 2002. «Diferenças e Semelhanças entre o Uso do Tempo das Crianças e dos Adultos em Portugal». Paper apresentado na "International Association of Time Use Researchers Conference". Lisboa, Portugal 15-18 Outubro 2002.

Louçã, Francisco, Jorge Costa, e João Teixeira Lopes. 2014. *Os Donos Angolanos de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora.

Lowenfeld, Viktor, e W. Lambert Britain. 1977. *Desenvolvimento da Capacidade Criadora.* São Paulo: Mestre Jou.

Luansi, Lukonde. 2003. «Angola: Movimentos migratórios e Estados precoloniais – Identidade nacional e autonomia regional». Paper apresentado no International symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication and History, Berlin, 24-26 September 2003.

Lüdke, Menga, e Marli André. 1986. *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU.

Machado, Fernando Luís, 1994, «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade». *Sociologia problemas e práticas,*16: 111-134. Disponível em http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/24/239.pdf

Machado, Fernando Luís. 1997. «Contornos e Especificidades da imigração em Portugal». *Sociologia Problemas e Práticas*, 2: 49-44. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Departamento de Sociologia, ISCTE.

Machado, Fernando Luís. 2009. «Quarenta anos de Imigração Africana: um balanço». *Ler História*, 56: 135-165.

Mafukidze, Jonathan. 2006. «A Discussion of Migration and Migration Patterns and Flows in Africa». In *Views on Migration in Sub-Saharan Africa*, eds. Catherine Cross, Derik Gelderblom, Niel Roux, e Jonathan Mafukidze. HSRC Press: South Africa.

Mahler Sarah J. 1998. «Theoretical and Empirical Contributions Toward a Research Agenda for Transnationalism». In *Transnationalism From Below.* Comparative Urban and Community Research V6. New Brunswick: Transaction Publishers, 64-101.

Malheiros, Jorge. 2005. «Jogos de relações internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global». In *Globalização e Migrações*, ed. António Barreto. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 251-272.

Malheiros, Jorge. 2011. «Portugal 2010: o regresso do País de emigração?». Notas e Reflexões, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 2, (1): 133-142. Disponível: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol2_n1/pt/pt_vol2_n1_not3.pdf. Consultado a 13/11/2013.

Mand, Kanwal 2012. «Giving children a 'voice': arts-based participatory research activities and representation». *International Journal of Social Research Methodology*, 15 (2): 149-160.

Mannheim, Karl (1993[1928]). *Ideologia e Utopia: Introducción a la sociologia del conocimiento.* Mexico. Fondo de Cultura Económica.

Mannion, Greg. 2007. «At the interface of development studies and child research: Rethinking the participating child». *Children's Geographies,* 5: 131–148.

Marandola Jr., Eduardo, e Priscila Marchiori Dal Gallo. 2010. «Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração». *Revista Brasileira de Estudos de População,* 27, nº. 2: 407-424. Rio de Janeiro.

Marchi, Rita de Cássia. 2008. «O novo paradigma para os estudos sociais da infância e as teorias da socialização». Comunicação apresentada no VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - Pesquisa em Educação e Inserção Social, que decorreu em Itajaí de 22 a 25 de Junho de 2008.

Marinho, Luena. 2014. «Parent-child separation in Angolan transnational families». *Studia Migracyjne – Przegląd Polonijny,* 40 (3):187-202.

Marinho, Sofia. 2010. «Ser pai na residência alternada: Dinâmicas, trajectos e contextos da paternidade». In *A Vida familiar no Masculino: Negociando velhas e novas masculinidades*, coord. Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha. Lisboa: CITE.

Marques, José Carlos, e Góis, Pedro. 2011. «A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa». *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações,* 24: 213-232.

Marques, José Carlos, e Góis, Pedro. 2016. «A emigração portuguesa e o sistema migratório lusófono. Complexidade e dinâmicas de um país de migrações». Informe Marzo 2016. OBIMID - Observatorio Iberoamericano sobre Movilidad Humana, Migraciones y Desarrollo.

Martone, Jessica, Lina Muñoz, Rebecca Lahey, Leah Yoder, e Stephanie Gurewitz. 2011. «The Impact of Remittances on Transnational Families». *Journal of Poverty*, 15, 4:444-

464.

Massey, Douglas S. 1990. *Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration*. *Population Index***,** 56 (1): 3-26.

Massey, Douglas. 1998. «New migrations, new theories». In: *Worlds in motion: Understanding international migration at the end of the Millennium*, eds Douglas Massey et al. Oxford: Clarendon Press, 1-16.

Massey, Douglas S, Rafael Alarcon, Jorge Durand, e Humberto González. 1987. *Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California Press.

Massey, Douglas S., e Felipe García España. 1987. «The Social Process of International Migration». *Science,* 237:733-8.

Massey, Douglas S., Joaquin Arango, Graeme Hugo, Ali Kouaouci, Adela Pellegrino, e J. Edward Taylor. 1993. «Theories of International Migration: A Review and Appraisal». *Population and Development Review,*19 (3): 431-466.

Massey, Douglas S., Joaquin Arango *et al.* 1998. «Contemporary theories of international migration». In *Worlds in Motion – Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press, 17-59.

Mayall, Berry. 2000. «The sociology of childhood in relation to children's rights». *The International Journal of Children's Rights,* 8: 243–259.

Mayall, Berry. 2002. *Towards a sociology for childhood: thinking from children's lives*. Maidenhead: Open University Press.

Mazzucato, Valentina. 2008. «Transnational reciprocity: ghanaian migrants and the care of their parents back home». In *Generations in Africa. Connections and Conflicts,* eds. Erdmute Alber, Sjaak Van der Geest e Susan Whyte. Münster: LIT Verlag, 91-111.

Mazzucato, Valentina, e Djamila Schans. 2008. «Transnational families, children and the migration – development nexus». Presented at Social Science Research Council conference on Migration and Development, New York, February 28-March 1.

Mazzucato, Valentina, Victor Cebotari, Angela Veale, Allen White, Marzia Grassi, e Jeanne Vivet. 2015. «International Parental Migration and the Psychological Well-being of Children in Ghana, Nigeria, and Angola». *Social Science & Medicine*, 132: 215-224.

Mazzucato, Valentina, Bilisuma Dito, Marzia Grassi, e Jeanne Vivet. 2016. «Transnational parenting and the well-being of Angolan migrant parents in Europe». *Global networks*, (Advanced online publication on 17 June, 2016).

McHale, James, Inna Khazan, Pauline Erera, Tamir Rotman, Wendy DeCourcey, e Melanie McConnell. 2002. «Coparenting in diverse family systems». In *Handbook of parenting, Volume 3: Being and becoming a parente,* ed. Marc H. Bornstein. Mahwah, Nova Jersey: Erlbaum, 75-107.

McKenzie, David, e Nicole Hildebrandt**.** 2005. The Effects of Migration on Child Health in Mexico. *Economia*, 6 (1): 257–289.

Medina, João. 2000. «Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo». *Revista USP*, 45: 48-61.

Meillassoux, Claude. 1982. *Femmes, greniers et capitaux*. Paris: L'Harmattan.

Melo, Rosa. 2005. *De Menina a Mulher – lniciação Feminina entre* os *Handa no SuI de Angola,* Lisboa: Editora Ela por Ela.

Melo, Rosa. 2007. *Homem é homem, mulher é sapo género e identidade entre os Handa no sul de Angola.* Lisboa: Edições Colibri.

Menezes, Marina, Carmen L. Moré, e Roberto Cruz. 2008. «O desenho como instrumento de medida de processos psicológicos em crianças hospitalizadas». *Avaliação psicológica*, 7 (2): 189-198. Disponivel em http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v7n2/v7n2a10.pdf. Consultado em 10/03/2016.

Merla, Laura, e Loretta Baldassar. 2010. «Les dynamiques de soin transnationales: entre émotions et considérations économiques». *Recherches sociologiques et anthropologiques*, 41 (1) :1-10.

Merriman, Brian, e Suzanne Guerin. 2006. «Using Children's drawings in child-centred research». *The Irish Journal of Psychology*, 27 (1-2): 48-57.

Michel, Andrée. 1978. *Sociologia da Família e do Casamento*. Porto: Rés Editora.

Millman, Heather. 2013. «Mothering from Afar: Conceptualizing Transnational Motherhood». *Totem: The University of Western Ontario Journal of Anthropology*, 21 (1), Article 8.

Mincer, Jacob. 1978. *Family Migration Decisions*. *The Journal of Political Economy***,** 86 (5): 749-773.

Montandon, Cleopatre. 1998. «La sociologie de l'enfance: l'essor des travaux en langue anglaise». *Education et Sociétés*, 2: 91-118

Montandon, Cléopâtre. 2001. «Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em Língua Inglesa». *Cadernos de Pesquisa,* 112: 33-60. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Monteiro, Adriana, e Levindo Diniz Carvalho. 2011. «"As coisas que não têm nome são mais pronunciadas por crianças": Culturas Infantis e Produção Simbólica». *Atos de Pesquisa em Educação*, 6 (3): 632-657. PPGE/ME FURB.

Moorhouse, Lesley, e Peter Cunningham. 2012. «We are Purified by Fire": The Complexification of Motherhood in the Context of Migration». *Journal of Intercultural Studies*, 33 (5): 493-508.

Morgan, David.1996. «Focus Groups». *Annual Review of Sociology*, 22: 129-152.

Morgan, Myfanwy, Sara Gibbs, Krista Maxwell, e Nicky Britten. 2002. «Hearing children's voices: methodological issues in conducting focus groups with children aged 7–11 years». *Qualitative Research*, 2 (I): 5-20.

Morokvasic, Mirjana. 1984. «Birds of Passage are also women…». *International Migrations Review*, 18 (4): 886-907. Número especial: women in Migration.

Morrow, Virginia. 2008. «Ethical dilemmas in research with children and young people about their social environments». *Children's Geographies,* 6 (1): 49-61.

Morrow, Virginia, e Martin Richards. 1996. «The Ethics of Social Research with Children: An Overview». *Children & Society*, 10: 90-105.

Moscoso, María Fernanda. 2008. «Nuevos sujetos, nuevas voces: ¿hay lugar para la infancia en el pensamiento transnacional?» In *Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales,* ed. Enrique Santamaría. Barcelona: Anthropos, 261-281.

Moscovici, Serge. 1961. *La Psychanalyse, son image et son public.* Paris: Press Universitary de France.

Moscovici, Serge. 1978. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moscovici, Serge. 1984. «The Phenomenon of Social Representations». Em *Social Representations*, org. R. Farr e S. Moscovici. Cambridge: University Press.

Moscovici, Serge. 1989. «Des représentations collectives aux Représentations Sociales». In *Les Représentations Sociales*, org, Denise Jodelet. Paris: Press Universitary de France.

Mudiambo, Quibongue. 2013. «Da Lexicologia e lexicografia de aprendizagem ao ensino da língua portuguesa: no II Ciclo do Ensino Secundário: 10ª,11ª,12ª e 13ª CLASSES NA E.F.P. – Escola de Formação de Professores "COR MARIAE" DO UÍJE». Tese de Doutoramento em Linguística – Especialidade de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Müller, Fernanda, e Alexandre Filorde de Carvalho. 2010. «Ética nas pesquisas com crianças: uma problematização necessária». In *Infância em Perspectiva – Politicas, Pesquisas e Instituições*, org. Fernanda Müller. São Paulo: Cortez Editora.

Murdock, George. 1949. *Social Structure*. Nova Iorque: The Free Press.

Neto, Maria da Conceição. 1997. «Ideologias, Contradições e Mistificações da colonização de Angola no século XX». *Lusotopie*, 327-359.

Neto, Teresa José Adelina da Silva. 2012. *História da Educação e Cultura de Angola: Grupos Nativos, Colonização e Independência*. 2ªed. Garido artes Gráficas - ALPIARÇA. Luanda.

Nguyen, Liem, Brenda Yeoh, e Mika Toyota. 2006. «Migration and the well-being of the 'left behind' in Asia». *Asian Population Studies*, 2 (1): 37-44.

Ní Laoire, Caitríona. 2011. «Narratives of 'Innocent Irish Childhoods': Return Migration and Intergenerational Family Dynamics». *Jornal of Ethnic and Migrations Studies*, 37 (8): 1253-1272.

Ní Laoire, Caitríona, *et al*. 2010. «Introduction: Childhood and migration – mobilities, homes and belongings». *Childhood*, 17 (2): 155–162.

Nicholson, Melanie. 2006. «Without Their Children: Rethinking Motherhood Among Transnational Migrant Women». *Social Text* 24 (3 88):13-33.

Nobles, Jenna. 2011. «Parenting from Abroad: Migration, Nonresident Father Involvement, and Children's Education in Mexico». *Journal of Marriage and Family,* 73: 729 – 746.

Notermans, Catrien. 2004. «Fosterage and the politics of marriage and Kinship in East Cameroon». In *Cross-Cultural Approaches to Adoption,* ed. F. Bowie. Londres e Nova Iorque: Routledge, 48-63.

Nukunya, G. K. 2003. *Tradition and Change in Ghana: An Introduction to Sociology*. Accra: Ghana Universities Press.

Nzatuzola, João Lukombo. 2005. «Gender and Family life in Angola: Some aspects of the post-war conflict concerning displaced persons». *African Sociological Review*, 9 (2): 106-133.

Nzau, Domingos Gabriel Ndele. 2011. «A Língua Portuguesa em Angola: Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização». Tese de doutoramento em Letras. Universidade da Beira Interior. Disponível em http://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1844/3/TEXTO%20ACTUALIZADO.pdf.

O'kane, Claire. 2005. «O Desenvolvimento de Técnicas Participativas. Facilitando os Pontos de Vista das Crianças acerca de Decisoes que as Afectam». In Pia Christensen e Allison James (orgs.), *Investigação com Crianças. Perspectivas e Práticas,* Porto, Ediliber, 143-170.

Observatório da Emigração. 2014. «Portuguese Emigration Factbook 2014». Lisboa: Observatório da Emigração, CIESIUL, ISCTE-IUL.

Observatório da Emigração. 2015. «Registos Consulares». Valores revistos pela DGACCP (dados consultados a 27 Junho 2015). URL: http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=9.

Oiarzabal Pedro J. e Ulf-Dietrich Reips. 2012. «Migration and Diaspora in the Age of Information and Communication Technologies». *Journal of Ethnic and Migration Studies,* 38(9): 1333-1338.

Øien, Cecilie. 2006. «Transnational networks of care: Angolan children in fosterage in Portugal». *Ethnic and Racial Studies*, 29, 6: 1104-1117.

Øien, Cecilie. 2007. «The Angolan diaspora in Lisbon: An introduction», *Economia global e gestão*, ISCTE, 3: 23-33.

Oliveira, Alessandra. 2001. «Do outro lado: a infância sob o olhar de crianças no interior da creche». Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

Olwig, Karen Fog. 1999. «Narratives of the children left behind: Home and Identity in globalised Caribbean families». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 25 (2): 267-284.

Oni, Jacob Bamidele. 1995. «Fostered children's perception of their health care and illness treatment in Ekiti Yoruba households, Nigeria». *Health Transition Review*, 5: 21-34.

Oppenheimer, Jochen, e Isabel Raposo. 2004. *Subúrbios de Luanda e Maputo: tempos e espaços africanos.*

Oppong, Christine. 1973. *Growing up in Dagbon*. Acra: Ghana Publishing Corporation.

Orellana, Marjorie, Barrie Thorne, Anne Chee, e Wan Shun Eva Lam. 2001. «Transnational childhoods: the participation of children in processes of family formation». *Social problems*, 48 (4):572–591.

Organização Internacional para as Migrações (OIM). 2010. «Migration and Transnationalism: Opportunities and Challenges', *International Dialogue on Migration*». Intersessional Workshop 9-10 Março 2010, Background paper, http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/microsites/IDM/workshops/migratio n_and_transnationalism_030910/background_paper_en.pdf.

Orozco, Manuel. 2001. «Globalization and Migration: the impact of family remittances in Latin-America». Paper apresentado na Inter-American Foundation/UN ECLAC/World Bank conference on Approaches to Increasing the Productive Value of Remittances, Washington D.C.

Orozco, Manuel. 2002. «Globalization and migration: Impact of family remittances in Latin America». *Latin American Politics and Society,* 44 (2): 41–66.

Osili, Una. 2004. «Migrants and Housing Investments: Theory and Evidence from Nigeria». *Economic Development and Cultural Change,* 52 (4): 821-49.

Padilla, Beatriz, e Alejandra Ortiz. 2012. «Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios». *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Ano XX, n.º 39: 159-184.

Page, Hilary. 1989. «Childrearing versus childbearing: Co-residence of mother and child in Sub-Saharan Africa». In *Reproduction and social organisation in Sub-Saharan Africa*, ed. Ron J Lestaeghe. Berkeley: University of California, 401–441.

Pais, José Machado. 2012. *Sociologia da vida quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso* (5.ª edição). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Palmeira, Ana Margarida. 2012. «Percepção, representações e lógicas das crianças sobre o mau-trato - Estudo em Sociologia da Infância». Tese de Doutoramento em Estudos da Criança Especialidade em Sociologia da Infância. Universidade do Minho.

Pantoja, Selma. 1999. «A diáspora feminina: degredadas para Angola no séc XIX (1865-1898)». *Análise Social,* XXXIV, 151-152 (2-3): 555-572.

Pardal, Luís, e Eugénia Correia. 1995. *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.

Parella, Sònia, e Leonardo Cavalcanti. 2006. «Una aproximación cualitativa a las remesas de los inmigrantes peruanos y ecuatorianos en España y a su impacto en los hogares transnacionales». *Revista Española de Investigaciones Sociológicas,* 116: 241-257.

Parella, Sònia. 2007. «Los vínculos afectivos y de cuidado en las familias transnacionales». *Migraciones Internacionales*, 4 (2): 151-88.

Parella, Sònia. 2011. «La família transnacional generada a través de las migraciones femeninas: una aproximación conceptual a sus impactos en la acumulación de capitales desde la articulación de las funciones productivas y reproductivas». In *La migración latinoamericana a España: una mirada desde el modelo de acumulación de activos*, Jorge Ginieniewicz (coord). Quito: Flacso Ecuador, Global Urban Research Centre.

Park, Robert E. 1928. «Human Migration and the Marginal Man». *American Journal of Sociology,* 33 (6): 881-893.

Parker, Stephen. 1994. «The Best Interest of the Child – Principles and Problems». In *The Best Interest of the Child: Reconciling Culture and Human Rights,* ed. Philip Alston. Oxford: Oxford University Press.

Parrado, Emilio, e Chenoa Flippen. 2005. «Migration and gender among Mexican women». *American Sociological Review*, 70: 606-632.

Parreñas, Rhacel Salazar. 2001a. *Servants of Globalization: Women, Migration and Domestic Work*. Standford, California: Standford University Press.

Parreñas, Rhacel Salazar. 2001b. «Mothering from a distance: emotions, gender, and intergenerational relations in Filipino transnational families». *Feminist Studies,* 27 (2): 361-390.

Parreñas, Rhacel Salazar. 2005. *Children of Global Migration – Transnational Families and Gendered Woes.* Stanford: Stanford University Press.

Parreñas, Rhacel Salazar. 2008. «Transnational fathering: gendered conflicts, distant disciplining and emotional gaps». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 34 (7): 1057-72.

Parsons, Talcott. 1956. «The American family: its relations to personality and the social structure». In *Family, Socialization and Interaction Process,* Talcott Parsons, e Robert Bales. Nova Iorque: Free Press, 3-21.

Parsons, Talcott. 1959.«The School Class As A Social System». *Harvard Educational Review,* 29 (4): 297-316.

Pavez Soto, Iskra. 2011. «Migración infantil: rupturas generacionales y de género. Las niñas peruanas en Barcelona y Santiago de Chile». Tese de Doutoramento em Sociologia,

apresentada à Facultat de Ciéncies Politiques i Sociologia Departament de Sociologia da UAB – Universidade Autónoma de Barcelona.

Pedraza, Silvia. 1991. «Women and Migration: The Social Consequences of Gender». *Annual Review of Sociology,* 17: 303-325.

Peixoto, Carolina. 2010. «Por uma perspectiva histórica pós-colonial, um estudo de caso: A 'descolonização' de Angola e o retorno dos 'nacionais'». Paper apresentado no CIEA 7, Lisboa, 9-11 Setembro 2010.

Peixoto, João. 2004. «As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas». *SOCIUS Working Papers*, 11/04.

Peixoto, João. 2007. «Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal». *Análise Social,* 183: 445-469.

Peixoto, João. 2008. «Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes». *Migrações,* 2: 19-46.

Peixoto, João. 2009. «New Migrations in Portugal: Labour Markets, Smuggling and Gender Segmentation». *International Migration*, 47, (3):185-210.

Peixoto, João. 2012. «A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos». *SOCIUS Working Papers*, Nº 05/2012.

Pélissier, René.1986. *História das Campanhas de Angola*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. I:87.

Pereira, Luena Nascimento. 2008. «Crianças feiticeiras; configurando famílias, igreja e estado no pós-guerra angolano». *Religião e Sociedade*, 28 (2): 30-55.

Pereira, Sónia. 2010. *Trabalhadores de Origem Africana em Portugal. Impacto das novas vagas de imigração*. Edições Colibri.

Pereira, Vera. 2013. «Crianças maltratadas em contexto familiar O papel da Comissão e Proteção de Crianças e Jovens». Dissertação de Mestrado em Crime Diferença e Desigualdade. Universidade do Minho.

Pessar, Patricia R. 1986. «The Role of Gender in Dominican Settlement in the United States». In *Women and Change in Latin America*, ed. June Nash e Helen Safa. South Hadley, MA: Bergin and Garvey, 271-294.

Pessar, Patricia. 1999. «Engendering Migration Studies: The Case of New Immigrants in the United States». Em *The American Behavioral Scientist*, 42 (4): 577-600.

Petras, Elizabeth. 1981. «The global labor market in the modern world-economy». In Em *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements,* eds. Mary M. Kritz, Charles Keely e Silvano Tomasi. Nova Iorque: Center for Migration Studies, 44-63.

Piaget, Jean, e Barbel Inhelder. 1973. *A psicologia da çriança*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Piaget, Jean. 1971. *A formação do símbolo na criança.* Rio de Janeiro: Zahar.

Pilon, Marc. 2003. «Foster care and schooling in west africa: the state of knowledge». *Preparation of the UNESCO 2003 EFA monitoring report*. Paris: UNESCO.

Pilon, Marc, e Kokou Vignikin. 2006. *Ménages et familles en Afrique subsaharienne*. Éditions des Achives Contemporaines e Agence Universitaire de la Francophonie.

Pimenta, Maria da Encarnação. 2012. *Amantes, concubinas ou esposas? Uma poligamia sincrética, secreta. Uma poligamia destruturada.* Lisboa: Calçada das Letras.

Pinho, Filipa. 2012. «Transformações na emigração brasileira para Portugal: de profissionais a trabalhadores». Tese de Doutoramento em Sociologia. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Pinnawala, Mallika. 2008. «Engaging in Trans-local Management of Households: Aspects of Livelihood and Gender Transformations among Sri Lankan Women Migrant Workers. *Gender*». *Technology and Development,* 12 (3): 439–459.

Pinto, Manuel, e Sara Pereira.1999. «As Crianças e os Media no Pós 25 de Abril: Discursos, Percursos e Silêncios». In *Saberes sobre as Crianças – para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998),* coord. Manuel Pinto, e Manuel Sarmento. Braga: CESC.

Pinto, Manuel. 1997. «A infância como construção social». In Sarmento, Manuel Jacinto e Pinto, Manuel. *As crianças, contextos e identidades.* Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra.

Piore, Michael J. 1979. *Birds of passage: Migrant labor and industrial societies*. Cambridge: University Press Cambridge.

Pires, Rui Pena. 2003. *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa.* Oeiras: Celta Editora.

Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, e Ana Cristina Ribeiro. 2014. *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES- IUL, e DGACCP.

Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Espírito-Santo, Inês Vidigal, e Ana Cristina Ribeiro. 2015. *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES- IUL, e DGACCP.

Poeze, Miranda, e Valentina Mazzucato. 2013. «Ghanaian children in transnational families: un- derstanding left-behind children's experiences through local parenting norms». In *Transnational Families, Migration, and Care Work*, eds. Loretta Baldassar e Laura Merla. Oxford: Routledge.

Polanco-Hemández, Graciela. 2009. «The family and the child: a vision of Mexican migration». *Journal of Poverty*, 13 (3): 309-318.

Ponte, Cristina. 2005. *Crianças em Notícia: A Construção da Infância pelo Discurso Jornalístico 1970-2000.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pordata. 2015. «Remessas de Emigrantes: Total e Por País de Origem dos Fluxos – Portugal». *Pordata – Base de Dados Portugal Contemporâneo*, Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOP), última atualização 26 Junho 2015. URL: http://www.pordata.pt/Portugal/Remessas+de+emigrantes+total+e+por+pa%c3%ads+de+origem+dos+fluxos-501

Portes, Alejandro. 1981. «Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration». In *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*, eds. Mary M. Kritz, Charles Keely e Silvano Tomasi. Nova Iorque: Center for Migration Studies, 279-297.

Portes, Alejandro. 1997. «Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities». *WPTC-98-01*. Princeton University.

Portes, Alejandro. 2003 «Conclusion: Theoritical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism». *International Migration Review*, 37 (3): 874-892.

Portes, Alejandro. 2005. *Migrações Internacionais*: *Origens*, *Tipos e Modos* de *Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.

Portes, Alejandro, Luis Guarnizo, e Patricia Landolt. 1999. «The study of transnationalism: pitfalls and promises of an emergent research field». *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2):217–237.

Possidónio, Dora. 2006. *Descendentes de Angolanos e de Luso-Angolanos na Área Metropolitana de Lisboa: Inserção Geográfica e Social*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Pottinger, Audrey. 2005a. «Disrupted caregiving relationships and emotional well-being in school age children living in inner city communities». *Caribbean Childhoods, Journal of the Children's Issues Coalition,* 2: 38–57.

Pottinger Audrey. 2005b. «Children's experience of loss by parental migration in inner city Jamaica». *American Journal of Orthopsychiatry*, 75 (4): 485-496.

Powell, Mary Anne, Robyn Margaret Fitzgerald, Nicola Taylor, e Anne Graham. 2012. International Literature Review: *Ethical Issues in Undertaking Research with Children and Young People* (Literature review for the Childwatch International Research Network). Lismore: Southern Cross University, Centre for Children and Young People / Dunedin: University of Otago, Centre for Research on Children and Families.

Prats Ferret, Maria. 2011. «Una revisió crítica de la recerca sobre geografies de la infància en el context de l'Àfrica subsahariana». *Documents d'Anàlasi. Geogràfica*, 57 (1): 127-146.

Pribilsky, Jason. 2001. «Nervios and `Modern Childhood'. Migration and shifting contexts of child life in the Ecuadorian Andes». *Childhood*, 8 (2): 251-273.

Pribilsky, Jason. 2004. «'*Aprendemos a convivir*': conjugal relations, co-parenting, and family life among Ecuadorian transnational migrants in New York City and the Ecuadorian Andes». *Global Networks,* 4 (3): 313–334.

Pribilsky, Jason. 2012. «Consumption dilemmas: Tracking masculinity, money and transnational fatherhood between the Ecuadorian Andes and New York City». *Journal of Ethnic and Migration Studies,* 39 (2): 323-343.

Pries, Ludger. 2001. «The approach of transnational social spaces: responding to new configurations of the social and the spatial». In *New Transnational Social Spaces. International Migration and Transnational Companies in the Early Twenty-First Century,* ed. Ludger Pries. Nova Iorque e Londres: Routledge, 3-33.

Prout, Alan. 2002. «Researching Children as Social Actors: an Introduction to the Children 5–16 Programme». *Children & society*, 16: 67–76.

Prout, Alan. 2010. «Reconsiderando a nova sociologia da infância». *Cadernos de Pesquisa,* 40 (141): 729-750. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a04.pdf. Consultado a 11/10/2011.

Prout, Alan, e Allison James. 1990. «A New Paradigm for the Sociology of Childhood? Provenance, Promise and Problems». In (eds) *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, eds Allison James e Alan Prout. Londres, Nova Iorque, Filadélfia, PA: Falmer Press, 7-34.

Punch Samantha. 2012. «Studying Transnational Children: A multi-sited, longitudinal, ethnographic approach». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 3(6): 1006-1023.

Punch, Samantha. 2002. «Research with children. The same or different from research with adults?». *Childhood,* 9 (3): 321–341.

Punch, Samantha. 2007. «Negotiating migrant identities: Young people in Bolivia and Argentina». *Children's Geographies*, 5: 95–112.

Queiroz, Francisco. 2010. «A Família em Angola e o Direito». In Jornal de Angola. (28/10/2010). http://jornaldeangola.sapo.ao/19/0/a_familia_em_angola_e_o_direito.

Quivy, Raymond, e Luc Van Campenhoudt. 1992. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Qvortrup, Jens. 1991. *Childhood as a social phenomenon – an introduction to a series of national reports.* Vienna: European Centre for social Welfare Policy and Research.

Qvortrup, Jens. 1992. «El niño como sujeto y objeto: ideas sobre el programa de infancia en el Centro europeo de viena». *Infancia y sociedad*, 15: 169-186.

Qvortrup, Jens. 1993. «Nine theses about "childhood as a social phenomenon». In Childhood as a Social Phenomenon: lessons from na international Project, ed Jens Qvortrup. Vienna: European Centre, 11-18. (Eurosocial Report 47).

Qvortrup, Jens. 2004. «The waiting child». *Childhood*, 11 (39): 267-273.

Qvortrup, Jens. 2010. «A infância enquanto categoria estrutural». *Educação e Pesquisa*, 36, (2): 631-643.

Qvortrup, Jens, Marjatta Bardy, Giovanni Sgritta, e Helmut Wintersberger. eds. 1994. *Childhood Matters – Social theory, Practice and politics*. European centre Vienna: Avebury.

Radcliffe-Brown Alfred. 1924. The Mother's Brother in South Africa. *South Africa Journal of Scienc*e. 21, 542-55.

Radacliffe-Bronw, A R. 1982 [1950]. *Em Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento, AR Radacliffe-Bronw e Daryll Forde.* 2ªEd. Tradução Teresa Brandão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Introdução, 9-114.

Ramos, Maria Teresa Oliveira. 1995. «Os degredados, contributo para o seu estudo na época contemporânea». *Africana, n*- 15, set.

Ramos, Natália. 2004. *Psicologia Clinica e da Saúde.* Lisboa: Universidade Aberta.

Ramos, Natália. 2006. «Migração, aculturação, stresse e saúde. Perspectivas de investigação e de intervenção». *Psychologica*, 41: 329-350.

Ramos, Natália. 2010. «Género e Migração – Questionando dinâmicas, vulnerabilidades e políticas de integração e saúde da mulher migrante». Papper apresentado no Simpósio Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, que decorreu de 23 a 26 de Agosto de 2010.

Raposo, Isabel, e Cristina Salvador. 2001. «Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio - urbanidade dos bairros e tipos de habitação nas periferias de Maputo e Luanda». In J. Oppenheimer *et al*. *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo. Impacto da Guerra e das Transformações Socioeconómicas (décadas de 80 e 90)*, Lisboa: CESA, 83-109.

Ratha, Dilip. 2003. «Workers' remittances: An important and stable source of external development finance». In *Global Development Finance*, Washington D.C.: The World Bank, 157-175.

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal. 2009. In Análise - documentos de apoio no 18 – pobreza infantil. Maio 2009 – Gabinete de Investigação e Projectos. Porto: REAPN.

Redinha, José. 1964. «Origem e generalização do nome Angola». *Ultramar,* ano V, V (15): 5-16.

Redinha, José. 1974. *Etnias e Culturas de Angola*. Luanda: Edição Instituto de Investigação Cientifica de Angola.

Relvas, Ana Paula. 1996. *O Ciclo Vital da Família: Perspectiva sistémica.* Lisboa: Edições Afrontamento.

Renaut, Alain. 2002. *A Libertação das crianças*: a era da criança cidadão. Lisboa: Instituto Piaget.

Renne, Elisha P. 1993. «History in the making: An anthropological approach to the demographic analysis of child fostering in South-Western Nigeria». In *IUSSP General Population Conference, Montreal,* Volume 3. Liège: Ordina, 327-342.

Rezende Jr. José. 1999. «Angola 38 anos de guerra – caderno especial». Disponível em www.joserezendejr.jor.br/reportag/angola.htm.

Ribas-Mateos, Natalia. 2002. «Women of South in Southern European cities: a globalized domesticity». In *Immigration and place in Mediterranean metropolis,* eds, Lucinda Fonseca, Jorge Malheiros, Natália Ribas-Mateos; Paul White, e Alina Esteves. Lisboa: Fundação Luso-Americana.

Roca, Zoran. 1998. «Crianças de rua em Angola: alternativas à exclusão educacional». *Intervenção Social,* 17/18: 139-170.

Roca, Zoran. 2000. *As "Crianças de Rua" em Angola. Um Estudo das Necessidades e dos Potenciais para a Introdução do Ensino Básico Informal.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz. 1995. *Sociologia das Migrações.* Lisboa: Universidade Aberta.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz. 2001. «História da imigração em Portugal (II)». *Janus*. Disponível em: http://janusonline.pt/sociedade_cultura/sociedade_2001_3_3_3_c.html. Consultado a 13/11/2013.

Rodrigues, Cristina Udelsmann. 2003. *Recomposição Social e Urbanização em Luanda*, Lisboa, Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Occasional Paper, 9.

Rodrigues, Cristina Udelsmann. 2004. «Trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em luanda». Tese de Doutoramento em Estudos Africanos interdisciplinares em Ciências Sociais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Empresa - ISCTE, 2004.

Rodríguez, Iván. 2007. *Para una sociología de la infancia: aspectos teóricos y metodológicos*. Madrid: CIS.

Rolleston, Caine. 2011. «Fosterage and access to schooling in Savelugu-Nanton, Ghana». In *CREATE Pathways to Access Series*, 59: 1-66.

Rossi, Peter. 1955. *Why families move: a study in the social psychology of urban residential mobility.* Free Press.

Russel-Wood, A. J. R. 1988. «Governantes e Agentes». Em *História da expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kiti Chaudhuri. Lisboa: Circulo de Leitores, 3: 169-192.

Sá, Celso Pereira de. 1995. «Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria». In *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da*

*psicologia social*, org. Mary Jane Spink. São Paulo: Brasiliense, 19-45.

Sá, Isabel dos Guimarães. 2009. «Os rapazes do Congo: Discursos em torno de uma experiência colonial (1480-1580)». In *O Império por Escrito - Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX),* orgs. Leila Algranti, e Ana Paula Megiani. São Paulo: Alameda Casa Editorial.

Samba, Simão. 2005. *Trajetória de Vida de Crianças e Adolescentes de Rua: um estudo sobre o município do Sambizanga –Luanda/Angola*. TCC – Centro Universitário Salesiano de São Paulo. São Paulo: Americana.

Samba, Simão. 2007. «O processo da educação social nas instituições de atendimento à. criança e ao adolescente em situação de risco em Luanda: a experiencia dos "candegues unidos"». Mestrado em Serviço Social apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Samba, Simão. 2012. «Significados do Trabalho Informal em Luanda: luta, coragem e persistência nas vozes dos jovens migrantes». Tese de Doutoramento em Serviço Social, Pontífícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Samba, Simão. 2014. *Adolescência em Situação de Risco e a Educação Social em Luanda*. Jundiaí: Paco Editorial.

Sana, Mariano, e Douglas S. Massey. Household Composition, «Family Migration, and Community Context: Migrant Remittances in Four Countries». *Social Science Quarterly*, 86 (2):509–528.

Santos, Boaventura de Sousa, org. 2005. *Globalização. Fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Daniel dos. 2001. «Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente». *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, 1: 99-133.

Santos, José Rebelo, Maria Mendes, e Conceição Rego. 2012. «A imigração Africana em Portugal nos últimos 20 anos: oportunidades e ameaças no mercado de trabalho». Paper apresentado em 7º Congresso Português de Sociologia - Porto.

Saraceno, Chiara.1997. *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.

Saramago, Sílvia Sara Sousa. 2001. «Metodologias de pesquisa empírica com crianças». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 35: 9-29. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000100002&lng=pt&nrm=iso>. Consultado a 21/02/2012.

Saramago, Sílvia Sara Sousa 2005. «O protagonismo das crianças». Tese de doutoramento. ISCTE. Disponível em www:<http://hdl.handle.net/10071/2368>. Consultado a 21/02/2012.

Sarmento, Manuel. 1999. «Introdução». In *Saberes Sobre as Crianças,* coord. Manuel Pinto e Manuel Jacinto Sarmento. Braga: Ed. Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

Sarmento, Manuel Jacinto, 2000. «Sociologia da infância: correntes, problemáticas e controvérsias». *Sociedade* e *Cultura. Cadernos do Noroeste*, 13 (2): 145:164 (Série Sociologia).

Sarmento, Manuel Jacinto. 2003a. «Imaginário e Culturas da Infância». *Cadernos de Educação*, 12 (21):51-69.

Sarmento, Manuel Jacinto. 2003b. *O Estudo de Caso Etnográfico em Educação*. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.

Sarmento, Manuel Jacinto. 2004. «As culturas da infância nas encruzilhadas da 2a modernidade». In *Crianças e miúdos. Perspectivas sócio-pedagógicas da Infância e Educação*, org. Manuel Jacinto Sarmento e Ana Beatriz Cerisara. Porto: Asa, 9-34.

Sarmento, Manuel Jacinto. 2005. «Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância». *Educação e. Sociedade.* Campinas, 26 (91): 361-378.

Sarmento, Manuel Jacinto. 2007a. «Visibilidade social e estudo da infância». In *Infância (in)visível*, org. Manuel Sarmento e Vera Vasconcellos. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 25-49.

Sarmento, Manuel Jacinto. 2007b. «Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas», lição de síntese para provas de agregação, Braga, Universidade do Minho (documento não publicado).

Sarmento, Manuel Jacinto, e Pinto, Manuel. 1997. «As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo». In *As crianças, contextos e identidades,* Manuel Jacinto Sarmento, e Manuel Pinto. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra.

Sarmento, Manuel Jacinto, Natália Fernandes, e Catarina Tomás. 2007. «Políticas públicas e participação infantil». *Educação, Sociedade e Culturas*, 25: 183-206.

Sarmento, Manuel Jacinto, Natália Fernandes e Gabriela Trevisan. 2015. «A Redefinição das Condições Estruturais da Infância e a Crise Económica em Portugal». In *Pobreza em Portugal: contextos, transformações e estudos,* org., Fernando Diogo, Alexandra Castro, e Pedro Perista. V.N. Famalicão: Húmus.

Sassen Saskia. 2003. *Contrageografías de la Globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid: Traficantes de Sueños.

Sassen, Saskia. 2002. «Global Cities and Survival Circuits». In *Global Woman, Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*, eds., Barbara Ehrenreich, e Arlie Russell Hochschild. Nova Iorque: Metropolitan Books.

Save the Children. 2006. *Left Behind, Left Out: The Impact on Children and Families of Mothers Migrating for Work Abroad*. Save the Children: Sri Lanka.

Schmalzbauer, Leah. 2004. «Searching for wages and mothering from Afar: The case of Honduran transnational families». *Journal of Marriage and Family*, 66 (5): 1317-1333.

Schmeer, Kammi. 2009. «Father Absence due to Migration and Child Illness in Rural Mexico». *Social Science &. Medicine*, 69 (8): 1281-1286.

Scourfield, Jonathan, Bella Dicks, Mark Drakeford, e Andrew Davies. 2006. *Children, place and identity: Nation and locality in middle childhood*. London: Routledge.

Seabra, Teresa. 2010. *Adaptação e adversidade: o desempenho escolar dos alunos de origem indiana e cabo-verdiana no ensino básico.* Lisboa: ICS.

Seabra, Teresa, e Sandra Mateus. 2008. «Imigração e Escolaridade: trajetórias, quotidianos e aspirações». In *Quotidiano e Qualidade de vida (Portugal no contexto Europeu, volume III)*, orgs. M. Dores Guerreiro, Anália Torres, e Luís Capucha. Oeiras: CIES-ISCTE e Celta Editora.

Sebastião, João. 1998. *Crianças de rua: modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.

SEF. 2008. *A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal*. Disponível em: http://www.sef.pt/documentos/56/aorgpolasiloimigemportugal.pdf

SEF. Relatórios de Imigração Fronteiras e Asilo 2013, 2012, 2011,2010, 2009, 2008. Disponíveis na página do SEF – Serviço de Estrangeiros e fronteiras. http://sefstat.sef.pt.

Segalen, Martine. 1992. «El mito de la familia occidental». *Antropología histórica de la família*. Madrid: Taurus Ediciones. Capítulo (12): 251-259.

Segalen, Martine. 1999. *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar.

Segura, Denise. 1994. Working at motherhood: Chicana and Mexican Immigrant mothers and employment. In *Mothering: Ideology, experience, and agency*, eds. Evelyn Nakano Glenn, Grace Chang, e Linda R. Forcey. Nova Iorque: Routledge, 211-233.

Segurado, Joachim Bivar. 1989. «L'Emprise de l'échange restreint en Afrique centrale matrilinéaire: les systèmes de parenté des Cewa (Mozambique) et des Machinga Yao (Malawi)». *L'Homme*, 29 (109): 44-75.

Serra, Renata. 2009. «Child fostering in Africa: when labor and schooling motives may coexist». *Journal of Development Economics,* 88: 157-170.

Silva, Aparecida Abreu Ferreira. 2010. «Utilização do desenho como instrumento para análise da percepção de risco e medo no trânsito». Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Silva, Eugénio Alves da, e Maria João de Carvalho. 2009. Educação em Angola e (des)igualdades de género: quando a tradição cultural é factor de exclusão. In Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2401-2416.

Silva, Eugénio Alves da. 2011. «Ser criança no meio rural em Angola: infância, tradição, educação e cidadania». In *Crianças dos países de língua portuguesa: histórias, culturas e direitos,* Verónica Muller (org). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 23-62.

Silva, Luísa. coord. 2001. *Acção Social na Área da Família.* Lisboa: Universidade Aberta.

Silver, Alexis. 2006. «Families Across Borders: The Effects of Migration on Family Members Remaining at Home». Paper apresentado at the annual meeting of the Population Association of America. Los Angeles.

Sime, Daniela. 2008. «Ethical and methodological issues in engaging young people living in poverty with participatory research methods». *Children's Geographies,* 6, nº.1: 63-78.

Singh Supriya, Shanthi Robertson e Anuja Cabraal. 2012. «Transnational Family Money: Remittances, Gifts and Inheritance». *Journal of Intercultural Studies,* 33, n. º 5:475-492.

Singly, François. 1993. *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris: Nathan.

Singly, François. 2000. *Libres ensemble: l'individualisme dans la vie commune*. Paris: Nathan.

Sirota, Régine. 2001. «Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar». *Cadernos de Pesquisa*, n.º 112: 7-31. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Sjaastad, L. A. 1962. «The Costs and Returns of Human Migration». *The Journal of Political Economy*, 70 (5) Part 2: Investment in Human Beings, 80-93.

Skrbiš, Zlatko. 2008. «Transnational Families: Theorising Migration, Emotions and Belonging». *Journal of Intercultural Studies,* 29 (3): 231-246.

Smith, Andrea, Richard Lalonde, e Simone Johnson. 2004. «Serial Migration and Its Implications for the Parent-Child Relationship: A Retrospective Analysis of the Experiences of the Children Caribbean Immigrants». *Cultural Diversity and ethnic Minority Psychology*, 10 (2): 107-122.

Smith, Michael, e Luis Guarnizo. 1998; «The locations of transnationalism». In *Transnationalism from below,* ed. Michael Smith, e Luis Guarnizo. New Brunswick: Transaction Publishers, 3-34.

Solé, Carlota, e Sònia Parella. 2005. «Discursos sobre la ''maternidad transnacional'' de la mujeres de origen latinoamericano residentes en Barcelona». Paper apresentado na conference Mobilités au féminin, 15-19 November, Tanger.

Solé, Carlota, Sònia Parella, e Leonardo Cavalcanti. 2007. *Los Vínculos Económicos y Familiares Transnacionales: Los Inmigrantes Ecuatorianos y Peruanos en España*. Bilbao: Fundación BBVA.

Solla, Luísa. 2009. *Aprendizagem de Português L 2-Criação e aplicação de estratégias e materiais conducentes ao sucesso educativo dos alunos.* Porto: Edições ASA.

Sørensen, Ninna. 2002. «New Landscapes of Migration? Transnational Migration between Latin America, the U.S. and Europe». In *Beyond Home and Exile: Making Sense of Lives on the Move*, eds. Bodil Folke Frederiksen e Ninna Sørensen. Roskilde: Roskilde University.

Sørensen, Ninna, e Luís Guarnizo. 2007. «Transnational Family Life Across the Atlantic: Experience of Colombian and Dominican Migrants in Europe». In *Living Across Worlds: Diaspora, Development and transnational Engagement*. Geneve: International Organization for Migration (IOM).

Soto, Isa María. 1989. «West Indian child fostering: its role in migrant exchanges». In *Caribbean Life in New York City: Sociocultural Dimensions,* eds. Constance Sutton, e Elsa Chaney. Nova Iorque: Center for Migration Studies, 121-137.

Sousa, Luís Augusto. 1971. *Sobre a mulher Lunda-Quioca (Angola)*. Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 60, 2ª Série, Lisboa.

Stark, Oded, e David E Bloom. 1985. «The New Economics of Labor Migration». *The American Economic Review*, 75 (2): 173-178.

Stearns, Peter. 2006. *A infância*. São Paulo: Contexto.

Stevens, Gonneke, e Wilma Vollebergh. 2008. «Mental health in migrant children». *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49: (3): 276–294.

Stiles, Willian, Robert Elliott, Susan Llewelyn, Jenny Firth-Cozens, Frank Margison, David Shapiro, e Gillian Hardy. 1990. «Assimilation of problematic experiences by clients in psychotherapy». *Psychotherapy, Theory Research & Practice*, 27 (3): 411-420.

Strathern, Marilyn. 1992. *Reproducing the future: anthropology, kinship and the new reproductive technologies.* Manchester: Manchester University Press.

Suarez-Orozco Carola, Irina Todorova, e Josephinei Louie. 2002. «Making Up For Lost Time: The Experience of Separation and Reunification Among Immigrant Families». *Family Process,* 41 (4): 625-643.

Suárez-Orozco, Carola, e Marcelo M. Suárez-Orozco. 2001. *Children of Immigration (Developing Child)*. Harvard: Harvard University Press.

Tarrow, Sidney. 2005. *New transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tatlow-Golden, Mimi, e Suzanne Guerin. 2010. «'My favourite things to do' and 'my favourite people': Exploring salient aspects of children's self-concept». *Childhood* .17 (4): 545–562.

Taylor, J. Edward. 1986. «Differential Migration, Networks, Information and Risks». In *Migration, Human Capital and Development*, ed. Oded Stark. Greenwich, Connecticut: Jai Press Inc., 4: 147-171.

Taylor, Steven, e Robert Bogdan. 1986. «Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados». Barcelona, Buenos Aires, México: Editorial Paidós.

Therborn, Göran, ed. 2006. *African Families in a Global Context.*Uppsala: Nordiska afrikainstitutet.

Therborn, Göran. 2004. *Between Sex and Power. Family in the world, 1900–2000*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Thomas, Nigel, e Claire O'Kane.1998. «The ethics of participatory research with children». *Children & Society*, 12: 336-348.

Thomas, William, e Florian Znaniecki. 1927 [1918]. *The Polish peasant in Europe and America*. Nova Iorque: Alfred A Knopf. Disponivel em https://archive.org/details/polishpeasantine01thom.

Tinajero, Sandra Paola Alvarez. 2010. *Angola: a study of the impact of the remittances from Portugal and South Africa.*IOM Migration research series nº39, Geneva. http://publications.iom.int/bookstore/free/MRS39.pdf.

Toffler, Alvin. 1984. *A Terceira Vaga*. Coleção vida e cultura, n.º 104. Lisboa: Livros do Brasil.

Tolentino, Nancy, Carlos Rocha, Corsino Tolentino, e João Peixoto. 2011. «Migração, remessas e desenvolvimento em Africa: o caso dos países de língua portuguesa». In *Migrações*, eds. João Peixoto e Duval Fernandes. Número especial da *RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa,* III Série, no. 24, eds. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), 23-45.

Toma, Maristela. 2006. «A pena de degredo e a construção do império colonial português". *MÉTIS: história & cultura*, 5 (10):61-76.

Tomás, Catarina. 2007.«Participação não tem idade: participação das crianças e cidadania da infância». *Contexto & Educação,* 78: 45-68.

Tomás, Catarina. 2012. «Direitos da criança na sociedade portuguesa: qual o lugar da criança?». *Da Investigação às Práticas*, II (1). 118 - 129.

Tomás, Catarina, e Natália Soares. 2004. «Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância...os intrincados trilhos da acção, participação e protagonismo social e político das crianças». *Fórum Sociológico*, 11/12: 349-361.

Trevisan, Gabriela. 2014. «"Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós". Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codecisão das crianças na escola e na cidade». Tese de doutoramento em Estudos da Criança (ramo de conhecimento em Sociologia da Infância). Universidade do Minho.

Trindade, Augusto José Pereira. 2000. *O Fenómeno Urbano na África Subsahariana. O Caso de Luanda*. Lisboa: ISCSP.

Unicef, 2001. *Um futuro de esperança para as crianças de Angola: uma análise da situação da criança*. Luanda, Unicef / República de Angola.

Unicef. 2013. *As Crianças e a Crise em Portugal – Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais, 2013*. Lisboa: Comité Português para a UNICEF. Disponível em: https://www.unicef.pt/as-criancas-e-a-crise-em-portugal/files/Relatorio-Unicef.pdf.

Unicef. 2014. *Every child counts. Revealing disparities, advancing children's rights. The state of the world's children 2014 in numbers*. Consultado a 05/06/2016.Disponível em http://www.unicef.pt/docs/SOWC2014_In%20Numbers_EN_012214.pdf.

Unicef. 2015. *Situation analysis children and women in angola*. Consultado em 5/06/ 2016. Disponível em: http://www.unicef.org/videoaudio/PDFs/Situations_Analysis_Angola_EN_low-res.pdf.

Vala, Jorge. 1986. «A análise de conteúdo». Em *Metodologia das Ciências Sociais,* org. Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, Porto: Edições Afrontamento, 101-128.

Vala, Jorge. 2002. «Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano». In *Psicologia Social,* coords. Jorge Vala e Maria Benedita Monteiro (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Van Doorn, Judith. 2003. «Migration, Remittances and Development». *Journal of Labour Education* 2002/4 (129), 48-53.

Van Hear, Nicholas.1998 *New Diasporas: the Mass Exodus, Dispersal and Regrouping of Migrant Communities*, University College London Press, London.

Veale, Angela. 2005. «Creative Methodologies in Participatory Research with Children. London». In *Researching Children's Experience: methods and approaches*, eds. Sheila Greene e Diane Hogan. Londres: Sage Publications, 253-272.

Vega, Cristina. 2009. *Culturas del cuidado en transición*. Barcelona: Editorial UOC.

Venâncio, José Carlos.1996. Colonialismo, Antropologia e Lusofonias – Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos. Lisboa: Vega.

Vertovec, Steven.1999. «Conceiving and researching transnationalism». *Ethnic and Racial Studies*, 2 (2): 447-62.

Vertovec, Steven. 2002. «Transnational Networks and Skilled Labour Migration». WPTC-02-02. Paper apresentado na conferencia: Ladenburger Diskurs "Migration" Gottlieb Daimler- und Karl Benz-Stiftung, Ladenburg, 14-15 February 2002.

Vertovec, Steven. 2003. «Migration and Other Modes of Transnationalism: Towards Conceptual Cross- Fertilization». *International Migration Review,* 37 (3): 641-65.

Vertovec, Steven. 2004. «Migrant transnationalism and modes of transformation». *International Migration Review*, 38 (3): 970-1001.

Viegas, Fátima. 1999. *Angola e as religiões*. Luanda, edição de autor.

Walile, Avelino. 2012. «A Problemática da Violência Doméstica em Angola: o caso de Benguela. Uma análise sociológica». Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Wall, Karin, ed. 2005. *Famílias em Portugal: percursos, interacções, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, Karin, Cátia Nunes e Ana Raquel Matias. 2008. «Mulheres imigrantes e novas trajectórias de migração: um croché transnacional de serviços e cuidados no feminino». In *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS,* orgs. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 603-622.

Waters, Johanna. 2002. «Flexible families? "Astronaut" households and the experiences of lone mothers in Vancouver, British Columbia». *Social and Cultural Geography*, 3: 117-34.

Waters, Johanna. 2010. «Becoming a Father, Missing a Wife: Chinese Transnational Families and the Male Experience of Lone Parenting in Canada». *Popuation, Space and Place,* 16: 63-74.

Waters, Mary C. 1999. *Black Identities: West Indian Dreams and American Realities*. Cambridge: Harvard University Press.

Weber, Max, 1992 [1922], *Economia y Sociedad – Esbozo de sociologia comprensiva,* Fondo de Cultura Económica: México.

Wessells Michael e Carlinda Monteiro. 2004. Healing the wounds following protracted conflict in Angola: A community-based approach to assisting war-affected children. In *Handbook of culture, therapy, and healing,* eds. U. P. Gielen, J. Fish e J. G. Draguns Mahwah, NJ: Erlbaum, 321-341.

Wessells Michael e Carlinda Monteiro. 2006. «Psychosocial assistance for youth: toward reconstruction for peace in Angola». *Journal of Social Issues,* 62 (1): 121-139.

Wheeler Douglas, e René Pélissier. 2009. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.

White, Allen, Catríona Lí Laoire, Naomi Tyrrel, e Fina Carpena-Méndez. 2011. «Children's Roles in Transnational Migration». *Journal of Ethnic and Migration Studies,* 37 (8):1159-1170.

Whitehouse, Bruce. 2009. «Transnational childrearing and the preservation of transnational identity in Brazzaville, Congo». *Global Networks*, 9 (1): 82-99.

Widlöcher, Daniel. 1971. *Interpretação dos desenhos infantis.* Petrópolis: Vozes.

Wieviorka, Michel. 2008. *Nove Lições de Sociologia – como abordar o mundo em mudança?* Lisboa: Editorial Teorema.

Wilding, Raelene. 2006. «'Virtual' intimacies? Families communicating across transnational contexts». *Global Networks* 6, (2): 125–142.

Wilding, Raelene, e Loretta Baldassar. 2009. «Transnational Family-work Balance: Experience of Australian Migrants Caring for Ageing Parents and young children across Distance and Border's». *Journal of Family Studies*, 15 (2): 177-187.

Yang, Dean. 2006. «International migration, remittances, and household Investment: evidence from philippine migrants' Exchange rate shocks». National Bureau of Economic Research. Working Paper 12325. http://www.nber.org/papers/w12325.

Yeates, Nicola. 2009. *Globalizing care economies and migrant workers: Explorations in global care chains*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Yeoh, Brenda e Shirlena Huang. 1999. «Migrant Female Domestic Workers: Negotiating Domestic Work and Motherhood». In *Gender, Migration and Domestic Service,* ed. Janet Henshall Monsen. New York: Routledge, 273-95.

Yeoh, Brenda e Theodora Lam. 2007. «The costs of (im) mobility: Children left behind and children who migrate with a parente». In *Perspectives on Gender and Migration,* ed. United Nations- ESCAP. Tailandia: United Nations publication, 120-149.

Yeoh, Brenda, Shirlena Huang, e Joaquin Gonzalez III. 1999. «Migrant Female Domestic Workers: Debating the Economic, Social and Political impacts in Singapore». *International Migration Review*, 33 (1):114-36.

Yeoh, Brenda. 2000. «"Home" and "Away": Foreign Domestic Workers and Negotiations of Diasporic Identity in Singapore». *Women's Studies International Forum*, 23 (4): 413-29.

Zau, Filipe. 2002. *Angola: trilhos para o desenvolvimento*. Col.Temas Educacionais, n.º 19. Lisboa: Universidade Aberta.

Zau, Filipe. 2010. «Do tráfico negreiro, ao Lusotropicalismo e à Lusofonia». In *Africa, Brasil, Portugal: História e Ensino de História*, orgs. Eurípedes Funes, Francisco Régis Lopes, Franck Ribard, Kênia Sousa Rios. Fortaleza: Editora UFC, 35-49.

Zechner, Minna. 2008. «Care of older persons in transnational settings». *Journal of Ageing Studies*, 22: 32-44.

Zentgraf Kristine e Norma Stoltz Chinchilla. 2008. «Immigrant Family Separation and Reunification: A Framework for Analysis». Paper apresentado no Workshop Transnational Parenthood and children-left-behind; em Oslo a 21 Novembro de 2008.

Zentgraf, Kristine M. e Norma Stoltz Chinchilla. 2012. «Transnational Family Separation: A Framework for Analysis». *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38 (2): 345-366.

Zhou, Min.1997. «Growing up in America: the challenge confronting immigrant children and children of imigrants». *Annual Review of Sociology*, nº. 23: 63-95.

Zimmermann, Klaus. 1995. «Tackling the European migration problem». *The Journal of Economic Perspectives,* 9 (2):45-62.

Zontini, Elizabetta. 2004. «Immigrant women in Barcelona: Coping with the consequences of transnational lives». *Journal of Ethnic and Migration Studies,* 30 (6): 1113-44.

Zontini, Elizabeta. 2007a. *Transnational Families, Migration and Gender – Maroccan and Filipino women in Bologna and Barcelona*. Col. New Directions in Anthropology, volume 30, Berghahn Books: New York.

Zontini, Elizabetta. 2007b. «Transnational families». Em Sloan Work and Family Research Network Encyclopedia.

Zontini, Elisabetta, e Tracey Reynolds. 2007. «Ethnicity, Families and Social Capital: Caring Relationships across Italian and Caribbean Transnational Families». *International Review of Sociology: Revue Internationale de Sociologie*, 17 (2): 257-277.

Legislação

Portugal:

- Lei 147/1999 de 1 de Setembro - Lei de protecção de crianças e jovens em perigo
- Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro - Regime de Execução do Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo.
- Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de Janeiro - Promoção e protecção das crianças e jovens em perigo em meio natural de vida

Angola:

- Lei 1/88 – Código da família
- Lei 2/00 de 11 de fevereiro – Lei Geral do trabalho de Angola
- Lei 7/04 de 15 de Outubro – Lei de Bases da proteção social

Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança. Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Disponível em http://www.achpr.org/pt/instruments/child/. Consultado a 25/05/2015.

Convenção sobre os Direitos da Criança [Em linha]. Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC). Disponível em: <URL:http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc- conv-sobre-dc.html. Consultado a 25/05/2015.

Princípios orientadores das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil (Princípios Orientadores de Riade): adoptados e proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 45/112, de 14 de Dezembro de 1990. Disponível em http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais- dh/tidhuniversais/dhaj-pcjp-27.html. Consultado a 25/05/2015.

Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de jovens (Regras de Beijing): adoptadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/33, de 29 de Novembro de 1985. Disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_6/IIIPAG3_6_16.htm. Consultado a 25/05/2015.

Convenção n.º 138 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à idade mínima de admissão ao emprego. Disponível em http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-138.html. Consultado a 25/05/2015.

Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Proibição das.

Piores Formas de Trabalho Infantil e à Acção Imediata com Vista à sua Eliminação. Disponível em http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-182.html. Consultado a 25/05/2015.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Disponível em http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:l33501. Consultado a 25/05/2015.

Convenção de Haia, relativa à responsabilidade parental e medidas de protecção das crianças. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/convencao-da-haia. Consultado a 25/05/2015.

# ANEXOS

# ANEXO I

I a)

Exmos Senhores,

Luena Marinho, aluna do Doutoramento em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vem desta forma solicitar junto de V. Exas a colaboração para a realização do trabalho de campo no âmbito do desenvolvimento da sua tese "A presença da ausência - as crianças e os seus modos de viver e representar a família entre Portugal e Angola". O objetivo principal do estudo é compreender os efeitos das migrações (quer internas, quer externas) no domínio as relações familiares, privilegiando o ponto de vista das crianças.

Nesta pesquisa a recolha de dados baseia-se na aplicação de metodologias de carácter criativo. Assim, gostaria de ter a oportunidade de poder trabalhar com algumas crianças (com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, que vivam separadas de um dos seus progenitores, devido a este se encontrar noutro país ou província). As actividades a desenvolver com as crianças são:

- Desenhos
- Colagens
- Analise visual de cartões
- Construção de uma representação através do uso de materiais reciclados
-

Pretende-se perceber como as crianças vivenciam a separação geográfica dos pais biológicos e como isso altera a sua representação social de família.

Esta pesquisa surge na sequência da minha participação no projecto *Transnational Child-Raising Arrangements between Africa and Europe (TCRAf-Eu*), no qual a vossa instituição gentilmente colaborou. Recordo que este projecto decorreu durante 2011 e 2012, tinha como objectivo estudar os acordos de cuidados às crianças de famílias transnacionais. Na altura foi levado a cabo um questionário junto de crianças de várias escolas, entre as quais o Colégio Elizangela Filomena, nas cidades de Luanda, Benguela e Lobito. O questionário procurava recolher informações relativas a áreas como a família, casa, condições económicas, trabalho e lazer.

Atentamente,

Luena Marinho

Ib)

## CONSENTIMENTO INFORMADO

Pedido de autorização às crianças participantes no estudo *"A presença da ausência – as crianças e os modos de viver e representar a família entre Portugal e Angola"*

Não são só os mais novos que andam na escola. Eu, que sou adulta, também ando na Universidade e assim como tu fazes trabalhos na tua aula, eu tenho de fazer um trabalho sobre os efeitos das migrações no domínio das relações familiares, privilegiando o ponto de vista das crianças.

Por isso, gostava de falar contigo. Quero pedir-te para fazermos algumas actividades de carácter criativo como colagens e desenhos, para depois falares comigo sobre as mesmas. Para conseguir apontar tudo o que dizes, vou ter de gravar as nossas sessões, pelo que gostava de te pedir para me deixares gravar as conversas, de forma a facilitar uma posterior transcrição dos aspectos mais importantes da tua opinião. Quero que saibas que apenas eu ouvirei as gravações e que para mim a tua opinião é muito importante.

É importante dizer-te que só participas se quiseres, e podes em qualquer momento recusar continuar na pesquisa sem nenhum prejuízo para a tua pessoa. Não vamos dizer o teu nome a ninguém e as opiniões que me deres ficam só entre nós. Os dados recolhidos serão usados somente para fins científicos e destruídos pela investigadora após o estudo.

Se estiveres de acordo e eu puder contar contigo, assina aqui:

Participante: _____ Data: ___/____/_____

Muito obrigada pela tua ajuda ☺ !

Luena Marinho

# ANEXO II

II a)

| | |
|---|---|
| A pessoa que eu mais gosto_____ | Quem cuida de mim é _____ |
| De quem eu sinto mais falta_____ | Posso sempre contar com_____ |
| A separação geográfica do pai/mãe<br>É bom<br>porque_____<br>É má<br>porque_____ | |

II b)

**A Minha Família**

- Como é a tua família?

_____
_____
_____
_____

- Quem faz parte da tua família?

_____
_____
_____
_____

- Que tipo de actividades realizam em família?

_____
_____
_____
_____

- Quando tens um problema quem procuras para te ajudar?

_____
_____
_____
_____

- Sentes-te protegido pela tua família?

_____
_____
_____
_____

- Sentes que a tua família te compreende? Com quem te sentes assim?

_____
_____
_____
_____

- A tua família dá-te tudo o que precisas? (ex: comida, água, educação, segurança, carinho, apoio)_____
_____
_____

- Sentes que vives feliz em família? O que é para ti uma família ideal?

_____
_____
_____
_____

- Lembraste dos primeiros dias depois da separação geográfica do pai/mãe?

_____
_____
_____
_____

- Que áreas da tua vida se alteraram? De que forma?

_____
_____
_____
_____

- Emocionalmente sentes que alguma coisa mudou? Descreve a mudança.

_____
_____
_____
_____

- Qual o grau de relacionamento que tens com o teu progenitor ausente?
  - □ Óptimo
  - □ Bom
  - □ Normal
  - □ Mau
  - □ Sem contacto

Como é o relacionamento com o progenitor/ pessoa com quem vives?

_____
_____
_____
_____

Obrigada! ☺

II c)

**Guião Focus groups**

- O que é para ti uma família?
- Achas que as famílias são todas iguais? Porquê?
- Para ti o que é um pai?
- E uma mãe?
- O que mais gostas no teu pai?
- O que menos gostas no teu pai?
- O que mais gostas na tua mãe?
- O que menos gostas na tua mãe?
- Achas importante ter uma família? Podes explicar porquê?
- Numa família qual é habitualmente a pessoa mais carinhosa? Porquê?
- E qual é a pessoa mais difícil? Porquê?
- Compararias a família ao quê?
- Completa a frase: Família é …
- Achas que é bom viver noutro país? Porquê?

II d)

## REPRESENTAÇÕES/ AUTO-PERCEPÇÕES SOBRE O CONCEITO DE FAMILIA - GUIÃO

**A Família**

- O que é família?
- Quais as funções da família?
- Achas que todas as crianças têm direito a ter uma família?
- Para ti qual é a importância da família?
- És capaz de indicar um aspecto positivo de se ter uma família?
- E um aspecto negativo de não se ter família?
- O que é para ti viver feliz em família?

**A Minha Família**

- Como é a tua família?
- Que tipo de actividades realizam em família?
- Quando tens um problema quem procuras para te ajudar?
- Sentes-te protegido pela tua família?
- Sentes que a tua família te compreende? Com quem te sentes assim?
- A tua família dá-te tudo o que precisas?
  (por exemplo: comida, água, educação, segurança, carinho, apoio)
- Sentes que vives feliz em família? O que é para ti uma família ideal?

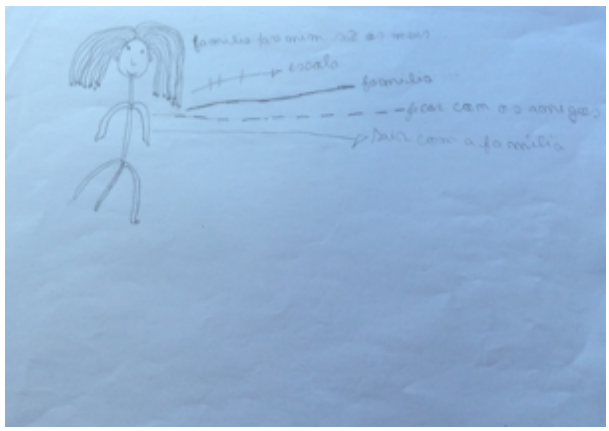
## GRELHA DE OBSERVAÇÃO DO FOCUS GROUP

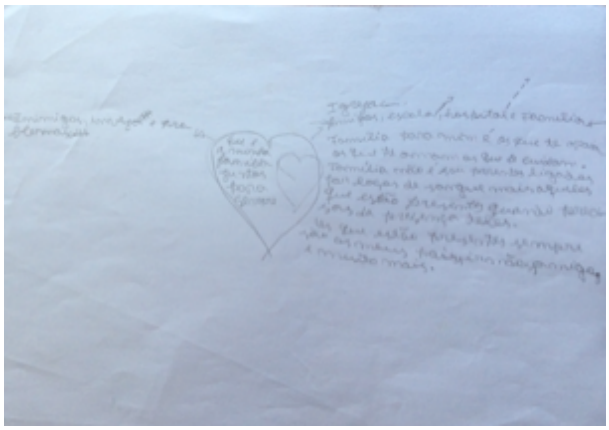
Data:_____ Hora de inicio:_____ N.º de participantes:_____

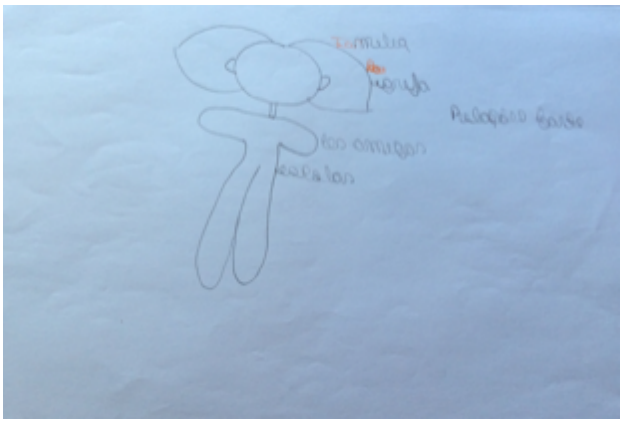
| Interveniente | Hora | Ideia(s) principal(ais) |
|---|---|---|
| | | |

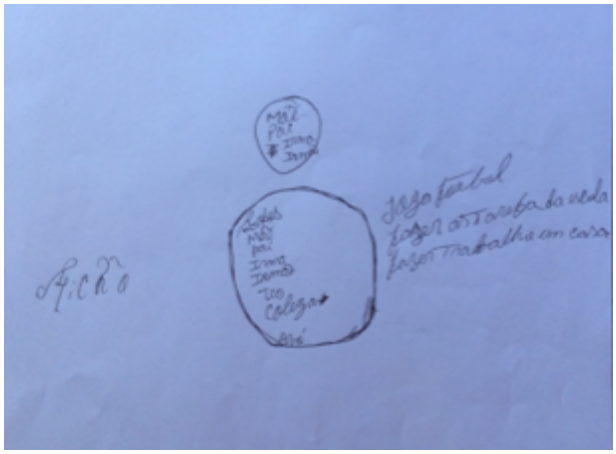
II f)


escola
amigos

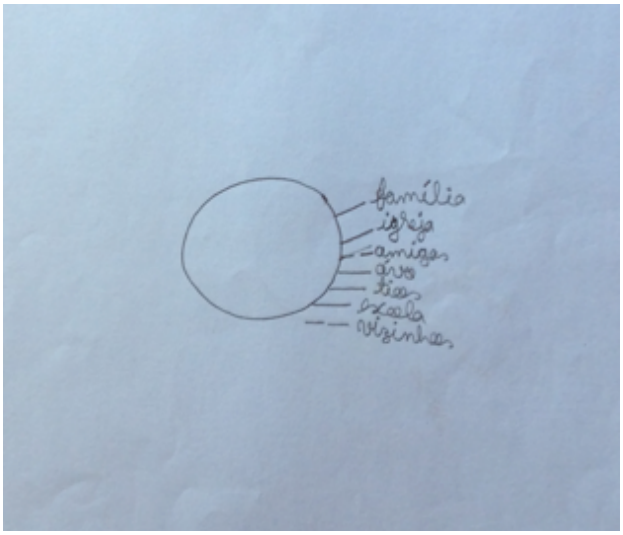

escola
ficar com os amigos
ficar com a família

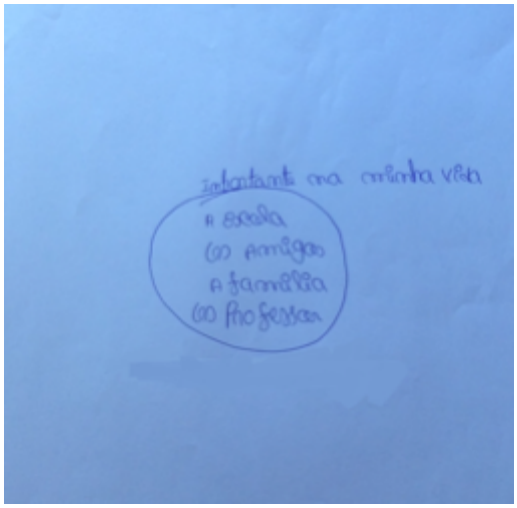


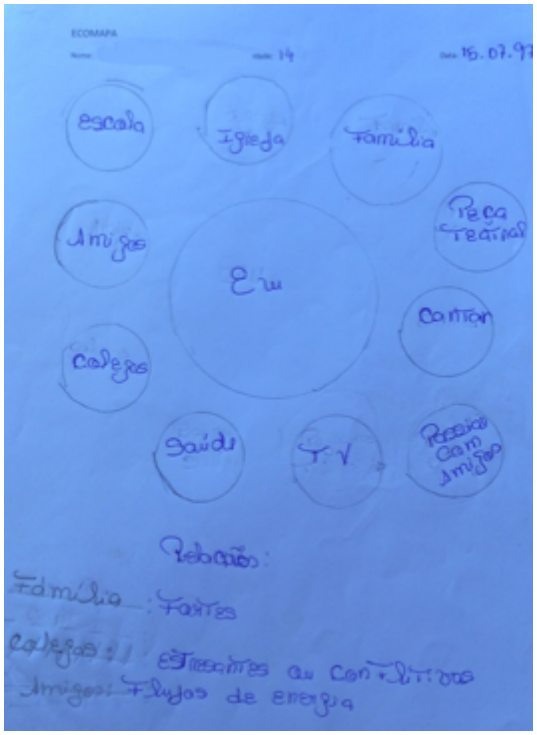

Família
Amigos

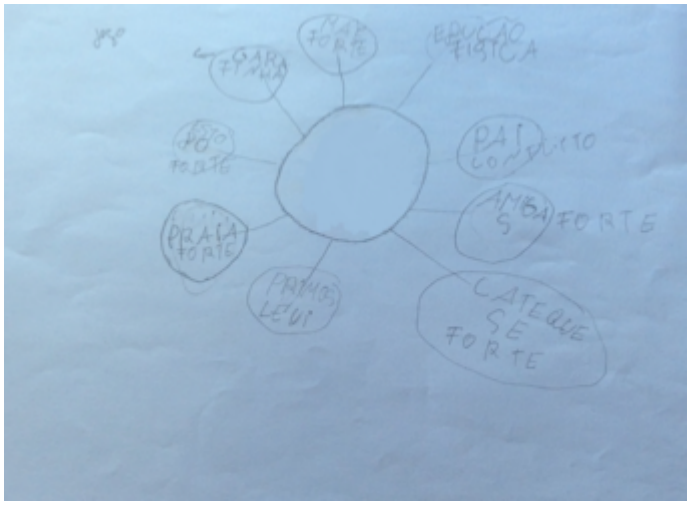

Jogo futebol
Fazer as tarefas da escola
Fazer trabalho em casa




família
igreja
amiga
avó
tia
escola
vizinha


A escola
Os amigos
A família
Os professores


ECOMAPA
Escola
Igreja
Família
Amigos
Eu
Colegas
Saúde
T.V
Relações:
Família: Fortes
Colegas: Estressantes ou Conflituosos
Amigos: Fluxos de energia


PRAIA FORTE
PRAIA FORTE
PRAIA FORTE
FORTE
FORTE

# ANEXO III

III a)





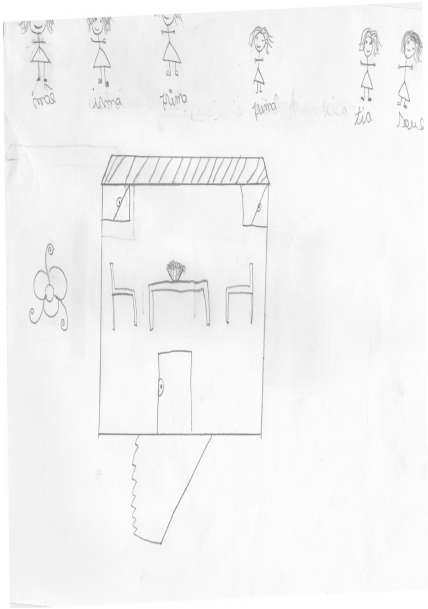








MEU PAI
Eu
MARIETHE

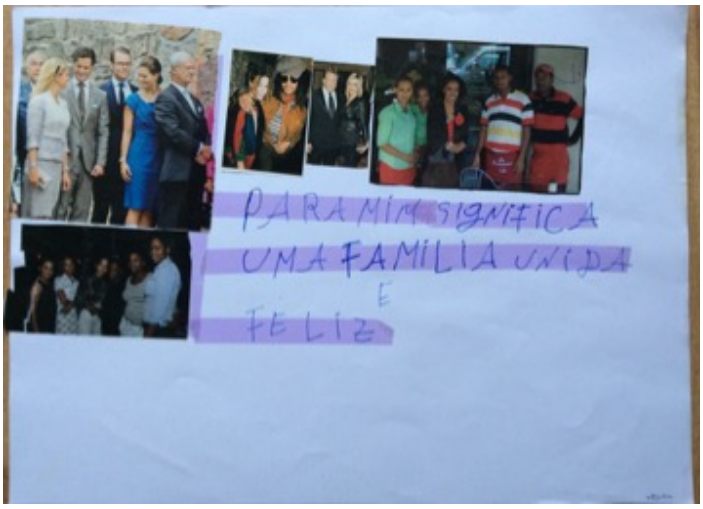


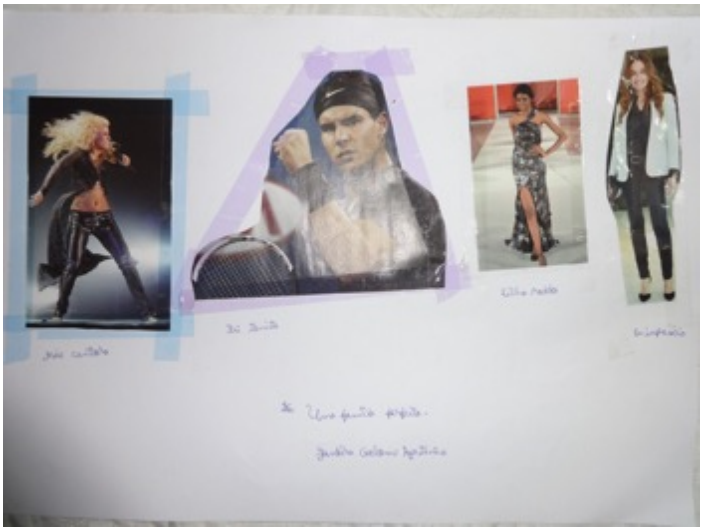




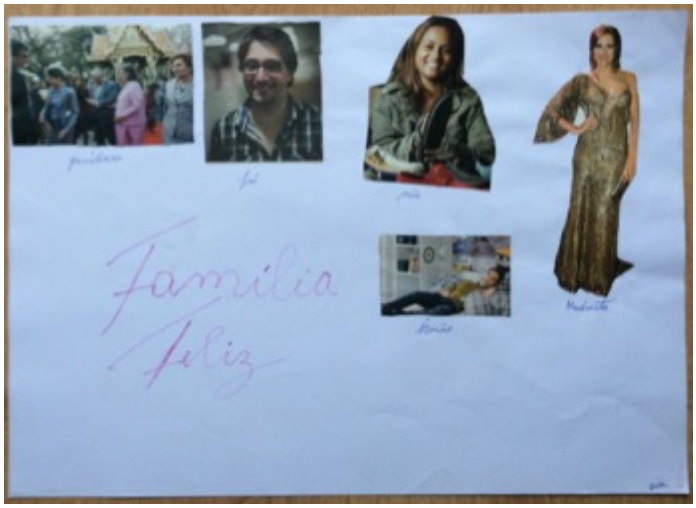
III b)








Família
feliz



III c)

























ME SINTO
TRISTE





